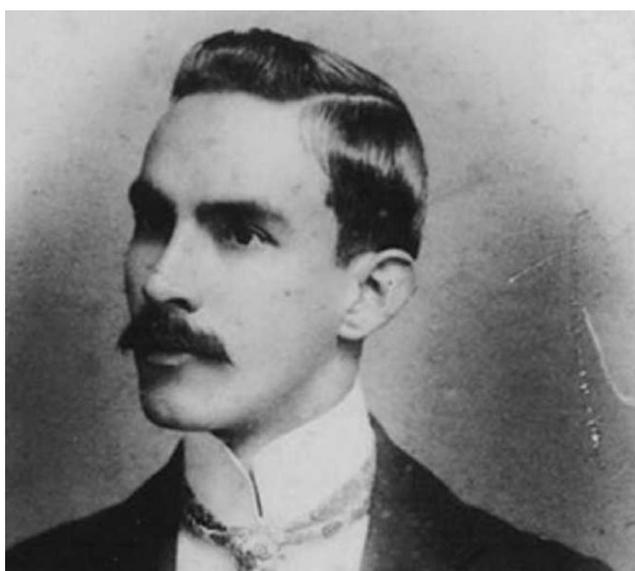


MONIQUE ADRIELE DA SILVA

DE POETA A POLÍTICO

Noraldino Lima, intelectual da política e da
educação em Minas Gerais, 1906–33



Uberlândia, MG
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MONIQUE ADRIELE DA SILVA

DE POETA A POLÍTICO: NORALDINO LIMA, INTELECTUAL
DA POLÍTICA E DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 1906-
1933

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, na linha de pesquisa história e historiografia da educação, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, como requisito parcial da obtenção do título de doutora.

Uberlândia, MG
2022

FOLHA DA FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2022	<p>Silva, Monique Adriele da, 1992- De poeta a político: Noraldino Lima, intelectual da política e da educação em Minas Gerais, 1906-33 [recurso eletrônico] / Monique Adriele da Silva. - 2022.</p> <p>Orientador: Carlos Henrique de Carvalho. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.522 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Educação. I. Carvalho, Carlos Henrique de, 1961-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 37</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 26/2022/330, PPGED				
Data:	Vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14h20min	Hora de encerramento:	17h
Matrícula do Discente:	11813EDU032				
Nome do Discente:	MONIQUE ADRIELE DA SILVA				
Título do Trabalho:	"De Poeta a Político - Noraldino Lima, intelectual da política e da educação em Minas Gerais, 1906-1933"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE ENSINO NO BRASIL E PORTUGAL: ESTADO E IGREJA CATÓLICA ENTRE CONFLITO E CONCÓRDIA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO (1890-1960)"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Fernanda Barros - UFG; Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida - PUC-GO; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU; Armindo Quillici Neto - UFU e Carlos Henrique de Carvalho - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Carlos Henrique de Carvalho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

https://www.sei.ufu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=4335902&infra_siste... 1/2



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique de Carvalho, Presidente**, em 24/08/2022, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 03/09/2022, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Armindo Quillici Neto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/09/2022, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/09/2022, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **fernanda barros, Usuário Externo**, em 08/09/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3865671** e o código CRC **C55DB140**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu sabedoria e ensinamentos para que pudesse realizar a pesquisa e escrever esta tese.

Aos meus pais, Vera e Luís, cujo apoio e cuja confiança ao longo dos meus estudos foram os maiores incentivadores e investidores.

Às minhas irmãs, Mônica e Roberta, agradeço o carinho e o humor de sempre, principalmente nos momentos de angústia na escrita.

Ao meu namorado, Stefan, que com apoio e companheirismo esteve presente em toda minha trajetória acadêmica.

Aos meus sobrinhos, Matheus, Miguel, Alice e Rafael, que receberam a Tia Ni sempre com tanto carinho.

Ao meu cunhado Amarildo (Nenê), que sempre esteve disposto a ajudar e a criar as artes gráficas da tese. Ao meu cunhado Luis (Zizo) sempre com o apoio.

Ao orientador, Carlos Henrique de Carvalho, agradeço o desafio e a dedicação ao meu processo de formação acadêmica desde a iniciação científica. Sua presença atravessa minha trajetória acadêmica como guia no processo de me tornar pesquisadora.

Aos professores Armindo Quillici Neto e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, que fizeram intervenções e sugestões para o enriquecimento da pesquisa momento da qualificação.

Aos professores que compuseram banca de defesa, agradeço terem aceitado a participação.

As minhas amigas Larissa e Natália, que sempre estiveram presentes nas minhas conquistas desde o colégio.

Aos meus tios Jorge e Vane, que me ajudaram com palavras de carinho.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, da Academia Mineira de Letras e da Biblioteca Estadual de Minas Gerais, sempre dispostos a me ajudarem a encontrar documentos necessários à pesquisa e a responder aos meus e-mails, principalmente com a pandemia de covid-19 (2020–22).

À Prefeitura Municipal de Uberaba, agradeço a disposição para reorganizar meus horários de trabalho de modo que eu pudesse assistir às aulas da pós-graduação e às orientações de pesquisa na cidade de Uberlândia.

A todos que estiveram ao meu lado nesse tempo, muito obrigada!

RESUMO

SILVA, Monique A. *De poeta a político: Noraldino Lima como intelectual atuante na política e educação de Minas Gerais, 1906–33*. 2022. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

Esta tese de doutorado apresenta uma pesquisa na área de história da educação que teve por finalidade estudar Noraldino Lima na condição de intelectual e sua atuação na política e educação em Minas Gerais no período 1906–33. Trata-se de figura lembrada pelos estudos afins ao tema desta tese, mas quase sempre em forma de referências secundárias, e nunca como foco central, tal qual se tentou fazer neste estudo. A pesquisa subjacente à tese partiu desta questão: quem foi o sujeito histórico Noraldino Lima e quais foram suas ações na política e no campo educacional mineiro. Os objetivos de pesquisa convergiram para recomposição e análise de sua trajetória tendo em vista seu papel intelectual em meios nos quais atuou, a exemplo da política e a educação, de modo a se delinear como Lima foi se constituindo em um papel importante na sociedade mineira. Desenvolvida na linha de pesquisa “história e historiografia da educação” e construída segundo procedimentos metodológicos de abordagem biográfico-histórica, a investigação contou com estas fontes: livros de poemas e de prosa jornalística, correspondências, decretos e discursos. Esse rol permitiu centrar o estudo no pensamento escrito do intelectual. Pelos resultados, foi possível observar a trajetória de Lima na condição de um catalisador e conciliador de visões políticas distintas; sobretudo, como alguém que foi da condição de poeta à de político membro do Partido Republicano Mineiro. No processo, se tornou defensor de uma educação fundada em princípios advogados pelo movimento escola nova. Sua defesa aparece num momento de efervescência intelectual-educacional ao qual ele não ficou imune. Em especial a partir de 1930, veio à tona o intelectual preocupado com a formação docente na condição de pilar da difusão do grupo escolar e do Ensino Primário. Sua ação supôs não só pensar, mas também fazer, pois era secretário de Educação e Saúde Pública.

Palavras-chave: sujeito histórico; intelectual; trajetória; escola nova; formação docente

ABSTRACT

SILVA, Monique A. *From poet to politician: Noraldino Lima as an intellectual active in Minas Gerais state politics and education, 1906–33*. Thesis (Doctorate in Education) — Education College at Federal University of Uberlândia, 2022.

This doctoral thesis presents a research in the area of history of education in Brazil that aimed to study Noraldino Lima as an intellectual and his performance in politics and education in Minas Gerais in the years 1906–33. He is a personality remembered by studies related to the theme of this thesis, but almost always in the form of secondary references, and never as a central focus, as this study tried to do. The research underlying the thesis started from this question: who was the historical individual Noraldino Lima and what were his actions in politics and in education. The research aims converged to an analysis of his life background bearing in mind his role as an intellectual as a politician and as educator, in order to delineate how Lima was constituting an important role in Minas Gerais state society. Developed in the research line “history and historiography of education” and constructed according to methodological procedures of a biographical-historical approach, the research relied upon sources like poems and journalistic prose books, correspondences, decrees and discourses. All them allowed us to focus on studying the written thoughts of an intellectual. Results make possible to observe Lima in his life trajectory as a catalyst and conciliator of different political views, above all, as a poet who turned out to be a political member of Minas Gerais Republican Party. In this process, he advocated an education founded on principles of so-called Escola Nova movement (progressive education). His defense appears in a moment of intellectual-educational effervescence to which he was not immune. Especially from 1930 onwards, the intellectual concerned with teacher training as a pillar of the dissemination of the school group and primary education came to the fore. His action supposed not only to think, but also to do, as he was secretary of Education and Public Health.

Keywords: historical individual; intellectual; trajectory; escola nova movement; teacher’s training.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Diagrama com projeção da rede de sociabilidade de Noraldino Lima, 1906–33	37
FIGURA 2	Capa e frontispício do livro <i>Meridianas</i> , com poemas de Noraldino Lima, 1908	60
FIGURA 3	Capa e contracapa de folheto reunindo artigos de Noraldino Lima sobre o ex-governador de Minas Gerais Raul Soares	78
FIGURA 4	Linha do tempo indicativa da participação de Noraldino Lima no governo de Minas Gerais, 1924–33	114
FIGURA 5	Capa do folheto <i>Presidente Antonio Carlos</i> , contendo texto homenagem assinado por Noraldino Lima, setembro de 1927	118
FIGURA 6	Linha do tempo da correspondência entre Noraldino Lima e Olegário Maciel, 1930–3	121
FIGURA 7	Linha do tempo de reformas educacionais em Minas Gerais de 1906 a 1927–8	136
FIGURA 8	Capa da <i>Revista do Ensino</i> , abril de 1927	150
FIGURA 9	Reprodução de capa da nova fase da <i>Revista do Ensino</i> — 15 out. 1932	154
FIGURA 10	Capa do folheto <i>Movimentos pela educação</i> , de Noraldino Lima, 1935	170
FIGURA 11	<i>Colecções das leis e decretos</i> (1927), livro contendo o decreto 10.362/1932	179
FIGURA 12	Projeção temporal de discursos de Noraldino Lima como secretário de Educação e Saúde Pública em Minas Gerais, 1931–4	183

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	A instrução primária em 1927	156
QUADRO 2	Movimento de propagação do ideário da escola nova na <i>Revista do Ensino</i> de Minas Gerais, 1928	160
QUADRO 3	Divulgação de métodos na <i>Revista do Ensino</i> de Minas Gerais, 1929	163
QUADRO 4	Artigos da <i>Revista do Ensino</i> com leituras para formação normalista, 1930	165
QUADRO 5	Artigos da <i>Revista do Ensino</i> com temas afins a características da escola nova, 1931	167
QUADRO 6	Artigos de reflexão educacional-pedagógica da nova fase da <i>Revista do Ensino</i> , 1932	169
QUADRO 7	Autores e títulos de artigos sobre o movimento escola nova na <i>Revista do Ensino</i> de Minas Gerais, 1933	173
QUADRO 8	Artigos da <i>Revista do Ensino</i> , 1934	180

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DA POESIA AO JORNALISMO, DA FORMAÇÃO POLÍTICA AO INTELECTUAL	18
1.1 Intelectual: uma categoria sociológica	20
1.2.1 O intelectual por conceito	25
1.3 Um poeta ascende à política: as origens do intelectual	27
1.4 Ser intelectual, ser político: relações sociais e rede de sociabilidade	32
1.5 À guisa de recapitulação	41
2 DE DIRETOR DA IMPRENSA OFICIAL A POETA: UMA “POÉTICA DA MINERIDADE”	42
2.1 Aparição e ascensão do poeta	43
2.1.1 Na academia, entre os “amadores das letras”	49
2.1.2 O autor em versos	51
2.2 No <i>valle das maravilhas</i> : “o diário de bordo” de Noraldino Lima	69
2.2.1 Noraldino Lima: do jornalismo ao político	77
2.3 À guisa de recapitulação	81
3 DE POETA A POLÍTICO: A NOVA ORDEM À MINEIRA	83
3.1 Ascensão do republicanismo: política e educação como projeto	85
3.2 A Constituição republicana: “construção da nova ordem” em Minas Gerais	94
3.2.1 Disputas eleitorais: ações no/do Partido Republicano Mineiro	108
3.3 De defensor do republicanismo a membro do governo	113
3.3.1 Um governador modernizador, um jornalista observador	115
3.3.2 Um governador inexperiente, um jornalista eloquente	120
3.4 À guisa de recapitulação	146
4 INSTRUÇÃO PÚBLICA E ESCOLA NOVA: AÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MINEIRA	148
4.1 Reformas em revista: a formalização da educação mineira	150
4.1.1 <i>Revista do Ensino</i> e Noraldino Lima: difusão da escola nova e suas influências	155
4.2 A formação docente em revista: fundamentos e ações publicizados	181
4.3 À guisa de recapitulação	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	198
ANEXOS	210

INTRODUÇÃO

Na condição de abordagem histórico-biográfica de Noraldino Lima como intelectual da educação em Minas Gerais, esta tese materializa um estudo cuja pesquisa subjacente tem trajetória iniciada bem antes da aprovação no exame para o doutorado. Num período de quase dez anos, fomos do contato com alguns temas de estudos regulares da graduação em Pedagogia à redação final desta introdução; das discussões disciplinares em sala de aula sobre noções gerais do movimento escola nova a este estudo focando em um de seus defensores mineiros; passando por estudos sobre a *Revista do Ensino* de Minas Gerais em nível de iniciação científica.

Essa carga de estudos permitiu imergir na história da educação em Minas Gerais na Primeira República, sobretudo de 1925 a 1933; ou seja, imergir em artigos da revista sobre o movimento e suas consequências, as mudanças que desencadeou nesses oito anos, inclusive as intercorrências na instrução pública. Tais temas de interesse pré-tese se traduziram em interesse de ampliar e consolidar conhecimentos sobre escola nova em Minas Gerais, tema recorrente na revista, cuja circulação no estado foi almejada e estimulada para divulgar metodologias de ensino. Um campo lógico para isso seria a história da educação, por exemplo em vertentes da linha de pesquisa “história e historiografia da educação” do programa de pós-graduação Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Chegar a esse patamar exigiria, na condição de primeiro passo, ampliar meus estudos com a leitura de textos de fundamentação histórica e estudos históricos específicos da educação mineira. O segundo passo foi entrar no mestrado em Educação, nível em que seria apurar mais o olhar para a educação mineira, tendo como fonte de pesquisa histórica a *Revista do Ensino* e, como foco, a continuidade dos estudos sobre escola nova e mudanças nas metodologias educacionais. Contudo, o olhar foi direcionado para um grupo escolar da cidade de Uberaba, MG, e suas práticas de alfabetização e ensino primário.

Nesse envolvimento com os temas e objetos referidos acima, um nome foi se fixando na memória e nos textos; talvez pelo contraste que oferece, com o nome mais raro — Noraldino — e sobrenome mais comum — Lima. Seu nome aparecia com recorrência na condição de autor de artigos da *Revista do Ensino* ou sendo citado por outros autores. Assim, usando como categorias de classificação as palavras escola nova, métodos e Noraldino Lima, montamos tabelas cronológicas com mês e tema envolvendo fatos da revista que permitiu vislumbrar momentos em que aparecia o nome Noraldino Lima. Mais que isso, a sistematização cronológico-temática possibilitou ver Lima em conexão forte com a escola nova, sobretudo em artigos.

À medida que ia se construindo uma compreensão de que Noraldino Lima teria tido participação expressiva na educação de Minas Gerais nos anos 1930, inquietações foram se delineando: será que Lima, citado em vários artigos da *Revista do Ensino*, foi atuante nas mudanças educacionais mineiras? Em que lugar estava enquanto ocorria o movimento escola nova?

Estava claro que estudaríamos Noraldino Lima mais a fundo e em específico; a cada leitura aumentava a vontade de estudá-lo a fundo. A curiosidade inicial evoluiu para um interesse forte na vida de Lima, a ponto de a delinear um possível objeto de estudo. Vislumbramos a possibilidade de elegê-lo para a pesquisa de doutorado, cujo tempo de execução daria fôlego para um mergulho mais demorado na história pessoal. Mais que aprofundar, quisemos reunir o que havia sido feito em nome de uma compreensão histórica até então dispersa e incipiente. Os consensos delineados haviam sido em torno de uma pessoa influente na educação mineira, justamente, quando ela era tomada como modelo para outros estados.

Visto que Noraldino Lima havia se pronunciado em nossas leituras da *Revista do Ensino*, foi esta a medida tomada de início para desenvolver o estudo. O manuseio da publicação o mostrou na condição de autor de artigos cuja leitura despertou certa

curiosidade sobre sua figura pública: o que foi e o que fez na educação mineira. De fato, há estudos que citam sua participação na política mineira e na *Revista do Ensino*; mas o fazem com superficialidade. Ainda assim, foram leitura útil para familiarização maior com tal personagem, além de se associarem a temáticas desenvolvidas em estudos mais genéricos de história da educação em Minas Gerais. Certa bibliografia nos levou a notar a relação de Lima com nomes de mais destaque na construção de tal história; mas parecia faltar um tratamento mais detido sobre tal sujeito histórico. De antemão, não nos foi possível, por exemplo, reconhecer indicações do lugar que Lima ocupava na história de Minas Gerais e que espaços da educação mineira ocupou e permeou.

Naquele momento, um argumento de pesquisa começou a se delinear: um tratamento histórico-biográfico de Noraldino Lima tendo em vista seu envolvimento com o movimento escola nova. Mas percebemos que só a *Revista do Ensino* não bastaria como fonte para traçar a trajetória histórica dele. Seria necessário buscar outras fontes: livros de época, jornais, discursos, correspondências e decretos.

Na procura e na lida com novas fontes, Lima ia se mostrando ainda mais um personagem complexo. Havia migrado da condição de poeta à de político em quase quinze anos de atuação como homem público. Foi de diretor de periódico e diretor da Imprensa Oficial, de secretário de Educação e Saúde Pública e correligionário do Partido Republicano Mineiro a homem de confiança de Olegário Maciel quando este esteve à frente do governo. Então secretário, foi paraninfo de muitas turmas de normalistas cuja formatura era ocasião para seus discursos em todo o estado, de 1931 a 1934. Não por acaso, seus discursos se afamaram perante públicos em que sempre estavam presentes a importância de as novas professoras aplicarem o ideário da escola nova, discutido ao longo de todo o curso de normalistas.

Analisando as obras de Noraldino Lima, conseguimos orientar a compreensão de sua trajetória segundo três guias: o acadêmico envolvido na formação de normalistas e professor de geografia na Escola Normal; o jornalista atuante em órgãos de imprensa oficiais em Minas Gerais e repórter acompanhante do governo em viagem oficial pelo estado; enfim, o político de projeção no governo de Olegário Maciel. Há um elo unindo as guias: a escrita, seja como criação poética, relato de reportagem jornalística ou reflexão conceitual-pedagógica. Subjacente a esse elo, está, então, o intelectual da educação.

Com efeito, percebemos em Noraldino Lima um intelectual com escopo de atuação amplo: em atividades distintas, esferas públicas diferentes e participações

diversas nos movimentos que caracterizaram sua imersão em certa elite mineira. Mais que produzir ideias sobre a realidade e expô-las ao julgamento público, Lima pôde ocupar posições e percorrer lugares na condição de alguém que, como intelectual, podia ir além do pensar, isto é, podia fazer. Político de projeção, é presumível que tenha tido meios de agir e fazer agir em prol da educação. Desse modo, para desencadear este estudo sobre tal figura intelectual atuante na educação e na política mineira, partimos deste questionamento preliminar-norteador: *quem foi o sujeito histórico Noraldino Lima e quais foram suas ações na política e na educação em Minas Gerais?*

Para especular possibilidades de compreensão de tal indagação (e seus eventuais desdobramentos), delineamos o *objetivo geral* de pesquisa: *construir uma compreensão histórica sistemática* de elementos da vida e da obra de Noraldino Lima tendo em vista o período quando foi agente da esfera público-governamental mineira. Os objetivos específicos que definimos são os que se seguem.

- Traçar a trajetória de ascensão de Noraldino Lima na sociedade mineira como intelectual e político.
- Fazer uma análise das obras escritas de Noraldino Lima que distinga seus perfis na condição de escritor.
- Construir um perfil de Noraldino Lima como intelectual envolvido com a política mineira na Primeira República, com a defesa do movimento da escola nova e com a ação na condição de secretário de educação.
- Delinear formas de interação social que permitiram a Noraldino Lima construir sua rede de sociabilidade e a importância desta em sua vida e carreira profissional-política.

Do ponto de vista do método, a pesquisa que apresentamos nesta tese se situa, sobretudo, na perspectiva teórico-metodológica da história dos intelectuais e foi desenvolvida na linha de pesquisa “história e historiografia da educação”. Dizemos o advérbio *sobretudo* porque a pesquisa pressupõe uma premissa *a priori*: a de que o estudo dos intelectuais se abre à conjugação de ramos da pesquisa histórica, a exemplo da história da educação, história política, história da administração pública e história cultural, para ficarmos em quatro correntes.

Desse modo, para chegarmos a esta tese, foi necessário cruzar elementos e enfoques de vertentes dos estudos históricos. Tendo em vista o contexto, a pesquisa situou seu objeto em meio a embates políticos e educacionais que emanaram do *todo*

para a parte e da parte para o todo. De República a Estado Novo, de Estado laico a “república à mineira”, de grupo escolar a reforma educacional, tudo foram fenômenos de dimensão nacional que ecoaram alto e longamente em Minas Gerais.

Com efeito, este estudo se centra em um indivíduo: Noraldino Lima, que permeou tais eventos; mas o fazemos em meio a assuntos e temas que pressupuseram enfocar movimentos coletivos, como nas relações entre o político — o indivíduo — e seu partido — a coletividade. Assim, partimos do estudo centrado em Lima para compreendê-lo em contexto(s) e, então, voltarmos a ele. Com tal intenção, o método de pesquisa mais coerente foi uma fazer abordagem histórico-biográfica, em que supusemos compreender a vida do personagem, não em função dele apenas, mas das relações dele com sua família, seus pares, sua comunidade e a sociedade geral. Intentamos fazer uma pesquisa em que o elemento biográfico — a individualidade — fosse o parâmetro para entendermos o dado social — a coletividade; ou seja, as relações do sujeito histórico com os grupos sociais.

Nesse propósito, tivemos em mente o que pensa Dosse (2009): a pesquisa acerca da singularidade do sujeito é, também, uma pesquisa dos padrões sociais que ele partilhou com seus iguais. Igualmente, cremos dialogar com Halbwachs (1990): importa estudar um intelectual como “testemunha de um tempo”, alguém que representa grupos: seus interesses, seus credos, seus valores, suas ideologias..., pois essas dimensões da vida de um indivíduo ajudam a ampliar e conectar memórias coletivas.

Portanto, analisamos a vida de uma pessoa — Noraldino Lima — para sabermos que impacto sua existência teve na vida outras pessoas — noutras existências. Conhecer a vida desse intelectual da educação é — para nós — saber de que modo ele concebeu e o que fez pela educação. Pensamos que, assim, poderíamos dar mais autenticidade à construção do saber histórico do passado da educação no Brasil; isso porque, na tentativa de conhecer o sujeito,¹ procuramos conhecer os objetos e suas práticas, os gestos, as atitudes e os modos, os costumes e os hábitos, as necessidades, as aspirações

¹ Conforme Magalhães e Barreto (2016, p. 75–6), “O historiador da educação vem, nas últimas décadas, se dedicando a cada uma das revisões elencadas e no tocante à revisão da categoria sujeito, que se encontra dedicada aos sujeitos intelectuais ou não da educação, um crescente interesse que já se vem notando. Como já insinuado, são muitos os personagens da educação que têm suas ideias, ações e produtos contemplados na historiografia da educação se valendo, o pesquisador inclusive, de estratégias e instrumentos de investigação que visam problematizar momentos e traços da história, até então, não contemplados e/ou considerados de maneira distinta, às vezes, unilateralmente” (MAGALHÃES; BARRETO, 2016, p. 75–6).

e motivações; também as frustrações, os problemas, os tempos e os lugares em que e com que sua vida se fez presente.

É claro, não nos interessou o todo da trajetória de Noraldino Lima — nem isso seria provável de acontecer; foi a identidade biográfica, profissional, intelectual e social que suscitou interesse. Tentamos compreender em que meios ele se inseriu, a forma em que se socializou, que vínculos estabeleceu com as demais pessoas com quem conviveu. Cabe frisar que não quisemos fazer uma biografia em sentido estrito nem um estudo exaustivo da vida de Lima. Citemos Dosse: ao estudo biográfico de intelectuais interessa a faceta do sujeito homem de letra. Leiamos o que disse o historiador francês.

Para escrever, pintar, compor, o intelectual precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, situa-o no mundo cultural e permite-lhe interpretar o mundo político e social de seu tempo. Intelectuais são, assim, homens cuja produção é sempre influenciada pela filiação a associações e instituições, e pelo pertencimento a uma série de grupos e “lugares de sociabilidade”, que podem ser mais ou menos formais, além de marcados por práticas culturais tanto de oralidade como de escrita (DOSSE, 2009, p. 361).

Desse modo, pretendemos que este texto cheio de alusões biográficas da vida Noraldino Lima o mostre em relação com a educação: seus movimentos e seus processos. Poeta, professor e agente público-político, Lima se socializou com grupos importantes para entrar na elite política mineira e em suas instituições, também, em meio à elite intelectual. Com este enfoque em sua vida, obra e ação, vislumbramos um estudo que pudesse ser útil ao conhecimento histórico da educação brasileira pelo viés dos intelectuais que ajudaram a consolidar um pensamento escolar brasileiro.

Noraldino Lima foi um intelectual atuante; mas de forma mais discreta. Nos bastidores políticos e educacionais, destacava-se pela escrita e oratória. Esse perfil foi se delineando quando começamos a investigar e procurar documentos no Arquivo Público Mineiro para ajudarem a compreender a participação dele na política (ainda que lidar com a miríade de documentos que escreveu tenha exigido criar estratégias e categorias). Os documentos estão espalhados em arquivos de vários lugares de Minas Gerais. Seria um trabalho de minúcia encontrar toda a documentação.

Todavia, achamos artigos de conteúdo pedagógico que o ligam ao movimento escola nova e registram momentos de sua “amizade intelectual” com gente atuante na educação mineira e que se encontrava em solenidades promovidas pelo governo. Com isso, tivemos pistas para ir mais fundo na busca por registros da vida de Noraldino Lima

no período aqui considerado. Chegamos a correspondências, decretos e leis, discursos escritos e livros de poemas, folhetos em homenagem a políticos do Partido Republicano Mineiro. O encontro dos livros dele, divulgadas pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, trouxe um norte importante para definirmos o período e a matéria que deveríamos priorizar para compreender seu papel na sociedade mineira. Podemos considerar que Lima passou por áreas distintas da vida política.

Quando pensamos em um período para entender a função social de Noraldino Lima, percebemos que devíamos analisar de 1906 a 1933, isto é, quando veio a lume seu primeiro livro de poesia e quando terminou seu cargo como secretário de Educação e Saúde Pública. Optamos por focar na sua carreira poética e na política da área de educação. Apresentamos as obras *Albôres* (1906), *Meridianas* (1908) e *Vesperaes* (1919); analisamos o livro *O valle das maravilhas* (1925), escrito durante viagem na condição de jornalista do governo mineiro, homenagens a governadores mineiros: Raul Soares, com dois folhetos: *Raul Soares* (1925) e *Elogio dos mortos* (1926). São um tipo de homenagem ao falecimento do governante mineiro. Também houve *Presidente Antônio Carlos* (1927), textos do primeiro ano de atuação desse governante; *O momento pedagógico* (1934), coletânea de discursos da época de secretário; e *Pela educação* (1935), correspondência escrita a Olegário Maciel sobre a importância de mudanças na educação via decreto. Com isso, conseguimos reunir registros de vida e carreira que projetam o poeta, o jornalista-articulista, o autor de discursos e orador, igualmente o diretor de imprensa, o secretário de Educação e Saúde Pública e o intelectual.

A escolha de Noraldino Lima para ser objeto de estudo se justifica porque, embora tenha sido um intelectual da sua época que trouxe discussões e esteve na esfera política, não teve o destaque de outros. Cremos ser justificável pô-lo em evidência na educação mineira. A construção da pesquisa e da tese, sobretudo a fase de leituras, foi mostrando o acerto de nossa opção: por um lado, pelo ineditismo deste estudo; por outro, pela demanda de um enfoque mais detido nele (ou seja, ele suscita interesse acadêmico). A importância de estudá-lo foi endossada, ainda, pela nossa compreensão de um repertório teórico-conceitual de autores variados, mas Vieira (2008), Aron (1980), Bobbio (1997), Charle (1985): essenciais para vermos em Lima um intelectual da educação.

Dito isso, esta tese foi estruturada em quatro capítulos. O capítulo 1 discorre sobre Noraldino Lima antes de 1924, isto é, em seus tempos de formação escolar e iniciação na escrita poética. Discutimos fatos de sua biografia tendo em vista

caracterizá-lo como intelectual. O capítulo 2 trata de Lima na condição de homem dedicado à escrita, sobretudo à poesia. Dedicamos a análise a textos de suas obras na tentativa de reconhecer um sentimento de pertença a Minas Gerais, ou seja, um sentimento de “mineiridade” como elemento recorrente em sua visão da realidade mineira, também traço que o eleva à Academia Mineira de Letras. O capítulo 3 enfoca Lima em sua vida política em meio à construção de uma ordem política em Minas Gerais. Fazemos um retrospecto de modo a situá-lo no processo de proclamação e consolidação da República, sobretudo em Minas Gerais — onde houve desdobramentos singulares como uma constituinte distinta —, e sua atuação no Partido Republicano Mineiro. O capítulo 4 apresenta o Lima secretário de educação entusiasta do movimento escola nova, a ponto de projetar a *Revista do Ensino* como veículo de discursos — artigos dele e de outros — que difundiam o ideário da pedagogia associada ao movimento.

Dito isso, a pesquisa aqui apresentada envolveu estudos na área de história da educação (em Minas Gerais) e da história dos intelectuais. A pesquisa almejou realçar Noraldino Lima como sujeito histórico atuante na política e na educação. Estudá-lo na condição de intelectual foi um movimento desafiador, pois até chegarmos a esta tese ele não tinha sido pesquisado a fundo; sua produção e atuação careciam de tratamento mais holístico, mais focado no sujeito e na obra, que permitisse vê-lo agindo em searas distintas e catalisando uma visão política e intelectual da educação em Minas Gerais.

I

DA POESIA AO JORNALISMO, DA FORMAÇÃO
POLÍTICA AO INTELECTUAL

A leitura de estudos históricos sobre as relações entre educação e governo em Minas Gerais na primeira metade dos séculos XX, fatalmente, leva ao nome Noraldino Lima. Mas seu nome aparece em posições um tanto secundárias; ou seja, é citado em pesquisas sobre outros assuntos mais destacados na construção da história da educação mineira: reforma Francisco Campos, anuência do governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e *Revista do Ensino*, para ficarmos em exemplos de objetos de estudos recentes na história da educação. Em que pese o tom do tratamento intelectual dado a tal personagem — se enfático ou não —, o nome Noraldino Lima apareceu em certo círculo social já nos primeiros anos da República; de algum modo, não ficou anônimo no universo intelectual que se constituiu em Minas Gerais, em especial com os avanços da reforma educacional, que se tornou modelo para outros estados.

Com efeito, o entendimento histórico mais recorrente sobre Noraldino Lima e sua atuação social o circunscreve à instrução pública de Minas Gerais. Seu nome se fez presente, por exemplo, na imprensa mineira a partir do decênio de 1920. Evidentemente, a escolha dele para ocupar cargos elevados na hierarquia funcional do governo não foi casual; isto é, Lima já havia dado mostras de sua competência intelectual, a ponto de atrair a atenção de políticos e governantes. Tais mostras de competência se referem, em certa medida, à sua produção poética, que o destacava na sociedade letrada e, daí, na

política mineira. Nesse sentido, entendemos que tentativas de situá-lo na história de Minas Gerais e de delinear sua importância (ou não) para educação mineira devem, necessariamente, considerar esses primórdios em que ele se lançou como poeta.

A escrita deste capítulo almejou fazer essa volta aos primórdios da República em Minas Gerais. Esse movimento se fez importante para justificar por que estudar Noraldino Lima. Afinal, se sua vida e atuação profissional e intelectual são, de fato, de interesse histórico-educacional, então pensamos que já deveriam ter sido tratadas. Assim, o desafio parece ser duplo: evidenciar sua importância como objeto de estudo histórico e oferecer uma compreensão de por que seu nome parece estar um tanto ausente de pesquisas da história da educação mineira. Dessa compreensão, poderia vir o entendimento de quais foram as funções de Lima como agente político e agente público, ou seja, da forma estava inserido na história política, educacional e literária de Minas Gerais.

A inserção de Noraldino Lima na vida pública mineira se condicionou à sua condição de poeta: *ser* pensante, reflexivo, atento às mazelas da realidade; *falante* detentor de oratória, apto a se destacar pelo uso do discurso (pelos seus discursos), capaz de se impor pelo emprego elaborado da palavra falada e escrita. Tais atributos projetaram Lima como intelectual em meio a outros intelectuais, sejam os de Minas Gerais, sejam os de estados como São Paulo, onde se impôs o movimento escola nova. Nesse sentido, importa saber se Lima pode ser considerado como intelectual (da educação), por que e que tipo de intelectualidade se coaduna com ele (com sua produção). Construir esse saber exigiu lastrear a discussão em noções sobre quem é considerado intelectual: o artista, o escritor, o filósofo trabalhando diretamente com os pensamentos ou o sujeito atuante em campos diversos. Esses pontos nos levam à necessidade de saber se e com quem Lima se relacionava intelectualmente e quem o inspirava.

Nesse sentido, foi preciso recorrer a conceitos que, em geral, os historiadores da educação têm usado para estudar os intelectuais. É o caso das palavras *intelligentsia* e intelectual, apresentados aqui segundo um estudo bibliográfico de conceitos afins à ideia de intelectual. Nossa abordagem se vale em autores como Bobbio, Novaes, Aron, Engel e Vieira, os quais ajudaram a consolidar nossa linha de investigação histórico-educacional: da compreensão conceitual às possibilidades de aplicação interpretativa do conceito de intelectual nos limites espaço-temporais delimitados como recorte da realidade social, objetiva.

Eis, então, como procuramos atribuir sentidos histórico-educacionais ao sujeito Noraldino Lima e à sua experiência de vida profissional cujos registros ficaram materialmente preservados de algum modo. Em síntese, importa aqui situá-lo como intelectual mineiro de atuação na política e, sobretudo, na educação. Tal atribuição de sentidos permeia os argumentos temáticos que estruturam o capítulo: a escolha de Noraldino Lima como objeto de estudo e a ausência expressiva de seu nome nas pesquisas de história da educação mineira; a noção de intelectual nos séculos XIX e XX tendo em vista seu papel na sociedade; a bibliografia de Lima como indício de sua construção como intelectual. Esses pontos delineiam, então, a convergência deste capítulo para nossa intenção geral: situar Lima no processo histórico da educação de Minas Gerais na primeira metade do século XX e sua condição de intelectual com participação ativa em governos mineiros e em meios políticos passíveis de terem ajudado a mudar sua produção; isto é, de tê-lo feito deslocar seus interesses de escrita da poesia à educação, do verso lírico à prosa dissertativa; e se deslocar da posição de poeta para a de intelectual.

1.1 Intelectual: uma categoria sociológica

Um ponto de partida para entendermos Noraldino Lima como intelectual e compreender tal categoria são os significados evocados pela palavra em estado de dicionário.² O *Aurélio* — ou seja, dicionário genérico de língua portuguesa — informa que intelectual é palavra de origem latina, do substantivo *intellectuais*. O vocábulo designa aquilo que se refere ao intelecto, à mente ou o que com estes se relaciona: o que é próprio do intelectual como homem. Assim, temos uma reunião de intelectuais; o que expressa tendência, interesse, vocação, familiaridade etc. para lidar com assuntos como artes em geral, filosofia, poesia, prosa de ficção e outros produtos da chamada cultura erudita. Esses sentidos, é claro, permeiam intenções de um uso mais geral da palavra; mas há usos mais específicos, como os que se associam a certas posições ocupadas na sociedade, a exemplo de cargos público-políticos. Portanto, é preciso ir além do *Aurélio*.

² A locução “estado de dicionário” aparece em verso do poema “Procura pela palavra”, de Carlos Drummond de Andrade, e é usada aqui como se fosse um provérbio, um dito popular, ou seja, sem intenção de citação do poeta.

Com efeito, no *dicionário político* de Bobbio, Mateucci e Pasqualino (1998, p. 637), lemos uma definição de intelectual algo distinta. O vocábulo apresenta dois sentidos que, na superfície, aparentam similaridade, redundância até. Se vistos com olhar atento ao detalhe, à especificidade, então os sentidos se distinguem nesta chave: “Em primeiro lugar”, intelectual tem sentido sociológico: “categoria ou classe social”; numa ou noutra, o intelectual se distingue pela instrução e competência científica, cognitiva e intelectual, técnica e administrativa, dentre outros atributos com que se superpõe à média; compreende pessoas que desempenham “atividades ou profissões especializadas”, não manuais (ainda que mãos e dedos possam ser fundamentais a um ensaísta, por exemplo). Em segundo lugar, há uma “acepção, mais vulgar”, própria de certa publicização, certa literatura afins ao pensamento político e cultural, por exemplo. Nessa chave de entendimento, intelectuais seriam escritores “engajados”; também o seriam “artistas, estudiosos, cientistas”, em geral quem “[...] tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates políticos”. Desses dois sentidos do dicionário político, derivamos o entendimento do sentido político como indissociável da ideologia e da cultura.

Portanto, do sentido geral ao específico, definições de intelectual não são estanques; são guias, bases, conhecimentos prévios, parâmetros... numa palavra: medida de compreensão. Desse modo, estão sempre sujeitas a revisões e relativizações, a retificações e ratificações, dentre outros procedimentos emanados da pesquisa e análise sobre ditos e escritos, ações e fatos afins à vida dos intelectuais.

Apresentada essa compreensão mais preliminar dessas possibilidades de sentidos, passamos a construir um entendimento da palavra intelectual como designativa de um sujeito histórico peculiar. Tal sujeito emerge em pesquisas recentes na história da educação no Brasil com foco, sobretudo, em *homens* que se alçaram à condição de intelectuais. De imediato, importa destacar que a compreensão das definições de intelectual presume dois momentos em que houve mudanças de sentidos. O corte no primeiro momento ocorre em meados do século XIX; daí em diante até o século XX ocorre o segundo corte. Uma referência nesse espectro da existência dos intelectuais é o chamado caso Dreyfus, cujas consequências afetaram certa visão de intelectual e ensejou transformações na pesquisa.

Até a metade do século XIX, o campo intelectual era considerado em sentido lato. Intelectual era um trabalhador alheio aos serviços manuais; um tanto afim a essa concepção é a outra noção que define intelectual como o perito e o letrado — ou seja, o escriba. Mas, como disse Aron (1980, p. 180), “Na França, ninguém chamará aquele que trabalha num escritório de ‘intelectual’, mesmo se este cursou a universidade e obteve um diploma”. Dito de outro modo, não basta a execução de um labor não manual, como o de escrever; jornalistas da imprensa escrita não seriam necessariamente intelectuais porque escrevem para dado jornal ou revista. “Estes equívocos provêm da conjunção, no conceito de intelectuais, de diversos caracteres, nem sempre dados simultaneamente”; logo, para “esclarecer a noção”, o mais sensato — “o melhor método” — seria “partir dos casos puros antes de chegar aos casos duvidosos” (ARON, 1980, p. 181). Com isso, Aron endossa a ideia de que a pesquisa sobre os intelectuais modifica a noção de intelectual, assim como a sustenta.

Em que pesem as mudanças na consideração do que seja ser intelectual, importa situar o segundo momento da constituição de uma noção intelectual — metade do século XIX e século XX — como tempo em que se impõe uma noção. É o momento de transformação no que se entende por intelectual, isto é, de conscientização dos intelectuais. Mais que o atributo do labor e dos interesses, passa a caracterizar o intelectual, também, o espaço que ocupa e as ideias que concebe, sustenta, expõe, divulga, discute...

Com efeito, de 1850 em diante, mudanças no universo afim à ideia de intelectual deram os primeiros sinais, traduzidos numa primeira definição: a de *intelligentsia*. Esta considerava os escritores, o que ampliava o perfil do grupo social, ou seja, eram mais numerosos os intelectuais do que haviam sido por tradição. Aron (1980 p. 182) se refere a esse contexto em termos que merecem replicação aqui, dado seu potencial esclarecedor:

A palavra *intelligentsia* foi aparentemente empregada pela primeira vez na Rússia, no século XIX: aqueles que tinham cursado uma universidade e recebido uma cultura cuja parte essencial era de origem ocidental constituíam um grupo pouco numeroso, exterior aos quadros tradicionais. [...] O espírito e as ideias liberais também contribuíam a inclinar para a revolução a *intelligentsia*, que se sentia isolada, hostil à herança nacional e como que impelida à violência (grifo nosso).

A passagem — assim lemos — deixa patente o atributo inicial de intelectual como sujeito de atitude passiva: suas distinções eram ter sido universitário; o que, por si só, supunha aquisição de uma cultura erudita, mas que passava pela mediação do professor, seja com diretrizes de estudo ou avaliação de trabalhos, por exemplo. Mais que produzir e divulgar ideias na universidade, importava assimilar ideários; ainda que estes pudessem motivar a produção de pensamento. Dito de outro modo, importava a assimilação do que era ditado, sobretudo, na Europa ocidental, como sugere a referência ao liberalismo.

No conceito de *intelligentsia*, está um quadro de vida pública que vai se encaixar na sociedade que surgia no século XX. Impõe-se o homem culto: orador eloquente, nacionalista, defensor de mudanças sociais. Passava-se do cenário literário ao político. Dessa maneira, quando pensamos em Noraldino Lima como intelectual, é à luz desses conceitos, pois o meio que o circundou foi o da literatura — da poesia —, assim como da política — cargos de confiança. Tal qual diz Vieira (2008, p. 69), o vocábulo *intelligentsia* se associou “[...] à *idéia de elite* que se definia pelo *grau de formação* e de competência para tratar com o *conhecimento erudito* e com a *cultural em geral*, em contraste com as elites de sangue ou de posição econômica”; igualmente, *intelligentsia* “[...] se vinculou à *idéia de grupo* que, gozando de *capacidades superiores de análise e de elaboração* de propostas sociais, se constituía como protagonista político privilegiado” (grifo nosso). Tal privilégio se projetava nos “jovens cultos” que, em torno de “reformas sociais”, demandaram a si a condição de “guia do povo e do grupo portador da consciência nacional”.

Pensada na vida pública, a ideia de *intelligentsia* permearia os séculos XIX e XX; em especial por um ideário afim às revoluções. Nesse sentido, evocamos o cenário da França pós-1789, quando se delineou uma ideia de intelectual que reavivava o vocábulo *culto*, a exemplo da expressão *pessoa culta*. Intelectual seria, sobretudo, um ser de *cultura letrada*, de erudição. Antes, o adjetivo diferenciava analfabetos de alfabetizados. Nessa chave de entendimento, a categoria intelectual parece preceder o contexto do caso Dreyfus; embora a discussão tenha começado só no fim do século XIX, de início na França, depois mundo afora. Bobbio (1997, p. 11) tratou desse ponto em sua síntese conceitual:

Hoje, chamam-se intelectuais aqueles que em outros tempos foram chamados de sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de lettre*, ou mais simplesmente escritores, e, nas sociedades dominantes por um forte poder religioso, sacerdotes, clérigos. (Não por acaso, assim os chamou Benda para poder lhes atribuir a função nobre de custodiar a verdade acima das facções em luta pela conquista do poder mundano). *Embora como nomes diversos, os intelectuais sempre existiram*, pois sempre existiu em todas as sociedades, *ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico*, que se exerce não sobre os corpos como o poder político (grifo nosso).

Ainda assim, cabe firmar o caso Dreyfus como detonador dessa conscientização *do que era e de quem era* o intelectual. É claro, seu impacto foi no cenário político e cultural francês, no campo revolucionário intelectual. Era um cenário da Terceira República que “pode servir de *espectio* para discernir as transformações sociais que afetaram os intelectuais na segunda metade do século XIX” (CHARLE, 1985, p. 145). O caso foi um marco porque modificou certa visão que destacava os chamados intelectuais livres, cuja maioria ocupava bairros nobres de Paris (CHARLE, 1985).

Em suma, a história dos intelectuais permite reconhecer que a figura do intelectual emerge em um contexto no qual tal palavra tem uso informal, ou seja, genérico; tal uso se reflete, então, na condição social das pessoas designadas pelo vocábulo: basicamente, gente escolarizada cuja atividade laboral de subsistência era fundada no uso do intelecto — da leitura e da escrita. Nessa lógica, se em dado momento o intelectual o era pelo que fazia na sociedade, à medida que esta se tornou mais complexa, dinâmica, institucionalizada, controlada, enfim, mais burocratizada, o lugar ocupado passa a ser um atributo-chave na caracterização do intelectual. É claro, o elemento primário do fazer pode ter perdido status como distinção do intelectual ante outros sujeitos; mas não desapareceu como objeto de curiosidade, interesse e especulação. Assim, a história dos intelectuais vai investir na análise de processos de produção, circulação e recepção de ideias e discursos, isto é, no fazer intelectual.

Com efeito, esse tais processos se aplicam ao caso Noraldino Lima, sujeito que é objeto deste estudo. Fatos de sua vida revelam sua ação na literatura, na educação e na política. Dessa maneira, tentamos caracterizar a vida dele tendo em vista três pontos: *origens* — o lugar social de onde veio; *formação* — a escolarização; e *ação* — atividades laborais e de escrita. Vemos essas questões como fundamentais para traçar o período e a formação de Lima na sociedade mineira.

1.2.1 *O intelectual por conceito*

Conceber Noraldino Lima como intelectual (da educação) supõe alinhá-lo em meio a sujeitos situados como agentes do projeto de construção da instrução pública nacional. Outrora, estudos como o de Helena Bomeny³ puseram em evidência, como intelectuais da educação, nomes associáveis ao movimento da escola nova: Anísio Teixeira, Francisco Campos, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e outros. Não por acaso, alguns estiveram atrás de reformas da instrução pública. Da forma que lemos, o destaque foi dado a educadores que fizeram parte do movimento e deram mais visibilidade à área da educação; e, tal qual diz Vieira (2008, p. 65), os estudiosos “investigaram o movimento do *espírito* que anima a cultura, por meio das obras e das ações dos ilustrados brasileiros” e cujas origens remontavam à “geração de cultos engajados do último quartel do século XIX” (grifo no original).

Em tempos mais recentes, a escrita da história da educação no Brasil tem posto em evidência outros personagens na condição de intelectuais da educação. Nas primeiras décadas do século XXI, as pesquisas foram ganhando corpo e campo, com investigações focadas no surgimento e na formação da escola nova, ou seja, nos anos 1930–3. Igualmente, a ênfase tem abrangido reformas educacionais, iniciadas ainda no fim do império e que marcariam as ações educacionais da República até meados dos anos 1930. Esse interesse parece convergir diretamente para o que pensa Sirinelli (2003, p. 232): “em poucos anos”, a chamada história dos intelectuais passou a ser um “campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.

Com efeito, os estudos mais recentes ofereceram parâmetros fundamentais para estudarmos Noraldino Lima tendo em vista sujeitos importantes que atuaram ativamente nas reformas educacionais e se projetaram como intelectuais da educação. Pelo levantamento de estudos e análises (em geral, em teses e dissertações acadêmicas), vimos que, mesmo quando o foco recai sobre dado sujeito, os trabalhos comentam outros homens que contribuíram para o movimento educacional. No caso de Lima, a situação converge para essa falta de foco. De fato há estudos acadêmicos de fôlego que citam a participação dele no movimento da escola nova; mas nenhum discute tal participação mais a fundo, tampouco seu envolvimento direto na administração da instrução pública. Assim, ainda que possa haver uma compreensão mais sistemática da

³ Cf. Helena Bomeny, *Intelectuais da educação*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

posição social que ele alcançou na hierarquia da sociedade mineira, o entendimento está disperso e pouco acessível, além de nos ter parecido um tanto incompleto.

A despeito de ser menor do que, por exemplo, Francisco Campos, o interesse que Noraldino Lima suscitou entre estudiosos e pesquisadores sugere que não se trata, necessariamente, de um personagem menor. O que falta é, justamente, um tratamento de sistematização com foco maior na figura dele e em sua representatividade política e educacional. Desse tratamento, poderíamos derivar outros atributos relacionáveis com Lima, sobretudo o de intelectual, como a pesquisa aqui descrita pretendeu mostrar.

De fato, pesquisas mais recentes em história da educação no Brasil tendem a dialogar com estudos históricos da França; a interlocução se intensifica na análise de documentos e na problematização dos objetos de estudo. Igualmente, nos estudos sobre a história dos intelectuais da educação brasileira, a orientação francesa se faz presente; isto é, se faz importante numa tendência de pesquisa acadêmica em história da educação. Tal orientação aparece com vigor em investigações — cabe frisar — que tiveram a escola nova como centro de atenção; o que parece um tanto lógico, pois aqueles que se associaram diretamente a tal movimento deixaram documentação farta. Com isso, foi possível delinear pensadores da educação que disseminaram o movimento da escola nova no país. Diz Vieira (2008, p. 67):

Intelectuais e tradições antes desconhecidas vieram à tona, retirando das sombras personagens e cenários antes eclipsados pelo volume significativo de pesquisas sobre alguns líderes do Movimento pela Escola Nova no país, entre os quais destacamos Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Tal legado documental se abriu à cogitação de inquietações, questionamentos e interesses de pesquisas em torno do posicionamento de certos agentes do processo educacional e seu papel como pensadores. Entram em jogo temas como as reformas da instrução pública e a adoção de metodologias, para ficarmos em dois exemplos de assuntos que tais pensadores traduziram em textos escritos e exposições orais. Abria-se uma perspectiva de pesquisa promissora para interessados nos vários agentes que ajudaram a edificar a história da educação no país — em Minas Gerais —, para interessados em entender suas vozes e seus percursos de vida na educação.

Nesse sentido, a discussão exposta nesta tese se aparou em estudos anteriores sobre sujeitos que desempenharam papéis fundamentais na sociedade brasileira (e mineira) quando se trata das relações entre educação e política, entre políticos e educadores, entre educadores e políticos. Nessas relações se destacou um conjunto de homens que refletiram sobre a instrução escolar e materializaram suas reflexões. Embora os nomes de mais projeção pertençam ao século XX, muitos fizeram reflexões sobre a educação do país no período imperial também; e isso nos faz cogitar que a ação intelectual em torno da educação no país teve, ao menos, dois momentos: quando a escola era privilégio de poucos — na monarquia; quando uns poucos privilegiados projetaram a escola como direito de todos — na República.

Antes de avançarmos, convém capitularmos que, quando refletimos sobre pesquisa histórica em torno da categoria sociológica *intelectual*, se faz útil vê-la numa linha do tempo em que ocorre um processo de mudança no pensamento que a concebe como tal. Assim, até a primeira metade do século XIX em sentido global, a ideia de intelectual se referia a pessoas letradas ou artistas que transmitiam certa herança cultural; aí se incluía, por exemplo, uma maioria de clérigos; mas no fim do século XIX houve o que ficou conhecido como conscientização dos intelectuais: uma transformação na sociedade em que se impôs a palavra *Intelligentsia* como designação mais genérica para o tipo de sujeito histórico ou grupo social vistos como intelectual/intelectuais.

Nesse sentido, para aplicamos essa compreensão de intelectual ao caso de Lima, o passo inicial mais lógico é situá-lo no tempo e no espaço, ou seja, como sujeito histórico.

1.3 Um poeta ascende à política: as origens do intelectual

Em São Sebastião do Paraíso, MG, no dia 18 de janeiro de 1885, nasceu Noraldino Lima, de uma família cujo pai era comerciante, mas que não possuía recursos financeiros fartos. Lima teve de começar a trabalhar cedo para ajudar a família. Por causa disso, só aos 10 anos de idade foi para a escola, a de primeiras letras, numa casa-grande próxima à cidade. Tal qual disse Matos (1952, p. 20), “desde a sua inquieta juventude, revelou extraordinária capacidade de ação”.

Noraldino Lima iniciou o curso secundário na cidade de Monte Santo; mas o transferiu para Juiz de Fora. Durante o secundário, nos intervalos de aulas, escrevia seus primeiros poemas. Em Juiz de Fora, ele se formou em Farmácia, em 1910. Uma vez formado, mudou-se para Belo Horizonte. Mas a cidade onde se formou se firmou em sua afetividade. Lima deixou claro que, mesmo após ter se mudado para a capital, manteve seu apreço por Juiz de Fora. Um de seus livros, *O momento pedagógico*, reúne discursos proferidos como paraninfo de formatura na Escola Normal da cidade em dezembro de 1932. Eis o que disse em um deles:

Juiz de Fora foi sempre a cidade do meu enlêvo. Nela comecei, a bem dizer, a minha vida do espírito; nela, minhas esperanças, que eram apenas somente, deitaram as radículas para dentro e as folhinhas verde para fora; nela, entre anseios e sonhos, escrevi os meus melhores versos, — melhores sim, porque jamais tive outros que tão à justa me viessem das fontes vivas do coração; nela finalmente, encontrei, com quem revolvesse uma grupiára, o fundamento de meu lar (LIMA, 1934, p. 103).

Vemos na citação a vontade e necessidade de Noraldino Lima de se aprofundar na literatura. Não por acaso, é nesse momento que entra para a Academia de Letras Mineira, então sediada em Juiz de Fora, mas que iria para Belo Horizonte, assim como Lima. Na capital, ele ingressou no funcionalismo público como amanuense⁴ da prefeitura. Nos primeiros anos de vida na capital, enfrentou dificuldades financeiras. Mas conseguiu se matricular na Faculdade de Direito. Sua condição de figura pública começou a ganhar contornos quando recebeu elogios do jornalista Teófilo Andrade. Num processo ascendente, apresentou-se em setores diversos: foi poeta e orador, jornalista e professor, administrador e político. Sua figura pública começou a projetar a formação de um intelectual.

Com efeito, Noraldino Lima havia começado a escrever poesia ainda no início do curso secundário. Com isso, uma primeira leva de poemas foi publicada em 1906, no livro *Albôres*; uma segunda, em *Meridianas*, de 1908, quando estava morando em Juiz de Fora. Em nota introdutória desse último livro, Lima se referiu aos versos que publicava:

⁴ O vocábulo amanuense designa um funcionário de repartição pública que fazia cópias, registros e que cuidava das correspondências; ou seja, equivale hoje ao cargo de escrivão, secretário, assistente que lida com documentação escrita: produção, manipulação, distribuição, submissão, arquivamento etc.

As pálidas estrofes que hoje reúno em livro e as muitas outras que me ficam inéditas foram todas, uma a uma, escritas nesse *lapsos de dois anos que tenho aqui vivido*; nasceram-me *espontâneos como os arbustos campesinos*, em pequenos *intervalos de aulas*, em hora de *repouso dominical* e *à noite*, quando o corpo, exausto de labores quotidianos, era impotente para refrear o pensamento, a espriar-se infrene, quer nas asas do idílio e do amor, quer nos rastejos do tédio e da solidão (LIMA, 1908, p. 23).

Podemos inferir que a escrita era algo com que Noraldino Lima lidava facilmente, com naturalidade. A metáfora é clara: escrever para ele era como o nascer do mato. Em dados momentos, era capaz de mudar por completo o foco de sua concentração: ir da atenção a práticas de sala de aula (quicá de laboratório) para centrar-se em si: em seu íntimo, sua subjetividade, e então emergir com versos, estrofes e poemas no papel. A familiaridade com a língua portuguesa se estendia, também, às capacidades de uso oral. Prova isso o destaque de Lima como orador. “Pode-se mesmo dizer que à oratória deveu o seu renome, o seu prestígio, a sua posição e os sucessivos triunfos que avultam em sua carreira política e literária” (MATOS, 1952, p. 32).

Com efeito, por intermédio de Wenceslau Braz, Noraldino Lima foi para Juiz de Fora em 1905. Estava, então, como cerca de 20 anos de idade. Uma vez lá, passou a atuar como inspetor de alunos no Ginásio Grambery, a fim de custear os estudos de Farmácia; nessa escola, proferiu seu primeiro discurso. Foi numa excursão que a diretoria do colégio havia feito com os alunos; em dado momento, Lima foi solicitado a discursar aos professores, pedido esse um tanto desafiador, situação essa algo difícil. Mas a força de sua oratória foi tal, que acabou sendo contratado como professor.

A capacidade oratória seria destacada noutras circunstâncias da estada de Noraldino Lima em Juiz de Fora. Quando se “bacharelou, a 15 de dezembro de 1908”, foi escolhido “orador oficial de sua turma”; mais que isso, obteve “todos os prêmios” e venceu “todos os concursos instituídos pelo estabelecimento”. Vieram as medalhas: “de ouro ‘Cabral’”, pela “oratória”; de prata “‘Ao mérito’”, pelo “desenho”. Atribuídas “em concursos”, eram “[...] as maiores distinções conferidas pelo ‘O Grambery’” (MINAS GERAIS, 1926, p. 9).

Nesse sentido, podemos dizer que foi uma atitude quase lógica de Noraldino Lima reunir no livro *O momento pedagógico* discursos ditos por ele de 1931 a 1934. Nesse interregno, parainfou várias turmas de normalistas. Em 1931, então secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, falava com eloquência nas formaturas, em especial sobre a importância do professorado em sala de aula e de princípios da escola nova. Embora fosse o burocrata eleito a parainfo, podemos inferir que Lima falasse às formandas com a voz da razão, guiada pela experiência de quem tinha conhecimento de causa. Afinal, conheceu a sala de aula como aluno e como professor. Em *O momento pedagógico*, podemos ler um discurso de 1931 dito na entrega de diploma às alunas da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte e cujo começo parte da evocação desse passado de docente de Geografia para as turmas de normalistas na Escola Modelo.

Como professor, Noraldino Lima começou a lecionar em escola de fazenda rural; findou a carreira em Belo Horizonte, onde foi professor do Colégio Isabella Hendriz, do Ginásio Dom Viçoso, do Instituto Fundamental, da Escola do Comércio e da Escola Normal Modelo.

Na década de 1920, Noraldino Lima iniciou suas atividades na imprensa, a convite de Raul Soares, então à frente no governo de Minas Gerais (mandato 1922–6). O convite era para ocupar o cargo de diretor da Imprensa Oficial e de redator-chefe do jornal *Minas Gerais*. Além disso, ele “trabalhou 10 anos” no jornal *Diário de Minas*, ligado ao Partido Republicano Mineiro, onde foi de “revisor ao posto de direção”. Na posição de diretor do *Minas Gerais*, publicou textos comentários e noticiosos de fatos afins ao dia a dia do poder público. Sua carreira de jornalista teve reconhecimento literalmente real, isto é, do “rei da Bélgica”, que o condecorou “com a ordem da Corôa” (MINAS GERAIS, 1926, p. 9).

Com efeito, foi na função de jornalista de projeção que Noraldino Lima se viu acompanhando Melo Viana — então à frente do governo estadual — em viagem pela região do vale do rio São Francisco. Então diretor da Imprensa Oficial, Lima produziu textos tão singulares sobre a região e detalhes da visita, que foram publicados em livro, *O vale das maravilhas*, de 1925.

O prestígio do autor se mostrou no destaque dado por Vianna (12 jun. 1925, s. p.): “Noraldino, Você fechou com chave de ouro os artigos sobre o São Francisco. Bella pagina, a de hoje. Bem a merece o crepusculo que admiramos deslumbrados! Convem pôr em livros os seus artigos para maior divulgação”. Nessa passagem, o vocativo

sugere uma mensagem expressamente direcionada ao autor. O tom é de conversa informal, intimidade. Não é um texto escrito para ser lido, necessariamente, pelos leitores da obra; e sim pelo autor. Dada a importância da autoria da nota citada, o conteúdo da mensagem era justificativa para incluí-la na obra. Com efeito, Noraldino Lima havia impressionado Melo Vianna: para este, não bastava ler os textos em página de jornal; igualmente, o jornal seria insuficiente para fazer os textos circularem: por mais “bella” que fosse a página do jornal, era necessário, também, “pôr em [página de] livros” os artigos.

Convém pensar que publicar um livro com textos da viagem serviria, também, aos interesses de publicização de Melo Vianna como político atento e sensível à diversidade do estado, tanto quanto como personagem dos textos. Nos artigos, Lima detalhou a viagem: da fauna à flora, do comércio da região *às reuniões que Mello Vianna fez*. O olhar de poeta pode ter feito diferença na redação dos textos, dada a polissemia que produziram. Matos (1952, p. 36), por exemplo, viu nos artigos dele a voz do “jornalista”, do “economista”, do “político” e, “não raras vezes”, leu a “voz do poeta”. É claro, esse autor escreve respaldado em atributos como “ações de sua vida” e os “merecimentos de sua obra” relativamente à vida de Lima; e não só à viagem relatada em artigos de jornal republicados em forma de livro.

Com efeito, a habilidade com as palavras fez de Noraldino Lima um orador cuja técnica deixou marcas em suas estadas e passagens pelo parlamento e como membro do Partido Republicano Mineiro, ainda que fossem breves, pois quase sempre era requisitado por governantes para ocupar cargos de direção. A atuação na esfera público-política seria, portanto, o ápice da produção social em uma existência permeada até então pela prática cultural da leitura e da escrita. Nesse sentido, se sua produção escrita e atuação na Academia de Letras o situavam na condição de intelectual pelo fazer intelectual; então sua atuação na esfera política vem completar tal condição, pois na política, mais que escrever e propagar seus escritos, suas ideias, ele pôde agir em um plano coletivo: seja na tomada conjunta de decisões sobre o que fazer, sejam nas consequências desse fazer para a coletividade. Enquanto seus feitos como poeta — seus livros — eram suscetíveis de gerar ônus ou benefício social para ele apenas, suas ações como político e agente público teriam consequências para ele sim; mas não só! O alvo de suas ações — pensemos na comunidade escolar — era provável de ser afetado também, para o bem e para mal.

Nesse sentido, parece ser sustentável nossa percepção de Noraldino Lima como intelectual de fato, do tipo que vai da teoria à prática em seu fazer. Assim, ele foi da docência como formador de normalistas a paraninfo de turmas em meio — é provável — à expectativa de que, dele, viria um discurso memorável no dia de formalidades e falas afins à formatura. Lima foi de observador da realidade social que traduzia em palavras suas observações e impressões a político e agente público na posição de poder fazer algo para mudar a realidade social. Assumindo posições de destaque na cultura escrita, elevadas na hierarquia política do poder público e de confiança na estrutura funcional administrativa, Lima pôde ir do poema ao relato jornalístico, do texto de reformas aos decretos. Na posição de político e agente público-administrativo do estado de Minas Gerais, pôde exercer funções importantes; convém lembrar: de diretor da Imprensa Oficial a secretário da Educação, de deputado estadual e federal a diretor da Caixa Econômica Federal e interventor federal em Minas Gerais; a este estudo interessa mais sua colaboração para educação mineira. Seus movimentos pressupuseram interação com gente diversa, em níveis distintos e em lugares variados. O saldo de tais interações foi a formação de uma rede de sociabilidade como elemento caracterizador da existência de um intelectual.

1.4 Ser intelectual, ser político: as relações sociais e a rede de sociabilidade

Poeta, jornalista, professor, político, agente público atuante em instituições como a imprensa e a educação. Foi assim que Noraldino Lima se fez intelectual, com ênfase ora mais na produção cultural — a escrita da poesia e do jornalismo —, ora mais na produção social — a política e a educação. Tal qual disse Matos (1952, p. 34), Lima foi considerado uma figura importante no “ambiente intelectual e político de seu tempo”. Defini-lo na condição de intelectual supõe considerar duas orientações de tal condição. Uma orientação é sociológica: se ele era tradicional (vivia para a escrita) ou se era orgânico (vivia para a escrita, a cultura e a política); outra orientação é histórica: o sujeito é visto segundo suas relações com, por exemplo, grupos sociais e processos afins à cultura, educação e política. A ocorrência ficou registrada em resquícios e resíduos materiais, ou seja, em evidência, documentos, fragmentos passíveis de serem usados para recompor os processos históricos de que Lima participou como sujeito e agente da história (da educação).

Vemos Noraldino Lima como intelectual situável no sentido mais histórico da condição de intelectual. Isso porque chegamos à sua figura de representante educacional e político com base em registros fragmentários de sua vida contidos em cartas, poemas e discursos. Em fragmentos, vimos momentos característicos de sua atuação na sociedade mineira: professor na Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, autor de livros de poesia e partícipe da política de Minas Gerais. Se assim o for, então quando pensamos em Lima e em qual lugar ele se encaixa na posição de intelectual na história da educação (em Minas Gerais), vimos que seria necessário aprofundar os estudos sobre a temática intelectual e delimitar seu campo de discussão em pesquisas prévias. Seria importante para compreendermos Lima na condição de intelectual e sabermos por que ele pode ser visto assim.

Convêm aqui observações conceituais para fundamentar nossa compreensão de como e quando a participação pública de Noraldino Lima na sociedade mineira foi mais ativa. Partamos de Bobbio (1997, p. 69), para quem é preciso pensar na política dos intelectuais, na matéria do discurso e no sujeito intelectual, pois “devemos delimitar bem o nível de discurso a ser feito: o discurso no qual somos levados a dizer a nossa opinião é certamente prescritivo”. No segundo aspecto dito pelo autor, devemos perceber o intelectual dentro da política através da teoria e da prática, da estrutura e superestrutura, do mundo das ideias e do das ações. Noutras palavras, devemos pensar em Lima segundo sua função enquanto vive em uma sociedade. Pelo terceiro aspecto, devemos compreender o intelectual na condição de sujeito através dos meios e dos fins. Podemos ver o Noraldino Lima intelectual à luz de Wolff (2006), que postula três condições para tal consideração: Lima ter sido um sujeito social, ter tido objetivos e ter tido espaço.

Com efeito, quando nos deparamos com condições e pensamos afins ao intelectual na carreira de Noraldino Lima na esfera pública, vemos que vão se encaixando condições propostas por autores como Wolff (2006, p. 47): “o intelectual é aquele que transforma uma autoridade intelectual em autoridade política em nome de uma autoridade moral”. Afinal, pelo papel que Lima desempenhou nos governos mineiros e no Partido Republicano, podemos ver uma trajetória de transformação, de construção, de fazer-se nessa escala que vai do intelectual ao político e ao moral. Noutras palavras, de poeta, Lima foi a político, então a agente público da educação; de fato a ausência de moral pode até existir na escola, mas tende a não resistir por muito tempo.

A condição de intelectual em Noraldino Lima se alinha no que diz Wolff (2006, p. 51) sobre “dilemas dos intelectuais”; por exemplo,

[...] o que distingue o intelectual dos cientistas ou dos políticos. Os cientistas, ou os letrados, os doutos ou os *experts*, se atêm à sua pesquisa ou à sua especialidade, e permanecem em seu domínio de competências: o intelectual, ao contrário, intervém no espaço público e no domínio dos assuntos sociais ou políticos.

Podemos compreender essa ideia de dilemas em meio a intelectuais numa lógica em que, de início, o intelectual é chamado de específico ou total, que poderia ser visto na condição de especialista ou generalista. Isso nos leva a arriscar um delineamento de definições e escolhas para caracterizar mais o perfil intelectual de Lima. Nesse sentido, podemos considerá-lo como intelectual total, pois agiu em mais de um segmento social.

Noraldino Lima não seria um generalista a rigor, pois se restringiu a dois gêneros de escrita, a poesia lírica e prosa para imprensa (textos referenciais: descritivo-informativo, analítico-crítico etc.); mas dois bastaram para lhe munir com uma capacidade de articulação verbal ímpar e com substância ao seu discurso: tinha não só o poder de argumentar, mas também de fazê-lo com veemência e convicção. Essa capacidade foi posta à prova em momentos variados de sua carreira após 1925; também quando se viu viajando de novo pelo estado de Minas Gerais adentro para fazer intermediação política como representante particular do governante Olegário Maciel. Essa atuação leva ao que pensa Wolff (2006, p. 63): “Ter o saber do poder ou denunciar o poder do saber?”. Dito de outro modo, aos intelectuais caberia “adquirir e ensinar o saber do poder que está ligado a um segredo: a retórica, técnica universal para falar, seduzir e convencer, competência dos incompetentes”. Com efeito, em Noraldino Lima, deparamos com discursos que permitem vê-lo numa posição em que podia mostrar “o poder do saber”. Não duvidamos de que tinha “o poder do saber”, mas nos ficou claro que ele se destacou menos pelo que sabia, e mais pela forma de expressou seu saber.

Por fim, impõe-se este ponto da condição de intelectual: ter “Ética da convicção ou ética da responsabilidade?” (WOLFF, 2006, p. 63). Da forma que vemos, Noraldino Lima parece encerrar em si tal dilema, sem que provoque tensões ou conflitos. A “ética da responsabilidade” nos pareceu clara quando o situamos no plano da administração educacional: sua experiência de formação escolar foi complexa e extensa como aluno;

como professor, embora tenha sido breve, a experiência foi intensa. Logo, entendemos que, se a posição de secretário de educação lhe trazia muita responsabilidade, não era sem convicção que ele a desempenhava. Igualmente, a “ética da convicção” nos pareceu clara quando situamos Lima no âmbito da imprensa: a rigor, assumir a direção da Imprensa Oficial era responsabilidade pesada para a qual sua formação escolar não lhe preparou, isto é, não presumiu o jornalismo. Logo, compreendemos que, se ele se viu em condições de assumir tal cargo, é porque tinha convicção forte de suas capacidades como escriba, que eclipsariam eventuais receios pela projeção do cargo.

Ao se estudar a identidade social de Noraldino Lima — origem, formação profissional, vida de escritor e vida política, vínculos dele e de sua poesia com a sociedade mineira —, o sujeito histórico que emerge é um homem cuja ação profissional teve relevância socioeducacional em Minas Gerais; também é o de um intelectual de ação dinâmica na elite política e no governo, ou seja, um agente ativo no pensar sobre a educação mineira tendo em vista seus vínculos com o meio social — a sociedade.

Nesse sentido — e à luz de Júnior e Silva (2019) —, podemos aplicar o conceito de intelectual a Lima porque pôde intervir na vida social pública, ora via imprensa — com textos embebidos em sua verve de poeta; ora via ações concretas como representante e agente do governo do estado — com gestos imbuídos de seu senso de importância da educação.

Como intelectual, Noraldino Lima foi um *sujeito histórico*. Como tal, deixou marcas do seu fazer; umas mais visíveis. Assim, convém tentarmos definir seu papel histórico, isto é, sua atuação social na esfera pública, em que se dedicou a saberes particulares no seu trabalho educacional; área na qual ficou bastante conhecido por causa da forma de discursar em conferências, colações de grau, formaturas, diplomações etc. Não por acaso, discursos seus foram reunidos em livro. A compreensão da ação de Lima na sociedade mineira pode se guiar pela lógica dos pilares como base de sua atuação social; noutras palavras, pelas ações de criar, dirigir e (re)organizar. Tendo em vista esses pilares, pensamos em Lima como sujeito e intelectual que se fez, mas que contou com apoio de outrem. Livros seu foram publicados com suporte da Academia de Letras; sua ida para Juiz de Fora contou com a mão de Wenceslau Braz; e assim por diante.

No processo de construção de sua carreira, Noraldino Lima foi angariando amizades e coleguismos em lugares sociais distintos, entre capital e interior, cidades pequenas e cidades importantes. Ser jornalista e diretor da Imprensa Oficial, ser professor e ser poeta, ser político e ser agente da administração público-educacional, todas essas condições o situaram em ambientes variados, em meio a públicos diversos, em relações sociais distintas e em interações pessoais singulares. A projeção dele na sociedade criou demandas de socialização cujo afunilamento foi definindo atitudes, gestos, frequências e intensidades nas relações nascidas de seu fazer; ou seja, em relação a certas pessoas, e não a outras.

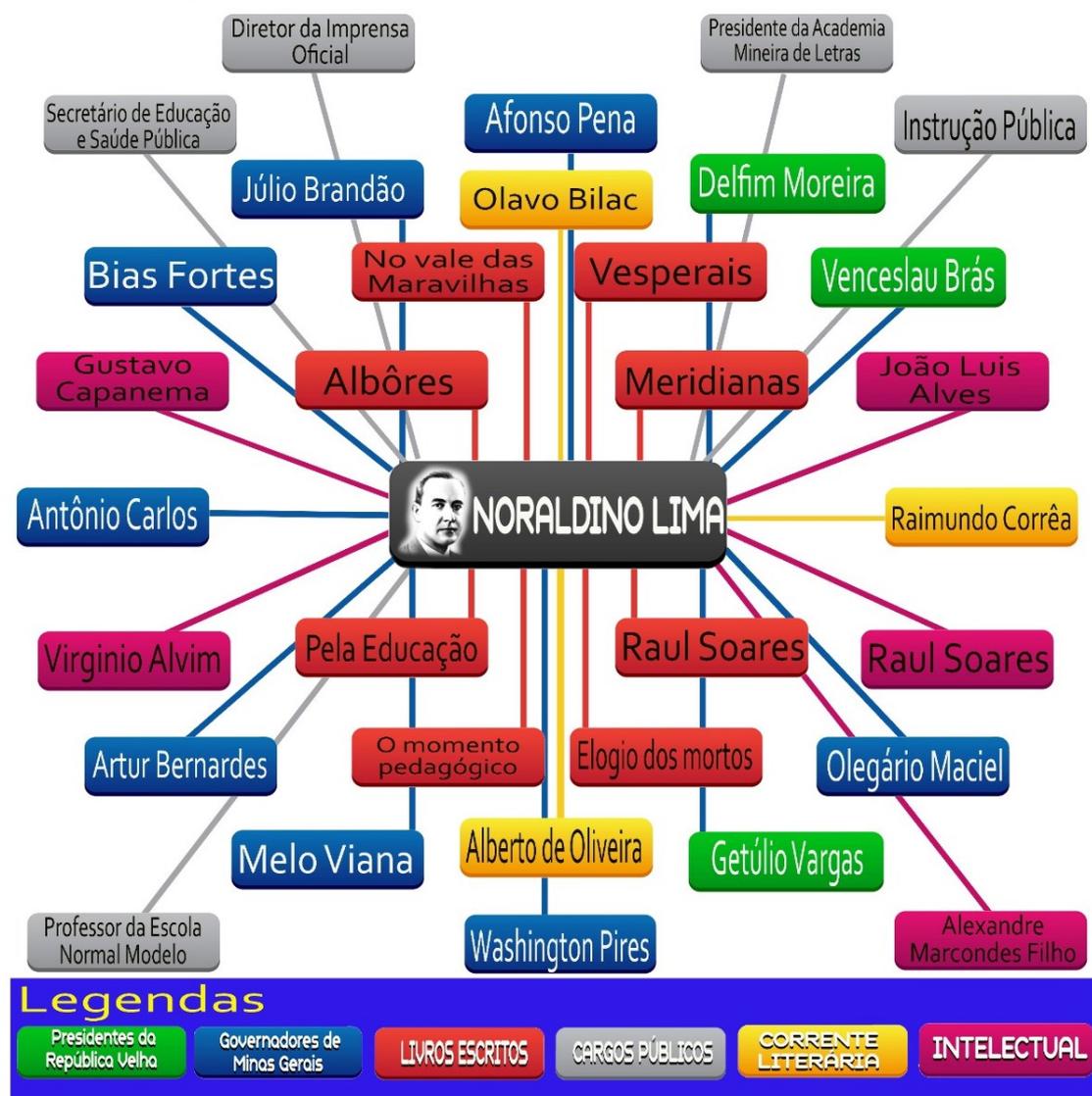
Portanto, tratar de Noraldino Lima como intelectual (da educação) requer considerar essa dimensão social como fator central de sua ascensão social. A socialização motivada pela ação do poeta, do jornalista, do professor, do político e do agente público nos leva ao conceito de sociabilidade, cuja compreensão, por sua vez, nos direciona a modos e itinerários de formação intelectual, bem como a interferências que o intelectual pode fazer na realidade. Assim, quando pensamos na rede de sociabilidade de Noraldino Lima, estamos querendo discutir seus contatos principais e a circulação de seus escritos, também seus movimentos na educação, em especial na *Revista do Ensino*. Noutras palavras, quando pensamos na trajetória educacional de Lima, devemos destacar sua participação nessa revista com artigos sobre o movimento da escola nova e no primeiro Congresso da Instrução Primária (maio de 1927).

Igualmente, merece destaque a condição de Noraldino Lima como secretário de Educação e Saúde Pública, quando, via decreto (10.362, de maio de 1932), concebeu uma proposta de aplicar concepções pedagógicas da escola nova. Sua figura se projetou a ponto de, em 1934, ele ter seu nome inscrito na nomeação de um lugar onde funcionariam laboratório de pesquisas clínicas/investigações e consultório médico-pedagógico. Assim, nasceu o Pavilhão Noraldino Lima, cujo objetivo era atender crianças com dificuldades de aprendizagem, condutas desviantes do padrão e problemas psicomotores.

Da imprensa — jornais e revista —, de livros — poemas e prosa —, de cartas e documentos oficiais, pudemos não só derivar uma compreensão da formação intelectual e atuação profissional de Noraldino Lima; também foi possível projetar sua rede de sociabilidade. Para entender como foi criada essa rede e sua importância ao desenvolvimento dele como intelectual, foi preciso rastrear

espaços por onde passou e pessoas com que se relacionou, em quase três décadas de atuação profissional. Traduzimos esse rastreamento na figura 1, a seguir, a fim de mostrar que Lima sempre esteve presente nos campos da educação e da política e lidou com pessoas que viriam a ser importantes em sua vida, que o ajudariam a tomar decisões.

FIGURA 1. Diagrama com projeção da rede de sociabilidade de Noraldino Lima, 1906–33



A rede de sociabilidade de Noraldino Lima resultou de fontes bibliográficas e iconográficas, as quais permitiram traçar relacionamentos com políticos e intelectuais e cargos ocupados na esfera pública.

FONTE: dados da pesquisa; design gráfico: Monique Adriele da Silva, 2021

Como podemos ver, a compreensão de momentos da vida de Noraldino Lima segundo uma rede de sociabilidade destaca o trânsito de sua pessoa em meio a grupos distintos e períodos variados. É clara sua visibilidade maior em dado momento, quando se relacionava com certas pessoas. Nessa lógica, do ponto de vista político, a partir de 1930–1 percebemos participação ativa maior no governo e publicação mais volumosa de artigos sobre educação. Mas sua participação pode ser vista como um tipo de multimandato, pois Lima passou pelo governo de Bias Fortes, Bueno Brandão, Afonso Pena, Delfin Moreira, Wenceslau Braz, Olegário Maciel e Melo Viana. Sua atuação foi de permanência e resiliência, o que não nos parece pouco. Portanto, redes de sociabilidade e intelectuais da educação se projetam como conjunção fundamental para compreender com quem Lima dialogou em seu tempo e no tempo em que se constrói um pensamento acerca dele.

Na construção da rede de sociabilidade de Noraldino Lima, merece destaque o papel de sua participação política na imprensa oficial e na *Revista do Ensino*. Foi em registros desses dois lugares institucionais que conseguimos delinear sua sociabilidade. Dos caminhos tomados por ele, vale destacar as matrizes literárias a que recorreu: a chamada poesia parnasiana, de representantes como Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Corrêa — este último um poeta francês. Entre 1906 e 1919, sua verve poética vai se manifestar em poemas que exprimem o romantismo, inclusive o ideal de chegar à “poesia perfeita”, e angústias religiosas.

Como autor, Noraldino Lima atribuiu aos seus livros marcas que indiciam sua rede de sociabilidade, como as publicações mediadas pela Academia de Letras de Minas Gerais. Sua bibliografia se abre à compreensão de circunstâncias e sujeitos que contribuíram para compor tal rede. Os livros são: *Albôres* (1906), *Meridianas* (1908), *Vesperaes* (1919), estes de poemas; *Raul Soares* (1925), *O elogio dos mortos* e *No valle das maravilhas* (1925), *O momento pedagógico* (1932), estes de prosa. Mais que isso, os livros revelam dois momentos da vida de Lima: os três primeiros são de seu anonimato político, ou seja, de inserção na Academia Mineira de Letras; os demais revelam sua projeção na condição de jornalista e político conhecido pela oratória. As últimas são obras editadas pela Imprensa Oficial e que o desvelam na esfera pública da política mineira.

Com efeito, entre 1922 e 1933, Noraldino Lima se projetou nos governos mineiros; o que podemos considerar como segundo momento de sua carreira como protagonista em cargos públicos: diretor da imprensa, da instrução e da saúde. É o momento em que ampliaram seus contatos e sua socialização, também, os espaços para escrever sobre educação e política, além de exercer a oratória. Mas convém lembrar que foi sua capacidade de articulação verbal que o levou a posições como a de assistente oficial de Melo Viana em viagem por Minas Gerais; viagem da qual saiu a obra *No valle das maravilhas*. Assim, desde sua entrada na política, a partir de 1925, o uso da língua foi um diferencial na penetração de Lima nos meandros da política; afinal, foi redator-chefe da Imprensa Oficial e do *Diário de Minas*, “[...] orgam do Partido Republicano Mineiro, onde trabalhou por 10 annos, tendo subido de revisor ao posto de direcção do mesmo jornal” (MINAS GERAIS, 7 set. 1926, p. 9).

Compreendemos que Noraldino Lima passou de intelectual afeito à literatura — a concursos literários e livros de poesias — para intelectual atuante na política, direta e ativamente, no Partido Republicano Mineiro. Nos seus primeiros anos em Belo Horizonte, atuava sempre dentro do gabinete dos governantes. Nessa participação ativa dentro do partido, Lima não só se fez presente em reuniões das comissões executivas, mas ainda trabalhou em gabinete. Cabia-lhe, em sua função, explicar ausências, a exemplo de carta a Raul Soares sobre a não presença de Wenceslau Braz à reunião da comissão executiva. Assim, podemos considerar que a partir de 1927 houve uma virada na carreira de Lima; ao mesmo tempo, ele passa a escrever mais a prosa dissertativo-informativa, e menos poesia. Agora, intelectual e agente público da educação, ele se voltava à resolução de problemas político-educacionais.

Por sete anos, Noraldino Lima atuou em dois cargos importantes para que fosse considerado um intelectual da educação. Em parte, trabalhou com Francisco Campos, em parte, com Gustavo Capanema. Cartas trocadas entre eles mostram uma “amizade educacional”, isto é, uma sociabilidade educacional. Há fotografias de eventos educacionais por Minas Gerais que mostram os dois lado a lado. Essa dimensão é importante para entender de que modo Lima se tornou um intelectual da educação. Ele estava inserido no contexto exato em que se propõem mudanças para a escola pública mineira e se elege a *Revista do Ensino* para ser o instrumento-chave da difusão e concretização de políticas educacionais, a exemplo da formação de professoras.

Nossa percepção é que, a partir de 1927, o Noraldino Lima diretor da Instrução Pública começou sua reflexão e ação educacionais. Nesse momento de sua carreira na condição de intelectual, ocorre uma participação mais ativa no movimento da escola nova, que chegava a Minas Gerais nas proposições reformistas. Não por acaso, a *Revista do Ensino* registrou acontecimentos afins a essas questões ao cobrir o congresso de instrução primária, do qual Lima participou — é claro.

De 1929 a 1931 se delineou em Noraldino Lima uma nova feição intelectual: a do político. Correspondência trocada com Olegário Maciel mostra que ele saiu do meio educacional para se dedicar à campanha eleitoral de seu correspondente; depois, viria a ser secretário particular dele, inclusive com liberdade para opinar, mandar e decidir a forma de agir em situações de conflitos.

Nos momentos em que pôde escrever no período 1927–31, Noraldino Lima se dedicou à escrita jornalística em especial, depois adotou a educação para ser objeto de reflexão, talvez motivado por seus pares escolanovistas. Muitos de seus escritos em tal temática foram publicados via Imprensa Oficial. Com efeito, nossa compreensão do intelectual se esteia em suas publicações na *Revista do Ensino*. Aí é possível ver o diálogo com interlocutores variados em torno da aliança política–educação.

A ação do Noraldino Lima diretor de instrução pública foi de 1927 a 1929. Ele estava, então, no “olho do furacão” que foi a reforma Francisco Campos: viu de perto a proposta tramitar, ser aprovada e ser copiada. Participe do processo, era nome certo para a secretaria educacional; assim, de 1931 até 1933, se tornou secretário de Instrução Pública, cargo que deu visibilidade a seus discursos, publicados na *Revista do Ensino*. Com isso — diz Biccás (2008, p. 58) —, delineou-se uma “configuração das forças políticas” em que Lima e “Guerino Casasanta representavam a continuidade das políticas de alianças ligadas à educação e elegeram a prioridade de assegurar que as propostas em andamento não fossem interrompidas”.

A atitude de Noraldino Lima perante a educação parece se coadunar pouco com quem era farmacêutico de formação acadêmica; igualmente, o curso de farmácia parece ter oferecido pouco (ou nenhum) preparo teórico ou prático para funções na administração educacional estadual (ou da imprensa). Se assim o for, então parece plausível a possibilidade de que, embora possa ter sido um movimento lógico, ir da poesia à política exigiu muito esforço pessoal de Lima: foi preciso se familiarizar com códigos, condutas, atitudes e gestos que passaram a fazer parte de seu cotidiano à

medida que galgava degraus na hierarquia social mineira, sobretudo no governo de Olegário Maciel.

1.4 À guisa de recapitulação

Nos primeiros anos da década de 1930, Noraldino Lima estava prestes a entrar na casa dos 50 anos de idade. Se a faixa etária leva a pensar na ideia de um homem mais que feito, ficou claro que, dos anos 1920 em diante, em menos de dez anos ele iria de figura conhecida em círculos limitados à condição de conselheiro de governante cujo trânsito e cuja exposição públicos eram de alcance estadual; iria da condição de poeta *dependente da ajuda* de outrem para publicar seus livros à de diretor e secretário *com poder de ordenar* que seus textos fossem publicados com tantas cópias quanto fossem necessárias; iria da condição de jornalista reconhecido por pares à de político respeitado por partidários. De fato, Lima viajou muito; transitou por lugares distintos de Minas Gerais e para fins diversos: ora para estudar, ora para trabalhar. Mas, qualquer que fosse a ocasião, parece nunca ter prescindido da escrita como atividade marcante de sua ação e na condição de exercício regular em suas atividades. Nesse sentido, se a produção e divulgação de ideias e pensamentos forem requisitos presumíveis em um intelectual, então foram abundantes em Noraldino Lima; e ele soube fazer uso da abundância em favor de sua ascensão social. Pensemos na repercussão dos relatos da viagem que fez ao lado de Melo Viana: foi tal que não bastou serem publicados em jornal, cuja tiragem e circulação tendiam a serem maiores do que a de um livro; ainda assim, o livro foi adotado como suporte para a republicação dos textos. Convém entender mais desse poeta-prosador, jornalista e orador de destaque na sociedade mineira. É o que tentamos fazer a seguir.

II

DE DIRETOR DA IMPRENSA OFICIAL A POETA: UMA “POÉTICA DA MINERIDADE”

Seja como diretor da imprensa oficial ou secretário de educação em Minas Gerais, Noraldino Lima se envolveu com a política e o governo em Minas Gerais de modo que não lhe deixou tempo para continuar a publicar livros (quicá para escrever poemas). Essa afirmação deriva de um raciocínio simples sobre as datas de publicação de suas obras: vão de 1906 a 1925. Foi nesse interregno que ele deu à luz seus livros mais comentados, ou seja, tidos como os principais. Consideramos aqui *Albôres* (1906), *Meridianas* (1908) e *Vesperaes* (1919) — poemas — e um relato de tom descritivo-informativo — *No valle das Maravilhas* — que consagra sua carreira na imprensa mineira. Podemos inferir que Lima começou a publicar quando entrava na casa dos 20 anos de idade, isto é, no vigor vital afim à faixa etária. Esse dado contrasta com a obra de 1925, quando entrava na casa dos 40; quando a vida lhe havia imposto muitas responsabilidades, sejam as de um pai de família, sejam as de um político ativo e disposto a fazer o que fosse preciso para se manter na elite política de Minas Gerais. Mais que isso, após 1925, sua vida passou a girar em torno da atuação dele como agente do poder público-político-partidário, mas alternando ênfases.

Se os lugares que Noraldino Lima ocupou no ambiente político, administrativo e institucional, por exemplo, ajudam a delinear seu perfil como intelectual, na produção intelectual propriamente dita (a escrita, a produção de pensamentos e a divulgação de

ideias) é que podemos adentrar o processo de sua formação intelectual. Ao considerarmos suas obras como objeto e fonte de análise, nossa intuição foi a de que seus escritos afins à viagem ao norte de Minas Gerais em 1924 partiram de um poeta cuja cosmovisão já comportava um olhar atento ao singular da vida mineira. Subjacente ao olhar do poeta e, por extensão, ao do jornalista, estaria certo sentimento de “mineiridade”. É claro, o lugar ocupado pelo poeta e jornalista, também, diz da condição de intelectual mineiro em Lima. Nesse sentido, aparecem suas relações com a Academia Mineira de Letras, onde começou a dar seus primeiros passos como escritor e a se destacar entre pares.

Dito isso, neste capítulo apresentamos uma leitura histórico-crítica de livros publicados por Noraldino Lima entre 1906 e 1925 cuja compreensão abrange: a formação do poeta; a projeção na Academia Mineira de Letras (incluindo participação em decisões da instituição); a produção poética desenvolvida de 1906 a 1919 (três livros); enfim, a produção de sua prosa informativo-documental no livro *No valle das maravilhas*, expoente em sua carreira como escriba. Nossa leitura analítica procura expor uma compreensão projetada sobre um pano de fundo que abrange os meios e mecanismos que permearam tal produção escrita; ou seja, o processo de publicação de seus escritos e manuscritos onde pode ter exposto sentimentos e frustrações da vida pessoal — do eu e do eu lírico.⁵

2.1 Aparição e ascensão do poeta

Ao analisarmos os livros de poemas de Noraldino Lima publicadas entre 1906 e 1919, vemos um eu lírico que trabalha sua poética — processo de criação, enfoques, temas... — com certa ênfase na expressão de sentimentos e paixões permeados por certo tom de angústia e melancolia. Em seus versos, então, o poeta se centra na subjetividade do “eu”, em sua existência interior. Mesmo quando o exterior é poetizado, o poeta o faz

⁵ O eu lírico (também eu poético, eu do poema, poeta ou simplesmente o “eu”) se refere à voz que enuncia o poema. Não se confunde com o autor de carne e osso, com quem escreveu ou recitou seus versos. Nesse sentido, sentimentos, emoções, reflexões, divagações... expressos em um poema não são, necessariamente, do autor do poema, do homem; a dor sentida pelo “eu” não equivale à dor do autor; a emoção do poeta não é a emoção do homem que escreveu o poema. Mas é claro que a experiência do homem é matéria para a criação do poeta, ou seja, aparecem na escrita de forma poetizada (subjetivada), e não como descrição factual supostamente exata, precisa, e assim por diante. Assim, fazemos uma leitura dos poemas de Noraldino Lima de modo a derivar temas associáveis à experiência de vida que permeiam o escopo da tese; ou seja, não nos interessam rigorosamente as intenções estilísticas do poeta (interesse mais afim aos estudos literários). Interessa o poeta como sujeito histórico que transfere para a poesia o que experimenta e, assim, deixa marcas dessa experiência passíveis de serem vistas como vestígio do passado, evidência da vida pretérita — numa palavra: como fonte histórica.

pela via subjetiva, como quando se refere à amada que lhe traz um senso de estabilidade, equilíbrio e discernimento, dentre outros pontos. Assim, como poeta, Noraldino Lima se abre aqui a uma compreensão que conjuga história e literatura; o que nos leva ao que diz Battistin (2008, p. 12) a seguir.

A literatura, estudada como fonte no interior de uma pesquisa historiográfica, além do inegável caráter interdisciplinar, tem outros significados. Ela é o testemunho da sociedade, porque traz em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos, traduz mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Tendo um compromisso maior com a fantasia do que com a realidade, preocupa-se com aquilo que poderia, ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real. Enquanto a historiografia procura o “ser” das estruturas sociais, a literatura fornece a expectativa do seu “vir-a-ser” (grifo nosso).

Com efeito, a passagem se alinha na compreensão do que seja o eu do poeta — dita antes; ou seja, como fonte histórica, a literatura deve ser vista, não como *retrato fiel* do real, mas como *possibilidade de real*. Os universos que escritores criam em prosa e verso são plausíveis suficientemente para que haja identificação com quem lê o escrito ou ouve o dito. Nas entrelinhas do universo de papel e tinta, o literato vai articular as estruturas sociais: as relações humanas em sua miríade contextual, os interesses individuais e coletivos, os fins práticos e ideológicos, os meios lícitos e escusos, as causas que afligem o ser humano desde sempre: o sentido da vida e seu fim, a identidade: a relação entre eu e o outro que se entreolham, se veem se moldam; o amor, o ciúme e o ódio, a dor da perda, a ação e ócio, o poder e a submissão; e assim por diante.

Na conjugação de tais elementos literariamente, o escritor inscreve sua visão de mundo: um mundo ficcional, inventado, por isso ideal: há lógica, coerência, encadeamento, amarras, explicações... Tudo é arranjado. Tudo converge para um fim: o conflito, seu clímax e sua resolução. Nada é gratuito. Todas as peças têm uma função expressivo-criativa: trama, ambientação, personagens, falas, tempo, lugar...

Nesse sentido — reiteramos —, se lidos como registro do passado, os poemas de Noraldino Lima supõem ter em mente tal noção de literatura como fonte histórica; por exemplo, na condição de registro de como um intelectual subjetivava sua experiência de vida e a traduzia: se de forma nua, crua e em detalhes objetivos, se de maneira metafórico-imagética e elíptica; e assim por diante. Os versos dele se abrem à compreensão de como subjetivava as mudanças pessoais em sua vida, por isso em seus

escritos podemos perceber um linha temporal de suas obras, em que estão os versos escritos em dado momento de sua vida. Veremos na poesia dele que o eu poético pode dizer muito da vida de Lima.

Em busca de elementos essenciais da existência para poetizar, o poeta Noraldino Lima baseava seus versos em uma abstração de sentimentos e angústias. Em sua construção poética, impregnou suas obras em verso com acenos a correntes literárias como o romantismo e o parnasianismo, atravessados por alusões ao credo católico como mola propulsora de sentimentos. “Vamos encontrar uma procura por elementos essenciais à existência, baseada na abstração do tempo e do espaço [...] pela universalidade de sua própria arte” (BUNN, 2004, p. 20).

Podemos considerar que os primeiros registros de versos de Noraldino Lima remontam a 1903, quando fazia estudos elementares no Colégio Espírito Santo, em Monte Santo, MG. Mas só entre 1906 e 1919 seus poemas foram publicados em livro. Nesse mesmo tempo em que seus versos eram publicizados, Lima já se dedicava à carreira política; por isso dizemos que, na compreensão da carreira de escritor, vemos um intelectual que escrevia de forma a não pensar no lucro de seus escritos necessariamente. Interessava-lhe mais expor sua poesia e esperar que fosse lida: desejos não realizados, angústias do dia a dia, ideias não concretizadas, traumas e medos. Numa palavra, o poeta expressava suas relações com a dor e a arte.

Com efeito, quando pensamos na poesia que Noraldino Lima escreveu no curso da Primeira República em Belo Horizonte, vislumbramos um poeta vinculado a grupos sociais que levaram a uma virada na vida dele. Na capital mineira, ele começaria a ter mais visibilidade; e seguramente a sociabilidade na academia de letras contribuiu para ascensão do poeta aos escalões da política mineira.

2.1.1 *Na academia, entre os “amadores das letras”*

Em 25 de dezembro de 1909, foi fundada a Academia Mineira de Letras, em Juiz de Fora, cidade tida como alinhada na modernização de Minas Gerais — era polo industrial — e como centro de convívio intelectual. Tal qual diz Moreira (2019, p. 22), com a academia, o intuito foi “sustentar os predicados já em prática nos domínios da pureza da língua e culto das tradições”. Foi composta por doze intelectuais, “apóstolos” da literatura e cultura mineiras a fim de debates calorosos. Eram moços bem-nascidos — acadêmicos e bacharéis — envolvidos na reafirmação de uma língua e uma literatura. A criação da academia seguiu um movimento de criar associações literárias, marcante

na capital da República e que chegou a estados onde se seguiam tradições da cultura francesa. Participantes da academia literária traziam para seus grupos correntes europeias com ideias de civismo e capacidade empreendedora, pois a instituição investia na publicação de livros dos acadêmicos. Nesse movimento de propagação de novas ideias, eles se viram instados a ressituá-la academia, isto é, a transferi-la para Belo Horizonte, em 1915. No dizer de Moreira (2019, p. 24),

[...] devia transferir-se para a capital do Estado, por coincidir o nome com as finalidades sonhadas e postas em execução pelo grupo fundador, de modo que a ablação foi realizada sem dor, todos irmanados no mesmo propósito, qual o de dar maior status à Academia, produto de seu sonho e realização de seu anelo. A Capital seria a sede natural da instituição que a generosa Juiz de Fora criara num instante feliz de sua reconhecida capacidade empreendedora (MOREIRA, 2019, p. 24).

Da forma com que lemos essa passagem, subjacente à mudança estava o vislumbre da capital na condição de cidade mais representativa da sociedade mineira na condição de detentora de poder político e administrativo.

Na academia de letras, seus membros compunham um círculo que podemos chamar de “amadores das letras”. Isso porque a maioria ocupava cargos profissionais, o que os levava a escreverem textos — poemas, crônicas, ensaios... — no tempo livre das obrigações laborais. Suas publicações eram irregulares e esparsas. Tal qual diz Maciel (2006, p. 288), os “textos literários” eram publicados em “volumes independentes” ou “em períodos organizadores” e “mantidos por sociedades literárias”, nas quais era possível haver “embates que travaram em torno do direito a expressão por meio da palavra impressa”. Maciel (2012, p. 67) amplia essa compreensão quando trata da sociedade e de suas reuniões de intelectuais, segundo a autora, chamados “intelectuais amadores”; ou seja, gente com “motivações de pessoas e grupos sem posses ou prestígios social, em geral trabalhadores em variados ofícios”, dedicados com “esforço, tempo e recursos à escrita, ao debate e a publicações de crônicas, memórias, conferências e poemas”. A ideia de “amadores” teria, então, o intuito de abarcar um conceito de intelectual diferente, porque sua produção de escrita seria “passatempo”, ainda que com intenções de ter reconhecimento crítico-literário.

Noraldino Lima participou ativamente como acadêmico da cadeira 34 da academia, atribuída antes a Thomaz Gonzaga, Mendes de Oliveira e, depois, por Nilo Aparecida (segundo sucessor). Todos foram poetas de extração romântica. O jornal

Minas Gerais tratou brevemente dessa questão em edição de janeiro de 1919, onde vemos que, na academia, Lima “foi secretário e Presidente” e “eleito [à cadeira] em 19 de fevereiro de 1919, na vaga de Mendes de Oliveira, tendo como patrono Thomaz Antonio Gonzaga”; sua posse foi em “2 de agosto” (MINAS GERAIS, 7 jan. 1926, p. 9).

A valorização da literatura estaria, então, nos interesses do poeta Noraldino Lima em sua passagem pela academia; com esta, ele pôde contar para publicar seus livros, isto é, pôde se valer da *Revista da Academia Mineira de Letras*. Segundo disse Menezes (1922, p. 1),

Esta publicação, cujo o escopo é colaborar com efficacia no desenvolvimento das letras mineiras, tem sido retardada até o momento por causa múltiplas e difficuldades inamovíveis. Velha justa aspiração da sociedade intellectual de que será expoente, ella aparece agora com cumprimento dos Estatutos da Academia e como affirmação da vitalidade desta (MENEZES, 1922, p. 1).

É nesse cenário que projetamos as obras poéticas que Noraldino Lima publicou de 1906 a 1919, as quais marcam um dos movimentos em sua formação como futuro intelectual. Conjugando o labor profissional e estudantil com o labor poético, ele conseguiu trabalhar e preservar a produção de poemas que reuniu nas obras *Albôres*, de 1906; *Meridianas*, de 1908; e *Vesperaes*, de 1919. Pelas datas de publicação, a década de 1910 foi de muita inspiração para o poeta: foram necessários dois livros para acomodar a produção.

Com efeito, não só a década, mas também o tom emocional dos poemas de *Albôres* e *Meridianas* parece amarrar as duas obras. Predomina um eu poético às voltas com certo tom de melancolia; e isso parece contrastar com o estado de espírito próprio da idade de Noraldino Lima: a casa dos 20 anos — convém lembrar. Presumimos que esse tempo de vida fosse de sonhos, planos e projetos, de expectativas de mais descobertas, mais experiências e mais vivências; numa palavra, um tempo de idealismos e senso forte de futuro. Nesse sentido, entendemos que o poeta melancólico em Lima retivesse pouco do estudante acadêmico em Lima. Talvez a precocidade do poeta — então começando na escrita poética — possa ter resultado em carga emocional forte, como se não soubesse ou não pudesse conter o ímpeto de expressão, como se urgisse descarregar, nos versos, toda a intensidade da subjetividade. Essa compreensão se

projeta na recepção a *Albôres*, obra comentada em *O Pharol*, de Juiz de Fora, que anuncia a publicação do livro. Leiamos o que disse o redator.

E quer o poeta recorde o dia lutuoso da separação, quer as noites de enfermidade, quer se ajoelhe junto ao tumulto da extinta adorada, quer se inspire em surtos de saudade, a sua individualidade se revela, num destaque que põe em evidencia a sua criação artística. O sr. Noraldino Lima, fez uma estréia que promette e justo é que receba a animação dos que amam as letras (O PHAROL, 13 mar. 1906, p. 1).

Contudo, o redator-crítico viu expressões de sentimentos contrários à melancolia em *Albôres*, mesmo em meio às deficiências, como podemos ler a seguir.

O seu livro não é certamente perfeito. Há nas suas paginas falhas, descachidas; mas ao lado dessas imperfeições, destacam se bellezas encantadoras, imagens felizes e sempre polemizando a nota suggestionadora da tristeza. Continue o vate no trato das musas e, certo, *atingirá um dia o ideal artístico de consorciar a poesia com a arte*. E isto não é difícil para quem tem talento e inspiração como o autor dos *Albores*, talento e inspiração velados sob a mais encantadora das qualidades — a modéstia que o caracteriza (O PHAROL, 13 mar. 1906, p. 1; grifo nosso).

Com efeito, caso se possa apontar, de fato, deficiências nos versos de *Albôres*, essa impressão era, também, de Noraldino Lima, como se lê no prefácio da obra *Meridianas*, a seguir.

As pálidas estrofes que hoje reúno em livro e as muitas outras que me ficam *inéditas* foram todas, uma a uma, escrita nessa lãpso de dois anos que tenho vivido aqui; nasceram-me espontâneas como os arbustos campesinos, em pequenos intervalos de aulas, em hora de repouso dominical e à noite, quando o corpo, exausto de labores quotidianos, era impotente para refrear o pensamento, a espriar-se infrene, quer nas asas do idílio e do amor, quer nos rastejos do tédio e da solidão (LIMA, 1908, p. 3; grifo nosso).

De fato, o alerta de um Noraldino Lima modesto se justifica plenamente, ou seja, se mostra nas primeiras palavras da citação; mas a modéstia parece se dissipar quando lemos que ele escolheu alguns poemas em meio a outros, isto é, selecionou o que lhe pareceu mais digno de ser publicado. Se assim o for, então entendemos que ele viu estrofes “coradas”, mais vivazes do que outras; logo, o senso de modéstia parece se anular ante a escolha do que parece ser mais valioso. Por outro lado, Lima deixa entrever que não era do tipo que trabalhava e retrabalhava seus versos até chegar a uma

forma “perfeita”; não dispunha de muito tempo para escrever: escrevia em horas de inatividade, escrevia quando o trabalho e o estudo permitiam.

Foi na cidade de Juiz Fora, na participação da Associação da Academia Mineira de Letras, que Noraldino Lima começou a se formar como “intelectual amador”. Com suas inspirações poéticas dos primeiros escritos divulgados, foi reconhecido como escritor ao adentrar tal sociedade letrada. Passava a ter uma carreira de destaque, em que mostraria todo seu talento na oratória, como em Juiz de Fora, quando então era inspetor do Colégio Grambery. Não por acaso, a inclusão na academia e o trabalho no colégio lhe trouxeram renome, prestígio e pode ser considerada a base para sua carreira política, educacional e literária.

Com efeito, podemos considerar que a oratória de Noraldino Lima foi o atributo que moveu sua carreira na política e na literatura, pois foi discursando em público que passou a ser reconhecido pela sociedade mineira letrada e, nessa qualidade, passou a escrever mais. A convite do jornalista Juscelino Barbosa,⁶ foi ocupar o cargo auxiliar de reportagem do jornal *Minas Gerais*. A carreira de jornalista seria importante para ele se tornar figura pública em Minas Gerais, como podemos ler na citação a seguir.

As qualidades de jornalista de Noraldino Lima contribuíram para que ele fôsse figura saliente no ambiente intelectual e político do seu tempo. Diretor do “Minas Gerais” e um dos componentes da direção do antigo “Diário de Minas”, seus comentários aos fatos do cotidiano, em que focalizou todos os aspectos da vida mineira e do País foram sempre justos e oportunos e tinham a realçá-los a elegância do estilo, a correção da linguagem e a segurança dos conceitos (MATOS, 1952, p. 34).

Com essa nova visibilidade no meio jornalístico, Noraldino Lima passava a se destacar pela forma de escrever “seus comentários aos fatos do cotidiano”, ou seja, pelos enfoques sobre vários “aspectos da vida mineira”. Na condição de “justos e oportunos”, realçavam “a elegância do estilo, a correção da linguagem e a segurança dos conceitos” (MATOS, 1952, p. 34).

No entanto, cremos que foi mesmo a participação de Noraldino Lima na Associação Mineira de Letras o que marcou sua carreira. Ele a adentrou em seu começo, isto é, nos tempos de sua fundação; e com seus poemas foi considerado representante

⁶ Juscelino Barbosa foi jornalista de atividade intensa. Lançou, em 1928, com Pedro Aleixo e Álvaro Mendes Pimentel, o jornal *Estado de Minas*, do qual foi o primeiro diretor (ARQUIVO PÚBLICO, 2015, p. 3).

mineiro da corrente literária do parnasianismo. Não por acaso, após a morte do acadêmico Mendes de Oliveira, em 3 de agosto de 1919, Lima tomou posse da cadeira 34 da Academia Mineira de Letras, pois era o sucessor. Igualmente, fez um discurso na recepção na academia que foi publicado mais tarde na *Revista da Academia*, em 1922. Leiamos um extrato do que disse o orador na ocasião da posse.

Encontro-me, senhores da Academia, no perímetro dessa estranha sombra de que fala o scepticismo, dissolvente do pensador imortal, quando anuncia as suas convicções, como que feitas para anestesiar a vontade e, pela negação suprema de tudo, positivar a suprema evidencia do nada. Este momento, de exaltação para os meus pobres versos e, talvez, de finalidade para os meus destinos literarios, seria para mim, noutra situação, a culminância de uma victoria magnifica, e eu deixaria de ser sincero si vos não dissesse constituir ella, há muito, uma aspiração avançada na minha intimidade commigo mesmo. Qual o homem que, bem ou mal, fadado ou não, trilhando a carreira para que se julgou chamado, não deseja, no ardor da caminhada, atingir-lhe o derradeiro marco? [...] eu desejava vivo, posso fazel-o apenas pelo coração: o espirito que desertou deste cenáculo, pairou tão alto e deu á cadeira que me designastes, uma tradição de tal modo impressiva na poética de nossa terra, que, sendo difficil, senão impossivel, entre os elementos não consagrados pelas honras acadêmicas, achar em Minas substituto que nivelasse o merecimento do aedo desaparecido, só mesmo fazendo, como o fizestes, resolvendo fixar, como fixastes, a vossa preferencia, não pela pesagem dos valores, mas pelo critério das afinidades. [...] Si o vosso pensamento foi, portanto, passar ao amigo dedicado a herança do intelectual eminente, creio que andastes bem, não pelo que a mim cabe, mas porque, assim agindo deixastes vago, por homenagem especial, o logar de Mendes de Oliveira, sem perderdes de vista o judicioso conceito de Nabuco: “*A uma Academia importa mais elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escriptor*” (LIMA, 1922, p. 183-4; grifo nosso).

Como lemos nesse trecho do discurso de Noraldino Lima, o tom é de enlevação da academia, seja pela divulgação da literatura ou publicação de seus versos. Se tiver sido difícil a caminhada como poeta e estudante na sociedade mineira, a academia lhe ajudou a dar passos importantes em sua formação intelectual. Formação que o destacaria a ponto de pô-lo nos trilhos da política ainda em 1919, quando passou a participar de reuniões do Partido Republicano Mineiro.

Além disso, foi nessa trajetória entre Juiz de Fora e Belo Horizonte ligada à academia literária que Noraldino Lima se impôs como poeta e conseguiu publicar seus versos em livro, a exemplo das obras publicadas por ele em 1906, 1908 e 1919. As duas últimas foram realizadas enquanto era estudante secundário; a de 1906 começou a ser

escrita em 1903, na cidade de Monte Santo, onde cursava seus estudos básicos no Colégio Espírito Santo. O livro foi intitulado *Albôres* e publicado pela Tipografia Brasil, de Juiz de Fora,

2.1.2 *O autor em versos*

Com efeito, em 1905 Noraldino Lima transferiu seus estudos secundários para o Instituto Grambery, em Juiz de Fora, cidade importante culturalmente e desenvolvida economicamente. Aí, ele publicaria a obra *Meridianas*, num período de reconhecimento público de seus poemas (participava de olimpíadas de poesia ou de oratória realizada pelo instituto, onde, não por acaso, foi o primeiro secretário da liga literária). No ano de 1906, morando havia mais ou menos um ano em Juiz de Fora, Lima deu seus primeiros passos na sociedade letrada: começou a frequentar a Associação Mineira de Letras. Nesse mesmo ano, publicou seu segundo livro, *Albôres*, feito pela Papelaria Tipografia Progresso — Dias Cardoso, em Juiz de Fora. À época, ele trabalhava no Ginásio Grambery.

É importante destacar a dedicatória que Noraldino Lima fez. Ele escreveu aos seus caríssimos protetores Wenceslau Braz e Americo Benicio de Paiva, com os quais podemos já observar uma possível participação na política. Nesse período, Braz já era cotado pelo Partido Republicano Mineiro para ser candidato a governador de Minas Gerais; e Paiva era diretor do Colégio Espírito Santo, onde Lima estudou. Podemos compreender que contribuíram para a construção desse livro e da carreira literária dele, como podemos ler a seguir na transcrição da dedicatória.

Seria faltar ao mais sólido principio de um dever sagrado, si eu deixasse de consignar, aqui, um voto sincero de gratidão profunda, pelo muito que esses generosos amigos têm feito em prol de minha nascente carreira literária. Embora meus conhecimentos obedeam cegamente a uma orbita restricta, — ao segundo, devo quase tudo o que até hoje sei, de outro lado, ergue-se o vulto benemérito e prestante do primeiro, que, desinteressadamente, tem me abrigado sob o manto bemdito de sua proteção activa e poderosa. Seja, pois, esta humilde pagina de meu primeiro livrinho — um preito ardente de homenagem santa que, respeitosa, lhes tributo (LIMA, 1906, p. 11).

Da dedicatória, vamos ao prefácio da obra, escrito por José Gomes Porto, onde é possível observar uma amizade entre ele e Noraldino Lima. Porto soa modesto — diz ser despreparado para análise literária; e informativo — expõe dificuldades de Lima para produzir o livro como objeto: “si conhecessem, como conheço, as dificuldades

com que luctaste e luctas ainda, para conseguir e aperfeiçoar a tua educação litteraria; si soubessem, como sei, dos sarcasmos com que a turba ignára [ignorante] procurou sufocar os teus primeiro gorjeios poéticos” (PORTO, 1905, p.14). Dito de outro modo, no livro de poesias de Lima podemos conhecer um poeta inexperiente que buscava seu espaço.

Com efeito, José Gomes Porto fez críticas a poesias de Noraldino Lima e preparou o amigo para o caso de algum especialista na área vir a criticá-lo também, pois se baseavam no poeta Casimiro de Abreu. Ambos escreviam poemas voltados ao que ficou conhecido como geração do romantismo; Porto chega a dizer que as poesias eram semelhantes e que, dali em diante, talvez Lima devesse procurar um estilo dele. Leiamos o trecho seguinte da crítica.

[...] antolhar-te Casimiro, não te entristeças; antes, alegra-te e lembrade de que, segundo Castilho, a imitação não é absolutamente defeito num estreiante. Comtudo, *lê outros poetas*, meu caro, e deixa de parte o teu favorito, que essa nota casimirana que sôa em algumas cordas da tua lyra, desaparecerá como por encanto, e tu, em *adquirindo estylo próprio, todo teu*, poderás, com galhardia, hombrear com os nossos melhores poetas. Mas, para isso, é ainda necessário tempo, *mais estudo e meditação* (PORTO, 1905, p. 15).

Como lemos, José Gomes Porto tentou fazer um crítica justa e equilibrada, para não dissuadir o poeta da carreira; pressentia que suas palavras pudessem ter tal tipo de efeito (“não te entristeças”); ao mesmo tempo valorizava o gesto da imitação como natural no desenvolvimento do poeta, mas lhe disse ser preciso ir além. Para isso, deveria ler outros poetas, estudar mais e refletir. Apesar das críticas à imaturidade de Noraldino Lima para se propor como autor de um livro, Porto elogiou a atitude de produzir seu primeiro livro ainda na casa dos 20 anos de idade. Em meio a traços de imaturidade e lacunas, o prefaciador via futuro promissor para o poeta no mundo das letras. O trecho a seguir expõe literalmente a opinião; leiamos.

[...] e um autor dessa idade que publica promissor como os Albôres, pode orgulhar-se de seu talento — não que tuas *poesias todas sejam vasadas nos moldes modernos*, com aquelle escrúpulo que caracteriza Bilac; mas, porque ellas falam á alma com a mesma impetuosidade com que te sahiram do coração (PORTO, 1905, p. 15).

A leitura nos leva a notar um aspecto importante na citação: o elemento moderno. Se nem todos os poemas estavam nos “moldes modernos” à la Bilac, então alguns tinham o molde da tradição. Se assim o for, então podemos notar na produção primeira do poeta uma tendência que se potencializaria no intelectual: o ideal de modernização. É como se percepção do poeta, antes de tudo e de todos, vislumbrasse o processo por que Noraldino Lima passaria em seus desígnios na sociedade mineira. Sociedade imersa em um processo de modernização cujo exemplo mais emblemático, talvez, seja a mudança da capital: de Ouro Preto — símbolo de tradição, arcaísmo, colonização, monarquia, escravidão, economia falida... — para Belo Horizonte — símbolo da modernização, da República, do trabalho operário, da economia ascendente do café (que caiu cair em 1929) e do leite. É como se Lima estivesse preparado para abraçar ideais de modernização da educação mineira e suas reformas.

Críticas à obra à parte, o livro *Albôres* é dividido em cinco capítulos, “Flores mortas”, “Flocos”, “Threnos”, “Chispas” e “Cyprestaes”. Antes, há um poema, “Prelúdio”.⁷ É uma peça introdutória para a obra maior, ou seja, que antecipa as temáticas do livro. Leiamos.

Não amo as pompas da enganosa vida,
Nem amo as galas da illusoria terra;
Mas amo as luctas que travam nelas,
Porque só luctas meu viver encerra.

Não amo o luxo que os saraus ostentam,
Odeio a festa de ruído cercada:
Amo a humildade, a quietação, o olvido;
Amo a modéstia, a pequenez, o nada!

Não amo os grandes festivaes ruidosos:
Tudo isso é vão qual um marnel sem luz,
Chimera fatua que ligeiro passa,
Perverso guia que ao sofrer conduz.

Mas amo, e muito a solidão profunda
Em que mourejo — desditoso e só;
Pois siólho o mundo — indagador, discrente,
— Quanta miséria suffocada em pó!

Não amo os risos da mulher perjura
Que, fementida, balbucia amor:
Tém a perfídia no brotar funesto,
Como perfumes, o brotar da flor.

⁷ A palavra prelúdio neste (con)texto tem o sentido de começo, início, princípio, iniciação, preliminar, primeiro passo e outros.

Amo a virtude verdadeira e santa,
 Que só se encontra em coração robusto:
 Ou ella venha do tugúrio humilde,
 Ou tenha o throno em um palácio augusto
 Amo a Familia com ternura extrema —
 Meus irmãozinhos e meu pae eu amo,
 Porque em meus negros e medonhos lances,
 E' só por eles que, afflictivo, chamo.
 Amo e venero, no sacrário d'alma,
 De minha mãe a perenal memoria,
 Porque na vida foi meu doce amparo
 E hoje me guia do sendal da Gloria.

Amo a pobreza, em cujo seio vivo;
 Despréso o ouro que maldade encobre,
 Pois, sem fortuna — de altivez sou rico.
 Me pulse embora um coração de pobre! (LIMA, 1906, p. 16–7).

Como vemos, o poema introdutório diz de cada poesia encontrada durante a análise do livro *Albôres*, ao longo do qual percebemos que o poeta escreveu para expressar seus sentimentos com carga elevada de subjetividade, de eu. Se isso amplia a sensação de profundidade da reflexão, não oculta a simplicidade do poeta, que é frágil, que aposta na escrita como refúgio.

No primeiro capítulo, “Flores mortas”, vemos momentos diferentes da vida do poeta. No primeiro, a representação da infância e de seus amores, a saudade do tempo em que vivia na fazenda, onde podia andar descalço e sem preocupações com o jeito com que se vestia. Selecionamos estrofes para compreendermos essa representação de infância do intelectual. Leiamos a seguir.

SAUDADES

Não longe, bem longe, os dias
 De minha primeira idade,
 Sumidos na imensidade
 De um pretérito a dormir.
 Que quadra aquella, risonha,
 Em que eu — criança inocente —
 Feliz, brincava contente,
 Descuidoso do porvir [...] (LIMA, 1906, p. 21).

OUTR'ORA E HOJE

Faz dez annos. Pequeninos,
 Só nos ornava a inocência;
 O alvor de nossa existencia
 Nos dava threnos divinos [...].
 Que porte esbelto! Criança,
 Envolta em trajés de chita,
 Risonha, meiga e bonita,
 Eras tu minha esperanza (LIMA, 1906, p. 25).

SERENATA

Amei-te muito, oh virginal Maria,
Sem um só dia me esquecer de ti;
Porém, nas azas de tyranna sorte,
A minha morte nesse amor senti (LIMA, 1906, p. 27).

ANJO TERNO

Tu calcastes aos pés, ingrata,
Tanto amor, tantas ternuras,
Como a pedra da montanha
Que, rolando das alturas,
Sobre o valle donairoso
Calca renques de verduras (LIMA, 1906, p. 31).

Nesse conjunto de poesias, o poeta subjetiva seu passado com lembranças da infância e dos primeiros amores. Podemos perceber a infância poetizada com o tom da simplicidade, da carência de recursos materiais, de brincadeiras simples no bosque, da fazenda onde morava com a família. Num segundo momento, o eu poético muda a entonação, como no poema “Regresso”. Podemos reconhecer uma volta à terra natal à procura de lembranças e pessoas com que conviveu. Mas não encontra o que deseja — o aconchego da mãe. Então se decepciona. A realidade trai a memória. Convém lermos os versos a seguir.

REGRESSO

Ah! Que encontrei la no meu pátrio solo,
Prezado leito da esperança minha?
— De um lado, a falta do materno collo;
— D’outro, as ruínas de um amor que eu tinha (LIMA, 1906, p. 32).

A volta à infância reaparece em “Contraste”, sobre encontros dos seus primeiros amores e das separações, em que cada um seguiu seu caminho. Os versos seguintes merecem leitura, pois levam a essa compreensão.

CONTRASTE

Que tem, oh virgem, si, em distantes plagas,
Cheio de angustias, eu module um canto;
Si tu, volúvel – nosso amor esmagas,
Menosprezando quem te amava tanto?
São bem diversos os papeis que agora
Representamos do existir na vaga:
— Tu’ alma, em fogo, só prazer adora,
— E a minha, em gelo, o prantear afaga (LIMA, 1906, p. 33).

O AMOR-PERFEITO

— Guarda-o contigo no sincero peito,
É o vinc’lo estreito de um amor sem fim;
E, si algum dia tu me desprezares,
Quando o beijares — lembra-te de mim! (LIMA, 1906, p. 35).

O capítulo “Flocos” flagra o poeta expressando dificuldades em estudar e se consagrar na poesia, sobretudo em lidar com a recepção aos seus textos. Há versos de frustração pelo irreconhecimento como autor de versos como os de “O artista” e “Presentimento”, conforme podemos ler a seguir.

O ARTISTA

Não há barreiras que na terra o dormem.
Eil-o que lucha, sofre, estuda aprende...
E, cheio de fervor, não compreende
Que no pó seus esforços todos somem [...] (LIMA, 1906, p. 47).

PRESENTIMENTO

Há longos dias que parti chorando
Do pátrio berço, que no peito trago,
Buscando luzes, como o triste ando
Das alvas garças busca o manso lago;

E aqui cheguei. Obedecendo ao mando
Do dever, hei buscado, em sonho vago,
Essas luzes no estudo, ora cantando,
Ora sentindo o coração preságo (LIMA, 1906, p. 49).

No poema “Soneto”, o poeta mostra que durante sua jornada de estudos foram noites e dias sem tréguas no propósito de alcançar seu sonho. Dedicou-se incansavelmente, mantendo sempre seus sonhos, amores e a alegria, mesmo em momentos de frustrações. Os versos a seguir projetam o estado do eu poético, como podemos ler.

SONETO

Nesta lucha sem tréguas pela vida,
Enfraquecer me sinto dia a dia:
A crença, em mim — é uma ilusão perdida,
Minh’ alma — um cáos de funda nostalgia

A esperança é uma flor emmuhecida,
O gôso uma sarcástica utopia...
— Sonhos de moço, amores e alegria
Já não me afagam na mundana lida (LIMA, 1906, p. 55)

Vamos percebendo nos poemas finais da obra um poeta tratando de culturas religiosas e comemorações de santos, de uma paixão pelas formas infinitas do universo, de Deus e do louvor... Dito de outro modo, angústias religiosas atormentavam o eu lírico à época de escrita. Nesse sentido, leiamos os versos a seguir.

CHROMO

Noite de São João. Vivo,
Se ostenta o céu majestoso;
Um ventinho rumoroso
Sopra manso e fugitivo (LIMA, 1906, p. 58).

REMEMORAÇÃO

Era o dia em que a Igreja de Jesus
Relembrava os mysterios que, na cruz
Do Golgatha, se deram... Mas nos dois (LIMA, 1906, p. 59).

NO TEMPLO

Juncto de uma coluna a encantadora Alice
De manual na mão — seu livro predilecto —
Levanta sua prece ao manso, bom e recto
Filho de Belem. Como é bela e que meiguice (LIMA, 1906, p. 60)

À MEIA NOITE

Meia noite. A estrella, dispersadas
Pela umbella celeste, frente a frente,
Osculam-se a tremer, medrosamente,
Quaes trefas e pudicas namoradas (LIMA, 1906, p. 61).

Esses poemas mostram um poeta ainda com um quê de ingenuidade, tendente ao romantismo, inspirado por poetas como Casimiro de Abreu, dentre outros com que Lima dialogava poeticamente e lhe inspiravam. Daí podermos pensar em um Lima poeta “ultrarromântico”.

Com efeito, os poemas de Noraldino Lima permitem perceber elementos da corrente literária parnasiana⁸ — de Raimundo Corrêa, Olavo Bilac e Alberto de Oliveira; e é essa corrente que Lima seguiu para escrever sobre certa angústia religiosa.

[...] caracteriza Noraldino Lima, como poeta, [...] sua constante preocupação com a idéia do mistério de Deus, fato este significativo, porque em alguns pontos elucidador da angústia religiosa que, por certo, o atormentou nesse período poético (MATOS, 1952, p. 24).

Se for acertada essa compreensão do poeta como um ser às voltas com a religiosidade e os mistérios da divindade, também o seria o entendimento de que ele fazia *mudanças em sua escrita poética*. Se havia poemas inspirados em temas típicos de Olavo Bilac, também havia versos estritamente atentos ao cuidado formal com o poema: a busca da palavra mais rara, da rima mais rica, da rigidez métrica... Tudo a ver com o

⁸ Parnasianismo foi uma corrente literária que surgiu no Brasil no século XIX, a qual fez oposição ao romantismo, combatendo o exagero dos sentimentos e buscando a arte pela arte, ou seja, sem cunho social.

movimento parnaso na poesia — forte à época da publicação do livro de poemas de Noraldino Lima. Os capítulos “Threnos” e “Chispas” apontam a *direção da mudança*: o poeta vai tratar das formas do amor e do encontro amoroso. A musa da vez tem sentido literal: é a esposa — Dejanira. O tom de tristeza e angústia reflexivas se dissipa. Os versos a seguir endossam essa compreensão, como podemos ler.

A VEZ PRIMEIRA

A vez primeira em que mirei, donzela,
Tua fronte bela de *rosada cor*,
Foste, oh visão de majestade tanta,
A origem santa de um eterno amor [...] (LIMA, 1906, p. 81; grifo nosso).

HONORINA

[...] Nas faces tu tinhas a *cor de uma rosa*
Faceira e orgulhos, d’aurora ao raiar;
Tão meiga e tão linda qual anjo do empyrio,
Cantando em delyrio, sorrindo ao cantar [...] (LIMA, 1906, p. 82; grifo nosso).

NUPCIAL

Ser noivo é ser uma estrella
Que a uma outra estrella procura,
Para, com luz mais segura,
Formar da vida outro cé;
É ser o liz perfumoso
Que tem por seiva — a alvorada,
Por berço — a relva orvalhada
E a rúbea aurora — por veo [...] (LIMA, 1906, p. 84).

Com efeito, lemos um poeta apaixonado pela musa. Num primeiro momento, o eu lírico evoca a impressão que teve quando a viu pela “primeira vez”: ficou encantado pelo tom rosado da pele; foi um traço que a *singularizou*. Num segundo momento, o poeta já é um tanto íntimo da musa: não se cansa de contemplar seu rosto — de faces róseas; agora, acompanha o dia a dia dela, “d’aurora ao raiar”, se movendo ora com faceirice e porte, ora com meiguice; então, quando canta, ela explode em delírios e sorrisos. Num terceiro momento, o poeta esta prestes a se casar; ainda mais apaixonado, fantasia a noite de núpcias.

No último capítulo de *Vesperaes*, Noraldino Lima homenageou a mãe — então já morta — em todas as poesias do capítulo “Cyprestaes”, que se inicia com epígrafe do poeta Fagundes Varela: “Pensava em ti nas horas de tristeza, Quando estes versos pálidos compuz”. Nesse item, diferentemente dos outros, o poeta dedica a obra. Eis o que disse: “*Perdão*, oh Mãe, *perdão*, si pesaroso, Venho hoje te render esta

homenagem; Si as *folhas do passado*, respeitoso, *Revolvo*, ao me *lembrar de tua imagem*” (LIMA, 1906, p. 112). O eu lírico é explícito em seu sofrimento pela perda da mãe, evocado pela lembrança, que produz saudade. A perda lhe foi enorme, como sugere a tematização inscrita nos títulos dos poemas: “Minha mãe”, “Em prantos”, “Porque? Morta!”, “Amor de mãe”, “Lembranças, dôr suprema”, “Reminiscencias, pagina dolorosa”, “Preferência”, “Dia e noite” e “Extrema verba”.

Ao lermos analiticamente as poesias dedicadas à mãe do poeta — idealização da mãe de Noraldino Lima —, percebemos versos de despedida como em “Extrema verba”. Leiamos seus versos.

I

Nem uma flor o seu sepulcro ostenta!
Nem uma lousa ou simples inscrição!
Sómente á noite, nesta cruz poenta,
O noitibó desfere uma canção.

O mundo é sempre assim: até na morte,
Injusto, estabelece distinção:
Na tumba rica, porque é rica e forte,
Se vê do mausoléu a ostentação.

Em que tem si é uma infame prostituta
Que dorme sob a pedra tumular,
Si o mundo pisa a Honra e não escuta
A virtude, mas ouve o lupanar?

Oh! Que importa, si o mármore custoso
Esconde os restos de uma fera humana,
Si o mundo, vil e torpe, mentiroso,
Ante a grandeza — a atrocidade empana?

O mundo é ingrato até na sepultura:
Nos túmulos dos ricos — a oblação;
No do pobre — o desprezo e a impostura,
Nem uma flor ou pallida inscrição!

II

Mas ... não te queixes, minha Mãe querida,
Pois, trouxeste contigo mil grandezas:
— A sã virtude que te ornou em vida
Vale mais de que todas as riquezas.

E bem sabes — nas gripas do infinito,
À flor da imensidade e á luz dos céus,
A virtude, esse dom nobre e bemdito,
Tem mais valor que os grandes mausoléus.

Por isso, dorme em paz, dorme contente,
Desta vala no triste isolamento!
Não invejes a lapida nitente,
— Indigna de cobrir-te um só momento!

A lousa que te fecha a sepultura
 Oh! Sejam meus gemidos e meus ais!
 E a flor da campa, immaculada e pura,
 Sejam meus versos — prantos filiaes (LIMA, 1906, p. 127–8).

Da forma como lemos, o poeta está ante o túmulo da mãe, projetando, na forma material do sepulcro, toda a importância que ela teve na vida dele. Visto estar próximo de “túmulos dos ricos” — ornados com mármore de qualidade superior —, o sepulcro da mãe do poeta revela a miséria material da vida da família. O eu lírico nota a sepultura da gente rica e a da mãe, onde não há nem flores nem textos lapidários. O eu poético se consola, então, com a lembrança do que foi a mãe; a simplicidade da sepultura não era capaz de sepultar a grandeza da mãe retida na memória do poeta. Mas este não poderia dizer a mesma coisa dos túmulos dos ricos: ninguém poderia lhe garantir que a beleza externa não escondesse a feiura de “uma fera humana”.

A família de Noraldino Lima volta a pairar sobre o poeta no segundo livro, *Meridianas*, publicado logo após concluir o curso secundário (1908). De acordo com Matos (1952), é uma obra baseada nos lírios pálidos e frescos da pureza da irmã de Lima, desaparecida ainda nova. São vários poemas e textos em prosa trazendo um lado romantizado e um de angústias profundas.

FIGURA 2. Capa e frontispício do livro *Meridianas*, com poemas de Noraldino Lima, 1908



FONTE: acervo da Academia Mineira de Letras

A obra *Meridianas* se divide em quatro seções, “Diaphanos”, “Dislumbres”, “Dectores” e “Lampejos”. Cada seção contém dez poemas. Pelas partes iniciais do livro, não sabemos muito do que encontrar na obra, como vemos na figura. A produção material de *Meridianas* parece ter ficado entre o luxo e o custo mais em conta. Um limite estaria no uso da fotografia, cuja presença revela a autoria, e esta já diz do que se trata o que vem a seguir: poemas de Noraldino Lima. Nesse sentido, é sintomática a página com fotografia de Lima com sua assinatura, além de dedicatória feita ao entregar o livro para o diretor do Colégio Grambery, grande incentivador da publicação dos poemas.

Com efeito, no prefácio do livro, Noraldino Lima o dedica ao colégio, onde trabalhou e teve seus primeiros reconhecimentos e méritos como autor de discursos e orador. No colégio, ele precisou escrever suas primeiras falas, que agradecem aos professores ali presentes o custeio da publicação.

Essa especificação nos diz que Noraldino Lima escreveu os poemas ao longo de dois anos. Leiamos a passagem a seguir, pois nos diz das circunstâncias.

As pallidas estrophes que hoje reúno em livro e as muitas outras que me ficam inéditas foram todas, uma a uma, escriptas, nesse lapso de dois annos que tenho aqui vivido: nasceram-se espontaneas, como os arbustos campesinos, em pequenos intervallos de aulas, horas de repouso dominical e á noite, quando o corpo, exhuasto dos labores quotidianos, era impotente para refrear e adormecer o pensamento, a espriar-se infrene, quer nas azas do idyllio e do amor; quer rastejos do tedio e da solidão (LIMA, 1908, s. p.).

Antes de adentrar nos poemas, o livro tem um primeiro poema, com o título “A ti”, cujos versos podemos ler a seguir.

Abre a este livro e lê: percorre, uma por uma,
As estrophes de luz que elle talvez contenha;
Compulsa, verso a verso, a pallida resenha
De meus sonhos e ideaes, de minha vida, em summa.

E, sem pasmo, has de ver, por toda parte, alguma
Cousa tua esplendor — bem como em bruta penha
Um bloco de Crystal: — ora a affeição desenha
Teu vulto, ora teu nome os cantos meus perfuma...

E como assim não ser? Estás entre estas folhas,
A encantar, a luzir, tal entre as grandes bolhas
De grande e dubio oceano — uma numpha risonha!

Como não ser assim? Si tu, que me illuminas,

Me estendes através das húmidas retinas
 Novos mundos de amor em que minh'alma sonha?!... (LIMA, 1908, p. 12).

Deixamos claro que na análise do livro conhecemos um Noraldino poeta sonhador e cheio de expectativas. Na seção “Diaphanos”, temos no título a ideia de passagem da luz, esbatendo-a e impedindo que se vejam nitidamente os contornos dos objetos por ela iluminados, na qual durante os dez poemas veremos momentos conturbados por que passava o poeta, voltados à família, às perdas ao longo de dois anos. Na seção “Vislumbres”, o próprio título sugere: são poemas de um sonhador e de objetivos e expectativas altas, inclusive a de se mudar para a capital mineira. A seção “Dectores” é dedicada ao amor do poeta pela mãe e pela irmã; a seção “Lampejos” são poemas dedicados a vida do dia a dia, inclusive ao trabalho. Nesse sentido, a obra conjuga tempos em que estava em Juiz de Fora e em Belo Horizonte.

Com efeito, em abril de 1910, Noraldino Lima se diplomou em Farmácia e se mudou para a capital mineira, a fim de cursar a Faculdade de Direito e trabalhar, sob o respaldo da Academia Mineira de Letras. Esta viria a ser mecenas de *Vesperaes*, livro de 1919 que merece reflexão aqui dado seu contexto. Assim, antes de adentrarmos os poemas, convém compreendermos alguns pontos do que acontecia em Minas Gerais e se relaciona com o livro. Isso porque, quando pensamos no ano da obra, somos levados ao cenário político e a posição de Lima nele, ou seja, a posição relativa ao Partido Republicano Mineiro, que já dominava a política,

Nesse período, houve a troca de governo, com a eleição de Delfim Moreira para o governo de 1914 e 1918 e de Artur Bernardes para o de 1918 a 1922. Ambos eleitos pelo Partido Republicano Mineiro. Na atuação desses dois governos, atuou também Noraldino Lima, de início como secretário particular, depois como oficial de gabinete de Teodomiro Carneiro Santiago, secretário de Finanças de Moreira. Nesse sentido, Lima dedicou sua obra poética a Santiago, com seguinte frase: “Um bello espirito, um grande coração”, pois trabalhou dividindo as funções importantes e ambos faziam parte da comissão do partido.

Dessa maneira, para analisar a obra se faz necessário partirmos do significado do título *Vesperaes*. Em sentido de dicionário, a palavra tem origem latina e sentidos de *tarde*, de *cerrar da noite*; esse sentido se liga a ideia de vespertino como turno do tempo escolar. Na liturgia católica, a palavra designa parte do ofício divino destinada a agradecer a Deus. Não por acaso o livro tem tal título: os poemas foram escritos em

geral no fim da tarde/ao cair da noite; era o horário que tinha para refletir. Com a questão religiosa, ele tinha suas angústias, como expressa seu eu lírico.

Na primeira poesia, que podemos considerar como introdução, o poeta explica por que *Vesperaes*. Leiamos.

Vesperaes... Vesperaes ... Interprete d'esta alma
 Que confuso bramar da própria voz escuta,
 Tu és o monte azul d' onde o meu ser espalma
 As azas para o ideal e as forças para a lucta (LIMA, 1919, p. 9).

O livro *Vesperaes* foi construído através de uma coletânea de poesias, onde temos versos que permeiam momentos diferentes da vida do poeta, como a juventude, e expressa momentos de solidão. Esta é expressivamente marcante nas poesias escritas quando Lima já estava longe da família. Não por acaso, ele considera a obra como o livro de sua alma: “Este é o meu livro predilecto. Creio me resume: Si nua estrofe há lagrimas e queixume, Há noutro riso, seducção, enleio”. Igualmente, a obra é último volume de poesias escritas ao longo de seus estudos; nesse momento da preparação, acreditava estar em pleno amadurecimento espiritual. Então, durante as análises feitas de suas poesias, vamos encontrar percursos percorridos mais profundos no que podemos chamar de uma personalidade secreta.

O livro foi dividido em oito capítulos, separados conforme os momentos que Noraldino Lima vivia. Eis as temáticas: lampejos; penumbras; reminiscências; sombras; chamas; cinzas; paisagens; livros da alma. São 53 poemas. As temáticas deixam entrever um poeta em busca de reencontrar, no abrigo de seus escritos e suas paisagens, a imagem do acalento materno, perdido ao longo de suas trajetórias. Expõe o poeta o lado amoroso do eu lírico, que reconhece as expressões do amor como aptas a abrirem caminhos para o novo, para o porvir.

O primeiro capítulo é “Paineira”,⁹ poesia de doze estrofes. Temos um poeta em busca de metáforas que possam expressar formas do amor, como a aparência e a essência, o todo e a parte. Os versos a seguir se abrem a essa compreensão, como podemos ler.

Triste e só, junto á serra, a paineira desfralda,
 Já nas raias da morte e no acaso da lucta,
 Seus cocares de rosa e leques de esmeralda

⁹ Paineira e árvore típica do cerrado que produz frutos — não comestíveis —, é de grande porte e tem casca dura.

Ao vento do sertão, que os espaços perscruta.

Quando o sol, ao nascer, a neblina respalda,
E o passaredo canta, e a ramalhada escuta,
O tronco vegetal se espalha em cada fralda,
Em cada topo azul da serra bruta...

No meu largo abandono, em frouxos arremessos,
Percebe que a canção dos pássaros travessos
Não é mais a canção que a festejava outr'ora.

Percorre-lhe um desmaio a seiva, a chlorophila;
E, ondeando, taciturna, a frondagem tranquilla,
Dentro do mundo a rir a arvore velha chora (LIMA, 1919, p. ???).

Como vemos, o poeta vai buscar sentidos para a vida no que vê e observa; e não em si, na autorreflexão, na imersão subjetiva. Agora, se volta à árvore, ao seu entorno, aos ciclos naturais de sua vida. O eu lírico se comove ao ver uma paineira solitária e imaginar os tempos de sua vida, como os de exuberância — quando a folhagem abriga a passarada e sombreia sob o sol que dissipa neblinas. Mas, quando o eu poético se conta de si, de sua solidão, então a imagem que lhe vem é de uma árvore que não mais atrai os pássaros, não mais os abriga, não mais os tem a cantarem. Em vez do canto, agora o que se ouve é choro. O tom melancólico do poeta, de observação e reflexão, se coaduna com as condições de vida de Noraldino Lima. É de quando havia chegado a Juiz de Fora para ali viver, se conhecer ninguém. É período que ele chamou de “desfralde”. Mesmo cansado, procurou a calma nos ventos do sertão e tenta se reinventar nessa nova fase de vida.

No capítulo “A fonte, o rio, o mar”, o poeta se compara à nascente do rio até o seu deságue no mar, como podemos ler nas primeiras estrofes. A comparação com a nascente do rio seria metáfora para o início de suas experiências, em que tem seus momentos de solidão e tristeza e de calma e esperança. Os versos seguintes se abrem a essa compreensão, como podemos ler.

No misterioso dédalo da matta,
Que, viride, se alonga, erma e soturna,
A mais límpida fonte se desata,
Serena e fresca, de ignorada furna.
Rosario de outro ao sol, fita de prata
Ao luar, que rompe a solidão nocturna,
A fonte, ora tranquilla, ora em cascata,
Reflecte a luz e a sombra taciturna (LIMA, 1919, p. 19).

Na segunda parte do poema, o poeta chama traz as turbulências dos caminhos percorridos e de seus tropeços pela vida: “Rio se torna e, rio, desce o lombo da seera, a percutir na dura penha; E, a rolar, a ferver, de tombo em tombo, A líquida madeixa no ar desgrenha” (LIMA, 1919, p. 21). A terceira fase das estrofes traz o que podemos chamar de ensaio para o voo, provavelmente ligado às mudanças de cidade. Eis alguns versos: “Entra no mar, onde, clamando, estronda O vagalhão na fimbria verde-gaia. Aqui, de vaga em vaga, de onda em onda, Um mysterio infinito o vôo ensaia” (LIMA, 1919, p. 23).

O capítulo de nome “Lampejos” podemos ler como reunião de poesias que trazem ideias de desejos momentâneos, momentos de clareza e brilho. São elas: “O eterno palhaço”, “A cigarra”, “Penhascos”, “Manhã mineira”, “Pantheismo”, “Espiritualidade”, “Força incognita”, “Icaro”. Os poemas expõem o poeta em plena extroversão: em momentos de vida boêmia, de farras e festas, de alegria. O estado de espírito do eu lírico é o de quem ouve e conhece música, como lemos nestes versos: “Em *bemol* no começo, em *sustenido* agora, É a *frenética bohemia*, a cigarra sonora, A alma inquieta da vida a borbotar na sesta” (LIMA, 1919, p. 30). O poeta está embebido em boemia e em alegria etílica.

O poeta interessado em compreender os mistérios de Deus reaparece em lampejos, como nestes versos: “Nascer, morrer — começo e fim, o berço e a cova: Em tudo lama e cinza... O amor é a mancenilha Que mata; o ódio — um poder eu o coração aprova; O mundo, enfim — supremo abysmo que fervilha” (LIMA, 1919, p. 37). Se falena é borboleta noturna, e se a borboleta pode ser vista como um ser livre e em transformação, então temos um poeta tentando se transformar. Convém dizer que Lima escrevia à noite, quando o silêncio e calmaria ajudavam à introspecção, a reflexões. Essa compreensão se projeta nestes versos: “Andava ahi fora, trefega falena, dentro da calma intensa e dulçurosa, Ora a sorrir no collo da açucena, Ora a brincar no cálice da rosa” (LIMA, 1919, p. 45).

O capítulo “Penumbras” é a transição luz–escuridão, com as poesias “Dentro da noite”, “A freira”, “Crepusculo”. Vamos encontrar um símbolo nítido da alma ansiosa do poeta que se entrega por completo, mas que se vê preso às tentações do mundo. Os versos a seguir ajudam a delinear essa leitura.

Com a mão pousada sobre o níveo seio
E arfando o seio sob a mão nevada,
— Flor de cera, estrangula-se no meio
De Cirios e cilícios ajoelhada.

Há no seu todo o aspecto de quem veio
 Dessa, que fulge além, doce morada,
 Onde ella, entre a esperança, entre o receio,
 Tem a alma sofredora mergulhada.

Reza... e a oração se vae longe do mundo;
 Soluça... e no gemido cavo e rouco
 Palpita um drama que não tem segundo.

Subito, treme, e se confunde, e córa:
 E' que lhe bate inda no peito um pouco
 Do coração que ella deixou lá fora (LIMA, 1919, p. 56).

O capítulo intitulado “Na roça” flagra poeta relembando seu amor de juventude e dos tempos em que trabalhava no campo, em meio à simplicidade da vida rural. Nesse sentido, convém lermos as estrofes a seguir.

I
 Quebrando á testa o chapelão de palha,
 Na camisa um remendo tosco e feio,
 Preso á cinta o facão de palmo e meio,
 No eito o caipira, impávido, trabalha...

II
 Porque amasse, com amor sincero e bruto,
 A linda Laura — a rosa do sertão —
 Andava há muito o pobre do matuto
 Com a viola atravessa ao coração (LIMA, 1919, p. 63).

Dando continuidade à lembrança da vida pretérita no interior de Minas Gerais, Noraldino Lima incluiu o capítulo “Reminiscências”. Aqui, o poeta revê seus momentos de fé e angústia com a religião, escrevendo poemas para santo Antônio, são João e são Pedro: santos celebrados, no calendário católico, em junho, início de festas típicas da cultura popular, sobretudo no sertão. Façamos a leitura dos versos a seguir, pois projetam a percepção do poeta que revisita seu passado, suas origens, o meio bucólico em que cresceu.

Plenilunio de prata, em minha terra.
 Céu de junho, céu limpo, déo de opala.
 Na voz da noite, pelos ares, erra
 A grande voz do amor que tudo embala [...] (LIMA, 1919, p. 68)

[...] São João... Sino a bater... Que extranha cousa
 Nesse brônzeo clamor, vago, indeciso.
 Como que o espectro do passado pousa
 Neste ar que sorvo, neste chão que piso (LIMA, 1919, p. 69)
 Ao rútilo clarão destas fogueiras

De achas candentes, para o céu alçadas,
 Recórdo as santas ilusões primeiras,
 Que são da vida as louras madrugadas [...] (LIMA, 1919, p. 71)

[...] Retorna! Vem brilhar-me nas retinas,
 A cuja luz — já cego para o mundo —
 Vejo cantando as ilusões divinas (LIMA, 1919, p. 72).

Outro capítulo de destaque é “Sombras”, dedicado a poesias voltadas a tudo que foi negado ao poeta, tudo que foi lhe reprimido, que lhe permanece desconhecido. Vamos destacar dois poemas: “Nirvana” e “Borboleta nocturna”, conforme podemos ler nos versos a seguir.

Na matta ampla e sombria, ao crepusculo, nóto
 Que vibra dentro em mim qualquer cousa de Purna:
 Um desejo incontido, exdrexulo e remoto,
 Brota-me n’alma e cresce ante a sombra nocturna...

Pudesse eu me furtar á lucta em que me exgótto,
 Diluir o coração *na selva* taciturna,
 Sumir no grande todo, integra-me no ignoto
 Poder, que é a luz do sol, que é a treva de uma furna!

Homens que ora passais a vida, como passo,
 Invejai, como invejo, o puro encantamento
Da matta erma e pagã, sem lida e sem cansaço.

Que pode haver melhor: pedir ao céu baptismo,
 E o orvalho ter do céu; pedir beijos ao vento,
 E ouvir na voz do vento a voz do pantheismo? (LIMA, 1919, p. 75–6).

Como vemos, os versos mostram um poeta em plena comunhão com o ambiente que conheceu em suas origens: a mata. Com efeito, nesse momento do livro, os poemas se voltam a questões da natureza ao se referirem ao templo e à religião do eu lírico. Mas este compreende logo a extensão dos empecilhos que afastam seu conhecimento do Eterno: são sentimentos que o ser humano tem; e através disso ele concentra seu amor nas exterioridades da natureza, trazendo sua confiança infinita no universo, tentando evidenciar Deus no oculto da essência pessoal das coisas e da vida. Tal qual disse, “Parece uma alma errante o insecto frouxo e mudo, Que os raios e os trovões me trazem, pelo inverno, No abandono em que estou de todos e de tudo” (LIMA, 1919, p. 77–8).

Aluno da faculdade em Juiz de Fora, Noraldino Lima se aproximou de uma colega de turma, que seria eleita, pelo amor, à inspiradora de seus poemas e

companheira em seu destino. Dejanira era o nome dela. Os poemas exibem o poeta apaixonado, dedicando estrofes e mais estrofes à musa. Os últimos poemas escritos por Lima foram para ela. Percebemos versos mais comoventes, como podemos ler a seguir.

Sem vaidades de artista, trabalhei-o
Com a febre e as emoções que amor presume;
Si alguma cousa existe que o perfume,
Esse perfume de tua alma veio.
Veiu de ti, da luz de teu carinho,
Dessa pureza imensa que te adorna
E que me aclara a treva do caminho.

É o nosso altar: cerquemol-o de prece...
— Nelle há um trecho da vida, que não torna,
E a delicia do amor, que não perece (LIMA, 1919, p. 147).

Em outros, é clara a linguagem voltada ao lirismo. Damos destaque ao último poema do livro, “Dejanira”.

Dejanira
Agora que singrei contigo, traço a traço,
A onda do madrigal. Do soneto e do chromo;
Agora que, vecendo o meu modesto assomo,
Chego, enfim, a este humbral que, tímido, ultrapasso;

Agora, que entrevejo, ao calor de teu braço,
No celeiro do ideal o prometido pomo;
Agora que, depondo o cálamo, não domo
A alegria de ver um pouso ao meu cansaço...

É mister que aqui deie o teu nome divino,
Meu lábaro e broquel — nota aguda de um hymno
Em que todo me exalto e todo me transfundo.

Seja elle a extrema-uncção, dulcíssimo alegratto,
Que, um dia, ha de fechar, qual fecha este terceto,
Meus lábios para a Vida e a Gloria do outro mundo (LIMA, 1919, p. 163–4).

Como podemos ler nos versos dessa citação e da anterior, o poeta parece ter encerrado um ciclo de vida ao se dedicar à musa amada — à esposa. Recordemos: o poeta se mostrou ignorado pela musa, vendo à distância; depois, como enamorado apaixonado; enfim, como noivo fantasiando a noite de núpcias. Agora, nós o vemos vivendo seus dias ao lado da musa como sua esposa — como Dejanira.

Dessa compreensão inferimos que, ao escrever seus poemas, Noraldino Lima os carregou com muita substância biográfica; logo, seus livros de poemas podem ser lidos como medida de sua trajetória: sonhos e conquistas, certezas e incertezas, medos e angústias, tristezas e suas felicidades, caminhos e descaminhos; assim por diante. Ele explorou a subjetividade do poeta como tela para projetar sua dimensão mais íntima, aquilo que não diria em textos para jornal nem em discursos. Se assim o for, então o ciclo de vida que lemos projetado nos livros de poemas se encerra com a entrada de Lima na política mineira; ou seja, quando já é homem feito, casado, com família constituída. Se assim o for, em tal entrada ele deu seus primeiros passos na primeira metade dos anos 1920, como diretor da Imprensa Oficial, cargo a que chegou após galgar degraus na hierarquia profissional do governo mineiro.

2.2 *No valle das maravilhas: “o diário de bordo” de Noraldino Lima*¹⁰

Com efeito, após discurso na cidade de Januária, Noraldino Lima foi convidado por Juscelino Barbosa¹¹ para ocupar o cargo de auxiliar de reportagem no jornal *Minas Gerais*. A carreira de jornalista seria o primeiro passo para se tornar uma figura pública em Minas Gerais.

As qualidades de jornalista de Noraldino Lima contribuíram para que êle fosse figura saliente no ambiente intelectual e político do seu tempo. Diretor do “Minas Gerais” e um dos componentes da direção do antigo “Diário de Minas”, seus comentários aos fatos do quotidiano, em que focalizou todos os aspectos da vida mineira e do País foram sempre justos e oportunos e tinham a realçá-los a elegância do estilo, a correção da linguagem e a segurança dos conceitos (MATOS, 1952, p. 34).

Nesse sentido, convém nos atermos à obra *No valle das maravilhas*, das mais importantes na carreira escriba de Noraldino Lima. O livro reúne artigos publicados no *Minas Gerais* e foram republicados em volume com o propósito de dar visibilidade às promessas feitas por Fernando de Melo Viana, governante de Minas Gerais entre 1924 e 1926. A obra foi “importante para o conhecimento de sua personalidade, porque nêle se

¹⁰ Chamamos o livro *No valle das maravilhas* de “diário de bordo” porque foi escrito por Noraldino Lima a bordo de embarcação e em terra registrando acontecimentos da viagem: cultura, economia e dificuldades... Ele foi retratando o dia a dia da em palavras, tal qual um diário.

¹¹ Jornalista de intensa atividade, lançou em 1928, com Pedro Aleixo e Álvaro Mendes Pimentel, o jornal *Estado de Minas*, do qual foi o primeiro diretor (ARQUIVO PUBLICO, 2015, p. 3).

contém o seu espírito, numa integral exposição de suas múltiplas aptidões intelectuais” (MATOS, 1952, p. 35).

Na condição de diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais, Noraldino Lima acompanhou Fernando de Melo Viana em viagem de pelo rio São Francisco. Com a responsabilidade de registrar um ato político, ele conseguiu fazer da sua obra uma perspectiva de “mineiridade”. Esses artigos escritos por Lima podem ser considerados um diário de bordo,¹² pois durante a viagem ele fez observações sobre a questão política que o estado vivia, a economia, a sociedade e a cultura da região visitada.

E, enquanto vai recapitulando os lances da encantadora aventura pela região do grande rio, também nós somos levados pelas suas descrições e narrativas ao Vale das Maravilhas. [...] Noraldino nos fala como jornalista, como economista como político, e, não raras vezes, como poeta, pois tudo isto foi êle, conforme nos demonstrou pelas ações de sua vida e pelos merecimentos de sua obra (MATOS, 1952, p. 36).

Essa viagem foi considerada um marco em sua carreira como participante ativo das questões políticas que aconteciam no período entre o governo de Fernando de Melo Viana e o de Olegário Maciel. Leiamos uma fala dele publicada em apêndice.

Assim fazendo, colho dois proveitos: dou a esta obra o valor que Ella não tem e, não só transmito ao leitor a impressão viva e sincera de um grande jornal que soube apreciar, como era de justiça, a significação da visita do presidente de Minas áquelles formidavel rincão da nossa terra, como tambem divulgo as idas e propositos que o eminente chefe de governo mineiro alimenta ácerca daquela terra esquecida e que bem justifica, pelo seu presente e pelo seu futuro o titulo deste livro (LIMA, 1925, p. 191).

A citação mostra sua experiência vivida nessa viagem, além da divulgação das promessas feitas pelo governador e as dificuldades enfrentadas pelos moradores da região chamada de “terra esquecida” por outros governantes. Noraldino Lima observava e descrevia a economia e cultura em que se tinha uma promessa de ser uma terra de grande progresso econômico para o estado, mas que necessitava de investimentos em infraestrutura e saneamento básico. Assim, a produção da obra, segundo Malatian (2009, p. 204),

¹² “Trata-se de escrita de si, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta. Nos documentos que a expressam, entre eles as cartas, a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito” (MALATIAN, 2009, p. 196).

[...] levará em conta seu *caráter altamente subjetivo* e, mais do que a veracidade dos fatos e a sinceridade do escritor, irá buscar, nesses documentos, *a expressão e a contenção do eu*, em seus diversos papéis sociais, em termos de sentimentos, vivências e, principalmente, práticas culturais (grifo nosso).

Com efeito, em que pese a orientação subjetiva do relato, o texto alude a elementos objetivos com os quais Noraldino Lima teve de lidar, a exemplo das práticas culturais. No caso das regiões ribeirinhas, a vida se associa, sobretudo, com elemento água. Logo, conforme forem as condições, não seria possível ter uma visão do lugar, como no caso de época de cheia do rio. Nesse sentido, a viagem ocorreu em período de estiagem do rio, no barco “Wenceslau Braz”, construído em 1919. Percorreram e visitaram comunidades ribeirinhas, duas cidades importantes da região, São Francisco e Villa de São Romão, centro da economia, e dois distritos, Borda do Rio e Guaicuby. A Villa de São Romão, antes conhecida como Villa Risonha de São Romão, foi tida como cidade progressista ao molde republicano. Leiamos o que disse Lima.

[...] toda cheia de casas brancas, ruas limpas e uma população laboriosa e progressista, havia por força de modificar a opinião e lamentar que a reforma administrativa do Estado, suprimisse, na ânsia do menor esforço, aquele qualificativo, que si já não existe no nome, mora, todavia, ali, na própria essência das cousas e no espírito dos homens (LIMA, 1925, p. 53).

No “diário de bordo” de Noraldino Lima, podemos ver quatro momentos de atenção: à economia da região, à sociedade que será comunidades ribeirinhas, à cultura que darão destaque as lendas do Rio São Francisco e às manobras políticas do governo Melo Viana para levar o progresso ao interior. Os símbolos que foram conceituados sobre o progresso nessa viagem pelo interior de Minas Gerais eram de “A Liberdade, o Trabalho e a Paz!” (LIMA, 1925, p. 43), pois a liberdade tinha o significado das velas das embarcações, os ventos, o trabalho do homem tentando vencer mesmo com as dificuldades que se encontravam as comunidades e a paz era o significado das águas calmas do rio.

Quando pensamos na economia da região visitada, vemos no livro os aspectos da produção do vale das águas e a terra que desafia os trabalhadores e o capital financeiro. Isso porque há necessidade de outros transportes terrestres para o escoamento dessa produção da pesca, da madeira e do algodão que muitas das vezes essas mercadorias se perdiam devido à escassez de embarcações para levarem as mercadorias até o comércio

de Januária. Essa viagem foi realizada para observar e solucionar os problemas dessa região assim, “Nunca foi tão sensível ao espírito do Presidente Mello Vianna a necessidade de intensificar a navegação do São Francisco” (LIMA, 1925, p. 88).

Noraldino Lima, observando os pescadores com suas técnicas e experiência, percebeu que a indústria da pesca sem dúvidas seria uma possibilidade de crescimento. Mas a pesca ainda era rudimentar e só atendia mais às necessidades da comunidade ribeirinha do que a economia da região. Assim, “quem vê, porém, o São Francisco de perto e observa a sua piscosidade, pode sentir quanto é ainda incipiente esse importante ramo industrial naquellas barracas em grande parte selvagens” (LIMA, 1925, p. 73).

Percebemos que, com a riqueza da ictiofauna do rio, não havia valorização do comércio pesqueiro. Noraldino Lima demonstrou indignação, pois o consumo de bacalhau no país era grande e peixes como surubim ficariam restrito às comunidades da região e a uma exportação pequena, não se dedicando ao ramo de comércio de exportação. Nesse sentido, ele relatou sua experiência de observar pescadores e as ofertas de vendas de peixes e dificuldades com técnicas rudimentares para escolher os de mais qualidade. Expõe uma discussão sobre a não valorização do que se tem no Brasil, pois preferem comprar produtos importados como o bacalhau do que valorizar os produtos brasileiros. Leiamos palavras dele no trecho a seguir.

Porque há de o paiz, com a obsessão do bacalhau, comprar no estrangeiro o que temos entre nós, ao alcance da mão, tão bom senão melhor, por muito menor preço e sobretudo nosso? O rio São Francisco é um convite imperioso ao *nacionalismo pratico*. Voltem-se para elle os homens de boa vontade (LIMA, 1925, p. 81; grifo nosso).

Como podemos ler, o autor tenta mostrar a necessidade não só dos mineiros, mas ainda dos brasileiros de valorizarem a cultura e o comércio presente no país. Como questão de força para o nacionalismo, não bastam os discursos falados pelos governadores. Deve ocorrer no cotidiano dos brasileiros.

O comércio da madeira era forte ao longo das margens do São Francisco, o qual proporciona trabalho na localidade. A maior parte das madeiras era enviada para as cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, mas o que atrapalhava a comercialização era a carência de meios de transportes ao longo do rio. Ele deixa claro no título do capítulo “O COMMERCIO DA MADEIRA: O cedro e a aroeira. — A angustia dos negociantes e agricultores da Lapa. — 400 toneladas de mercadoria sem transporte” (LIMA, 1925, p. 83). Para termos uma ideia da crise de transporte que acontecia ao

longo do rio, Noraldino Lima traz um telegrama enviado por um grupo de comerciantes e agricultores a Fernando de Melo Viana, pois havia mercadoria, mas não transporte para levar até o destino. Leiamos transcrição que Lima fez do telegrama enviado a Viana.

Lapa, 27. — O commercio e a lavoura deste município, representados pelos abaixo assignados, scientes de que o vapor Wenceslau Braz chegará apenas até Carinhanha, prejudicando totalmente o transporte de cargas deste porto ao de Pirapora, pedem intercederdes junto á gerencia no sentido de livral-os de tão grande mal conseguindo a continuação das viagens até aqui, onde existem paralyzadas cerca de quatrocentas toneladas de mercadorias, parte das quaes em vida de deterioramento. Podeis avaliar a amplitude do serviço que prestará a esta zona vossa intervenção e o nosso alto grau de reconhecimento. Respeitosas saudações (LIMA, 1925, p. 86–7).

O governo não conseguiu cumprir a solicitação do telegrama, mas começou a pensar em soluções para resolver o problema, não só na região mineira, mas ainda dos outros estados que acabavam perdendo vendas e mercadoria por falta de transportes. Noraldino Lima mostrou que Fernando de Melo Viana ficou tocado com essa situação e tentado a resolver o problema da navegação do rio. Isso porque,

O único rio adequado par a navegação em Minas, por exemplo, o São Francisco, corre para o norte, atravessando a Bahia e Pernambuco. Não faz conexão com o rio Doce, parcialmente navegável, que corre para o leste até o mar. As tentativas de estabelecer um serviço regular de barco a vapor no centro de Minas fracassaram porque o rio das Velhas, tributário do São Francisco, tinha o leito raso e o fluxo inconstante (WIRTH, 1982, p. 43).

Com efeito, segundo Wirth (1982), era preciso pensar em outras formas de transporte para o escoamento da madeira. Fernando de Melo Viana sugeriu a criação de uma estrada de ferro até Belo Horizonte, pois geraria mais lucros e os comerciantes conseguiriam vender mais. A visão de enviar essas madeiras através de embarcações não era vista como viável, pois o custo seria alto e demoraria chegar o produto. Essa questão da carência de transporte levou a comitiva a observar nas margens do rio as madeiras precisando ser transportadas até Joazeiro, como disse Lima. Leiamos este trecho: “Nota-se bem: os negociantes de madeira estão com toda Ella amontoada, o capital empatado, sonhando com essa cousa vaga e tristemente empírica: a futura enchente do rio...” (LIMA, 1925, p. 91). Problema da demora era, também, de aproximação da cheia do rio São Francisco, pois os comerciantes perdiam mercadoria.

Entre as possibilidades de comércio faladas e descritas, o algodão obtinha destaque nos vales do rio São Francisco como possibilidade maior de economia para a região. O texto de Lima é incisivo nesse ponto, como podemos ler a seguir.

Tudo contribue, no Valle fecundo, para a cultura do algodão seja nelle o permanente aceno da prosperidade aos que desejem adquirir-lhe um esclarecido apelo aos beneficios da terra. O solo, pela sua constituição favoravel, e o clima, pela propriedade de sua temperatura, são os formadores daquelle ambiente que já Saint-Hilaire assignalava, nas catingas do norte de Minas, como o mais propicio á cultura do algodoeiro (LIMA, 1925, p. 96).

Mesmo o algodão sendo umas das possibilidades de crescimento econômico e ocupar toda a margem do rio, estava longe de ter um grau de desenvolvimento, pois os métodos utilizados pelos agricultores eram primitivos. Assim, Noraldino Lima expôs como eram as visitas da comitiva às lavouras de algodão, onde pôde observar como acontecia todo o processo do plantio. Eis sua descrição: “teve [o agricultor] a gentileza de mostrarnos, desde o algodão bruto, em rama, até os fardos já beneficiados, depois de submettidos á balança e promptos para o commercio” (LIMA, 1925, p. 97).

O “diário de bordo” de Noraldino Lima traz sua visão das questões econômicas da localidade. Mostra detalhes de como acontecia a pesca, a extração da madeira e o plantio de algodão; mas sem esquecer que precisava dar visibilidade à política de Fernando de Melo Viana. Com isso, para encerrar seus capítulos sobre a economia da região, expunha o motivo de fazerem a visitação a essas principais fontes de renda, dando destaque à importância de Viana na viagem. Leiamos a seguir um trecho do que disse.

Para a concretização desse objectivo, a viagem do sr. Presidente Mello Vianna ao São Francisco, afim de ver com os próprios olhos o que é preciso fazer — e vae fazer — representa o grande passo: além do desenvolvimento da navegação, com as obras complementares dos portos, serão creadas colônias destinadas ao plantio de sementes para selecção e fornecimento aos lavradores (LIMA, 1925, p. 98).

Como percebemos na leitura, o governo fez promessas de ajudar o interior a se desenvolver economicamente, pois era preciso ter reforma urgente nas formas de transporte para escoar a mercadoria com mais facilidades. O governo mostrava que dava atenção maior aos lavradores para ter expansão do algodão. Assim, Noraldino Lima, quando observa e reflete sobre a sociedade ribeirinha, ele exalta o povoamento, o

homem sertanejo, sua resistência, inteligência, força, agilidade e lealdade pelo trabalho. Através de seu olhar atento a cada detalhe, ele o descreve de forma poética.

O povoamento da região chamada por Noraldino Lima de “zona sertaneja” seria onde aconteceu a “nacionalidade” mineira e o povoamento do interior brasileiro. Esse povoamento aconteceu de duas formas: através do sertanista ambicioso que procurava ouro e do missionário civilizador que catequizava região, que começou a crescer entre os séculos XVII e XVIII. Tal qual disse Lima (1925, p. 107), “O sertanista fundou as fazendas; o jesuíta criou as missões. Num ponto, porém, andavam juntos: estas, com os índios, aquelas com seus escravos, foram ambas os núcleos das cidades futuras”. Noutras palavras, o povoamento teve duas funções no período: civilizar povos originários e expandir territórios. Não por acaso, Lima detalha o povoamento da região para que fosse possível compreender, pelo texto, o homem da região: sua vida e suas dificuldades. Lima contou seus flagrantes de observações do homem que vivia e dependia do rio e dos seus afluentes, descreveu o sertanejo como inteligente, ágil, resistente; mas disse que não deixava a ambição nem o medo tomarem conta de suas atitudes.

Em suas observações feitas ao longo da viagem, Noraldino Lima destacou a lealdade do trabalhador e empregador, a força que os sertanejos têm para trabalhar nas barcas, pois a alimentação não é adequada, na maioria dos barqueiros só faz uma refeição ao dia. Leiamos as palavras dele a seguir.

A lealdade é outro atributo admirável do sertanejo. Seria ignomínia para um profissional do laço ou do remo passar a outro patrão sem se despedir do primeiro, a quem, até o momento de o deixar, serve com uma dedicação verdadeiramente canina. [...] D’ahi, a lealdade mutua que liga na vida e ás vezes até na morte os sertanejos, realizando-se ali, de modo integral, esta cousa que anda perturbando o mundo sem solução razoavel até agora: a harmonia entre o capital e o trabalho (LIMA, 1925, p. 128).

Contudo, ao mesmo tempo em que elevou o sertanejo na escala social, Noraldino Lima disse de sua tristeza mesmo sendo um “homem valente”. Ele notou que a alegria não era traço do povo; havia muitos com olhares apagados e melancólicos. A maior questão era a proliferação de mosquitos, que traziam doenças para a comunidade ribeirinha, dada a dificuldade com falta de saneamento básico. Eis o que disse Lima (1925, p. 138): “o desenvolvimento que merece — e nisto está empenhada a boa vontade do presidente Mello Vianna, que deu o passo inicial — o saneamento [se faria]

imediata e completamente, como legitima decorrencia do próprio povoamento” (LIMA, 1925, p. 138).

Noraldino Lima dedicou dois artigos à cultura sertaneja, às lendas que cercam o rio e protegem pescadores, às poesias sertanejas. Leiamos esta passagem: “Como todos os grandes rios, o São Francisco tem as suas lendas. Acham-se ellas profundamente arraigadas — no espirito de uns como verdades substanciaes ligadas á própria razão de ser da caudal” (LIMA, 1925, p. 159). Das lendas que escutou, destacou duas: a do “caboclo d’água” e da “mãe d’água”. São histórias recolhidos durante a visita e descritas de diversos modos em suas aparências, as quais são consideradas uma tradição da região. Essas lendas envolviam pescadores trazendo histórias. Lima fez uma comparação das lendas com os deuses de Homero “[...] elle se intromette nas contendadas, define-se ás vezes diante dos contendores, ao quaes, como senhor das aguas, distribue maldades ou beneficios consoante o grau de sympathia que os mesmos lhe inspiram” (LIMA, 1925, p. 160).

Com efeito, a poesia sertaneja trazia sentimentos do homem simples através dos seus cantares, em todos os povoamentos e todas as cidades visitadas. Fernando de Melo Viana foi recebido com festividades, e Noraldino Lima ficou encantado com o desafio da viola — que não presenciou. Com olhar de poeta, encantou-se com a tradição do desafio do violeiro que canta versos, sobretudo as trova de amor que enalteciam modelos de beleza e inspiração. Convém lermos a seguir o que disse Lima sobre a poesia.

Não há nella o *artificio rebuscado* ou a *emoção fingida*; nem a *regularidade plástica do metro*, nem a perfeição musical do *rythmo*; há, sobretudo, arte, não a arte de figurino, que se elabora, com *filigranas e lentejoulas*, no silencio dos gabinetes, mas a arte pura, creada pelo sentimento no seio claro da natureza, cuja espontaneidade o sertanejo assimila para ser sincero e cuja harmonia encarna para ser bom (LIMA, 1925, p. 177).

Como podemos ler, Lima opôs formas poéticas. Uma poesia seria artificial, rebuscada, como emoções não reais, mas com metrificação, isto é, a “perfeição musical do *rythmo*”. Outra poesia não seria uma arte de figuração, elaborada, cheia “*filigranas e lentejoulas*”; antes, seria uma “arte pura”, emanada do sentimento espontâneo dos sertanejos.

Com efeito, a viagem pelo rio São Francisco teve como objetivo principal a política, o “caminho da civilização” — diria Fernando de Melo Viana. Em povoados e cidades, ele deixou claro à região que era um momento de progredir ou desaparecer, ou seja, demonstra um resumo na atualidade brasileira no sertão. Ele percorreu todo o estado vivenciando dificuldades de cada região, como ler nas descrições feitas por Noraldino Lima (1925, p. 199), a seguir.

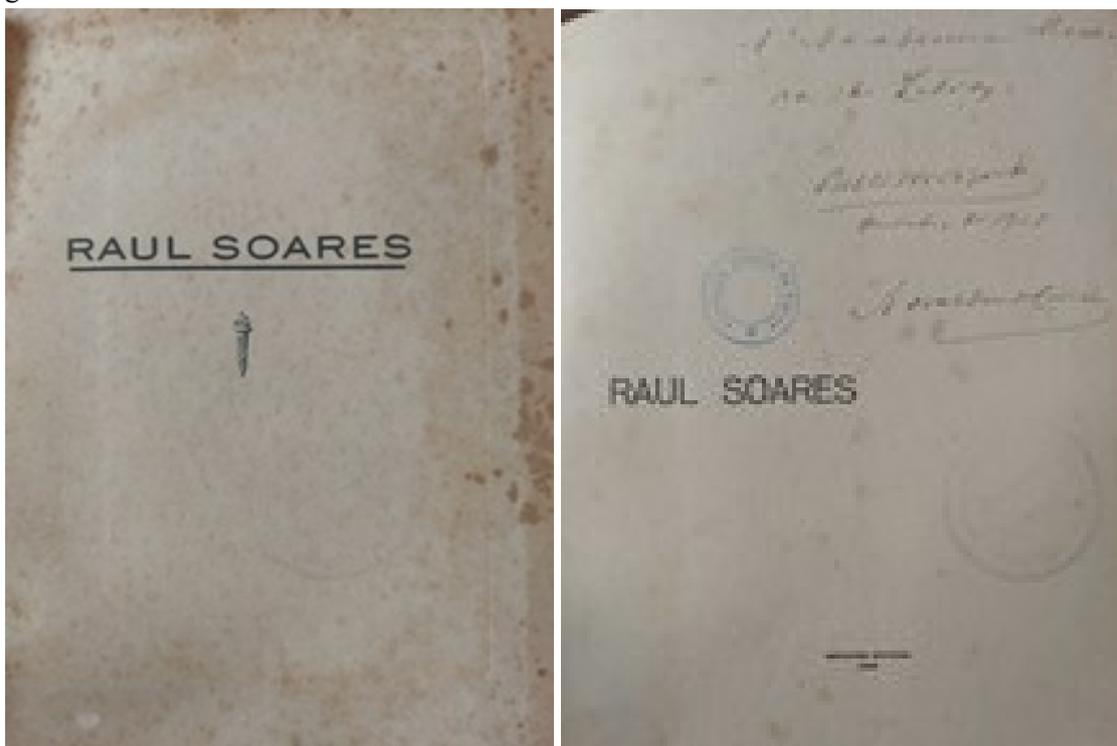
Percorrendo o seu Estado de ponta a ponta, hontem no Centro e no Oeste, hoje no Norte e no Sul, amanhã na Matta e no Triangulo; em contacto com todos, falando a todos — ao professor, á criança, ao sacerdote, ao operário, ao administrador, ao político, ás classes liberaes e conservadoras —, [...] o povo satisfeito porque soube eleger quem lhe realiza integralmente as aspirações de grandeza e de harmonia na ordem economia e social.

Assim, com seus artigos, Noraldino Lima não só registrou o dia a dia da viagem ao lado de Fernando de Melo Viana; também desvelou uma realidade que era desconhecida de muitos — como de resto, a realidade do norte do país, como a região visitada se conecta geográfica e culturalmente. É claro, muito do sucesso dos relatos veio da veia poética de Lima, isto é, de certa sensibilidade para observar a realidade observava e recriá-la com palavras que pudessem traduzir a pluralidade do lugar com possibilidade de leituras plurais. Os problemas descritos não eram novos; novo era o olhar delineado nos textos, que reavivaram, no horizonte de preocupações do governo, aquela região esquecida pelos políticos e carente de serviços essenciais à vida: transporte, saneamento, água (potável) em abundância, valorização do comércio, das tradições e da cultura. Era um terreno propício a promessas de políticos.

2.2.1 *Noraldino Lima: do jornalismo ao político*

Após a consagração como jornalista do meio político com o *Valle das maravilhas*, Noraldino Lima passou a escrever sobre os políticos mineiros. Por exemplo, após um ano de morte do ex-governador mineiro Raul Soares, ele publicou três artigos no *Minas Gerais* que, após serem publicados no jornal, foram reunidos em folheto (FIG. 3), publicado pela Imprensa Oficial, como forma de homenagem ao governador falecido em 1925.

FIGURA 3. Capa e contracapa de folheto reunindo artigos de Noraldino Lima sobre o ex-governador de Minas Gerais Raul Soares



FONTE: acervo da Academia Mineira de Letras

Como podemos ver na figura com reprodução da capa e contracapa do folheto-homenagem, a ênfase é dada no escrito, o nome Raul Soares bem ao centro da capa, escrito com maiúsculas destacadas com grifo; além disso, não se destaca a autoria com o nome de Noraldino Lima. Portanto, o centro das atenções é explícito e inequívoco: “RAUL SOARES”. Ainda assim, o folheto destaca Lima, na contracapa, na dedicatória autografada, onde lemos Noraldino Lima. Esse exemplar foi destinado à Academia Mineira de Letras, cuja cadeira 36 tinha Lima como titular e primeiro sucessor. Mas mesmo na dedicatória, Lima prefere se manter discreto, isto é, sem se manifestar demais. Assim, embora com pouca nitidez na figura, Lima escreveu isto: “A Academia Mineira de Letras. Bello Horizonte. Outubro de 1925. Noraldino Lima”.

A coletânea de artigos tem um prefácio. Leiamos um trecho.

Reunindo em folheto os três artigos que escrevi para “Minas Gerais” em cuja direcção me collocou a generosidade amiga do Grande Presidente morto em 4 de agosto de 1924, dou meu pouco á perenne grandeza de sua memoria: consólo a minha saudade e cumpro meu dever (LIMA, 1925, p. 6).

Da forma lemos, o prefácio sugere que Noraldino Lima havia sido indicado por Raul Soares o cargo de diretor da Imprensa Oficial e relator-chefe de Minas Gerais e que ele se manteve no cargo após a passagem do político. Os artigos do folheto foram intitulados “O grande desastre”, “Na câmara ardente” e “No alto da Saudade”. Observamos pelos títulos, os textos foram escritos por períodos diferentes, visto Raul Soares ter morrido alguns meses antes de terminar seu mandato, assumido por seu vice-presidente de estado, Olegário Maciel. Consideremos os artigos.

No artigo “O grande desastre”, Noraldino Lima enfoca a morte do político, surpresa para os mineiros. Embora seja prosa, o tom do texto é carregado de intenções poéticas, como neste trecho: “pela angustia do genio á beira de um tumulto cheio, *descem-nos d’alma á penna com a explosão de um clamor intimo e profundo* que resume e totaliza, nesta *hora sombria, a amargura da cidade*, a tristeza do Estado, a commoção do paiz” (LIMA, 1925, p. 9; grifo nosso). O autor — assim lemos — usou muito da subjetividade do poeta no artigo do jornalista; sobretudo, nos parece marcante a atribuição, por metonímia, de sentimentos humanos a lugares, como cidade cheia de amargura, o estado com muita tristeza e um país movido pela comoção; ao se referir a esses elementos, e não às pessoas, Lima parece ter associado diretamente o estadista ao Estado.

Então o foco do autor no texto mudou para o homem homenageado, mas ainda usando imagens de tom poético, como o contraste entre luz e sombra para metaforizar vida e morte. Por exemplo, Noraldino Lima se referiu a Raul Soares como luz para o futuro do estado que se apagava; ou seja, sua morte dissipava esperanças, vontades e ideais de progresso. Leiamos a seguir.

Lampada — era bem isso a vida de Raul Soares de Moura, presidente de Minas Geraes: não sómente a *claridade para os olhos*, mas a *luz para o espirito*. [...] Em torno della, dessa *lampada-vida* que a nossa amizade, o nosso culto, a nossa illusão suppunham immortal e que o *sopro da borrasca subitamente apagou*, quantas outras vidas se agitavam, quantos obreiros calejavam as mãos na obra commum, quantas esperanças se moviam — esperanças sagradas se moviam — esperanças sagradas que nos horizontes amplos de uma politica sem dobras, abriam prestigio e a grandeza de Minas e da Republica! (LIMA, 1925, p. 10; grifo nosso).

Uma ocasião importante na relação Noraldino Lima–Raul Soares foi o discurso do governante feito em sua posse como governante; a importância se projetou no artigo de Lima, como podemos ler a seguir.

Sejamos patriotas — disse o glorioso morto, ao agradecer, mal dominado aos nervos, a saudação que o dr. Mello Vianna lhe dirigiu, em nome dos novos membros da administração a 8 de setembro de 1922, no primeiro dia de governo; — *sejamos patriotas para que nosso trabalho seja prodigo em benefícios á terra mineira*; [...] A jornada é longa — de quatro annos — e é com este pensamento que devemos encetar-a (LIMA, 1925, p. 13).

Como vemos, é explícito o ideal republicano de incutir nos brasileiros um senso de patriotismo, que tinha na seara política — espaços dos oradores e dos que discursam — um setor da sociedade fundamental para difundir propagando tal ideal. Havia uma tentativa de preservar um senso de nacionalidade e de trabalhar em prol do progresso do estado. Não por acaso, Noraldino Lima terminou o artigo enaltecendo o legado de Raul Soares como governante, conforme podemos ler no trecho a seguir.

Perdemos o nosso Presidente, o nosso guia e mestre, o nosso grande e devotado amigo. Nem tudo, porém, sossobrou neste tremendo naufrágio: ficamos a herança ideal, a belleza do seu sentimento, a unidade do seu amor — a suprema bandeira, emfim, que é o exemplo e a lição de vida (LIMA, 1925, p. 24).

Com efeito, no artigo “Na camara ardente”, Noraldino Lima traduziu o legado do governo Raul Soares em termos mais concretos. Ele se referiu ao governo assim: “Com elle, com a sua pluriforme capacidade de acção, revelada em situações penosas da vida nacional e na primeira metade do seu governo, Minas crescia cada vez mais, e cada vez mais se impunha ao grande apreço e ao grande respeito do paiz” (LIMA, 1925, p. 30). Tentou mostrar que o plano de governo traçado fazia o estado crescer economicamente e ganhar visibilidade. “Na sua plataforma, nas suas mensagens, nos seus discursos esta o seu pensamento integral, todo elle orientado pelo bem de Minas e pela grandeza do paiz — estadista que era dos de melhor nota entre as novas gerações brasileira” (p. 31).

O artigo “No alto da saudade” Noraldino Lima provavelmente escreveu após um ano após a morte de Raul Soares, pois expôs marcas da saudade da amizade no período em que Minas Gerais foi governador por Soares. Leiamos a seguir o que disse Lima.

Voltámos do Bomfim, do velho alto da Saudade, onde, sob montões de flores e corôas, acarinhado pelo verbo sincero dos representantes da amizade, da politica da classe acadêmica, do magistério e do povo, ficou dormindo, no supremo descanso, o grande mineiro, o grande republicano, o grande homem de Estado que for Raul Soares de Moura, presidente de Minas Geraes (LIMA, 1925, p. 39).

Da forma como lemos, Noraldino Lima deve ter estado em lugares que evocavam sua relação com Raul Soares. A estada lhe trouxe memórias da amizade e da política, da academia e do magistério, da população, numa palavra, de experiências por que os dois passaram juntos. A memória foi tão forte, que ele viu se instado, mais uma vez, a escrever sobre Soares logo após chegar de viagem. Era a memória do amigo e do estadista.

2.3 À guisa de recapitulação

A posição de articulador de homenagens como a que foi feita a Raul Soares destacava a posição que Noraldino Lima havia alcançado na hierarquia social e política. Com efeito, em 1925, então na casa dos 40 anos de idade, Lima havia alcançado patamares importantes na trajetória intelectual e profissional. Suas escolhas parecem ter sido acertadas a ponto de ele tirar proveito de condições materiais de certo conforto — contar com a família para bancar sua escolarização — e poder investir em sua carreira e formação intelectual, sobretudo via leitura e escrita lítero-poética. Mesmo como aluno de ciências da saúde e farmacologia, a escrita criativa esteve presente em sua vida como exercício diário. Tal qual num cálculo lógico, seu desenvolvimento e sua produção escrita lhe dariam uma projeção pública com poder de atrair o interesse político. Seria mais uma voz bem articulada para fazer coro e traduzir articulações políticas para o eleitorado e a sociedade mineira. Se a carreira na política tiver sido um “plano não dito” e se se puder ver a viagem ao lado Fernando de Melo Viana como “teste” de admissão na política, então podemos dizer que Lima foi bem-sucedido: levou a cabo o plano; foi aprovado no teste. Agora, estava em um ponto do qual não poderia mais voltar e onde, dali por diante, teria de dedicar seu tempo de reflexão e capacidade de observação e compreensão da realidade a outro tipo de escrita que não a que o destacou aos olhos de Viana.

Nesse sentido, os caminhos escolhidos por Noraldino Lima o levaram da condição de poeta à de político com a mediação da docência de início e com o jornalismo depois. Dito de outro modo, aplicar-se na capacidade de escrever com propriedade foi gesto decisivo em um país onde o analfabetismo grassava. Em questão de meses, Lima se alçou ao escalão da elite letrada — vide a Academia de Letras — e, daí, no da elite política. Essa trajetória nos leva a compreender que a pessoa nasce intelectual, ou seja, que o intelectual nasce em uma pessoa que aceita a vida intelectual e as transformações presumidas. Assim, Lima pode ser considerado um “intelectual

amador” no começo de sua carreira. Mas, para ser considerado um intelectual ativo na educação associada à política em Minas Gerais, Lima teve de transitar por outros setores que não só o da academia. O poeta teve de dar lugar ao orador e ao jornalista subsumidos em cargos políticos que se lhe abriram na política mineira, entre 1929 e 1930, como podemos ler a seguir.

III

DE POETA A POLÍTICO: A NOVA ORDEM À MINEIRA

Caso a verve de poeta de Noraldino Lima possa ser vista como importante para destacá-lo na imprensa mineira, então caberia ver sua “verve jornalística” como central para projetá-lo na política de Minas Gerais. Foram importantes seus relatos publicados na obra *No valle das maravilhas*, pois expuseram o olhar de um jornalista (oficial) atento às mazelas sociais e à escassez de infraestrutura básica no norte do estado. Não por acaso, Borges (1993) o cita ao tratar do processo de modernização no Brasil, ou seja, ao exemplificá-lo como caso de Minas Gerais nos anos 1920. Na viagem junto ao governante Fernando de Melo Viana pelo norte mineiro — feita de barco —, Lima ressaltou o interesse do político em saber como eram as localidades ribeirinhas: a cultura, os estilos e as condições de vida, os modos de produção e outros aspectos. No cargo de diretor da Imprensa Oficial, pôde publicar escritos que interligaram a vida em regiões distintas, como o norte e o sul, isto é, o “atraso” e o “progresso”, respectivamente. Seus relatos mostram que ele viu tais elementos da realidade visitada com uma lente que evidenciava o mandato de Viana tal qual o de *um governo para o seu povo*: voltado à compreensão e solução de problemas sociais. Daí as passagens textuais que acentuam momentos quando o governo se relaciona com as comunidades por que passava na viagem e que salientam a disposição à escuta de propostas para melhorar a vida na região.

Mediante a “reportagem” sobre a vida no norte de Minas Gerais, o trabalho jornalístico-documental de Noraldino Lima lhe deu credenciais para entrar no mundo da política. Em meio à elite política mineira, conheceu as faces da República, sobretudo o Partido Republicano Mineiro. No período 1924–33, Lima não só entrou para a vida público-política, mas ainda intensificou sua participação nela como membro desse partido. Destacamos três governos desse interregno como mais pertinentes a este estudo: o mandato de Fernando de Melo Viana (1924–6), o de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926–30) e o de Olegário Maciel (1930–3). Partícipe de cada um, Lima testemunhou rivalidades e disputas internas ao partido. Viu-se no centro da vida republicana em um estado cujos representantes políticos se alternavam em posições elevadas na hierarquia do poder público, a exemplo da presidência da República. Mais que isso, entrava em uma esfera pública republicana distinta daquela que se desdobrava em outros estados. A distinção estava na presença marcante da Igreja Católica nas instâncias de poder decisório, ao menos na da instrução pública. Não por acaso, essas relações entre clero e Estado tinham chancela constitucional em Minas Gerais.

Nesse sentido, compreender a faceta de político na vida de Noraldino Lima exigiu voltar a atenção a um tempo pré-aparição dele na vida pública mineira. Entender sua presença no Partido Republicano Mineiro demanda compreender interesses e trajetórias de outrem que se vinculam à dele dentro do partido; ou seja, de nomes de destaque quando se trata de pensar no crescimento e desenvolvimento do estado. Este capítulo converge para tal demanda ao situar Lima no processo histórico de consolidação da República no Brasil e em Minas Gerais; isto é, ao destacar como ele se manifestou na política. A compreensão almejada foi em torno do papel e da participação em cada governo: funções desempenhadas, como as desempenhou e as consequências de suas ações, dentre outros pontos. Esses elementos se destacam quando Lima é visto no governo Olegário Maciel, em que se alçou ao posto de secretário de Educação e Saúde Pública e pôde, mais ativamente, influir, colaborar e participar de decisões políticas. Dada a posição econômica e política privilegiada de Minas Gerais, eram decisões de âmbito estadual com projeção nacional, como a reforma da instrução pública concebida por Francisco Campos — modelo para outros estados.

Com efeito, de 1891 a 1933 Minas Gerais teve papel protagonista na política, na economia e nos rumos da República. Assim, este capítulo toca, também, na questão do voto e na escolha de candidatos tendo em vista o Partido Republicano Mineiro no processo de instalação e consolidação do regime, em especial na propaganda e em lutas

iniciais. Igualmente, trata da constituinte mineira de 1891, de Belo Horizonte como capital exemplar do “novo” da República ante o “velho” da monarquia e da ascensão e influência do partido como representante da República em Minas Gerais. Esse tratamento de revisão se embasa na leitura da Constituição mineira, das leis adicionais da constituinte e das bases orgânicas partidárias nos códigos eleitorais (lei 35, de 26 de janeiro de 1892, lei 1.269, de 15 de novembro de 1904; e lei 3.208, de 27 de dezembro 1916).

O argumento central do capítulo — Noraldino Lima na política mineira — é desdobrado em enfoques específicos que partem do alvorecer da República no Brasil e em Minas Gerais, passa pela reorganização política do Partido Republicano Mineiro — disputas e ações — e finda na participação de Lima nos governos mineiros de 1924 a 1933. Membro do partido, ele então entrava na *República à mineira*: uma elite oligárquica cujos meios e poderes foram usados à exaustão para manter uma política de alternância com paulistas na presidência da República. Se Minas Gerais teve contornos peculiares em relação ao movimento maior da República, então convém partir dos antecedentes: o republicanismo.

3.1 Ascensão do republicanismo: política e educação como projeto

A proclamação da República foi tributária, sobremaneira, da falência da monarquia imperial, marcada pelas questões religiosas e militares e pela abolição da escravatura. Em meio a essas fragilidades no sistema monárquico, surgiram movimentos republicanos por todo país, os quais investiram em propaganda antimanutenção do império. Assim, após mais de seis décadas de comando monárquico, veio a mudança de regime de governo, instaurado em todo o território e aceito passivamente pela sociedade. Os movimentos prévios funcionaram como uma preparação do terreno para a transição, ao que se juntava o “desprestígio que recaía sobre a Monarquia” (COSTA, 1977, p. 292), acima de tudo com a manutenção do sistema escravista.

Evidentemente, de início a mudança foi mais formal que prática. Mudaram-se o regime e a forma de governo, mas se mantiveram vícios da monarquia que haviam sido alvos de crítica veemente de republicanos; mudou o sistema político, mas não mudaram o pensamento e certa cultura marcante na sociedade. A fraude resistiu nas eleições, redundando em corrupção. Essas questões permearam a Primeira República, assim como visões de grupos e defensores distintos do regime (vide a força dos militares e dos

coronéis da produção agrícola: os coronéis das fazendas leiteiras, os barões das fazendas de café, para ficarmos em dois exemplos emblemáticos). Também havia quem defendesse a monarquia. Leiamos a seguir o que disse Costa (1977, p. 292–3).

[...] [Havia os que] consideravam a proclamação da República um acidente infeliz. Era-lhes impossível reconhecer deficiências profundas no regime monárquico. Recusavam-se a admitir que houvesse um motivo razoável para o movimento. Na sua opinião, tudo não passara de um golpe militar oriundo de interesses nem sempre justificáveis e até mesquinhos. Os republicanos, uma minoria pouco significativa no total do país, pleiteavam a mudança do regime, à revelia do povo e em benefício próprio. A República fora fruto do descontentamento e da indisciplina dos militares que se aliaram aos fazendeiros ressentidos com a abolição da escravatura. Essa é a versão dos monarquistas. Os republicanos eram, sob certos aspectos, mais objetivos, embora tivessem também uma visão parcial, e nem sempre exata do movimento. Para eles a proclamação da República fora a correção necessária dos vícios do regime monárquico: os abusos do Poder Pessoal, vitaliciedade do Senado, centralização excessiva, fraude eleitoral que possibilitava ao governo vencer sempre eleições, etc. Correspondendo a uma aspiração nacional, o movimento republicano teria uma força irresistível. Ao proclamar a República os militares seriam intérpretes do povo. Ao partido republicano e ao exército cabiam as glórias do movimento.

Como vemos, os antirrepublicanos viram a abolição como causa da República, ou seja, do declínio da monarquia. Com a perda da mão de obra cativa, perdiam-se os investimentos feitos para compor um plantel de escravos. Não era para menos a insatisfação de certos grupos; mas era forte a percepção de um grupo da população que de que os monarquistas governavam mal o país.

De fato, a proclamação da República passou por cima das divergências postas; não deu margem para outra atitude que não a aceitasse. A aceitação era condição para que os grupos contrários se mantivessem ativos na política e continuassem a defender seus interesses; mas nos limites da República. Acertadas ou não as razões apontadas para o fim da monarquia, é inegável que os problemas de governança não se dissiparam. Antes; a República herdou desigualdade social, analfabetismo elevado, ausência da população nas decisões políticas e outros pontos (COSTA, 1977). Assim, podemos considerar que a instauração da República não ocorreu com uniformidade, pois havia desigualdade social em graus distintos em cada estado.

Quando pensamos no movimento republicano, impõe-se a ideia de que em regiões diferentes já havia uma política de tendência liberal, mas não vista como republicana, pois nem todo liberal defendia a República. Alguns políticos liberais

acreditavam que o sistema monárquico constitucional era mais adequado ao Brasil, por isso a República fracassaria. Outros republicanos — políticos mineiros — defendiam a liberdade política. Tôrres (1980) destaca fatores que fizeram os mineiros serem pró-regime republicanos após este ser instaurado. Havia o fator garantia de ordem e liberdade no sistema estabelecido e o fator doutrina republicana, que estava sendo instalado em outros países através de movimento discutido e defendido por pensadores da política.

Assim, a República começou a se constituir de forma mais geral com a análise de questões econômicas, sociais, políticas e, sobretudo, escolares. Em especial no período 1870–99, o país passou por mudanças significativas em sua estrutura, como a participação mais ativa no comércio externo e certa concentração da população nas cidades. Nesse contexto, era grande o contingente de discussões e projetos sobre instrução pública propostos a partir da segunda metade do século XIX. Mensuraram a importância que a sociedade deu a discursos sobre a educação.

Por meio da participação mais ativa da Europa no mercado internacional, ideais de modernização¹³ e industrialização excederam os limites da interferência econômica. Derivados de ideais revolucionários, tais ideais chegaram ao Brasil na bagagem de certa elite: gente rica o suficiente para custear estudos e temporadas em países europeus, sobretudo França e Inglaterra. Tais concepções foram exploradas discursivamente pelos que as trouxeram. Eram homens crentes nos ideais de civilização e progresso que conheceram na Europa e os quais eles quiseram que se insturassem no Brasil em nome de seu desenvolvimento. Civilização e progresso passaram a ser vocábulos-base de lemas republicanos com tom de reforma da sociedade. Barros (1959, p. 165) endossa essa compreensão assim: “É vencendo o atraso cultural e político do país que se faz obra verdadeiramente positiva e civilizadora”; isto é, em termos caros “aos homens de então, era preciso pôr o país ‘ao nível do século’” — europeu, é claro.

¹³ A palavra modernização aqui designa um conceito cuja compreensão se apoia em Bobbio, Mateucci e Pasqualino (1998, p. 768), que se referem a um “conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos”, ou seja, XVIII e XIX; o processo de modernização teve sua origem na Revolução Francesa (1789) e chegou ao seu ápice nos tempos da Revolução Industrial inglesa. Provocou mudanças nas esferas política, econômicas e nas relações sociais; teve “repercussões imediatas no sistema internacional”, as quais foram “exportadas pelos europeus para toda a parte”. A “modernização política” incidiria na “população de uma comunidade política em seu conjunto” quando se verificasse “a transição de uma condição generalizada de súditos para um número crescente de cidadãos unidos entre si por vínculos de colaboração, passagem que é acompanhada pela expansão do direito de voto e da participação política”.

Com efeito, a ideia de modernização convergiu para expectativas de transformar a sociedade e cultura em função de um projeto de constituição de uma nação. O país se reerguia paralelamente à transformação na sociedade aos moldes europeus, como o liberalismo na ideia de Estado-nação; mas a modernização supunha cuidar da educação primeiramente. Tal qual dizem Carvalho e Carvalho (2012, p. 35),

Na implantação da República, foram encetados esforços para se organizar o aparelho de estado da União e dos estados federativos nos moldes da Constituição dos Estados Unidos e foi posta em prática a reforma presidencialista e federalista de governo; o presidente da República deve ser eleito “pelo povo” e governar em prol dos interesses do “povo”, como apregoa o texto da Constituição de 1891. As províncias se transformaram em estados federativos, o que lhes dava autonomia quase irrestrita, desde que não ferissem a legislação federal. Esboçava-se, assim, a tão almejada descentralização presentes nos ideais do Partido Republicano,¹⁴ criado em 1870.

“Era de ouro” da política. É assim (mas não só) que podemos chamar o período que vai de 1840 a meados da década 1870. Houve estabilidade na sociedade e nas práticas políticas; ou seja, não ocorreu mudança substancial. No ano de 1870, foi criado o Partido Republicano, em São Paulo, que organizou congressos para discutir o futuro da política. O partido advogou a mudança de regime político (de império à República) tendo como ideia-mestra o avanço do liberalismo.

O ideário liberalista, contudo, não era comum a todos os participantes do movimento republicano. Com isso, as reuniões partidárias passaram a gerar ideias vistas hoje como avançadas então. O nome dado a esse avanço foi “ilustração brasileira”:¹⁵ alicerce para a reforma social guiada por uma cosmovisão racionalista de edificar a sociedade sob os desígnios da ordem e do progresso. Era preciso apresentar novos valores — opostos à visão difundida pela Igreja,¹⁶ cuja influência no Estado precisava

¹⁴ O Partido Republicano de São Paulo foi criado em 1870, por intelectuais, cafeicultores, profissionais liberais, etc. que se sentiam prejudicados pelas diretrizes políticas do governo; conforme Salles (1986), o projeto democrático-liberal do partido se enfatizava como o partido que enfrentou a inserção do trabalhador livre no âmbito da sociedade ao propor a reformulação do Estado através do seu aparato jurídico-institucional, ou seja, via mudança de regime político.

¹⁵ A partir dos anos 1870, se organizou uma forma de pensar na política via Partido Republicano. Barros (1859) chamou de “ilustração brasileira” o movimento intelectual que teve início nos últimos trinta anos do império e se consolidou na República. Herdeiro do iluminismo, esse movimento foi marcado, sobretudo, pela crença no poder das ideias e no espírito científico. Nesse contexto, a educação escolar emerge como instrumento-chave de mudança cultural do Brasil.

¹⁶ No período da colônia, as ações educativas eram reguladas pela Companhia de Jesus, cujos jesuítas quiseram desenvolver atividades missionárias. Ao longo da história do Brasil, a Igreja manteve posição privilegiada junto aos administradores, como no conteúdo de leis (vide a Constituição de 1824), decretos

ser anulada, quer dizer, os poderes do clero no Estado teriam de ser limitados. Para restabelecer uma nova ordem, se impunha a necessidade de afastar explicações religiosas do cotidiano e dar visibilidade à compreensão científica. Com a ciência ocupando o centro da civilização na explicação de fenômenos da vida, a religião perdia hegemonia entre grupos políticos e círculos intelectuais. Abria-se um campo de discussão em torno dos valores jurídicos, políticos e sociais.

A cisão entre Igreja e Estado não foi abrupta, não foi da noite para o dia da proclamação da República e o dia seguinte. Houve antecedentes, inclusive internamento ao clero; houve bispos que se posicionaram a favor do regime monárquico e contra. Além disso, houve atuação expressiva da maçonaria, cuja maioria era pró-República. Podemos compreender, então, que esses fatores desencadearam uma crise na Igreja; mais: o livre pensamento havia sido objeto da defesa de intelectuais e políticos republicanos através do partido. No corte político entre o Estado e a Igreja, funções desta passaram às mãos daquele. Exemplo mais óbvio dessa transição de forças está na emancipação do poder civil dos privilégios do clero. Agora, a constituição do casamento civil prescindiria da cerimônia religiosa. Registro de nascimento ou óbito, fiscalização e manutenção de cemitérios, tudo a Igreja deixou de fazer como fundamentalmente fazia. Ao “desonerá-la” de tais afazeres, a República dissipou a influência católica na política. À Igreja restava cuidar da função da religião. (O que não era pouca coisa.)

Vista por uma lógica mais filosófica, a separação entre Igreja e Estado evidenciava a crença na educação como chave para resolver mazelas sociais. Brasileiros imersos no ideário do positivismo como lógica filosófica (também teórica e metodológica) o elegeram para instituir pontos cruciais de mudança interna e fazer o país avançar no desenvolvimento social e econômico. Entre tais pontos, estava a defesa de uma ordem republicana que pudesse abolir os privilégios da aristocracia imperial — aí se incluía a escravidão — e adotar o trabalho livre assalariado. A monarquia era vista por esses revolucionários como ordem retrógrada, motivo maior do atraso ante o avanço de potências capitalistas. Liberais menos conservadores endossaram, então, o argumento de que o império era uma ordem arcaica e uma sociedade desorganizada. Aí residiria o motivo maior do atraso; e, com a República eivada de ideias de modernização, almejou-se tanto romper com indícios de atraso social — representado pela forma de governo

e regulamentos. Só com o advento da República a Igreja deixa, em tese, de fazer parte dos assuntos político-administrativos do país.

anterior — quanto instaurar outra mentalidade. Portanto, instaurado o novo regime político, ao menos em tese o país vislumbraria o caminho do progresso.¹⁷

Compôs o ideário republicano a formação de cidadãos iluminados pela ciência e por valores morais e cívicos. A aspiração a concretizar os ideais de ordem e progresso levou os republicanos a firmarem a escolarização pública como fundamental para consolidar um movimento de reforma social. Havia expectativas de que o país mudasse, expressiva e rapidamente, após ter a população em massa na escola. Para Gonçalves Neto e Carvalho (2012, p. 29),

Essa situação de “aberração” que a República recebe do Império, e suas correlações de analfabetismo, ignorância e atraso econômico, acaba por motivar uma crença generalizada na capacidade de superação, por meio da instrução, não apenas do analfabetismo, mas também das condições do atraso e, além disso, na possibilidade de formação de um novo homem brasileiro, o cidadão republicano.

Contudo, o que vemos é que não houve mudança drástica na sociedade. Embora os idealizadores do movimento achassem que a instauração da República seria resolução dos problemas enfrentados pela monarquia, o fim do império não foi o fim da sociedade e cultura imperiais. Daí ser preciso criar estratégias de combate à ignorância do povo o quanto antes como fator de progresso econômico; para isso, era necessário escolarizar a população.

Com efeito, embora a República tenha posto fim ao regime imperial no Brasil, instrumentos como a primeira Constituição republicana mantiveram orientações imperialistas do modelo inglês, assim como se inspirou na organização administrativa de Portugal e França — impérios. Era uma forma de alinhar o ideário política no “centro” do mundo, ou seja, fechar os olhos para o entorno — “a periferia”. A importação de modelos derivava da preocupação com uma organização política, administrativa e judicial do Estado que garantisse a união das províncias e a ordem social. De fato, desde o período final do império houve preocupação com formar uma nação para definir sua cidadania; ocorria em princípios políticos que deixavam um alerta quanto à formação de uma nação sólida e às consequências de manter a mão de obra escrava. Com isso, a ação dos republicanos foi um jogo político. Tiveram de

¹⁷ O caminho do progresso do país significava seu desenvolvimento: político, educacional, econômico e social. Acreditava-se que o Brasil deixaria de ser “atrasado” para se desenvolver e se expandir economicamente.

enfrentar a substituição de um governo e construir um país estável, mesmo com pensamentos diferentes sobre a solução de problemas.

O primeiro grupo era formado por proprietários rurais, a maioria de São Paulo. Defendia uma postura liberal darwinista social, mas com ênfase no modelo dos Estados Unidos, sobretudo na organização do poder. Era esse o ideal de ordem social e política. O segundo grupo, formado por jornalistas, professores e estudantes, via o regime imperial como limitador de oportunidades; daí ser pró-República. O último grupo era formado por operários defensores de propostas fundadas no positivismo.

Outro problema com que a República se deparou foi o analfabetismo, eleito a causa do atraso técnico e econômico e cuja fonte estava no meio rural, no interior, no sertão. Logo, formar uma nova sociedade e um novo cidadão para nela viver segundo uma nova ordem exigia integrar a massa ao projeto republicano; noutras palavras, destinar equanimente políticas, reformas, investimentos, instrumentos e condições para um projeto de sociedade *total*, baseada no crescimento *uniforme*.

Contudo, ao discutirmos um projeto de sociedade, em especial o da Primeira República brasileira, falamos de uma sociedade liberal em formação, mas não nos descuramos do que sustenta a continuidade dessa ação, fundada, sobretudo, na educação como transmissora e reforço dos valores liberais. Para nós, a educação ajuda a aprimorar a sociedade democrática, que é requisito ao desenvolvimento da sociedade liberal; não o contrário. A educação se torna, assim, centro de atenção de defensores do liberalismo; ressalta-se sua importância mais para a cidadania, e menos para a formação profissional (CARVALHO; CARVALHO 2012, p. 41).

Não houve a participação da população no movimento. Faltou o envolvimento de toda a sociedade, o que dificultou a construção de um herói para a República; os candidatos não tinham a profundidade histórica. Por exemplo: Deodoro da Fonseca? Defendia a república militar! E Benjamin Constant? Vislumbrava a república sociocrática! Quem sabe Quintino Bocaiúva? Idealizava a república liberal! Nenhum vingou. O herói eleito não estava vivo nem era partidário da República. Antes, foi homem condenado à força por crime de conspiração. A procura por um herói republicano levou a Tiradentes. Dadas as dificuldades de promover o dia 15 de novembro como marco histórico, esse personagem do passado colonial continha aspectos importantes de uma ilusão que a República queria criar.

Como podemos inferir, o passado imperial da América portuguesa assolava o presente mesmo da Primeira República; e levava a confrontos de pensamentos políticos

e, sobretudo, educacionais, pois a República deu autonomia aos municípios. Assim, a escola primária foi um marco do projeto republicano.

[...] representou uma das faces do projeto republicano de modernização da sociedade e de civilização das massas, portanto, uma expressão do processo de desenvolvimento do capitalismo no Estado São Paulo e dos processos de urbanização e industrialização dele decorrentes. Criar uma escola mais racionalizada e padronizada atendia às necessidades de um projeto de integração social e político julgado fundamental para a consolidação da República. Por isso, a escola primária foi concebida como fator de ordem e moralização pública e a democratização e a renovação do ensino consideradas condições imprescindíveis para a consecução do imaginário republicano de progresso e reforma social (SOUZA, 2004, p. 280).

O processo de modernização que se espalhava pelo Brasil seguia modelos culturais e educacionais inspirados nos modelos europeus e dos Estados Unidos. Com isso, acontecia uma “inserção da educação brasileira no movimento maior de expansão das oportunidades educacionais e de racionalização, padronização e uniformização do ensino primário” (SOUZA, 2004, p. 280). É claro, foi preciso não só proclamar a República, mas ainda estabilizar o novo regime de governo para que houvesse *reformas* na área educacional com a escola graduada, que conseguiu organizar, pedagógica e racionalmente, uma escola pública: classificação discente por grau de adiantamento; estabelecimento de programas de ensino; controle de tempo e espaços. Esses e outros “dispositivos de racionalização consentâneos às políticas de controle e eficiência escolar” caracterizaram, formal e estruturalmente, a escola pública republicana (SOUZA, 2004, p. 280).

Com efeito, os republicanos viram a escolarização para alfabetizar como essencial às mudanças socioeconômicas almejadas para o país. Um modelo de escola primária passou a ocupar lugar de destaque no plano político porque era preciso formar pessoal qualificado para atuar no sistema capitalista, então em processo de consolidação. A necessidade de qualificar tendo uma divisão social e técnica do trabalho trouxe a indigência da formação de um sistema de educação homogêneo: além de ser um espaço de formação de pessoal qualificado, a escola foi lugar para capacitar pessoas e fazê-las assimilarem a lógica liberal dominante. Essa leitura — como diz Nagle (1976, p. 276) — “justifica-se porque um dos pontos centrais da discussão da época tinha por objetivo forçar barreiras impostas pelos imperativos legais, a fim de

superar os entraves que dificultavam a atualização mais ampla do Estado em matéria de escolarização”.

A sociedade em processo de modernização percebeu, nas instituições escolares, um lugar de controle do tempo, um lugar de fiscalização e ditames de condutas. Pela lógica liberal conservadora, na escola o brasileiro seria moldado de acordo com a função social que iria ocupar no sistema de produção. Submetidas a uma rotina de aprendizados e tarefas em tempos pré-estabelecidos, as pessoas seriam escolarizadas para, mais tarde, ocuparem determinado lugar na produção capitalista; isto é, seriam moldadas conforme a lógica racionalista — que então assolava a escola — e inseridas numa cultura de normas e saberes constituídos. Da escola, as pessoas saíam prontas para desempenhar atividades no mundo do trabalho.

Após a instauração da República, a ideia de educar na escola passou a se traduzir em sentidos metafóricos como “Alicerce das sociedades modernas” e a ter atribuições sociais como a de “garantia de paz, de liberdade, da ordem social e do progresso social” (SOUZA, 1998, p. 27). Esses elementos seriam instrumentos de moralização e civilização. Dito de outro modo, ao processo de escolarização em massa, foi atribuída a responsabilidade de formar, intelectual e moralmente, a sociedade à moda de um projeto de controle e ordenamento social. Com isso, na escola passaram a ser difundidos valores republicanos pró-construção de um pensamento favorável ao novo regime, pois os professores em sala de aula deixavam claro o vínculo entre instrução escolar e República. “É assim que a escola primária adquire uma finalidade cívica, moral e instrumental” (SOUZA, 1998, p. 28). Era o início da preocupação com uma escola renovadora na organização didático-pedagógica e nos métodos para substituir as escolas de primeiras letras: arcaicas, precárias, crias de um império rudimentar.

Alinhadas no projeto de renovação educacional republicano, surgem escolas particulares para formar a elite. Mas a “atuação dos republicanos no campo educacional não se reduziu às escolas particulares (SOUZA, 1998, p. 29)”; trabalhou-se para que a escolarização em massa repercutisse na esfera política e na sociedade. Entrou em cena a atenção central à formação de docentes: fundação de escolas normais, promoção de conferências de educação, cursos para adultos e outros passos em nome da escolarização; também em prol da divulgação de ideias liberal-republicanas tendo em vista uma reforma da sociedade. A educação daria “ênfase ao caráter estadual das iniciativas voltadas para a organização da instrução pública” (GONÇALVES NETO;

CARVALHO, 2012, p. 23); noutras palavras, de acordo com a Constituição de 1891 os estados tinham a obrigação de organizar a instrução escolar

Se tiverem sido inexpressivos os resultados para se reduzir o analfabetismo — então o grande mal da sociedade —, ao menos a organização pedagógica havia avançado, ainda que com problemas como desuniformização. Era o princípio da pedagogia coletiva — a educação para muitos alunos — como se fosse um só processo de homogeneização. Houve consequências com a nova organização: repetência, fracasso escolar, sistema disciplinar rígido e seleção de alunos. Com efeito, como diz Souza (2004, p. 281),

A relação entre professores e alunos assentou-se sobre uma rigorosa e austera disciplina revestida de respeito, silêncio, submissão e medo. Modernos dispositivos disciplinares estabeleceram normas adequadas de comportamento no espaço escolar, envolvendo prêmios e castigos e outros mecanismos de persuasão e punição. Os controles do tempo e do espaço inscreveram-se na lógica institucional e pedagógica em função da distribuição dos saberes, da ordenação das atividades, na indicação dos exercícios, das lições, das tarefas, dos intervalos.

Novas escolas, novas concepções pedagógicas e novos métodos postos em práticas no âmbito da República contribuíram para construir o valor social da escola, a formação sociopolítica do novo regime e a participação da população, até então inédita nos processos educacionais. Destaca-se a simbologia republicana cívico-moral nas escolas públicas: o nome da instituição, o mastro da Bandeira Nacional, o estandarte, o relógio, o quadro de honra... Tudo isso se destacava em rituais escolares, como os exames públicos e as festas de encerramento do ano letivo. Com efeito, essa educação primária era parte central do projeto republicano, para que tivesse uma moralização e civilização da sociedade; e, sobretudo, para que independesse da Igreja. Num regime recém-instalado, é possível que houvesse entraves à consecução de tal projeto com uniformidade; quer dizer, é provável que em regiões de tradição católica marcante como Minas Gerais o sentido de República se relativizasse em alguma medida.

3.2 A Constituição republicana: “construção da nova ordem” em Minas Gerais

Com efeito, a notícia de queda da monarquia chegou a Minas Gerais através de um telegrama informando que havia sido proclamada e instaurada a República brasileira. Mas, embora o movimento republicano tivesse entrado no estado com vigor, a sociedade parecia não ter se preparado para a notícia; ou seja, a nomeação de um

governo provisório foi algo inesperado. Com a ausência de João Pinheiro na capital Ouro Preto, o marechal Deodoro da Fonseca nomeou Cesário Alvim para assumir o governo de Minas Gerais. Visto que ele se encontrava em viagem, de forma mais provisória ainda assumiu Antônio Olinto, até a volta de Alvim. Partidários antiposse deste no governo provisório tentaram aplicar um golpe e manter a então nomeação provisória de Olinto. O golpe foi de tentativa e frustração: em 24 de novembro de 1889, Alvim assumiu. Portanto,

A República em Minas inicia-se sob direção de um republicano não histórico, egresso das fileiras liberais, escola resultante de conciliábulos dos quais não participou a liderança republicana em Minas. As incompatibilidades com tal nomeação não demorariam a surgir. Em seu depoimento, o próprio Antônio Olinto deixa transparecer que os “históricos” perderam a oportunidade de assumir o poder por aclamação no ato de ser conhecida em Ouro Preto (RESENDE, 1982, p. 56).

No início do novo regime era visível a fragilidade do governo que se instalava no Brasil; e em Minas Gerais não era diferente. A escolha de Cesário Alvim gerou mais controvérsia em meio a adversários republicanos que não aceitavam no cargo. Alvim era tido como figurante nas lutas republicanas; ao longo do movimento, teria se afastado da vida política. Essa disputa de poder e por participação na República criou dois grupos políticos, os chamados adesistas — considerados os novos republicanos, pois até então participavam como membros do extinto monárquico; e os chamados históricos, republicanos que defendiam uma República no Brasil desde o manifesto de 1870. Assim, houve recusa dos “históricos” quanto a aceitar Alvim como novo governador do estado, pois até então ele não participava ativamente do movimento de divulgação do novo regime.

Para apaziguar tensões e levar ao aceite de Cesário Alvim, João Pinheiro propôs o manifesto “Os que devem dirigir”. Então ficaria a cargo dos republicanos “históricos” a reorganização do estado de acordo com as bases republicanas; e os “adesistas” ficavam a cargo de darem sugestões, isto é, os republicanos aceitavam a colaboração dos antigos partidos monárquicos, mas caberia aos “históricos” definirem a direção política de Minas Gerais. Segundo Resende (1982, p. 59), existia três empecilhos para afirmar como linha de orientação.

Em primeiro lugar consideramos que uma distinção ao nível da ideologia republicana estava longe de corresponder aos choques de interesses dos grupos regionais de poder. Em segundo lugar ela desagradava aos republicanos históricos radicais, chamados “exclusivistas” que pretendiam alijar do poder os chamados “republicanos de vésperas”. E, finalmente, não correspondia aos anseios de participação política dos “adesistas” ou também chamados “monarquistas”, membros dos antigos partidos monárquicos.

Cesário Alvim enfrentou dificuldades na reorganização do estado. Enfrentou problemas como a legalidade do regime provisório; a tentativa da separação no sul; a dificuldade da autonomia estadual; o histórico político. Além disso, Alvim teve de enfrentar opositores políticos e a discussão desencadeada pela separação entre Estado e Igreja. Assim, em Minas Gerais, a religião foi transformada em arma política, usada pelo que viria a ser um “partido católico”. No início, houve campanha violenta de desmoralização, só findada após reunião em Ouro Preto, em 16 de junho de 1890, e a qual ficou conhecida como “política de conciliação”. Ex-liberais e conservadores fizeram aliança com os republicanos através do Partido Republicano (SALLES, 1986). Desse modo, foi criado o centro político de Ouro Preto, cujo objetivo foi cooptar defensores da monarquia — a oposição liberal — e fortalecer a aliança com clero para garantir, ao governo, as eleições e a Constituinte Estadual. Não por acaso, em 5 de maio de 1890, seriam criadas as bases da organização do Partido Republicano Mineiro e sua comissão executiva, da qual emanariam indicados para comporem, como candidatos, a construção das leis que regeriam Minas Gerais.

Nesse momento, vemos a articulação da política mineira, pois a Constituinte de 1891 foi marco da República no estado. Quem iria compor a mesa de discussões seriam detentores de poderes no estado: os fazendeiros, cujos interesses certamente permeariam as leis a partir da composição do Congresso para construir o anteprojeto constituinte. Apesar de Noraldino Lima não ter participado da elaboração do documento, vimos a necessidade de discuti-lo a fim de entender a articulação do Partido Republicano — então já inserido — e a entrada dele na política. Nesse sentido, destacamos artigos importantes da Constituinte Mineira de 1891 para compreender como ficou a organização do estado, assim como onze leis adicionais, ou seja, pós-promulgação, sobretudo na lei adicional 1 e 3, nas quais se tratou da mudança da capital mineira, para onde se mudou Lima antes de se afirmar como poeta.

De fato, o governo provisório convocou assembleia para discutir e criar a constituinte mineira. A comissão montada pelo novo regime defendia a descentralização administrativa, a liberdade religiosa e a separação Igreja–Estado. Assim, em Minas Gerais passaram a serem discutidas as mudanças passíveis de proposição ao estado e as dificuldades encontradas pelos primeiros governantes para se organizarem politicamente.

Contudo, também suscetíveis de ocorrerem, os levantes revolucionários e as crises financeiras seriam um problema sério a atravessar a Primeira República. Logo, para se manter forte e sólido, Minas Gerais tinha de se organizar politicamente, independer do governo federal e se estruturar como unidade. Com efeito, Tôrres (1980, p. 1.233) se referiu a este último ponto assim: “A primeira coisa” que o estado fez foi “organizar o seu município”, mas segundo uma Constituição que “não primava por sua originalidade”, pois reproduzia “em linhas gerais o esquema do presidencialismo da Constituição Federal, com ligeiras adaptações”.

Com efeito, para elaborar a proposta da constituinte mineira em 1891, foram reunidos personagens importantes da política, dentre os quais, Bias Fortes e João Pinheiro. A proposta foi enviada ao congresso constituinte com objetivo de eleger representantes para a comissão do anteprojeto de Constituição estadual apresentado pelo governo e que ficaria conhecida como “comissão dos onze”. Tal grupo criou um projeto que reformulava leis e emendas modificadoras do projeto governamental; como novas diretrizes, iriam prevalecer na organização do estado. No perfil político da comissão, havia conservadores, liberais e republicanos “históricos”, além de linhas diversas de pensamentos sobre as mudanças almejadas. Numa palavra, era uma comissão mista cuja

[...] obra [...] resultou na formulação de um projeto constitucional manifestamente conciliador. De um lado o conservadorismo e as tendências oligárquicas presentes no ante-projeto governamental, de outro o liberalismo e as tendências de ultra-federalismo contidas nos ante-projetos da ala jovem (RESENDE, 1982, p. 70).

As discussões sobre construção do projeto focaram numa representação quantitativa, em essência, para delimitar a constituinte, ou seja, pôr em queda as eleições especiais para o Senado e não justificar mais a dualidade; afinal, a representatividade seria escolha através da imparcialidade, passando a redefinir o papel do governador como defensor e os desejos da sociedade, em vez de se voltar aos seus interesses.

Após as discussões da criação da constituinte, a Constituição mineira foi promulgada, em 25 de junho de 1891. Nela, podemos, então, compreender analiticamente como ficou a organização do estado como integrante da República. Destacamos alguns artigos¹⁸ para analisar os poderes Executivo e Legislativo e as mudanças derivadas das chamadas leis adicionais, ocorridas entre 1891 e 1928. Faz se necessário analisar essas leis porque são regulamentações importantes vigentes no período recortado para a pesquisa apresentada nesta tese. Podemos ler sobre a nova organização do estado já no “Art. 1º”, que prescreveu que “O Estado Federado de Minas Gerais organiza-se pelas disposições da presente Constituição, como parte integrante da Republica dos Estados Unidos do Brasil” (MINAS GERAIS, 1988, p. 19). Dito de outro modo, o regime republicano fixou o território mineiro, separou Estado da Igreja e dissipou privilégios de gente ostentadora de títulos de nobreza: a Constituição punha a todos em pé de igualdade perante a lei. É claro, a letra da lei não era — não é — sinônimo de seu cumprimento concreto-prático na sociedade que a segue. Cabe frisar que a mudança de regime não implicou, necessariamente, mudanças culturais na sociedade.

Do título I, “Da organização do Estado”, é importante a alusão à democracia estabelecida no estado: “Art.3.§ 12. Em qualquer assumpto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que commetter nos casos e pela fôrma que a lei determinar. Não é permitido o anonymato” (MINAS GERAIS, 1988, p. 20).

De fato, devemos pensar que se dava liberdade à imprensa; mas a prática era passível de desautorizar tal liberdade em Minas Gerais. Ainda havia os coronéis, que se impunham como autoridades nas cidades, isto é, como forças capazes de sufocarem tal liberdade de imprensa quando lhes conviesse. Por outro lado, aludir à liberdade de imprensa servia a uma parcela limitada da sociedade; afinal, eram poucos os aptos a consumirem o jornal como objeto comprável e como forma de leitura. Minas Gerais tinha — é claro — níveis elevados de analfabetismo. Haja vista que o jornal e a revista eram então meios de comunicação centrais, a falta de escolas excluía uma parcela expressiva de pessoas das possibilidades de uso de tais meios. O privilégio era da parcela fazendeira e intelectual da sociedade.

¹⁸ Vale ressaltar que o documento que utilizamos para analisar a Constituinte de 1891 foi um livro publicado pela Assembleia Legislativa que aborda as constituintes de 1891, 1935, 1945, 1947 e 1967. Por isso, nas citações dos artigos, a data colocada é 1988, quando o documento foi publicado.

No campo político, a Constituinte estabelecia uma organização política desenvolvida em três poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário; os direitos e deveres de cada um com especificação seriam “garantidos”. Leiamos o texto constitucional a seguir.

Art. 4º. Fica abolida a jurisdição administrativa contenciosa. Art. 5º. A especificação dos direitos e garantias expressos na Constituição não exclue os demais resultantes da organização política que ella estabelece e dos princípios que consagra. Art. 6º. São órgão da Soberania do Povo o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciario, harmônicos e independentes entre si (MINAS GERAIS, 1988, p. 21).

Da forma como lemos os artigos, com a separação dos poderes, a definição de cada um seguiu os interesses do povo; mas a lida com esse grupo de interesse — pensamos — tinha graus de distância relativos. Por exemplo, podemos presumir mais proximidade entre povo e Poder Executivo, e menos relativamente ao Judiciário (nesse caso, a recorrência a esse poder pressupõe um mediador: o advogado, tradutor das demandas e interlocutor do povo perante o juiz). No caso do Legislativo, entendemos que a proximidade com o povo era — é — sazonal, ou seja, em época da campanha.

O Poder Legislativo foi composto pela Câmara dos Deputados e Câmara dos Senadores, cuja junção era o Congresso mineiro; mas, uma vez estabelecidas na capital, funcionavam independentemente. As disposições gerais sobre a composição desse Congresso foram dadas em doze artigos da Carta Magna mineira, dos quais destacamos o artigo 14, transcrito a seguir.

Compete privativamente a cada uma das Camaras, independente de sancção, verificar e reconhecer os poderes de seus membros, eleger suas mesas, organizar seus regimentos, nomear os empregados de suas secretarias, marcar seus vencimentos e regular o serviço de sua polícia interna (MINAS GERAIS, 1988, p. 22).

Fica clara a independência que deixava os políticos das câmaras tomarem decisões, assim como se destacam as sessões como atividade pública: aberta à participação do povo, de jornalistas... Era sinal da intenção republicana de ter a participação da população nas decisões sobre novos regulamentos, decretos e leis. A Câmara de Deputados e a de Senadores passaram, então, a ser formadas por cidadãos eleitos pelo povo — é claro, pelos que podiam votar, isto é, uma parcela pequena. Com número fixo, de acordo com o Art. 23, os deputados tinham a função congressista de discutir impostos, força pública, propostas do governador e outras questões; tinham

poder de adiar e antecipar votações nas sessões legislativas. As atribuições definidas pelo Congresso estavam voltadas ao debate sobre leis, projetos, orçamentos e arrecadação estadual, sempre destinada ao desenvolvimento econômico.

As incumbências, porém, deviam passar pelas mãos dos governantes do estado, como diz o “art. 37. O projecto de lei adoptado em uma das Camaras será submetido á outra, e esta, si o aprovar, envial-a-á ao Presidente, que, acquiescendo, o sancionará e promulgará” (MINAS GERAIS, 1988, p. 28). Como podemos ler, cabia ao governador vetar o projeto caso discordasse deste; dito de outro modo, do Poder Executivo. Com efeito, esse poder se compunha do governador e vice-governador, para mandatos de quatro anos sem direito à reeleição; o que os leva às eleições que aconteceriam em 1892 e, é claro, às campanhas. Quando analisamos a Constituinte mineira, os políticos do Partido Republicano faziam parte dessa assembleia para construir as leis, pois o partido era único, quer dizer, comandava a política no território mineiro.

Nessa leitura analítica da Constituição mineira de 1891, foi possível observar mudanças políticas internas e destacar os cargos principais para compreendermos como ficaria a nova organização política dentro de Minas Gerais e como seria estruturado do Partido Republicano. Mas, à Carta Magna mineira se agregaram duas leis adicionais pós-promulgação da constituinte que devemos considerar na discussão para entendermos como foi a escolha, a transferência e a construção relativas à nova capital mineira. Não por acaso, foi uma das questões mais discutidas no congresso do anteprojeto para elaborar a constituinte. Além disso, como vimos, foi nesse período que Noraldino Lima se mudou para a nova capital, onde participaria da Academia Mineira de Letras.

Com efeito, uma preocupação de Minas Gerais na República foi com a mudança da capital mineira. Via-se Ouro Preto como obstáculo, como atraso ao crescimento. A cidade tinha a feição monárquica, provincial, uma arquitetura colonial que aludia a um passado que o governo brasileiro queria esquecer. Era tudo; menos uma cidade representativa da República, que veio para quebrar essa simbologia, ou seja, apagar irmandades, revoltas e escravismo, construir um espaço público e planejado segundo moldes europeus.

A idéia da mudança da capital era, a essa época, uma aspiração bastante generalizada. Antiga aspiração da Mata e do Sul, a idéia possuía adeptos nas várias regiões do Estado. Ao lado das conhecidas deficiências de Ouro Preto para se tornar um verdadeiro centro dinamizador da econômica do Estado, alinhava-se a velha rivalidade Juiz de Fora–Ouro Preto para criar um clima de profunda agitação em torna da questão (RESENDE, 1982, p. 74).

Foi Augusto Clementino quem apresentou para discussão nos debates afins ao anteprojeto da constituinte a ideia de mudar a capital para a região central. Foi uma ideia aliada ao desejo de autonomia municipal e detonadora de tensões, pois levou à formação de dois grupos de interesses e pensamentos diferentes.

Havia os favoráveis à mudança. Viam a necessidade de romper laços com marcas da tradição colonial; noutras palavras, o “novo tempo pressupunha uma nova espacialidade, e uma nova cidade-capital, no estado mineiro, serviria para consolidar a emergente República, dando sentido material à idéia de ruptura” (PASSOS, 2009, p. 39). Para tal grupo, a nova capital seria *concebida, pensada* para vir a ser uma metrópole-símbolo da modernização do país; Minas Gerais ostentaria uma capital na condição de primeira *cidade planejada* do Brasil, cuja sociedade a ser ali formada seria distinta da sociedade ouro-pretana, sobretudo nas formas de sociabilidade. Os políticos do grupo vislumbravam unificar Minas Gerais.

Todavia, a *base econômica* era fator importantíssimo. Havia o café no sul e na Zona da Mata (aqui, leite também), e havia a mineração mais ao centro; ao norte, havia — há — o agreste, mas a conexão com a rota da mineração era forte. Não por acaso, as regiões norte e central tentaram se organizar para manter as coisas como estavam — a capital em meio ao comércio de pedras preciosas; sul e Zona da Mata até defendiam a transferência da capital, mas em função da rota do café. Assim, parece ter havido consensos sobre a necessidade de mudar a capital de lugar; mas entre os defensores da mudança havia discordâncias que anulavam parte da ideia de mudar em sentido lato; ou seja, se mudaria a cidade, mas em detrimento da permanência da sociedade. Cada grupo de interesses receava a perda de hegemonia; sobretudo, em cidades da Zona da Mata e do sul, centros políticos por força da classe oligárquica. Logo, dependendo do lugar escolhido, tais centros se deslocariam.

A ideia de mudança entrou no anteprojeto da “Comissão dos onze”, no art. 117; aí vemos sobre a mudança da capital para *um ponto central no rio das Velhas*. Visto que a disputa pelo lugar-sede estava ligada a questões econômicas, o debate foi caloroso. No Congresso, o problema-chave era o ponto — qual ponto? Cada político defendia seu quinhão. A contar da formação da comissão, o prazo para o Congresso chegar a um consenso foi de 45 dias. O tempo passou... e o local da nova capital não foi definido. Com isso, a Constituinte Mineira foi promulgada sem se chegar ao consenso sobre onde se ergueria a capital.

Como decisão pós-promulgação da Constituição mineira e em meio às disputas regionais, a definição sobre o lugar da nova capital foi proposta em lei adicional à Constituição datada de 28 de outubro de 1891; a lei determinou lugares a serem estudados como passíveis de construção da capital. A escolha caberia aos representantes do povo mineiro através do Congresso e de acordo com os artigos a seguir.

Art. 1º. O Presidente do Estado mandará com urgencia, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares, para dentre ele ser escolhido um para o qual seja mudada a Capital do Estado: Bello Horizonte, Paraúna, Barbacena, Varzea do Marçal e Juiz de Fora. Art. 2º. Fica o governo auctorizado a fazer operações de credito até a quantia de cem contos de réis para ocorrer ás necessárias despesas. Art. 3º. Revogam-se as diposições em contrario.

Como prescrição do artigo 1º, foram criadas duas comissões. A comissão de estudo visou definir a localidade mediante análise de posição geográfica, clima, salubridade. Definido o lugar, foi criada a comissão de construção. Ambas foram compostas por engenheiros, médicos sanitaristas, chefes políticos.

O decreto da lei para procurar onde construir a nova capital e liberar verbas suscita a reflexão sobre o porquê da importância de planejar uma nova cidade. Nesse caso, entendemos que a estratégia partiu de Afonso Pena e outros políticos mineiros desejosos de uma nova capital para ser centro econômico, cultural e social; para assegurar a retenção de talentos, pois havia evasão de intelectuais para São Paulo e Rio de Janeiro, onde as oportunidades de ascensão social eram mais promissoras. Tal qual diz Tôrres (1980, p. 1.257),

Além do lado sentimental da questão, havia no Conselheiro Afonso Pena a convicção, aliás, bem fundada, que Minas precisava de uma verdadeira metrópole, impossível em Ouro Preto: os mineiros continuariam saindo de Minas, as figuras mais bem dotadas largando a província, em busca de melhores oportunidades, se não houvesse uma “cidade grande” que acolhesse os talentos.

Assim, após uma análise de toda a região territorial mineira, saiu o resultado, em 17 de dezembro de 1893. O lugar escolhido foi Belo Horizonte, que atendeu aos fatores econômicos e políticos, de higiene e de segurança para a vida.

Deste modo, a escolha do local para a edificação de Belo Horizonte foi precedida de estudos de engenharia e, como nas reformas de algumas cidades européias e expansões urbanas americanas, houve também uma significativa preocupação com a salubridade e a higiene local determinado (CARVALHO, 2013, p. 41).

A lei adicional 3 estabeleceu o local onde seria construída a capital mineira segundo moldes e ideais republicanos, bem como através de representantes do Congresso. Eis o texto legal:

Art. 1º Fica designado o Bello Horizonte para ali se construir a Capital do Estado. Art. 2º Fica o governo auctorizado: 1º. A mandar organizar o *plano definitivo* da nova cidade sob as seguintes bases: a) divisão do terreno em *lotes* destinados a *edificações urbanas*, a quintas ou *chacaras*, com determinação dos preços de cada categoria, atendendo a sua colocação, *proximidade do centro* da cidade e outras condições que possam influir no respectivo valor; b) determinação dos terrenos que devem ser reservados para edifícios públicos do Estado, ou da União e Municipalidade, *praças, jardins, passeios públicos, mercados, estações de estradas de ferro transways, casas de caridade, hospitais, templos e cemitérios* (MINAS GERAIS, 1988, p. 54).

Com efeito, já no artigo 1º da lei adicional 3 se tem uma medida do que seria a capital planejada. De imediato, os planos iniciais não eram definitivos, ou seja, seria necessário organizá-lo. A cidade vislumbrada combinaria o urbano puro dos edifícios no centro da cidade (casas, sobrados e prédios de andares) como o urbano-bucólico da chácara nas adjacências da região central: do espaço amplo, da presença do verde (jardins e pomares, por exemplo). Nessa lógica, o ideal de moderno parecia reter um quê da tradição representada pelo modo de vida no meio rural (a chácara e o sítio); mas não é a presunção de sociabilidade que vai marcar a feição moderna da cidade: são os lugares de estada e as vias de passagem, de trânsito. Praças e passeios públicos já seriam até lugar-comum da sociabilidade urbana do país; mas seguramente não o seriam meios de transportes como o de vagões. Além disso, a preocupação com um lugar salubre para abrigar a capital se reforçava com a presunção de aparato de assistência à saúde pública.

É claro, seria necessário muito mais para transformar Belo Horizonte em centro econômico e político modelar estruturalmente. Era preciso investir na nova cidade planejando tendo em vista a dimensão física e organizacional do ambiente. Essa questão foi enfocada no artigo 2º, letra A e B, sobre o planejamento da cidade, com forma de divisão e preço dos terrenos conforme o pretendente e a região. Para planejar a capital, foram contratados engenheiros e urbanistas, profissionais aptos a pensarem nas ruas

como função e como lugar no meio de outro lugar; dito de outro modo, as ruas seriam longas e se tornariam espaço urbano que cruzaria áreas residenciais, que ligaria o centro à periferia em sentido lato.

Nesse sentido, planejar a cidade era, também, definir *quem* moraria *onde* no espaço da capital. Com isso, as construções deviam — e devem — passar pelo crivo da administração município; ou seja, terem seus projetos pré- aprovados. Eis diretrizes gerais sobre a construção:

A proceder á desapropriação dos terrenos particulares compreendidos na planta que for aprovada; 3°. A estabelecer em regulamento os planos, condições hygienicas e architectonicas que devem presidir as edificações, assim como o tempo e modo das concessões. 4°. A mandar proceder orçamento dos edificios públicos necessarios, que serão feitos por administração ou mediante concorrência publica, conforme jugar mais conveniente aos interesses do Estado. 5°. A conceder a particulares ou empresas favores para serviço de iluminação abastecimento dagua, esgotos e viação urbana, sujentando-os á aprovação do Congresso, ou a realizar esse serviço por administração (MINAS GERAIS, 1988, p. 55).

Entendemos que esses elementos da lei adicional 3 evidenciam o tratamento legal de uma matéria seguramente inédita no ordenamento jurídico do país, ao menos não com tal nível de detalhamento. Vemos nesse movimento intenções e ações de concretizar uma ideia de modernização na concepção da cidade no Brasil; mesmo que retivesse elementos da tradição (assim como o estado). Contudo, tal prescrição urbana não projetou nada do ideal de Belo Horizonte como cidade-referência estadual e nacional em política administrativa organizada republicana; como centro econômico do estado; como representação de uma nova cosmovisão, de novos valores urbanos, que deviam convergir, na prática, para o ideário subjacente ao regime republicano.

Ainda assim, o texto legal alude ao *como* devia ser a feição urbana, com prescrições arquitetônicas e de higiene e limpeza. Da forma como lemos, a ênfase nestes dois últimos quesitos derivava das relações de distinção entre capital e outras cidades mineiras, onde a formação, o desenvolvimento e o estabelecimento não foram planejados; ou seja, onde o rural e o urbano se misturaram em muitas instâncias, se imbricaram em certa medida, até a urbe se impor com separações claras do campo e, mais ainda, atrair gente do meio rural. Belo Horizonte teria de ser diferente, ser exemplo de cidade e sociedade civilizada para o Brasil. O parágrafo 5° da lei reforça a preocupação política com uma cidade marcada pelo ideal de sanitarismo; afinal, foram

contratados médicos para observar e analisar edifícios e vias públicas. Pensava-se numa sociedade que pudesse respirar um ar livre de riscos à saúde pública, pois o público se projetava como esfera elementar da capital. Tornar a cidade organizada e compreensiva era pensar, então, nos espaços públicos de modo que rompessem com o modelo das cidades mineiras.

Conceber e planejar uma capital não supunha necessariamente povoá-la de imediato. A segurança de sucesso que os políticos tinham quanto ao projeto de capital planejada não correspondia integralmente à do povo. Por isso, foi preciso incentivar a mudança para a cidade com estratégias como a doação de lotes para construção de casas. É o que podemos ler na letra da lei, a seguir.

Art. 3º. As concessões de lotes gratuitos que não poderão ser contíguos, terão a cláusula de fazerem os concessionários as edificações dentro de dois anos depois de aprovação da planta da cidade, sob pena de caducidade da concessão. Paragrapho único. Essas concessões só podera ser perdidas, no prazo de trinta dias depois de aprovada a planta, ao governo, que fará a designação do lote (MINAS GERAIS, 1988, p. 55).

A doação de terrenos gratuitos visou, primeiramente, atender funcionários públicos que tinham residência própria em Ouro Preto e cujos cargos seriam transferidos. Com o incentivo, pretendeu-se driblar a resistência dos funcionários a se mudarem; e os que o aceitaram tiveram prazo para executar a construção da residência. Outra classe que ganharia terreno do estado era a dos proprietários de terra da região de Ouro Preto; esse incentivo visou à urbanização mais rápida. Mas a doação de terrenos se condicionava à garantia de fazendeiros e políticos de não construiriam qualquer casa e de que não o fariam sem projeto aprovado; e, se não fosse construído o edifício proposto no projeto em dado prazo, a doação do terreno seria anulada, isto é, seria destinada a outra pessoa.

A estipulação de prazos pelo governo nos diz que se desejava expandir e povoar a cidade rapidamente; reforça essa leitura o fato de que foram liberados subsídios para cumprimento da lei, dos quais derivamos o fator empréstimo para ajudar a acelerar a construção. Isso fica patente nos artigos 4º e 5º, que regularam a concessão de terrenos, como podemos ler a seguir.

Art. 4º. É lícito aos concessionários de lotes gratuitos cedel-os sob as mesmas condições com que os possuem. Art. 5º. Para ocorrer ás despesas com a execução desta lei, fica aberto ao governo desde já um credicto de cinco mil conto de réis, podendo lançar mão dos soldos da receita, ou fazer as operações de credicto necessárias não excedendo o juro de 6.I. ao anno. Não sendo suficiente esse credicto, o Presidente do Estado solicitará do Congresso as providencias que julgas necessarias (MINAS GERAIS, 1988, p. 55–6).

Com efeito, em nome da urbanização rápida de Belo Horizonte, não só foi presumido um subsídio inicial, como também houve chancela prévia para uso de outros recursos. Noutras palavras, havia expectativa de que povoamento e formação arquitetônica fossem intensos; para isso, quanto mais esforços e concessões o governo pudesse fazer, melhor seria para o plano. Com o governo, a lei foi mais compreensiva: teria prazo de até quatro anos para se mudar, como podemos ler no artigo 6.

Fica determinado o prazo maximo de (4) quatro anos para definitiva transferência do governo para a nova Capital, podendo, porém, o Presidente do Estado transferir provisoriamente, desde já, a sede do governo para qualquer ponto do Estado, si o interesse publico exigir.

Assim, é possível perceber que o governo tinha autonomia para certas decisões que não só as concessões de estímulo; e ela fica mais à mostra nos artigos 8º: “A direcção econômica e administrativa da Capital do Estado denominada — MINAS — ficará a cargo do Presidente do Estado, enquanto o Congresso não deliberar a respeito nos termos da Constituição”. Em meados de dezembro de 1893, a lei foi promulgada e assinada por três políticos que se destacariam na vida política do estado, como podemos ler no artigo 9º, a seguir.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrario Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que a executem e façam executar e observar fielmente como nella se contém. Publique-se e cumpra-se em todo o território do Estado de Minas Geraes. Paço do Congresso do Estado de Minas Geraes, em Barbacena, aos 17 de dezembro de 1893. — CHRISPIM JACQUES BIAS FORTES. — MANOEL TEIXEIRA DA COSTA. — JOÃO GOMES REBELLO HORTA (MINAS GERAIS, 1988, p. 56)

Até aqui, a leitura da legislação tocou pouco no processo de ocupação social do espaço urbana da nova cidade; mas é porque vemos aí um elemento que merece relevo, visto que Noraldino Lima era um dos que se mudaram para a nova capital e, lá, tiveram

de lidar com as agruras de se estabelecerem numa cidade em seu início de formação social e ocupação urbana — mesmo que Belo Horizonte presumisse um novo conceito de urbanização e construção material e simbólica. Noutras palavras, “o progresso e a modernização também foram usados para justificar a necessidade de construção de uma nova capital para o estado de Minas Gerais” (CARVALHAIS JÚNIOR, 2013, p. 41). Eis a seguir uma compreensão do que se esperava de Belo Horizonte.

Característica de uma cidade que se deseja moderna, Belo Horizonte não fugiu ao paradigma de urbanismo que se inicia na segunda metade do século XIX, a nova Capital de Minas Gerais também possuía espaços classificados e ordenados de acordo com as funções e necessidade sociais (PASSOS, 2009, p. 44).

Com efeito, o local onde seria construída Belo Horizonte foi racionalizado para efetivar o ideal de modernização. O projeto proposto pelo engenheiro Aarão Reis dividiu a cidade em três regiões distintas: uma região pensada e organizada para receber a elite mineira, ou seja, seria a parte moderna mesma; uma região para moradores pobres, onde prevaleceriam moradias precárias, não projetadas como definia a lei — era área suburbana; enfim, a região rural, as cercanias onde se produziria para abastecer as demais regiões. Faria Filho (2014, p. 49) viu essa divisão com clareza na estruturação da instrução pública; segundo ele, a cidade foi planejada para ter um lugar onde haveria a escola pública republicana por excelência: o grupo escolar, a instituição pela qual se modernizaria a escolarização do país, ao lado de outros prédios públicos suscetíveis de projetarem uma imagem de estabilidade e nobreza, isto é, de fazerem “as projeções político-culturais republicanas que se queria imprimir à/na nova capital mineira”.

[...] em Belo Horizonte, a cidade projetada e construída para da visibilidade à “modernidade” republicana, tanto a localização quanto o processo de organização dos primeiros grupos escolares denotavam claramente os privilégios da população da região central da cidade em detrimento à população suburbana (FARIA FILHO, 2014, p. 51).

Assim, a nova capital mineira nascia sob signo da racionalização espacial, da organização da sociedade e da reorganização das forças políticas e econômicas. Se a Constituição mineira e o federalismo selavam o marco da República em Minas Gerais, a nova cidade mineira sustentava sua condição de moderna sob o signo da industrialização e da urbanização, em especial. Nesses elementos, estaria um gesto de civilização, mas que ocorreria segundo o passo da economia e da política; por isso a

condição de cidade moderna foi atributo caro à capital em seu início: o passo do desenvolvimento foi lento se considerarmos que os deputados iam a cavalo para a assembleias, sob o olhar de quase ninguém, pois a cidade era deserta. Essa transição de capital antiga para a nova duraria cerca de meia década, até que a urbanização entrasse em um ritmo de continuidade.

Portanto, quando Noraldino Lima ascendeu à política em Belo Horizonte, a cidade já tinha outra feição; já tinha mais de três décadas de existência. Era, de fato, o centro do poder político mineiro e de onde emanaram os arranjos político-partidários que deixariam Minas Gerais em posição política privilegiada ao lado de São Paulo. Compreender aqui o ambiente político com que Lima lidou na prática requer uma atenção mínima à formação do Partido Republicano em Minas Gerais; o que ocorreu quando ele, seguramente, ainda escrevia seus primeiros versos, ainda alheio aos rumos que tomaria na política e dentro do partido.

3.2.1 *Disputas eleitorais: ações no/do Partido Republicano Mineiro*

Com a Primeira República, veio o intuito de ampliar os direitos do povo; mas a pesquisa histórica tem mostrado que a mudança do regime de governo foi um “jogo de cartas marcadas” — diria Figueiredo (2016) — que iludiu o povo com a ideia de que se cumpria a lei; afinal, quem se mantinha no poder era a mesma elite oriunda da monarquia. Também se manteve uma política com certos contornos arcaicos de fraude, que teve três tipos em Minas Gerais no período 1890–1930: a política do coronelismo; a política café com leite; a política estadual: todas baseadas na troca de favores entre políticos da região mineira. Sobretudo através das forças dos coronéis,¹⁹ o estado criaria uma política conservadora, competitiva e tendo esse poder voltado para decisões em uma pequena parcela da população mineira.

Para compreendemos mais desse cenário político criado em Minas Gerais pelo Partido Republicano, recorreremos a três fontes documentais que projetam como acontecia essa nova política e as eleições mineiras. Tais documentos incluem dois códigos eleitorais — lei 1.269/1904 e lei 3.208/1916. Vigentes após a reorganização do partido, essas diretrizes tinham como intuito de dar espaço à minoria política e combater fraudes eleitorais. A tais fontes se acresce a “Base orgânica do Partido Republicano

¹⁹ Do império à República, a palavra coronelismo caracteriza um sistema político que marcava o governo que defenderia certos interesses; e os municípios eram a parte fundamental no sistema. Só em 1932 se criou um sistema de código eleitoral mais apropriado, que pôs fim à política do coronelismo.

Mineiro”, criada, como se lê no artigo 1º, com o fim “de sustentar a república federativa presidencial e de cooperar para a execução prática da Constituição Mineira” (RESENDE, 1982, p. 234). Esse documento se abre à compreensão e ao debate da estrutura e organização partidária; por exemplo, líderes maiores no partido e sua representação no estado como peça-chave para a organização política, além dos motivos para o arranjo e sucesso da oligarquia no campo federal.

O Partido Republicano Mineiro pode ser dividido em duas fases, anos 1909–15 e 1918–30. A fase primeira foi do controle de políticos como Francisco Sales, Bias Fortes e Silviano Brandão; a segunda ficou conhecida como “regra de um homem só”, resultante de reforma estrutural do controle oligárquico que pôs o chefe do Executivo estadual na direção do partido. Chamado de Partido Constitucional Mineiro até 1888, foi renomeado e reformado em função da organização de um clube político republicano em Ouro Preto. O clube “assume a tarefa da Comissão Executiva do PRM e convoca o eleitorado do 1º Distrito (Ouro Preto) para a ‘eleição prévia’ dos candidatos da chapa oficial” (IGLÉSIAS; RIBEIRO; ASSIS, NETO, 1989, p. 28). Nessas reuniões, se discutiram o futuro da República e a organização do sistema político em Minas Gerais, sob a liderança de João Pinheiro, de início considerado o instrumento principal da campanha republicana mineira, depois visto como membro da chapa de construção da constituinte em 1891.

Com efeito, cabe aqui o raciocínio sintético de Resende (1982, p. 93): a política em Minas Gerais foi marcada por “Disputas de grupo regionais”, sobretudo após leis de organização do estado de 1892 e 1897, com as “alianças políticas e o recuo na legislação”. Tudo aponta o “encaminhamento do processo político para a formação de um grupo de poder central pela aliança de influências regionais”. As disputas políticas regionais, e essas diferenças partidárias, ficaram evidentes na formação da chapa para criar a constituinte estadual, composta por dois grupos. Havia os alvinistas, ou seja, os considerados republicanos históricos, e os antialvinistas. Com o jogo político para manter a ordem interna e a posição do estado, veio a desunião dos mineiros, o que atrapalhava as votações na Câmara; além disso, havia coronéis com grande poder de mando. Portanto, existiam diferenças de pensamentos claras no projeto da constituinte, pois os conflitos se baseavam na relação distrito–município.

Ante as divergências políticas entre elite e representações parlamentares, poderosos da região sul — alinhados na posição de Silviano Brandão — puseram fim à feição antiga do partido para lhe dar outra, ainda mais inscrita na República — a mineira, é claro. De 1900 a 1906 aconteceu sua reorganização sob uma nova proposta: a centralização oligárquica, isto é, a “política dos estados”. Três nomes se destacaram nesse cenário político: Cesário Alvim, Bias Fortes e Silviano Brandão, do sul e os que iriam agitar o partido. Nessa primeira fase de reorganização partidária não havia controle dos integrantes, ou seja, nesse novo cenário atuavam concorrentes políticos.

Nesse sentido, foi importante a lei eleitoral 1.269, de 1904 (Lei Rosa e Silva), sancionada para assegurar representação a minorias políticas. Para escolher candidatos, era organizada uma comissão executiva que se reunia a fim de indicar quem seria candidato. Nomes indicados concorriam para Câmara de Deputados, a de Senadores e para o governo do estado. Era tudo programado para garantir representatividade federal homogênea relativamente a cada região. Para tal organização política, o Partido Republicano Mineiro criou uma “base orgânica” em sua nova organização interna para definir as leis.

De acordo com as Bases da Organização, cabia às comissões ou clubes republicanos das sedes de distrito eleitoral organizar, realizar e apurar as “eleições prévias” para indicar os candidatos do Partido. Na sede do antigo primeiro distrito, também sede do Partido, ficava a atribuição em mãos da Comissão Executiva. Dissidências entre os membros da Comissão vinham, porém, protelando a convocação do eleitorado (RESENDE, 1982, p. 63).

A construção da base orgânica do Partido Republicano Mineiro incluiu vinte artigos associados à “necessidade de unir os diversos grupos republicanos do Estado”. As proposições obtiveram “reconhecimento das duplicatas e triplicatas mediante a reforma das bases orgânicas do Partido” (RESENDE, 1982, p. 179). O artigo III destaca o objetivo de “Garantir eficazmente a representação das minorias, empenhando-se pela decretação da lei que vasada nos moldes republicanos, torne effectivas todas as condições de justeza e de justiça na representação de opiniões” (RESENDE, 1982, p. 234). Com efeito, quando se fala em representação da minoria, é conveniente ressaltar que o domínio político a cargo de um partido único não excluía os candidatos da chamada extrachapa; noutras palavras, uma maioria de não eleitos internamente para concorrerem e que lançavam candidaturas independentes respaldadas pela Lei Rosa e Silva.

Todavia, a garantia de candidatura dos extrachapa à luz da lei 1.269/1904 não garantia direito de ganhar as eleições. O Partido Republicano Mineiro criou uma estratégia que, segundo Figueredo (2016, p. 50), ficou conhecida como “rodízio”: se “constituía um acordo entre os situacionistas que visava à divisão dos votos do eleitorado, o objetivo era eleger todos os pleiteantes do partido e, assim, inviabilizar as chances da oposição”. Foi necessário para evitar disputas intrapartidárias e não comprometer a formação de uma maioria de representantes na bancada de Minas, isto é, para equilibrar as eleições.

Três fatores comprometeram o sucesso da estratégia: faltar acordo entre os candidatos, candidato da oposição ter mais votos e comissão executiva não escolher um candidato forte. Os critérios da escolha dos candidatos que saíam pelo partido passavam por etapas: 1) cada município mineiro indicava um possível candidato; 2) apuração da Comissão Executiva, na capital, em que o mais votado pelo grupo dos candidatos ganhava. É importante ressaltar que a comissão executiva era composta por coronéis e que tinha autonomia sobre essa organização da lista de candidatos.

Na primeira fase de reorganização do Partido Republicano Mineiro, havia políticos desejosos de melhorarem o crescimento de seus municípios e havia coronéis pouco afeitos à ideia de progresso republicano. No partido, essa questão era tão fechada, que não permitia o surgimento de outros partidos. Daí a ideia de que o sistema político era baseado na oligarquia, ou seja, em um partido único-absoluto. (Não por acaso, essa imobilidade social e política foi uma forma de neutralizar o impacto da abolição.) Houve apoiadores de Silviano Brandão pró-descentralização da administração e da economia, isto é, pró-autonomia dos municípios. Mas a dominação oligárquica em certas correntes políticas — Francisco Sales, Silviano Brandão e Bias Fortes — reformulou o partido pela subordinação dos municípios e pelo uso de força e coerção.

Coube a João Pinheiro tomar medidas. Em maio de 1903, criou o Congresso Industrial, Agrícola e Comercial em Belo Horizonte, reunindo banqueiros, diretores industriais e comerciantes para discutirem propostas de políticos. De fato, a ideia de se discutir a política de modo coletivo era mostra do quanto o estado podia se emancipar economicamente. Em que pesem os efeitos do congresso, não foi pouca coisa para João Pinheiro: três anos após, ele se elegeu para assumir o governo de Minas Gerais, como lemos nas reflexões de Luz (2015, p. 52), a seguir.

Político de grande prestígio, suas ações à frente do governo de Minas chamaram a atenção de líderes políticos de diversas regiões do país, e a indicação de seu nome para o pleito do qual sairia o sucessor do então presidente da República, Afonso Pena, para o quadriênio 1910/1914, já era consenso entre eles

Empossado e atuante, João Pinheiro não pôde concluir o mandato. Morreu antes. Mas não sem fazer a primeira reforma da instrução pública, em 1906, introdutora do conceito de grupo escolar como modelo de escola pública. De formação liberal e positivista, concretizou sua política baseado nesse referencial formativo, de modo que sua administração se consagrou como distinta, a exemplo do investimento na produção rural de agricultores e pecuaristas de pequeno porte. Ele entendia que resultaria em progresso.

Foi um governo realmente realizador, embora de curta duração, pois a morte por-lhe-ia um termo antes do prazo constitucional... Mas, ficaria a idéia de um regime em que a política se deslocaria das lutas ideológicas para os objetivos concretos de desenvolvimento econômico e de incremento da instrução pública (TÔRRES, 1980, p. 1335).

Rei morto, rei posto. Assumiu o governo Júlio Bueno Brandão: primeiro na “linha” de substitutos, por ser o vice. Nas eleições de 1918, Artur Bernardes ganhou a disputa com Francisco Sales, representante expressivo do coronelismo. Era o fim do sistema partidário absolutista-oligárquico. Bernardes foi um dos últimos políticos de mão rígida, autoritária, talvez herança de sua participação em lutas de forças revolucionárias que se fortaleciam no estado. Contraditoriamente, acabou se associando a correntes políticas de orientação de “esquerda”. Quando assumiu seu mandato para governar o estado, deu nova visibilidade ao governo, ou seja, adotou um olhar “estrangeirizado”, que seria o da mineração como política econômica.

Até meados dos anos 1920, Minas Gerais tinha uma política conservadora, de partido único nas disputas das eleições, isto é, era o único que ganhava; havia os coronéis — indicadores de nomes para funções. Mas aos poucos esse ideário político mudou, e começaram a surgir políticos com pensamentos e abordagens diferentes, políticos que defendiam um governo mais liberal, investidor na educação e no crescimento do estado.

O estado conta também com uma forte base oligárquica, o que provoca uma revisão das instituições em ritmo em mais lento do que em âmbito federal. Se de um lado tem-se na super-representação dos grupos tradicionais na estrutura de poder um factor de atraso, por outro lado é importante destacar a atuação dos setores jovens, advindos da tradicional oligarquia, e suas propostas de carácter modernizantes (OLIVEIRA, 1988, p. 55).

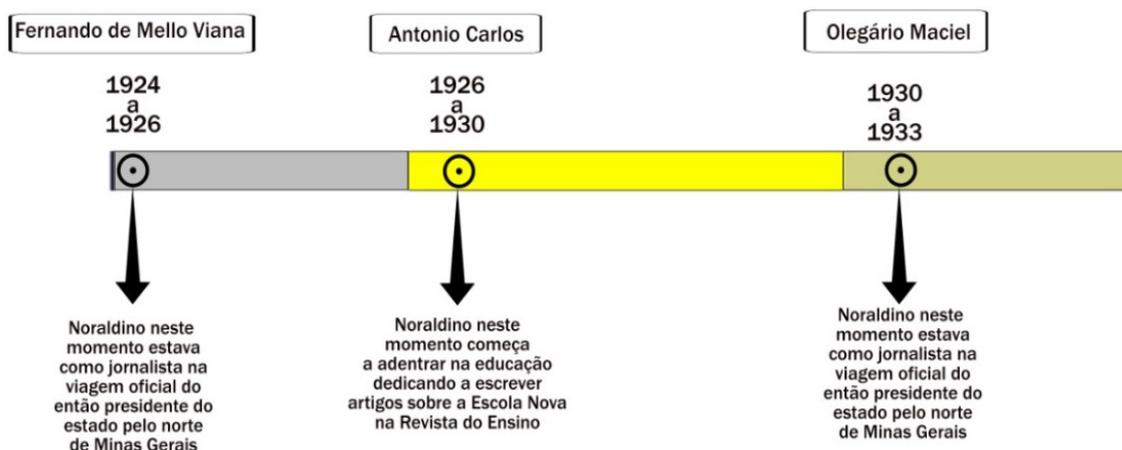
No decênio de 1920, Minas Gerais foi marcado pela renovação do cenário político, cujos nomes novos, segundo Oliveira (1988), formariam a “Geração jovem”. Os novos políticos mineiros passaram a defender e investir na educação escolar, em novos modelos para a instrução pública. Compreenderam que o crescimento e desenvolvimento dependiam da escolarização. Nesse processo, os novos líderes mantiveram relação estreita com o Partido Republicano Mineiro, a ponto de se posicionarem como defensores do regime.

Dessa compreensão contextual das disputas políticas e da reorganização partidária em Minas Gerais nessa década de renovação, fica o saldo com que Noraldino Lima teve de lidar ao entrar para o campo político. Dito de outro modo, o decênio de 1920 era de certa harmonia e coerência, seguramente um ambiente livre de certas tensões e certos confrontos não desejados por uma personalidade de atitude mediadora (ao mesmo tempo sensível) como a de Lima. Com isso, encontrou um cenário político aberto a uma participação ativa na política mineira.

3.3 De defensor do republicanismo a membro do governo

Com efeito, de 1924 a 1933, Noraldino Lima participou regularmente na vida política pelo Partido Republicano Mineiro; mas em governos distintos: Fernando de Melo Viana (1924–6); Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926–30); Olegário Maciel (1930–3). Também distinta foi a participação de Lima em cada um. Esse período e os governadores se abrem à análise porque estão documentados, sobretudo, pela *Revista do Ensino* entre 1925 e 1933, por livros de Lima e por cartas. O diagrama a seguir oferece uma visualização temporal do cenário político com que Lima lidou, dos primeiros passos à carreira mais incisiva como representante e porta-voz do governo.

FIGURA 4. Linha do tempo indicativa da participação de Noraldino Lima no governo de Minas Gerais, 1924–33



Um traço marcante da atuação política de Noraldino Lima foi sua ação como escriba, como articulador da palavra escrita em prol do governo de Minas Gerais: sejam relatos de observação da paisagem natural e social de certas regiões, textos de reflexão sobre educação ou discursos conciliadores de movimentos políticos proferidos em ocasiões de representação governamental no interior e na capital de Minas Gerais.

FONTE: dados da pesquisa — design gráfico: Monique Adriele da Silva

Visto como linha do tempo, o diagrama projeta as datas dos três governos de Minas Gerais comentados aqui em função do lugar que Noraldino Lima ocupava em cada um. Isso porque nosso foco é detalhar um pouco mais sua participação política, delinear a forma como ele esteve na articulação do Partido Republicano Mineiro, embora em segundo plano, ou seja, um tanto ausente da documentação histórica. Compreendemos o papel e a participação dele em cada governo entre 1924 a 1933: tempos de disputa e rivalidade, ora mais, ora menos, conforme fosse o governo. Num primeiro momento, é possível perceber que Lima teve mais influência e colaboração no mandato de Olegário Maciel, como sugere a correspondência entre os dois e os temas tratados; correspondência que parece ter inexistido na relação com os outros, isto é, as interlocuções individuais da relação dele com outros teria ocorrido, sobretudo, pela oralidade, pelo diálogo, como no caso da viagem ao lado de Fernando de Melo Viana.

3.3.1 *Um governador modernizador, um jornalista observador*

Foi ao lado Fernando de Melo Viana,²⁰ então à frente do governo do estado, que Noraldino Lima entrou no meio político. Viana pode ser considerado como distinto dos governantes anteriores, pois tinha atitudes de homem público muito atento ao seu tempo — de modernização — em detrimento de um passado—presente de política conservadora e autoritária. Seu governo foi marcado por intenções e ações modernizadoras do estado, sobretudo em função das condições sociais e políticas do interior. Um exemplo da distinção de Viana como governante foi ir aonde estava o povo mineiro, que apostou seu voto nele e dele esperava projetos de melhoria das condições de vida, como em regiões mais desprivilegiadas, mais castigadas pela geografia — áreas áridas — e por processos históricos — deslocamentos da base econômica. A viagem que Viana fez pelo norte, de barco, foi ocasião para saber como era viver nos rincões do estado, nas áreas ribeirinhas, com sua cultura e seus aspectos de produção, seja pesca, comércio madeireiro, plantio de algodão ou outros.

Minas Gerais já continha elementos que faziam do estado *uma medida do país* em certos aspectos: convívio de populações de origem étnica e social diversa (de povos de descendência africana à árabe, passando por europeus peninsulares; de fazendeiros a escravizados...); desenvolvimento econômico precário no norte — espelho do que ocorria em estados do Nordeste — e seu inverso no sul — espelho do que ocorria em estados do Sudeste; força da Igreja Católica e resiliência das religiões de matriz africana; e assim por diante. É como se, para Fernando de Melo Viana, a modernização do estado não devesse partir do centro para periferias; mas destas àquele. Embora Belo Horizonte fosse tida como capital modelar — porque moderna —, o ponto de partida para modernizar o estado não podia ser uma cidade recém-construída: sem um povo, sem uma história, sem uma tradição; noutras palavras, a capital estava longe de ser uma unidade simbólica representativa de Minas Gerais suscetível de ser exportada como modelo para o interior. Isso porque o estado era — e é — expressivamente diverso e desuniforme; e em aspectos variados

²⁰ Nasceu em Sabará, em 15 de março de 1878. Filho de Manuel Fontes de Melo Viana, comendador, comerciante e fazendeiro, e de Blandina Augusta de Araújo Viana, após fazer os primeiros estudos na cidade natal, estudou no colégio Caraça e no externato do Ginásio Mineiro de Ouro Preto. Em seguida, fez a Faculdade de Direito de Ouro Preto, bacharelando-se em dezembro de 1900, já em Belo Horizonte (VIANA, Melo, 2020).

e centrais: do relevo ao clima, da economia à religião... Borges (1993, p. 29) endossa tal raciocínio no plano nacional:

O processo de modernização não foi homogêneo, uma vez que se trata de um país vasto, cujas regiões não se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento e apresentam muitas disparidades sociais, econômicas, geográficas e culturais. Além disso, a própria forma de sua integração ao sistema de produção capitalista, ainda na fase colonial.

Foi tal universo de distinções em Minas Gerais que se abriu a Fernando de Melo Viana em sua viagem através do norte; mas, sozinho, ele teria dificuldades para observar, captar, apreender e registrar as paisagens, os espaços, os lugares, as condições de vida, as pessoas, a cosmovisão, as práticas sociais, as misérias da vida... Era preciso ter alguém ao lado para partilhar tarefas e dialogar em torno do propósito e projeto da viagem.

Esse alguém foi Noraldino Lima, um jornalista. Com Viana — e seu governo para o povo —, ele procurou compreender problemas da realidade mineira tendo em vista a presença e atenção do governador às comunidades ribeirinhas dispostas a escutá-los, a conhecerem suas propostas de governo. A Lima, coube relatar o que via, ouvia e dizia; relato este que o projetou como jornalista após ser publicado como a obra *Valle das maravilhas*, marco em sua carreira. Em sua análise da modernização no Brasil, Borges (1993) enfoca a realidade de Minas Gerais nos anos 1920 tendo esse livro por documento histórico onde reconheceu, dentre outros pontos, problemas de infraestrutura no norte do estado.

Com efeito, fruto de um tipo de diário de bordo, *Valle das maravilhas* detalha a viagem de modo que, em um segundo plano, pode ser vista como *planejamento político* do Partido Republicano Mineiro. Até então, a região norte era esquecida; e Fernando de Melo Viana foi até lá para mostrar preocupação com o desenvolvimento econômico uniforme. A irregularidade do território mineiro, sobretudo seu crescimento econômico, fica clara nos relatos de Lima; ou seja, fica claro que a viagem tinha fins políticos para a economia da região. Leiamos a passagem seguinte.

Que profunda, intensa emoção nós sentimos deante do grande rio mineiro! Vimos nelle um symbolo da grandeza tranquilla de Minas. A placidez serena com que elle corre para su destino — que é a immensidão do Oceano — não lembra a *marcha socegada do nosso progresso* tão grande como o Mar? (LIMA, 1925, p. 10; grifo nosso).

Como pudemos ler nessa citação, a viagem mostrou um ponto comum entre o norte — a terra esquecida — e a região central — a terra celebrada; qual seja: a lentidão no desenvolvimento. Isso porque, como pensa Wirth (1982), o que mais impossibilitava o crescimento de algumas regiões mineiras eram a geografia, o relevo acidentado e a dependência de portos do Rio de Janeiro e de Santos para exportarem. A questão é que faltavam estradas e rodovias planejadas para facilitarem o processo de vender e escoar a produção e, assim, elevar o crescimento econômico. Nesse sentido, até o fim de seu mandato, Fernando de Viana ficaria conhecido como governante que fez investimentos na construção de estradas como opção à ferrovia — mais onerosa — para ajudar a escoar produtos, bem como na instrução pública.

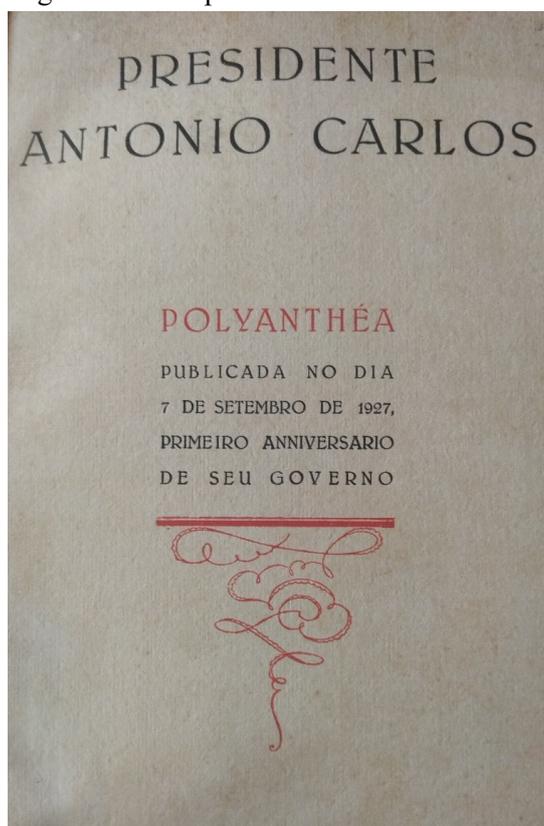
Em 1925, concluído o governo de Fernando de Melo Viana, o indicado à sucessão foi o candidato Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, já com experiência na política e no Partido Republicano Mineiro. Pode ser visto como condutor de propostas e mudanças feitas pelo antecessor. Andrada passou a governar em 1926 e foi até 1930, tendo como objetivo principal continuar o desenvolvimento econômico e educacional; neste último caso, fez aliança com estudiosos e eruditos mineiros que marcaria a história da educação no estado. O mandato de Andrada foi um período de mudanças na forma de ver a instrução escolar, como no caso de Francisco Campos ao conceber uma reforma para modernizar a escola pública primária com novas proposições teórico-metodológico-pedagógicas; em especial aquelas propaladas pelo movimento escola nova. Nesse sentido, a capital Belo Horizonte dava passos importantes para se firmar com moderna, em grande medida, pela via da educação escolar. Afinal, na segunda metade da década de 1920 houve duas reformas para reorganizar o Ensino Primário e Secundário, além de se restabelecer a publicação da *Revista do Ensino*, fundamental para divulgar as reformas, como de Campos.

É nesse período que Noraldino Lima adentrou o universo educacional de Minas Gerais como articulista da *Revista do Ensino*, para tratar de temas como escola nova; mais que isso, passou a participar ativamente de decisões importantes na seara da educação mineira, como os congressos voltados à área. Em seus escritos, o espírito republicano se projetou na reiteração do grupo escolar e da escola Normal como instituições-chave do projeto de escola pública: por um lado, escolarizar em massa no nível primário, por outro, formar o máximo possível de docentes para suprir a eventual demanda para garantir o processo de escolarização maciça.

Desdobramentos outros de que Lima participou incluem a fundação de uma universidade, importante para, aos poucos, reter e estimular a elite intelectual pensante *do estado no estado*.

Com efeito, Noraldino Lima entrou para o escalão político de Minas Gerais num momento em que o estado ostentava avanços alinhados no projeto da Primeira República. O desenvolver gradual regular de municípios era sinal de que os ventos do progresso haviam chegado, de vez, ao estado. Começava a se transformar mais a realidade. Nesse sentido do desenvolvimento e transformação aparentes, não foi casual que o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada fosse objeto de homenagens; tampouco espanta que Lima, reconhecido pela habilidade com as palavras, tenha sido — ele mesmo — autor de uma delas. Trata-se de um folheto comemorativo do primeiro ano do governo (FIG. 5). Na carreira de Lima, essa publicação foi importante porque simbolizava seu status na hierarquia do governo já no primeiro ano, assim como o grau de acesso aos meios oficiais de publicação.

FIGURA 5. Capa do folheto *Presidente Antonio Carlos*, contendo Texto homenagem assinado por Noraldino Lima — setembro de 1927



FONTE: acervo da Academia Mineira de Letras (margem recortadas para fins de diagramação)

Com efeito, a organização do folheto-homenagem foi outro marco importante na carreira de Noraldino Lima. O cargo de jornalista lhe permitiu cuidar de uma homenagem em forma de publicação escrita — o que sabia fazer com esmero. Via Imprensa Oficial e datada de 7 de setembro de 1927, o folheto foi produzido mediante trabalho conjunto de comissões: uma organizadora — a Polyanthéa —, uma executiva e uma geral. Lima era da primeira, ou seja, ajudou a reunir catorze textos e assinou um artigo — “O semeador” —, que interessou mais de perto a este estudo, entendemos que poderia revelar elementos das articulações dele com o governo. É possível ver, em “O semeador”, certa forma com que Lima escrevia sobre políticos mineiros. Escrevia do ponto de vista de quem está nos bastidores, mas com os sentidos atentos: olhos e ouvidos bem abertos, tendentes à escuta, para poder observar mais e captar gestos, atitudes, movimentos e outros indicativos de articulações, arranjos, acordos... O tom da observação marca o texto de Lima, isto é, seu olhar sobre o sujeito e suas características, individuais e políticas. Leiamos.

O attributo marcante no Dr. Antonio Carlos é, sem duvida, dynamometro psychico a que se refere o grande prégador, e tão impressivo, tão singularmente alto esse predicado se revela em nosso Presidente, que o homem de Estado, o homem de inteligência, o homem de larga padronagem como politico de tacto, orador de raça e intelectual de primoso relevo cedem, sem esforço, á evidencia do homem bom (LIMA, 1927, p. 11).

O tom elogioso ganha mais vulto se projetado na trajetória do governo. Ressaltando governantes prévios, ele destacava os feitos de Andrada, ou seja, oferecia parâmetros para o que dizia de favorável, como podemos ler na passagem seguinte.

D’ahi, a obra de governo hoje em brilhante equação na terra mineira e que assignalando, no tempo, um momento de imperiosa irradiação para nossa vida politica e administrativa, assume, por assim dizer, nas primeiras horas da manhã toda a esplendida claridade do meio-dia. O Dr. Mello Vianna — outro legionário do coração — teve o seu legitimo sucesso nesta avançada insopitável de que Minas sahirá sempre “grande dentro do Brasil grande”, como tanto aspirava esse magnifico soldado da Republica que foi Raul Soares. Nunca em Minas Gerais se realizou, de facto, a administração, em toda a expressiva latitude do vocabulo, com harmonia mais perfeita entre dever do estatista e o sentimento do cidadão que encarna a autoridade suprema (LIMA, 1927, p. 11).

O que Noraldino Lima disse nos leva a uma mudança importante que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada desencadeou no Partido Republicano Mineiro: cessar a

política externa café com leite (revezamento de políticos mineiros e paulistas na presidência da República) e a política do partido de escolher substitutos internamente. De fato, em 1929, ele e o partido deviam escolher o sucessor e prepará-lo para candidatura. Havia três indicados: Artur Bernardes, Wenceslau Braz e Fernando de Melo Viana; todos com experiência política, com carreira no governo e com história no partido. Contra a expectativa de que um fosse indicado para representar o partido, Andrada apontou um candidato sem experiência, para ser moldado no “fazer política mineira”; o escolhido foi Olegário Maciel. Ao escolher, ele mesmo, o candidato ao governo no fim de seu mandato, Andrada pôs a escolha do partido em segundo plano.

A indicação de Olegário Maciel foi aceita pelo Partido Republicano Mineiro; ou seja, foi discutida em reunião da comissão executiva, votada e aceita. Fernando de Melo Viana, porém, firmou sua vontade de se recandidatar ao governo e não aceitou a indicação. Ele “só abriria mão de sua candidatura em prol de Wenceslau ou Bernardes. Todavia, as candidaturas desses dois políticos eram inviáveis, pois eram chefes de correntes hostis dentro do partido”; diante da recusa, foi preciso “reunião plenária” da comissão para afirmar a dupla Maciel e Pedro Marques de Almeida — presidente da Câmara Estadual — como candidatos (LIMA, Noraldino, 2021, on-line). Com efeito, Fernando de Melo Viana decidiu deixar o Partido Republicano Mineiro e montar o seu partido para sair candidato; ao fazê-lo, levou consigo seu vice, Alfredo de Sá, além de oito deputados e um senador. A atitude foi um marco histórico na política mineira, pois a administração do partido sempre foi unificada.

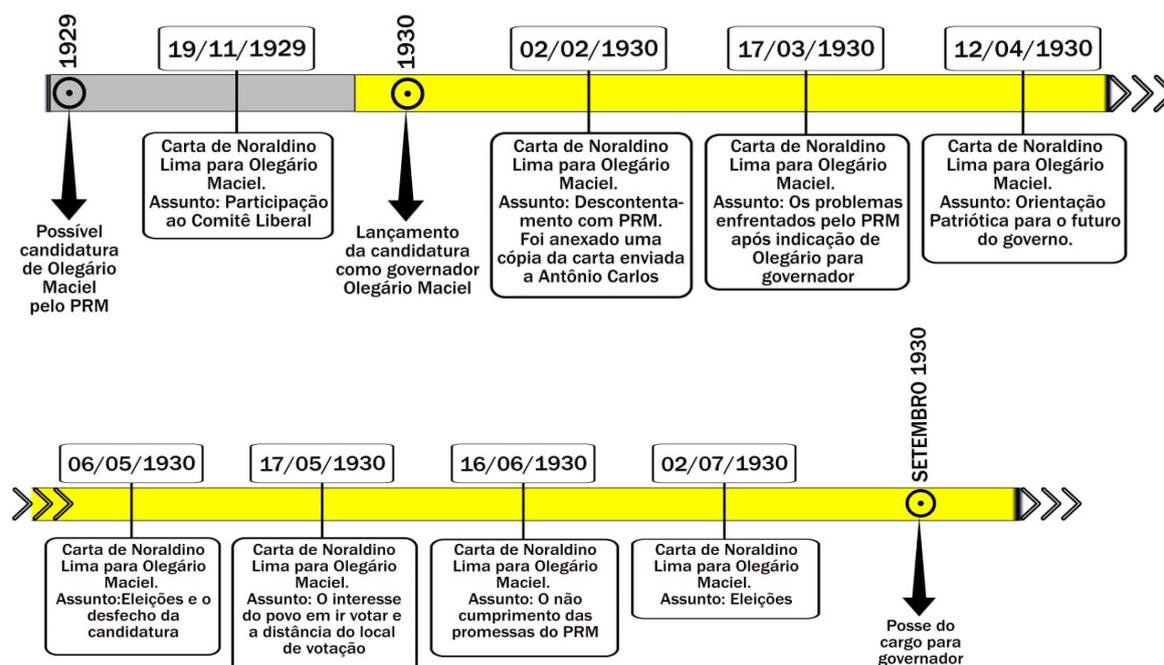
Mesmo com esse rompimento, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada manteve seus objetivos de preparar seu substituto de tal modo, que Olegário Maciel se elegeu para governar no exercício 1930–3. É provável que Maciel não tenha sido o único político indicado por Andrada; noutras palavras, como indicado, é provável que tivesse de incluir nomes da administração precedente como Noraldino Lima.

3.3.2 *Um governador inexperiente, um jornalista eloquente*

Com efeito, Olegário Maciel assumiu o governo de Minas Gerais no momento que se encerrava a política café com leite (1930) e se iniciava a disputa eleitoral nacional que redundaria na fase política conhecida como Era Vargas (1930–45). Assim, a esta compreensão de seu governo em função de Noraldino Lima pode ser útil recapitular a ascensão de Maciel em dois momentos: na campanha eleitoral, de novembro de 1929 a julho de 1930, e após a posse como governante, 1930–3. Ao

menos, é o que vimos nas evidências: a correspondência Lima–Maciel;²¹ a qual igualmente permite especular a influência de Lima no governo de Maciel e sua participação no Partido Republicano Mineiro. Na linha do tempo abaixo (FIG. 6), apresentamos oito cartas de Noraldino Lima para Olegário Maciel durante sua campanha eleitoral. Podemos observar a data e o assunto a ser tratado na correspondência entre novembro de 1929 e agosto de 1930.

FIGURA 6. Linha do tempo afim à correspondência entre Noraldino Lima e Olegário Maciel, novembro de 1929 a julho de 1930



A correspondência permite articular dois níveis da relação pública e privada entre Noraldino Lima e Olegário Maciel. Nível 1: sociabilidade político-eleitoral de interesses público: campanha, comitê, planos de governo, eleitorado, eleições. Nível 2: sociabilidade político-eleitoral de interesses privado: promessas não cumpridas e bastidores da indicação (vide a interlocução entre fevereiro e março). Os dois níveis apontam um diálogo comprometido com temas afins à eleição; também parecem se encaixarem no repertório de responsabilidades de Lima: um jornalista da equipe governista apto a assessorar uma campanha política com informações (disposição do eleitorado). A regularidade quase mensal sugere a medida do uso da comunicação à distância numa ocasião de candidatura, a qual foi assunto recorrente desde quatro meses antes do pleito, sobretudo entre julho e agosto. Mas a correspondência foi lacunar em quase três meses à época da eleição e do pós-eleição, seguramente quando o contato pessoal cotidiano foi recorrente, detido e intenso em função da eleição.

FONTE: dados da pesquisa — design gráfico: Monique Adriele da Silva

²¹ Documento do Arquivo Público Mineiro, a correspondência de Noraldino Lima e Olegário Maciel e correspondência afim a Lima, Maciel e outros políticos correspondentes. A maioria da correspondência se relaciona com questões políticas em todo o estado e sobre o governo de Maciel. Foram selecionadas mais de vinte mensagens dentre carta, telegrama e radiograma circulantes do período pré-eleições de 1929 ao fim do mandato de Maciel, 1933.

De imediato, podemos observar, pela linha do tempo, que as relações entre Noraldino Lima e Olegário Maciel remontam a 1929, ou seja, ao tempo das decisões sobre os rumos do governo mineiro. Isso sugere que Lima possa ter posicionado ao lado de Maciel como parte de “pacote” de cargos e nomes que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada desejou ver em governo que articulava. Como vemos, o período da correspondência antecede o tempo da candidatura de Maciel em oito mensagens trocadas entre o jornalista e o futuro candidato a governador. Tendo em vista essa linha do tempo e os assuntos delineados, derivamos alguns temas para tratar analiticamente em função de trechos mais conectados ao escopo da pesquisa porque a maioria das mensagens trata de vários temas no mesmo texto.

No dia 19 de novembro de 1929, Noraldino Lima enviou a primeira carta a Olegário Maciel, bem no período das campanhas eleitorais, iniciadas nesse mês. Podemos pensar, então, que a amizade entre os dois floresceu quando nasceu o candidato escolhido; ou seja, foi em função da escolha de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. A mensagem foi escrita exatamente quando Lima se encontrava na cidade do Rio de Janeiro; há um tom de desabafo sobre o que acontecia na política e sobre acontecimentos recentes como a atitudes de Melo Viana ante o Partido Republicano Mineiro. Era tempo do movimento político que levou à Aliança Liberal, um acordo político antes da pré-candidatura de Maciel; era uma iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul em prol da candidatura da dupla Getúlio Vargas–João Pessoa à presidência da República nas eleições de março de 1930. Assim, é possível compreender que Lima participava desse movimento ativamente desde o início; ou seja, com isso e sua participação ao comitê liberal e na propaganda dessa nova política, ele começava a se projetar como arquiteto intracomitê da candidatura de Maciel — do apoio.

Caro Olegário, Aqui estava desde hontem, com ... à sua santa clara, 116, Copacabana. Antes de partir, estive em Palacio, chamado pelo Presidente, que aprovou em vossa a linha concreta que mantive no actual movimento político e Presidente confirmou espontaneamente a lembrança que me havia dado a trabalhos pela Aliança Liberal o que venho fazendo há muito tempo. Assim, enquanto eu fico por aqui uns seis meses no máximo trabalharei juntamente ao Comitê Liberal na propaganda da Aliança e, creia, não esquecerei do dever que me incumbe de, pelas colunas dos povos nossos amigos, proferir pela sua candidatura, que desejo veemente vitoriosa (LIMA, 2 nov. 1929, p. 1).

Dessa maneira, nesse primeiro momento compreendemos que Noraldino Lima consegue trazer a política de “neutralidade” fazendo um papel de intermediador, ou seja, mantinha os laços políticos com os opositores também, como podemos analisar neste trecho retirado da carta: “Minha atitude, permanece fiel à Aliança Liberal”. Após explicar sobre a sua atitude de se reunir com o atual presidente e que não apoiava a Aliança Liberal, ele vai comparar sua atitude à de Melo Viana: “ao serviço dos inevitáveis ataques que o bom amigo, sr. Wenceslau e outros que usam meu coração fim de propor e estão propondo, não foi compreendido com justiça por alguns partidários exaltados do sr. Mello Viana”; o qual criticaria o posicionamento de Melo Viana após o Partido Republicano anunciar a candidatura de Maciel, resultando na saída dele do partido (LIMA, 19 nov. 1929, p. 2)

Podemos perceber momentos de tensão política. De fato, é importante ressaltar que a disputa teria, sim, momentos tensos, dados os ânimos exaltados pela questão Melo Viana-partido, isto é, pela debandada de políticos para fundar a Concentração Conservadora,²² partido de oposição ao Partido Republicano Mineiro e à candidatura de Olegário Maciel por ter sido indicado. Sobrou para Noraldino Lima, que se viu alvo de críticas por não apoiar Melo Viana, ou seja, se viu levado a reiterar sua confiança em Maciel. Na correspondência de Melo Viana, ele endereçou mensagem com provável crítica à “chancela” de Lima dada a Maciel; mas em tom diplomático (“respeitosamente meu modo de ver”). Eis a reação de Lima dita em carta:

Venho dito cruelmente apedrejado. Eu compensação até pessoas infelizmente, de alta classificação social em Minas, acham nobre e coerente meu posicionamento. O que lhe posso dizer é que estava absolutamente bem consigo mesmo. Só uma forte intenção moral poderia, momentaneamente, afastar-me do caso sr. Olegário, o que tanto devo estima e confiança, e do sr. Wenceslau, de cuja a bondade em uma progressão na vida. Resultando posições e proventos no campo contrario possa me orientar pois somente no caminho do apreço dos apaixonados, que o próprio sr. Mello Viana me escreveu “respeitosamente meu modo de ver”. Sempre ao seu dispor, cumprimento a todos e com afeto pesuamente Noraldino. Rio, 19.11.29 (LIMA, 19 nov. 1929, p. 2).

A mensagem de correspondência de novembro de 1929 pode ser lida como um primeiro passo na sociabilidade escrita de Noraldino Lima e Olegário Maciel, um tipo

²² A Constituição Conservadora foi um partido apoiado por empresários e por políticos saídos do Partido Republicano Mineiro após a indicação de Olegário Maciel.

de quebra-gelo para dois homens que se conheciam pouco e precisavam estreitar e fortalecer laços. Coube a Lima dar o segundo passo, com a carta em 2 de fevereiro de 1930, por sinal, importante para desencadear a correspondência que seria muito regular dali em diante. Foi escrita logo após o Partido Republicano Mineiro anunciar publicamente a candidatura. A carta foi acompanhada de um anexo que, também, merece reflexão.

Com efeito, Noraldino Lima abriu o texto da mensagem parabenizando Olegário Maciel pela afiliação ao Partido Republicano Mineiro e candidatura. Então se apresenta como alguém que estava no meio político havia mais de vinte anos, isto é, experiência suficiente para se descontentar com o Partido e até cogitar sair, com Fernando de Melo Viana. Mas punha na balança o que havia construído com e no partido. Eis o texto: “Quero felicital pela inalurão de seu com na chapa official, para o favor. É mais uma homenagem do Partido a quem tá descavamente o seu servindo há tanto. Quanto a mim, ainda não larguei, desta vez meus premiados 20 annos, de devotamento ao nosso PRM” (LIMA, 2 fev. 1930, p. 1). Além de compreender essa participação mais ativa na campanha para o governo de Maciel, fica evidente que Lima, passadas quase duas décadas de vida política, tinha esperança de, no futuro governo, participar mais ativamente da política em sentido estrito.

O texto de Noraldino Lima insiste na crítica aos meios com que o Partido Republicano Mineiro guiava a política; mas não sem deixar explícito de que sua crítica não era velada, pois informa que uma cópia da carta foi enviada Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, como podemos ler a seguir.

Depois de escrever ao Presidente a carta que junto por copia e que peço ter, soube que o anterior, pela 3° ou 4° vez, era de reeleição geral. Assim, pus ao Sr. Wenceslau e hegemonia que não falassem do assumpto, o que fizeram e sr. Antônio Carlos, espontaneamente, mandou marcar uma audiência, que falar-me, não sei, porém, para que. — Ai tiver tempo peço ter sincera junto: feito depois da publicação da chapa, significa meu espirito de disciplina. — Recebi pelo Christiano o visto que o Sr. um manda. Muito grato. Não se preocupe com resposta a carta minha. Sei o quanto o Sr. deve estar atarefado de serviços. [Abraços] quem é muito amigo ao Sr. Noraldino Lima (LIMA, 2 fev. 1930, p. 1).

Da forma com lemos, é notável o descontentamento de Noraldino Lima em continuar no Partido Republicano Mineiro após tantas promessas não cumpridas. A cópia da carta, enviada a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, além da correspondência

enviada a Maciel, apresenta informações importantes sobre Lima e seu envolvimento com partido e a política mineira. De fato, ele expressou um desabafo de descontentamento. Durante o governo de Andrada, ele ouviu promessas de que se candidataria a deputado federal; mas sempre foi excluído. Em forma de compensação, o governo lhe ofereceu cargos importantes, como área da imprensa e na direção da instrução escolar. Não compreendia não ser escolhido, pois havia trabalhado para os últimos quatro governadores. Vejamos o tom da carta.

Caro Presidente Antonio Carlos, Quando, há tres anos, fui preterido na organização da chapa federal, o sr. Me chamou a Palacio, para, atenciosamente, me falar das razões que o forçaram a não poder tonar victoriosa minha candidatura. Nessa ocasião o sr. poz, ainda uma vez, á minha disposição o cargo de diretor da imprensa, que o meu eminente amigo havia preenchido apenas por dois meses, na incertesa de ser eu contemplado na chapa não podendo voltar ao exercício daquele cargo, mereci o convite, com que me distinguiu, para diretor da instrução (LIMA, 2 fev. 1930, s. p.).

Com efeito, a correspondência tem o tom da insatisfação com a política pregada pelo Partido Republicano Mineiro, pois ele abandonou uma carreira — de jornalista e de professor na Escola Normal Modelo de Belo Horizonte — para adentrar o meio político. Ou seja, estava insatisfeito com suas decisões de trocar o certo pelo deslumbrante: a carreira política permeada de promessas, cujo descumprimento não era compensado a contento pelos cargos “menores” na hierarquia de governos como Raul Soares: secretário de finanças, diretor da imprensa oficial, diretor de instrução. Bastava! Era hora de procurar outras vias, como a carreira jornalística no Rio de Janeiro. Leiamos o que disse.

Declarei-lhe que, ao desmontar minha vida — perdendo uma situação própria em meu escriptorio e, mais, os cargos de deputado estadual, diretor do Diario de Minas e professor da Escola Normal — para aceitar a Directoria da Imprensa eu só ofiz ante a afirmação do Dr. Raul Soares, como Presidente do Estado e, portanto, chefe do Partido, de que eu teria minha careira aberta no fim do quadriênio; que, fracassada essa expectativa, exactamente quando eu acabava de servir a quatro presidente — Raul, Olegário, Mello Viana e Antonio Carlos-, dando ápolitica o sacrificio de meu interesse particulares e ao cargo todo devotamente de que eu era capaz — não me era possível esperar mais por uma justiça duvidosa e tardia e que, ness’ altura da vida, só me cabia dar por encerrada minha carreira política, transferindo-me, como era miha resolução, para o Rio, onde me ofereciam situação vantajosa na grande imprensa (LIMA, 2 fev. 1930, s. p.).

Havia uma promessa dentro do partido sobre a renovação dos políticos no congresso. Foi quando Noraldino Lima vislumbrou um cargo de destaque como representante do povo no congresso mineiro. Mas as promessas de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada não aconteceram — transformá-lo em deputado federal. Podemos acreditar que sua amizade com o então governador mineiro era hierárquica não só no governo, mas também no nível pessoal: Andrada estaria na posição de aconselhar Lima e tranquilizá-lo quanto ao futuro — como lemos na passagem a seguir.

Ouvi, então, do meu caro Presidente, entre outras, estas *ponderações*: que as circunstancias haviam cabalado contra mim, mas, estava certo, as mesmas circunstancias cabalariam a meu favor, durante o seu governo, para o êxito final da minha pretensão; que ficava apenas adiado para se effectivar na primeira oportunidade — quer pelo augmento da representação mineira no Congresso, quer pela eventualidade de qual quer vaga, quer, finalmente, pela renovação da bancada; que me “*aconselhava paternalmente*” a ficar onde estava, pois que ahi me encontrei duas alternativas — a deputação federal ou uma pasta no governo (LIMA, 2 fev. 1930, s. p.; grifo nosso).

De fato, Noraldino Lima demonstrou insatisfação. Por um lado, se recusava fazer o que fez Fernando de Melo Viana: perder vinte anos de dedicação ao partido; por outro, acreditava nas promessas de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Leiamos a passagem seguinte da carta.

Diante de tão alta demonstração de apreço e de amizade, ao lado desse firme proposito de premiar uma dedicação de 20 annos ao P. R. M. — como official do gabinete, conselheiro municipal, Secretario da Presidencia, deputado, diretor da imprensa, o redactor e diretor do “Diario de Minas” e, já agora, diretor da instrução publica, — não me cabia aproveitar o momento que se me abria para tentar a felicidade em outro campos de acção (LIMA, 2 fev. 1930, s. p.).

Mesmo ante a opção de sair do Partido Republicano Mineiro e construir uma chapa para enfrentá-lo, a atitude de Noraldino Lima foi passiva: ele esperou. Nesse sentido, vale lermos o extrato a seguir.

Fiquei; fui, porém, muito franco, dizendo ao meu eminente amigo que só poderia aceitar o honroso convite, diante o compromisso de que, no seu governo, seria realidade a minha aspiração que perdera, para mim, o caracter de politica, para ser moral (LIMA, 2 fev. 1930, s. p.).

Ao longo da correspondência é possível compreender a decepção de Noraldino Lima, pois sempre deu apoio e, sempre que possível, usou seu cargo na imprensa —

jornais *O Paiz e Tribuna* — como vantagem para divulgar a administração mineira. É o que podemos ler em sua mensagem a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, conforme o trecho a seguir.

O Sr. prometeu fazer-me deputado e, durante tres anos, em todas as oportunidades, repetiu a promessa que me fez. Tambem de minha parte, no correr desse tempo, outra cousa não fiz sino *manifestar, de publico, o meu apoio á sua administração e á sua política*, já no cargo de diretor da instrucção, já na imprensa, e na Tribuna, como diretor da sucursal d' O Paiz, posto que a sua confiança me entregou, e como diretor da Agencia Americana, cargo conquistado por mim e de que me despojei espontaneamente, resistindo a propostas seductororas, para estra na actual campanha, com o nosso Estado e o meu presado e grande amigo. Assim, não vacilei no meu dever, como — estou disto bem certo — o Sr. não vacillará no cumprimento de sua promessa, que será permittá-me a immodestia, a sancção de não curta existência de trabalho e correcção de atitudes (LIMA, 2 fev. 1930, s. p.; grifo nosso).

Outra crítica importante que Noraldino Lima fez foi à não valorização dos políticos que estavam havia muito tempo no Partido Republicano Mineiro. Como vimos, havia muitos políticos não escolhidos para serem lançados como candidatos e que tentavam sua candidatura, conforme podemos ler no trecho a seguir do que disse Lima.

Por um lado, nas vagas na bancada; por outro, si é certo que os deputados fieis ao P. R. M. merecem deferencias, não podem deixar de merecel-asaquelle que, despremiados como eu, se mantêm, apezar disto, firmes nas fileiras, acima das tentações, á espera da justiça partidária, que deve ser igual para todos (LIMA, 2 fev. 1930, s. p.).

Ao mesmo tempo em que mostrava condescendência com as decisões superiores, Noraldino Lima procurava mostrar seus atributos individuais que o projetariam como político. Leiamos o que ele escreveu nesse sentido.

Sou filho de um grande município; *pertenço a uma zona rica e vasta*, que só tem um representante no Congresso; *tenho serviços no districto*, onde conto dedicações sinceras; meus *amigos na Commissão Executiva* o são tambem seus, nas boas e nas más horas. *Por tudo isso, tenho a pretensão de considerar-me um candidato legitimo e eleitoralmente leve ao Partido*. Confiando no cumprimento de sua promessa, saberei corresponder, com a direitura moral e política de que hei dado provas, á magnanimidade do gesto que apertará ainda mais os laços de affecto e gratidão que lhe tem testemunhado que é. Atto. Admr. Ob° (LIMA, 2 fev. 1930, s. p.. grifo nosso).

Conforme lemos nessa passagem, é possível compreender que Noraldino Lima havia se dedicado à vida política no Partido Republicano Mineiro; mas não tinha conseguido destaque, mesmo com seus atributos singulares e as promessas de candidatura a deputado federal. Com isso, percebemos que sua amizade com Olegário Maciel traria possíveis possibilidades para crescer politicamente.

Com efeito, após debates e deliberações no Partido Republicano Mineiro, foi indicado Olegário Maciel para concorrer ao cargo de governador, ante a não aceitação de membros do partido. Atento aos movimentos, Noraldino Lima, após um mês da carta contendo seu descontentamento e críticas às atitudes do partido, fez um alerta sobre o que Maciel poderia enfrentar na campanha. Isso porque Antônio Carlos Ribeiro de Andrada já começava a enfrentar problemas no fim de mandato; seria o que Lima chamou na carta de “inimigos do governo”: funcionários que estariam atrapalhando o andamento da sua administração e precisavam ser demitidos. Convém lermos a seguir uma medida do que Lima disse a Maciel.

Prezado Sr. Olegário, Affectuasamente o cumprimento, com as minhas sinceras recomendações a Sr. Albetinae demais pessoas da sua casa. Ahi são os jornaes que thepromethiremettis a propósito da polemica entre o centro popular e o Sr. Mario de Lima, figurante este como provocante, conforme o artigo Transcrito pela “Sete Lagoas” junto. Mando-lhe também o Paiz e Folha da Noite, com as mesmas figuras de minha viagem e do Christiano ao paiz. Aqui vamos continuando a vias: o mesmo ambiente de boatos. — O presidente começou a reagir contra alguns inimigos do governo e do PRM: antehontem foram demittidos três funcionarios da segurança Publica, contra elles um tal [], que é uma verdadeira casca de ferida, hontem ouviram o “nome da madeira” para usar linguagem Whasington, a deputado João Henrique e Olavo Cunha, que foram dispensados de professores da Escola Normal de Uberaba. Estes actos e outros que virão, por mais que vamos a quem os recebe, tem um effeito salutar: causavam os primeiros delles profundos impressão no meio. Sempre seu amigo, Noraldino (LIMA, 17 mar. 1930, s. p.).

A leitura dessa passagem mostra Noraldino Lima alertando Olegário Maciel de críticas que podia ter do novo partido, a Concentração Conservadora, e de jornalistas como Mario de Lima. Por isso, anexados à carta, enviou jornais com textos sobre discussões da política mineira. Assim, Maciel teria de manter a mesma linha de governo que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada vinha fazendo tentando combater os “inimigos do governo” que publicavam boatos.

Com efeito, a campanha da candidatura de Olegário Maciel para governador foi marcada por boatos e incertezas políticas que deixaram claros, na leitura das cartas, os discursos foram marcados por questões patrióticas que seu governo defenderia, em particular para o desenvolvimento do estado, tal qual podemos ler em radiograma enviado para ele: “Senhor Olegário Maciel, Envio presadissimo amigo sinceros cumprimentos brilhante manifesto em que são bem se estuda a orientação patriótica esclarecida seu futuro governo. S. Noraldino Lima” (LIMA, 12 abr. 1930, s. p.). Convém nos atentarmos ao que Lima quis com a expressão “orientação patriótica” nesse período, dado o projeto modernizador de Minas Gerais de educar a população.

De fato, com a aproximação das eleições e os acontecimentos na política, de acordo com a lei do código eleitoral 1.269 de 15 de novembro de 1904, os municípios começavam a se prepararem para alistamentos eleitorais, montando uma comissão especial para análise de quem tinha direito de votar. É o que podemos ler no art. 4º da lei e nos parágrafos a seguir.

Publicada esta lei, providenciará o Governo para que as Delegacias fiscaes, nos Estados, e a Secretaria do Interior no Districto Federal, remetam aos presidentes das juntas de recursos (art. 34) os livros necessarios ao serviço do alistamento, sendo quatro para cada commissão, os quaes serão immediatamente rubricados pelos mesmos presidentes e por elles distribuídos ás commissões de alistamento, começando a distribuição pelos municipios mais distantes. § 1º Esses livros servirão: um, para as actas das reuniões das commissões de alistamento; outro, para a transcripção do alistamento, logo que a commissão termine os seus trabalhos, e os dois ultimos para a inscrição do nome, idade, profissão, estado e filiação dos alistandos. § 2º Quando, até cinco dias antes do em que deve installar-se, a commissão de alistamento não tiver recebido os referidos livros, requisital-os-á do presidente do governo municipal, que os fornecerá por conta da União. § 3º Nesse caso serão os livros rubricados pelos membros da commissão e só servirão si, até á vespera do dia designado para o inicio dos trabalhos do alistamento, não forem recebidos os que o presidente da junta do recursos deveria remetter. § 4º Na hypothese dos paragraphos antecedentes, a commissão communicará, immediatamente, á junta de recursos a requisição feita ao governo municipal (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 18 nov. 1904, “Secção 1”).

Segundo lemos no artigo 4º do código eleitoral, esse alistamento para eleitores acontecia em cada município via organização de uma comissão que analisaria cada pessoa que fez a inscrição. Nesse momento por que Minas Gerais passava na política — disputa para o governo do estado —, os representantes dos partidos de cada região começaram a se preocuparem com o recadastramento eleitoral nos municípios. Assim,

houve uma grande disputa, pois cada chefe de sessão daria preferência ao recadastramento dos que apoiassem seu candidato.

Mesmo nesse quadro de mudanças e incertezas políticas e com Olegário Maciel sendo considerado candidato sem experiência no Partido Republicano Mineiro, ele ganhou as eleições de 1930. Agora, teria um desafio pela frente, pois o estado era eminentemente agrícola e com crescimento irregular, dada a crise do café em 1929, isto é, a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Nesse turbilhão de baixa na economia, ele teria de encontrar meios para cumprir suas promessas de campanhas através do que chamou de “orientação patriótica”.

A troca de correspondências entre Noraldino Lima e Olegário Maciel começou a ficar mais comuns com a aproximação das eleições. Destacamos que Lima, de forma sutil, demonstrou interesse em ter uma participação mais ativa no governo mineiro, pois a todo momento dizia de sua frustração e das promessas feitas. Dessa maneira, no dia 6 de maio de 1930, conforme carta de Lima a Maciel, ele já estava certo da vitória deste último, então iniciou sua missiva fazendo elogios à campanha e aos seus desfechos em oposição a Fernando de Melo Viana; também críticas ao ex-governante, que se ausentou por algum motivo. Afirma que o afastamento de Viana foi a falta de argumentos para vencer as eleições e que não aceitava sua derrota, pois o povo mineiro já havia feito a escolha.

Cabe destacar que dificilmente um candidato fora do Partido Republicano Mineiro ganhava, pois o partido era unificado e quem o mantinha eram os fazendeiros, ou seja, mantinham o que ficou conhecido como “voto de cabresto”. Além disso, dada a falta de fiscalização, havia muita fraude nas eleições. Leiamos as palavras de Lima em sua carta.

Prezado Sr. Olegário, Affctuosas cumprimentos a Sra. Albertina e minas. Vem esta por objectivo levar ao querido amigo minhas effusivos congratulação, pelo desfecho que teve a candidatura do sr. Mello Viana. A ausência deste nas eleições de domingo próximo não se verifica pelos motivos alegados e sim pela impossibilidade de derrotar seu nome, que é uma bandeira de alta e Franciscoae virtudes difficil de ser envolada em um pleito em que se positiva o senso de escolha do povo mineiro. É por este aspecto que deve ser encarado o gesto do dr. Melo Viana e por elle merece o sr. todos os cumprimentos, propus reprime. Facilita homenagem ao seu nome que é hoje sem favor, um deputado de paz e progresso para nosso estado. É com a sinceridade de sempre que isso te affirma quem affectuamente o abraço com um dedicado, Noraldino (LIMA, 6 maio 1930, s. p.).

Dias após o resultado das eleições, Noraldino Lima voltou a se corresponder com Olegário Maciel, agora com tom crítico à localidade onde cada cidadão devia votar. Para ele, visto não se pensar em uma lógica para os locais de votação a fim de facilitar as coisas para os eleitores, o novo governante tinha era de estar entusiasmado pelos votos obtidos; houve gente que teve de se deslocar por distância considerável para votar e garantir o pleito. Tal qual lhe disse Lima (17 maio 1930, s. p.), “O sr. deve estar satisfeito: houve verdadeiro interesse pela sua eleição por parte do corpo eleitoral de Bello Horizonte. Si o resultado não respondeu ao entusiasmo e boa vontade do povo foi isso devido á pessima distribuição do eleitorado”. Demonstrando que o povo mineiro realmente queria Maciel como governante — pois até citou seu próprio exemplo da distância do local da votação —, Lima escreveu o que lemos a seguir.

[...] imagino o Sr. que eu, por exemplo que mais á Rua Espirito Santo, fui votar no Grupo Escolar Henrique Diniz, para lá do Quartel dos Batalhão: sahi de casa ás 11horas e só voltei ás 9 da noite. Pois essa hora, toda sem jantar, numa sala á, escuras cumprimenta-se uma multirão todos desejavam embora a ausência de competivos de prestar-lhe homenagem (LIMA, 17 maio 1930, s. p.).

Da leitura desse trecho, é importante destacar as pessoas que tinham o direito ao voto: eram todos os homens alfabetizados, ou seja, uma parcela pequena da população mineira (não por acaso, uma das propostas da campanha era aumentar a instrução pública no estado). Além disso, é preciso observar e analisar os apoiadores de Olegário Maciel, que, segundo Lima, fizeram questão de se deslocarem para lugares longes da sua residência para votarem. Quando pensamos nesses pontos, temos de compreender que eram pessoas apoiadoras da candidatura de Getulio Vargas à presidência; ou seja, a maioria era de fazendeiros que estavam revoltados com o fim da aliança São Paulo–Minas Gerais, assim como membros do Partido Republicano Mineiro, composto por uma bancada expressiva de latifundiários. Dessa forma, sendo Maciel novo dentro do partido, não se mudou a concepção de fazer política em Minas Gerais; isto é, mantinha-se a política para poucos. Sobre essas questões, leiamos a seguir o que disse Lima.

Seu conhecimento para o senado causou fielmente grande contentamento. Foi um desabafo, pois de Legislativo Federal tudo se podia esperar, dada a confusão do momento. Não menos o que se passa com a nossa bancada? E’ monstruosa a humilhação que nos infligem. Hoje, parece, será lido o parecer, que segundo disse hontem o lider ao nosso Carneiro de Resende, não soffrerá modificação no plenário. Perdemos assim — e por grande benevolência de El-

supremo — 14 deputados eleitissimos, em favor de 14 falsariz, infelizes, por esse processo, de nos representas. A fraude foi tão descabelhada que é impossível desfaze-la. Uma vergonha, não para a boa Minas honesta, mas para esta Republica que tanto se abastarda. Regresso amanhã para Bello Horizonte. Aqui fica, para um mandamento de Deus, a deseja mim que lhe ouviu, como eu, affectuoso admiração. Vendido-lhe recomendar-me a todos os seus, sou, affectuosamente, Noraldino (LIMA, 17 maio 1930, s. p.).

Da forma como lemos essa passagem, podemos observar e considerar que, mesmo após quarenta e um anos da Proclamação da República, ainda havia fraudes nas eleições; as quais Noraldino Lima critica duramente na carta, pois catorze deputados haviam sido eleitos na base do golpe, provavelmente o chamado voto de cabresto, quando coronéis abusavam dos poderes que tinham e de falsificação de voto. Por um lado, tinham poder de mando sobre boa parte dos votantes; por outro, arranjavam mecanismos segundo o qual nome de pessoas já mortas aparecia como nome de eleitores. Assim, nas campanhas, eram comum fraudes entre políticos do Partido Republicano Mineiro e os demais; ou seja, o mecanismo de fiscalização deixava a desejar. Mesmo a existência de códigos eleitorais não impedia os políticos de infringirem a lei. Assim, não à toa Lima terminou a carta desejando um mandato bom para o novo governante.

Após um mês das eleições, isto é, três meses antes de Olegário Maciel tomar posse, Noraldino Lima lhe escreveu para tratar de uma questão delicada, ainda que corriqueira: promessas de políticos. Trata-se de mensagens sobre o não cumprimento da promessa que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada fez a Lima relativamente à sua candidatura a deputado estadual. Em um primeiro momento, é possível ver a inquietação nele quanto a não ter sido indicado pelo Partido Republicano Mineiro; vide a carta com anexos enviada em 2 de fevereiro de 1930, provavelmente quando houve nomeação dos candidatos e desentendimento e frustração relativos a Andrada. Afinal, Lima havia passado três anos do mandato ajudando e apoiando o governador na esperança de ter um cargo político. Leiamos trechos da correspondência de 16 de julho de 1930, que apresenta o contexto das promessas feitas durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Carlos e um Noraldino Lima que insistia tratar do assunto, ou seja, frisar o não cumprimento da promessa de cargo legislativo. Dada a extensão, optamos por lê-la de forma fragmentada, a começar do que se segue. Leiamos.

Nosso amigo Antônio Carlos não cumpriu a promessa feita em janeiro ao sr. Wenceslau quanto ao meu aproveitamento em algum cargo de confiança, como demonstração de apreço, ele, por não ter pedido, também, satisfizesse, o compromisso tomado em 1927 para minha inclusão em chapa na actual legislativo federal (LIMA, 16 jun. 1930, s. p.; grifo nosso).

Conforme lemos, é notável o tom direto e reto, objetivo e claro, sem meias-palavras, sem torneios sintáticos, sem vocabulário rebuscado, sem formas verbais mais raras; numa palavra: ele escreveu com mão do jornalista, e não do poeta. Sobretudo, lemos na franqueza do missivista um quê de frustração, de ressentimento, de desabafo, quase um pedido de simpatia, de solidariedade. Inferimos que havia criado uma amizade com Maciel forte o bastante para lhe dar abertura quanto a cobrar as promessas de 1927. Mais que isso, era íntimo até para impor condições de permanência a vida pública. Isso fica claro na carta ao dizer que, se não conseguisse um cargo de confiança no Partido Republicano Mineiro, se mudaria para a cidade do Rio de Janeiro (possibilidade cogitada na carta de 2 de fevereiro de 1930). Só não o tinha feito ainda porque recusou convites em detrimento da necessidade de apoiar e fazer a campanha de Maciel. Leiamos o extrato a seguir.

Conforme lhe disse quando ahi estive, o Presidente falou-me em eu ir para o Rio, tendo em objetivo que antes de 11 de Maio não deixaria Minas, e como eu manifestasse, de assunto com o dr. Wenceslau, desejo de ir para a Poços, Presidente conversou em nomear-me depois 1º de Março, visto como até esta data tinha compromisso com o Presidente do Conselho em exercicio de prefeito (LIMA, 16 jun. 1930, s. p.)

De fato, Noraldino Lima expressou frustração através de um desabafo pelo não cumprimento das promessas feitas por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada de colocá-lo em cargo legislativo nas eleições de 1930; ao mesmo tempo, expressou a Olegário Maciel o desejo de um cargo de confiança como “compensação”. Mas era possível que deixasse a vida política para reassumir/recomeçar a carreira docente de Geografia na Escola Normal de Belo Horizonte, pois seus compromissos com a política se encerrariam; e ele o fazia com ciência de que havia se dedicado ao Partido Republicano Mineiro por anos. Portanto, é possível perceber que estava desmotivado a servir sem ser valorizado.

Se os políticos não cumpriam as promessas feitas a Noraldino Lima, ele cumpria as que fazia. Isso porque reassumiu o cargo de professor da Escola Normal Modelo,

deixado após menos de um ano de docência para se envolver com o mundo da política. Convém lermos a seguir parte do que disse.

Em meado de Março pos-me á disposição de seu gabinete, mandando-me dizer pelo Campos que o fazia até resolver o meu caso. E até hoje... Acontece, porém, que há dias soube, com segurança, que indo o João Pinheiro Filho pedir ao Presidente o lugar de Prefeito de Poços, ouviu d'elle que eu era candidato e que o lugar me é destinado. Não sei si for para se desvencilhar do candidato que o Presidente disse isto. Em todo caso, escrevi ao dr. Wenceslau consultando qual deveria ser minha attitude caso me fosse, agora, offerecido aquelle cargo. Delle recebi a carta junta, pela qual o Dr. Verá justificada a diplomática recusa que terei de fazer á nomeação para o referido cargo, si porventura este em for dado más próximas disposições testemunharia. — Reassumerei, pois dentro de alguns dias o meu lugar de professor da Escola Normal, cabendo assim ao actual chefe do governo fazer-me voltar, pelo corrimão, ao primeiro degrão da escala que subi, com esforço e sanidade, durante 20 annos de dedicação serviços ao P. R. M. Venho o meu caro amigo este pequeno desabafo a quem é, affectuosamente, Noraldino (LIMA, 16 jun. 1930, s. p.).

Olegário Maciel tomou posse na condição de governante de Minas Gerais em 7 de setembro de 1930, contexto do qual é importante ressaltar aspectos afins ao que acontecia no país. Convém lembrar: houve rompimento da política café com leite e a consequente Revolução de 30, movimento armado com líderes de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. O resultado foi o que chamamos de golpe de estado: impedimento da posse do presidente da República eleito, Júlio Prestes. Era o fim da Primeira da República.

Com efeito, quatro dias antes da posse de Olegário Maciel, Getulio Vargas assumiu a chefia do país. De 3 de novembro em diante, se imporia a chamada Era Vargas, começada como Governo Provisório e findada como Estado Novo, em 1945. A posse de Maciel foi exceção à destituição dos demais governantes eleitos pelo voto popular; é só foi possível em razão de Partido Republicano Mineiro ter participado ativamente do movimento armado contra a posse de Júlio Prestes. Não por acaso, Noraldino Lima²³ se manifestou nesse sentido em carta a Maciel; ele deixou clara a forma de ver Vargas: “O presidente começou a reagir contra alguns inimigos do governo e do PRM: ante-hontem foram demittidos funcionarios da segurança pública”

²³ Percebemos em cartas trocadas entre Noraldino Lima e Olegário Maciel que os dois eram atuantes no movimento armado e no Partido Republicano Mineiro. Em uma carta, Lima parabeniza Maciel por ter se afiliado ao partido e que ele mesmo já era afiliado havia mais de vinte anos.

(LIMA, 1930, p. 2)”. Para nós havia políticos antimovimento armado — isto é, os inimigos — e havia Vargas — o herói que combateria o inimigo.

Durante seu mandato, Olegário Maciel teve de encarar grandes desafios, a começar da crise do café e da crise de 1929. Seu primeiro ano de governo seria de contenção de gastos, mas sem que afetasse serviços públicos como a instrução escolar em todos os níveis e os transportes; não por acaso, ele continuaria o projeto de manutenção escolar iniciado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Em que pesem as mudanças pedagógicas, a maior preocupação de Maciel era com o quadro econômico e social (político também). O momento era de incertezas econômicas e quanto ao desenvolvimento do país; daí uma concepção de não dependência absoluta da exportação cafeeira. Oliveira (1988, p. 52) endossa essa compreensão; leiamos seus termos.

A plataforma de Olegário Maciel representa bem a mentalidade de sua época e do setor social a que está atrelado. Apesar de se preocupar com as propostas liberais em voga, Olegário apresenta ao eleitorado mineiro um programa tipicamente conservador e assentado no modelo perremista.

Com efeito, entendemos que o governante tentava manter o poder oligárquico mesmo com a crise; mas via necessidade de um projeto de modernização pela industrialização (OLIVEIRA, 1988).

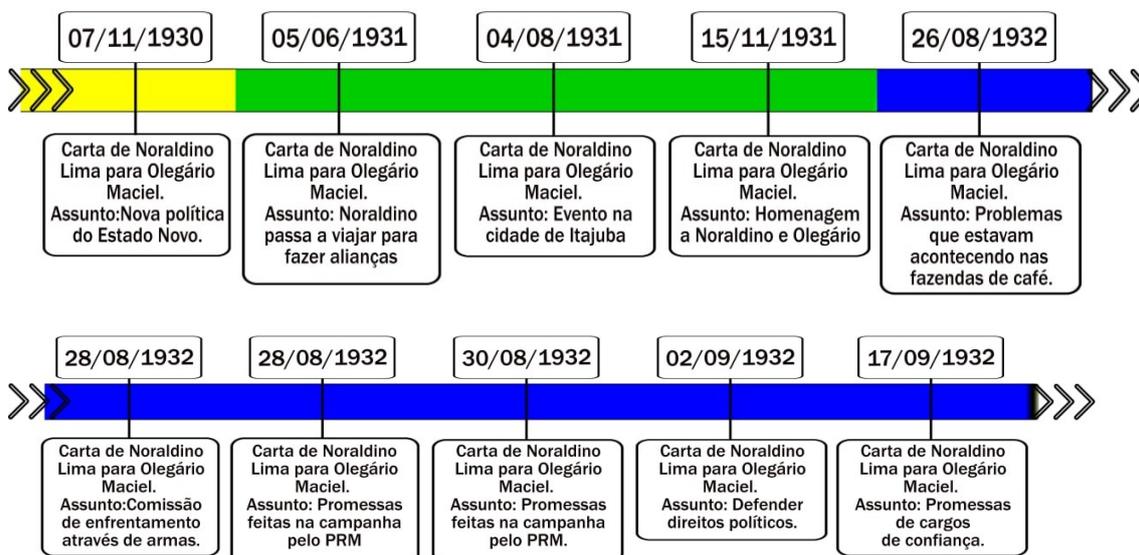
Outro problema que Olegário Maciel enfrentou foi a saída de políticos importantes do Partido Republicano Mineiro. A debandada o obrigava a mediar fundamentalmente o restabelecimento da harmonia e a conciliação quebradas com a saída de Arthur Bernardes, ou seja, com a luta política do movimento dos “bernardinos” contra o partido. A situação ia contra a tradição política mineira, pois até a ascensão de Getúlio Vargas o partido havia sido uno, coeso, unificado, conservador e oligárquico (rima com Olegário); apenas “coronéis” faziam a política e determinavam a forma de governar.

De fato, nalguns momentos, esse fazer político atrapalhou o crescimento e manteve a dependência relativa ao governo federal para manter a economia mineira. Mas, quando o governo Olegário Maciel se viu ante desafios mais severos, teve em Noraldino Lima um apoio substancial para ajudá-lo a refletir e tomar decisões políticas acertadas, sobretudo de 1931 a 1932, quando Lima já era secretário de educação. Foi nessa lógica de apoio que este tomou decisões importantes para a instrução pública com

aquiescência total de Maciel. A confiança mútua era plena suficientemente para que Lima agisse com liberdade. O elo forte entre os dois se exemplifica e se expõe na correspondência trocada por eles, e por Lima e outros políticos, entre setembro de 1930 e o final de 1933. A correspondência se abre à compreensão de mais nuances do movimento político e até da forma de governar o estado no contexto Maciel–Lima.

Não por acaso, para ler as cartas, tomamos como um tipo de marco as datas que delimitam a posse do governador e o fim de seu mandato; e, com esse material, optamos por construir uma segunda linha do tempo para analisar a correspondência. Ao longo da análise, objetivamos compreender Noraldino Lima na condição de agente público de atuação marcante no mandato de Olegário Maciel e imerso em redes de sociabilidade articuladas pelo trabalho político intenso no interior do estado. Em quinze mensagens individuais, dentre telegramas, radiogramas e cartas pessoais afins a três anos de governo, presumimos ser possível construir a compreensão proposta via análise. A figura a seguir projeta a linha do tempo em que situamos a leitura. Vejamos.

FIGURA 7. Linha do tempo da correspondência entre Noraldino Lima e Olegário Maciel, 1930–3



A separação de temas na correspondência articula dois níveis de relações entre Noraldino Lima e Olegário Maciel: 1) discussão sobre questões do foro público do governo: problemas, lócus e soluções (viagens para dirimir questões); 2) discussão de questões do foro íntimo-intelectual do governo: política de Vargas e cumprimento (ou não) de promessas. Os dois níveis de diálogo apontam uma interlocução intensa do governador como o secretário; sugerem isso temas como a luta armada, a política pura e a economia cafeeira. Todos parecem não se encaixarem, a rigor, no repertório de responsabilidades de Lima: secretário de educação, poeta, intelectual, supostamente um pacifista.

FONTE: dados da correspondência — design gráfico: Monique Adriele da Silva

Na figura com a linha do tempo, podemos visualizar certas mensagens da correspondência Noraldino Lima–Olegário Maciel e outros políticos a ser analisada. A maioria eram cobranças de promessas da campanha política de 1930. Cada mensagem se abre à compreensão de momentos distintos do governo.

Com efeito, após a posse do governador, Noraldino Lima escreveu a Olegário Maciel; alertava-o da reabertura da rádio; disse ele: “Presidente Olegário Maciel, Quanto a reabertura estação radio que pertenceu agencia americana peço esperar minha volta ahi afim combinarmos falei aqui respeito Alaor levo esclarecimentos completos sobre assumptos. Affectuoso abraço Noraldino Lima” (LIMA, 7 nov. 1930, s. p.). Datada do fim de 1930, seguramente a carta se refere à política do Estado Novo, que se impunha gerando tensões com a imprensa e até repressão (encerramento de atividades). Assim, é possível que Lima tenha pedido para que se esperasse sua volta a Belo Horizonte, pois havia conversando com um indivíduo — “Alaor” — que deve ter feito exigências afins à reabertura da rádio.

Outras duas mensagens trocadas dizem do primeiro ano de mandato de Olegário Maciel e da função de Noraldino Lima: ser um tipo de representante do governador que iria a lugares a fim de fazer alianças com políticos e pessoas influentes no meio político. A função calhava com certas capacidades individuais de Lima; talvez por isso tenha sido posto em tal posição. Por trás do homem de confiança do governador, estava um homem que era poeta, ou seja, dominava formas variadas do discurso e sabia usá-las para convencimento e persuasão. Por isso, provavelmente não foi casual a projeção dele em cargos de importância, isto é, que demandavam falar muito e falar bem, ter oratória e práticas de orador. Em certas situações, certamente a capacidade verbal faria diferença para expor vantagens, benefícios, ganhos e recursos, acordos e privilégios, dentre outros nomes afins a benesses da articulação e negociação políticas.

Nesse sentido, a primeira carta enviada a Olegário Maciel data de 5 de junho de 1931; é sobre a primeira viagem de Noraldino Lima, à cidade do Rio de Janeiro, e ao encontro com um coronel — João Alberto. Compreendemos que seria uma aliança importante pela leitura do trecho a seguir.

Caro Presidente, Cheguei hoje ao Rio e hoje mesmo pretendo prosseguir a viagem. Attendendo ao conselho dos drs. Antônio Carlos e Wenceslau, fiz, da sua parte, uma *visita* ao João Alberto. Tive desse *encontro* optima impressão, que *ahi*, de volta, lhe *transmitir*. O coronel João Alberto tem pelo sr. á mais alta admiração, esse mesmo sentimento pode observar, *falando* a amigos pessoas que aqui tenho, se de tanto São Paulo, a cujos olhos sua personalidade cresceu naturalmente, diante da actuação que o sr. teve na votação. Verifiquei isso com *indizível* satisfação. Com desejo o abraço, enviando sincero, cumprimento a Sra. Albertina e demais pessoas da família. Noraldino (LIMA, 5 jun. 1931, s. p.; grifo nosso).

Podemos ler nas entrelinhas os pontos que caracterizavam Noraldino Lima como porta-voz do governo mineiro e da interação pessoal entre ele e os indivíduos e grupos com que devia se relacionar nas viagens. Permeia a citação elementos indicativos dessa função, como o encontro, depois a replicação da conversa pessoalmente para o governador; também a conversa com pessoas do contexto de visita (“amigos”) etc. Ao mesmo tempo, ele deu lugar ao poeta romântico, de sentidos agudos e atentos, que vê, escuta e observa; mas que não encontra palavras para expressar a experiência que apreendeu — o “indizível”. A carta revela quem eram os interlocutores dessas interações: figuras de representatividade local, de uma elite, como aquela representada pelos coronéis. Mesmo no ambiente republicano, estes mantiveram privilégios e força político-partidária, em particular no Estado Novo. Assim, podemos pensar que Lima visitou João Alberto numa tentativa de cuidar da harmonia nas relações com a política local, ao mesmo tempo para sondar o apoio a Maciel, então recém-empossado para um mandato governamental que, quanto mais apoio tivesse, melhor estaria para fazer aliados importantes.

Após dois meses em viagem pelo interior, Noraldino Lima voltou a escrever a Olegário Maciel, agora sobre uma festividade cívica em Itajubá, sul do estado, região importante para a economia graças à exportação de café e à influência do Partido Republicano Mineiro. Leiamos parte do que disse Lima.

Presidente Olegário Maciel, Cheguei de Itajubá hontem tive praser representar caro chefe imponente manifestação zona sul mineira prestou dr. Wenceslau este ficou sensibilizado gentileza seu velho amigo a quem se referiu modo muito carinhoso seu discurso pt. (LIMA, 4 ago, 1931, s. p.).

Conforme lemos, o horizonte de contatos de Noraldino Lima supunha a elite de que Olegário Maciel fazia parte: aquela representada por políticos mineiros como Wenceslau Braz. Entendemos que em encontros assim o rumo, o tempo e o conteúdo da conversa eram mais extensos. Isso porque nessa correspondência ele não só detalhou o evento, mas ainda as relações com políticos que atuaram no crescimento social e econômico. Era o caso de Braz, cujo discurso Lima ressaltou, em especial as atualidades de Minas e Brasil, o elogio político a Maciel e a atuação na Revolução de 30 — que lhe deu crédito para se manter no poder após a posse de Vargas. Leiamos uma passagem da mensagem, a seguir.

Itajubá viveu horas *intensa vibração* sendo comparecido festa civica *numerosos representantes todos municípios* servidos rede sul mineira numero quarenta nome caro *presidente muito aclamado* tendo elle se referindo oradores fazendo justiça suas *virtudes homem publico seu governo e sua atuação* movimento revolucionário de que foi chefe vitorioso pt. (LIMA, 4 ago. 1931, s. p.; grifo nosso).

Com efeito, a carta sugere que a festividade era parte do calendário cívico da tradição do Partido Republicano Mineiro; assim, estar ali era fortalecer a unidade, a unificação, a coesão e o alinhamento partidário. A comemoração era um gesto de saudação à memória do povo que via e ouvia Wenceslau Braz discursar, assim como políticos mais antigos que ocuparam cargos importantes. Reunidos na praça principal, traduziam sua força para constituir o espaço urbano, locus de manifestações que eram expressão máxima da esfera pública e da cultura política. Não por acaso, Noraldino Lima destaca a representatividade pelos nomes e atributos dos presentes. Leiamos suas palavras a seguir.

Wenceslau vitoriado todo trajeto de sua casa ao club itajubense sendo acompanhado multidão falavam pelos municípios manifestantes drs. Julio Bueno Brandão filho, João Beraldo Jacy Figueredo, dr. Alves Castro e Sylvio Marinho alem outros representantes municipaes como os de Cambuí da mata e pouso alegre encerrando serie discursos saudação grande brasileiro *fallei qualidade representante presidente* cuja afinidade espiritual e política com Wenceslau procurei *definir accentuais serviços* homenageado causa republica e revolução para justificar felicidade escolha seu nome para presidir legião mineira assinei tambem influencia sul minas tem exercido vida política estado citado entre mortos Silviano delfim Bueno Paiva e Bueno Brandão sendo Wenceslau ultimo elo/vivo dessa gloriosa cadea que morte vem esmagando para vida objetiva para argumentar na memória dos homens saudade e reconhecimento pelos serviços feitos comunhão pt. (LIMA, 4 ago. 1931, s. p.).

Como pudemos ler, Noraldino Lima destacou a atuação de sua oratória, ou seja, se referiu ao discurso que fez na condição de representante de Olegário Maciel, citado por ele como importante para a República, a Revolução de 1930 e o progresso do estado. Além disso, seu elogio a políticos ressaltava as origens do Partido Republicano Mineiro na região sul; dada a economia mais desenvolvida dessa região, foi daí que partiram a construção e participação política do partido, então a cada dia maior. Representava uma união administrativa importante para o governo, sobretudo porque, em momentos de tensão em torno da proclamação da República, a região teve um movimento separatista cujo lastro era sua potência econômica no estado. Dessa forma, era necessário cultivar o apoio de fazendeiros e políticos da região — conforme Lima disse ter feito, conforme podemos ler a seguir.

Propaguei *união sagrada* sul mineira em torno presidente Olegário que tão bem encarna no poder como encarnou sombrios dias de outubro tradições e aspirações povo mineiro vg que tem frente partido legionário vulto raro destaque do ex presidente Wencesalu pt após manifestação realizou se club itajubense grande baile pt Foi em summa grandiosa demonstração sentimento cívico povo sul mineiro e indiscutível devotamento todos tributam pessoa dr. Wencesalu pt Discursos muito aplaudido especialmente do dr Wenceslau Braz pelos conceitos políticos que encerra e pela grande elevação com que encara actualidade a minas e no Brasil pt Abraços Noraldino (LIMA, 4 ago. 1931, s. p.; grifo nosso).

Com lemos, a mensagem sugere que a conexão com Wenceslau Braz era elementar; isto é, que era preciso haver certas alianças caso um político quisesse se manter no poder, era necessário articular e pactuar com nomes relevantes no estado. Nesse jogo de contatos e trocas políticas, Noraldino Lima construía sua rede de sociabilidade na condição de porta-voz do governo, de modo que passava a ter mais relevância na política, sobretudo ao representar a Maciel em eventos oficiais, a exemplo das comemorações de Itajubá. Mas, ao trabalho de Lima de representar o governo e construir alianças políticas no interior para sustentar Maciel no poder, aliou-se outra responsabilidade, que abre um segundo momento de ação no governo. Em março de 1931, ele passou a ser o novo secretário de Educação e Saúde Pública, cargo mais específico e voltado à educação. Nele, Lima teve autoridade para disseminar ideias da escola nova em escolas normais e grupos escolares. Em tal posição, não passou despercebido em meio à comunidade escolar, ao menos para uma professora de Ensino

Primário, que fez homenagem a Maciel e a Lima como novo secretário. Leiamos o que disse a docente do grupo escolar de Itapecerica em jornal da cidade.

OLEGÁRIO MACIEL
NORALDINO LIMA

A galeria do Grupo Escolar vae ser em breve enriquecida com o retrato do *maior dos mineiros vivos* — *Olegario Maciel*, — como tambem será dado a uma *praça desta cidade o seu nome* que os mineiros tanto veneram com mais acrysolado sentimento. Completando a homenagem, lembro a collocação no salão nobre do Grupo, do retrato do *illustrado Secretario da Educação Dr. Noraldino Lima*, fecundo realizador, em prol da maior fundação onde se assentam as nações — a instrucção. *Um é o complemento do outro* e consequentemente ambos lembrariam uma época de realizações opulantes tendentes a engrandecer Minas! Viva Olegario Maciel e salve Noraldino de Lima (NOVA CRUZADA, 15 nov. 1931, p. 2).

Com efeito, se a praça era um lócus para manifestações do poder político do sul mineiro e da força de Olegário Maciel, então nomear uma praça principal com o nome dele era valorizar sua figura política na construção do espaço público porque ia além de uma homenagem ao governador. Evidentemente, na condição de professora, a autora do texto elogioso não podia não destacar o novo secretário de educação, a quem seriam creditados esforços para se investir na instrução pública mineira e numa reforma educacional que alterava a reforma proposta por Francisco Campos. Naquele momento da homenagem no jornal, a ação de Lima incidiu na formação e preparação docentes, sobretudo com a difusão e circulação de métodos a serem aplicados nos grupos escolares, também, a produção de um mecanismo para ajudar: a *Revista do Ensino*, na qual Lima publicaria textos de reflexão pedagógica sobre docência, dentre outros pontos.

Um ano após assumir a secretaria, Noraldino Lima intensificou a troca de cartas com Olegário Maciel, além de dialogar mais com outros políticos, por exemplo, Wenceslau Braz, Washington Pires e outros. Algumas eram confidenciais, pois expõem conteúdos afins à troca de favores ou a promessas de cargos não cumpridas; o que nos leva a compreender com mais clareza o quadro político de uma oligarquia unificada pelo Partido Republicano. Exemplo nesse sentido é um radiograma de Braz para Lima, em que desabafa sobre casos de roubo nas lavouras de café de São Paulo e se mostra preocupado com a possibilidade de acontecerem, também, em Minas Gerais. Ele se preocupava com a forma com que o estado trabalharia para resolver o problema. Podemos ler isso a seguir.

De Itajubá, Dr. Noraldino Lima, Recebi na rádio pt Dirá ao Presidente não deixar passar ocasião para encontrar *solução digna* ambas as partes pt Discurso Bauquiri Whitaker hontem mostra situação S. Paulo, que ele julga magnífica, pt para esclarecer situação devo communicar que *forças regimento de S. João saqueam* varias fazendas deste município inclusive a minha. O que será por ai? Wenceslau (BRAZ, 26 ago. 1932, s. p.).

Com efeito, a leitura da passagem mostra a conexão do sul de Minas Gerais com o estado de São Paulo, o que ajuda a entender a força do Partido Republicano Mineiro na região. Do que se lê, Wenceslau Braz estava mais atento aos problemas da cafeeicultura paulista, ou seja, é como se a produção de sua fazenda se relacionasse mais com fazendeiros de São Paulo, pois São João da Mata, a época distrito, está bem na divisa dos dois estados. Contudo, a solução caberia ao governo de Minas Gerais. Além disso, a correspondência sugere que, embora Noraldino Lima já se dedicasse à educação mineira, ele ainda era referência para muitos políticos que, com ele, tinham abertura para conversar e discutir os problemas e procurar soluções.

Dois dias após receber o radiograma de Wenceslau Braz, Noraldino Lima comunicou a Olegário Maciel o que acontecia em São Paulo — segundo Braz — e respondeu ao amigo do sul, informando sobre atitudes que o governo tomaria. Leiamos o que disse.

Dr. Wenceslau Braz, Recebi radio e mostrei ao Presidente. Este manda comunicar estar autorizado Getulio propor comissão mineira seguintes condições: 1º) *Deposição armas*; 2º) *ao haverá processo nenhum por ali praticado revolução*; 3º) *Interventos paulista e civil*. Abraços, Noraldino Lima (LIMA, 28 ago. 1932, s. p.; grifo nosso).

Da leitura do texto do radiograma vemos que a solução imediata do governo mineiro foi montar uma comissão específica para pensar nos acontecimentos e se preparar para eventuais saques; sua formação foi autorizada por Vargas. Nesse sentido, podemos considerar Noraldino Lima na condição de interlocutor de Olegário Maciel que, ciente dos problemas, informou o governador para que buscassem resolvê-lo em conjunto. Quando pensamos nos elementos definidos pela comissão de enfrentamento — uso de armas e rechaço a invasões das fazendas como atos passíveis de serem alinhados em levante de revolução —, vemos que se relacionam com o momento político que o país vivia: centralização do poder, nacionalismo e autoritarismo; tempo de poder de mando nas mãos dos fazendeiros.

As relações de Noraldino Lima como representante de Olegário Maciel tiveram outro nível de apoio ao seu governo: o processo da campanha que o elegeu. Correspondências de setembro de 1932 dão uma medida dessa faceta das relações entre os dois membros ao tocarem no assunto promessas feitas, seja pelo Partido Republicano Mineiro ou por candidatos. As promessas eram comuns e, algumas vezes, não cumpridas; e a correspondência deixa entrever momentos de tensão entre Maciel e Washington Pires²⁴ em torno da questão (o que faz pensar na relação entre Lima e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada). Nesse momento de tensão, Lima mediou as comunicações. Em 2 de setembro, enviou mensagem, via rádio, a José Braz querendo saber de um telegrama enviado antes (em um domingo) e dizendo para ele ir à capital federal. Seu interlocutor disse que houve confusão, pois quem tinha passado o telegrama era o seu secretário. O fim do telegrama evidencia algum tipo de problema interno entre os políticos, visto Lima deixar claro que, embora a situação na política tivesse se modificado, seriam mantidas as promessas de campanha. Leiamos a seguir um trecho da correspondência.

[...] ontem estive com o nosso amigo e falamos á respeito de sua carta. Ele disse que não escreveu ao Policarpo cousa alguma do que afirma. E que a par da situação política ter se modificado muito, estava pronto a manter o compromisso da neutralidade. Isso êle disse tambem ao Godofredo e a outros. RIO — Bem. Então não há novidade, havendo você me avise (LIMA, 2 set. 1932, s. p.).

Conforme lemos, é como se Noraldino Lima tivesse ficado desconfortável e desconfiado do que acontecia no Partido Republicano Mineiro. Cabe frisar que a política de Olegário Maciel era a de neutralidade nas decisões e de fazer aliados importantes; mesmo com mudanças no partido. Em 17 de setembro de 1932, o político Pires escreveu para Maciel; na carta, pediu que se retificassem os nomes indicados para o cargo de fiscal e se referiu à existência de duas vagas no Instituto do Café: uma para representante mineiro, outra para fiscal nacional via Instituto Mineiro. Assim, indicou

²⁴ Washington Pires se elegeu deputado estadual em 1923, sendo reeleito em 1927 e permanecendo na Câmara estadual mineira até 1930. Em março desse ano, foi eleito deputado federal pela legenda do Partido Republicano Mineiro. Empossado em seguida, exerceu mandato até a dissolução da Câmara em virtude da vitória da Revolução de 1930, em outubro. Regressou a Belo Horizonte, voltando a clinicar e a lecionar na capital mineira. Ao mesmo tempo, ingressou na Faculdade de Direito, vindo a bacharelar-se. Em 16 de setembro de 1932, indicado pelo presidente de Minas, Olegário Maciel assumiu o Ministério da Educação e Saúde, em substituição a Francisco Campos, ocupando o cargo até o dia 25 de julho de 1934. Logo após ter assumido a pasta, atuou como intermediário entre Olegário Maciel e Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, na discussão do problema das punições aos envolvidos na Revolução Constitucionalista de 1932 (PIRES, Washington Ferreira-2021).

certo Joaquim para o cargo. É importante destacar que, pelo telegrama, parece ter havido problema quanto à substituição do cargo de fiscal do governo no instituto. Por isso, ele queria garantias de que o substituto fosse Joaquim. Há indícios de que Lima discordava da indicação. É o que podemos ler a seguir, em trecho da carta de Pires.

Presidente Olegário Maciel, Retificando final meu telegrama sobre caso Joaquim Peco leias final onde diz “ou Joaquim ou meu irmão” assim: “Joaquim ou Marques” faço esta retificação porque Newton não convem lugar inspeccoria fiscal PT fui informado existem duas vagas instituto café uma de representante instituto mineiro junto conselho nacional e outra fiscal conselho nacional junto instituto mineiro, todas as duas ótimas para Joaquim por isso vou saber Jacques tem algum compromisso — há também ahi cargo fiscal hypothecario que vae vagar att ssauds — Washington Pires. Ministro de educação — hoje pelo telephone o Noraldino me falou que havia surgido duvida a respeito minha substituição interina no cargo de fiscal do governo junto ao instituto do café PT conforme conversamos antes do sr. tomar qualquer outro compromisso havia falado no nome do meu irmão para meu substituto e quando antes de hontem voltei a falar lhe sobre o assumpto o sr. me disse que o Noraldino lhe fora pedir o lugar para Joaquim e que a elle o sr apresentara argumentos contrários argumentos que então teve a gentileza de me repetir ponto sahi de palácio sem mais pensar no assumpto e so hoje a elle volto em consequencia de telephonema citado PT diz o Noraldino que é preciso uma solução eu julgo que há diversas sendo a mais simples aquela que foi por mim proposta no momento em que conversamos isto é o afastamento do nome do meu irmão de vez que qual quer pretensão a que se ligue o nome do meu caro e prezado amigo Noraldino eu estou sempre prompto a apoiar como reafirmo agora ponto no entanto há lugar da inspeccoria fiscal que sendo detido em caracter provisório e que mesmo assim poderia continuar prehenchido por outro ou Joaquim ou meu irmão — Washington Pires ministro da educação (PIRES, 17 set. 1932, s. p.).

No dia 21 de setembro, Washington Pires escreveu para Noraldino Lima. A missiva tem tom de confiança; revela indignação com a questão *arrumar cargo público para o irmão*, pois havia feito compromisso com Maciel, e este havia mudado de ideia; ou seja, atendeu ao pedido de Newton. Além disso, fez ideias contrárias a José Braz e, mesmo assim, se manteve ao lado dele. Dada a amizade com eles, Pires preferiu encerrar o caso e pedir a exclusão do nome do irmão das intenções de ocupação de vagas; mesmo ciente de que existiam no Instituto do Café. Leiamos uma passagem do que ele disse a Lima.

Rio, 21 de setembro de 1932

Meu caro Noraldino, Logo depois do seu telefonema mandei ao Dr. Olegário o radiograma de que lhe mando, junto a esta, uma copia. Eu estava na convicção de que o primeiro compromisso do Dr. Olegario era para comigo, visto como quando lhe pedi a designação do Newton ele se prontificou a atender-me não me falando anda a respeito do pedido dr. Wenceslau, do qual só tive ciencia quando pela segunda vez trocamos idéas sobre o caso. Nessa oportunidade o Dr. Olegario fez algumas considerações contrarias a nomeação do José Braz, como você já deve saber. Mas eu como leal amigo sugeri-lhe imediatamente o afastamento do nome do meu irmão, entre outras soluções que pudesse convir ao José Braz. Mas o que ficou afinal assentado foi que o Newton ficaria no lugar. Quando daí saí pensava que tudo estivesse assentado e nem pensei mais sobre o caso. O seu telefonema me surpreendeu, pois jamais eu poria o nome do meu irmão para competir com uma pessoa do meu bom amigo Dr. Wenceslau, a quem dedico a admiração e a amizade que você bem conhece. A oportunidade entretanto, comporta varias soluções, todas elas muito boas, para o caso do José Braz. Além do cargo de fiscal do Hipotecario, que vae-se, vagar ha ainda, o de Fiscal do Instituto Nacional do Café junto ao Instituto Mineiro ao Conselho Nacional, que ficou vago com a nomeação do Roquete Pinto para a Presidencia. São ótimos lugares que poderiam servir para o nosso José Braz. No radio que mandei Dr. Olegario houve um engano que corriji agora com um outro radio de que lhe mando também copia. Sobre os lugares do café que acabo de enumerar telefonei ao Leopoldo para que falasse ao Dr. Olegário e você. Hoje ou amanhã procurarei tambem o Jacques Maciel afim de lhe falar sobre isso. Depois do meu encontro com o Jacques escreverei a você novamente. Recomende-se ao Dr. Wenceslau e aceite um grande abraço do muito amigo Washington Pires (PIRES, 21 set. 1932, s. p.).

Nas cartas de 17 a 21 de setembro, vemos que Washington Pires escreveu para Olegário Maciel e, depois, para Noraldino Lima. Dado o conteúdo delas, é possível perceber a troca de favores e promessas durante a campanha eleitoral. Favores eram trocados por cargos importantes. Desse modo, Pires cobrava o que via como seu direito por promessa: ser fiscal de estado; cargo prometido ao irmão dele até aquele momento.

Ainda nessa lógica de indicações para cargos, em 28 de março de 1933 Noraldino Lima escreveu a Olegário Maciel para tratar de intervenção na escolha do nome para reitor da Universidade do Paraná, criada após a reforma Francisco Campos de 1931, que reestruturou a regulamentação do estatuto das universidades. A escolha era regulada pelo artigo 17 do decreto 19.851, de 11 de abril de 1931: “A escolha do reitor nas Universidades equiparadas será regulada nos seus estatutos”; mas a posse efetiva no cargo dependeria de “prévio assentimento do Ministro da Educação”, passível de “vetar a nomeação” quando o candidato não oferecesse “garantias ao desempenho de tão altas

funções” (BRASIL, 1931, art. 17). Convém lermos parte do disse Lima na correspondência.

Belo-horizonte, 28 de março de 1933.

Caro Presidente, O Washington telephonou-me que o Presidente Getulio deseja ter *intervenção na escolha do reitor* da universidade do Paraná e por isso, si o sr. não se opuser, pensa em manter o art. 17 do decreto, junto por copia, com modificação na parte final. Espero sua resposta que lhe peço mandar pelo partido que é meu filho Carlos Alberto. — O Washington, em altamente ao que lhe transmiti hontem, *tenha o nome do dr. Francisco Brant* para a reitoria da Universidade. Diz elle que tem elemento para acreditar que o atual citas, si for a decisão, não insistir. Do seu amigo, Noraldino Lima (LIMA, 28 mar. 1933, s. p.; grifo nosso).

Como lemos, o papel de Noraldino Lima como representante da política de Olegário Maciel foi de apoiar decisões em momentos críticos. O texto da carta aponta o nível de atuação dele no governo. Na condição de secretário na área de educação, lidava com assuntos do foro federal, a exemplo da indicação de reitores. Nessa lógica, de algum modo seu envolvimento sugere o prestígio com que atuou no governo de Maciel ante os demais mandatos de que fez parte.

3.4 À guisa de recapitulação

Com efeito, foi no ambiente político de ações diversas de Minas Gerais nos anos 1920–30 que Noraldino Lima entrou no meio político, filiando-se ao Partido Republicano Mineiro, então tido como unificado. Quem não estava nele não conseguia sobreviver politicamente. Uma vez filiado e integrado à elite política, Lima se estabeleceu aos poucos, mas de modo incisivo. Ocupou cargos de peso entre 1924 e 1933, isto é, em três mandados distintos no governo estadual. Ainda que sejam em cargos diferentes, tal permanência é indicativa do grau de sua resiliência, seguramente alimentada pela capacidade intelectual, de negociação e de adaptação. Nos dois primeiros mandatos que compôs como agente público-político, participou de mudanças na política e educação mais como jornalista-redator (da *Revista do Ensino*); no terceiro mandato, impôs-se sua faceta mais administrativa, ou seja, sua face de representante do governo mineiro em missões oficiais. Foram relações políticas marcadas por reivindicações, cobranças de promessas e troca de favores firmados; pela necessidade de sondar a popularidade do governo em momentos de tensões intrapartidárias e mudanças políticas. Nesse sentido, Noraldino Lima pode ser visto na história de Minas Gerais com

um enfoque mais amplo do que aquele que tinha sido lhe dado até então; um enfoque que desvela mais de sua ação, sua produção intelectual e sua importância histórico-educacional. Afinal, os estudos publicados até então sobre ele são voltadas ao trabalho desempenhado por ele como secretário de Educação e Saúde Pública. Por outro lado, esse tratamento que pretendeu amplificar o enfoque dado ao papel político de Lima não deu espaço para explorar sua faceta intelectual, o que fazemos no capítulo a seguir.

IV

INSTRUÇÃO PÚBLICA E ESCOLA NOVA: AÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MINEIRA

Até o começo da segunda metade dos anos 1920, Noraldino Lima havia se projetado na sociedade mineira letrada e, por consequência, no jogo da política. Uma vez instalado em Belo Horizonte, vindo de Juiz de Fora, deu novos passos em seus desígnios pessoais e profissionais. Por um lado, reforçou as redes da sociabilidade literária na Academia Mineira de Letras, então instalada na capital; e lecionou brevemente na Escola Normal da Capital. Nesses movimentos, se nome ecoou no meio político. Uns devem tê-lo visto como alguém cuja poesia e oratória o qualificavam para agir como interlocutor, observador e relator de uma experiência cogitada por Fernando de Melo Viana, então governante de Minas Gerais interessado em conhecer sua terra por meio de uma viagem de barco no curso do rio São Francisco. O produto dessa viagem — o livro *No valle das maravilhas* — catapultou Lima no cenário político.

A seu turno, Noraldino Lima se agarrou às oportunidades e fez o que sabia fazer bem: ser um interlocutor de uma capacidade expressiva tal, que adequava à função de mediador e negociador de demandas da política. Com efeito, essa posição foi marcante a partir de 1930. Sujeito resiliente, ele entrava no terceiro mandato de governo como agente político-partidário disponível aos governos eleitos pelo Partido Republicano Mineiro. Até então, havia participado de dois mandatos, mas em cargos mais

“coadjuvantes”, ou seja, elegíveis, não pelo voto externo, mas pela indicação interna por afinidade partidária.

Uma vez que Olegário Maciel foi eleito e conseguiu permanecer no cargo — chancelado por Getúlio Vargas —, abriu-se um campo político muito maior para Noraldino Lima. Agora, embora não fosse “representante do povo”, agia tal qual, falava tal qual, pois se tornou elemento estratégico no Maciel. Rodeado de tensão política, o governante se viu obrigado a agir em nome da harmonia política e conciliação de interesses em lugares distintos e lidando com figuras diversas do mandonismo à la mineira, em especial no sul. A partir desse momento, começa a se delinear o intelectual da educação: o secretário de Educação e Saúde Pública instrução cuja participação na política de governo ia além da administração educacional, embora isso estivesse presente de forma central em seus movimentos.

Homem da confiança estrita de Olegário Maciel, Noraldino Lima viajou pelo estado em suas regiões diversas, para reforçar os elos e aliados político de Maciel e ver de perto a forma e o conteúdo da educação mineira na práticas, fosse a instrução primária do grupo escolar, fosse a formação docente para alimentar tal instrução: o curso Normal. De 1927 a 1933, ele foi um entusiasta do movimento escola nova e se esforçou para concretizar as reformas, sobretudo a formação docente. Sua ação nesse sentido se processou pelo verbo: ora falando, ora escrevendo. Seus discursos em cidades do interior e na capital era veículo para o ideário da escola nova; na *Revista do Ensino*, reativada por Francisco Campos na condição de parte de sua reforma educacional, Lima publicou artigos sobre escola nova e formação docente, pois o periódico se tornou instrumento de concretização das reformas da instrução mineira.

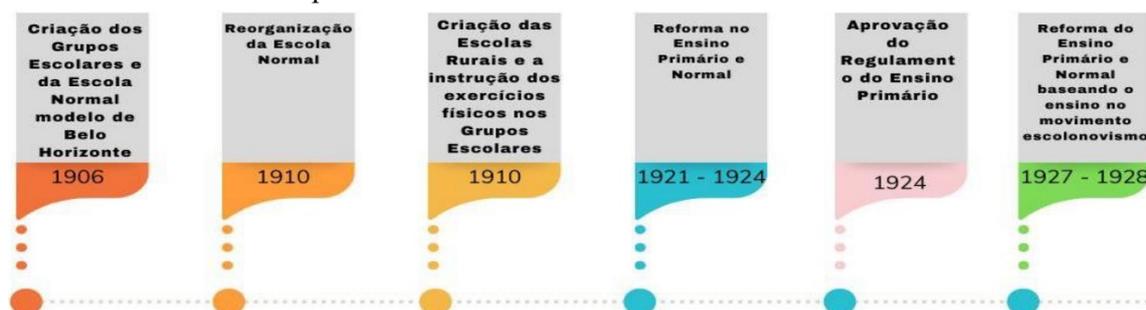
Nesse sentido, este capítulo enfoca o Noraldino Lima político e intelectual da educação com poder de mando. Num cargo de importância extrema para o governo de Minas Gerais, ele se empenhou em modernizar a instrução pública com investimentos. Em especial, quatro pontos nos ajudam a balizar esta tentativa de situar e caracterizar Lima na posição de intelectual da educação: 1) reformas educacionais de 1927 e 1932; 2) exposição de motivos para mudanças na legislação educacional; 3) a *Revista do Ensino* como divulgadora de mudanças educacionais; 4) o livro *Momento pedagógico*, uma coletânea de discursos de Lima quando era secretário de educação. Convém partir do primeiro ponto, pois foi base para os demais desdobramentos e associa fortemente ao argumento da peculiaridade republicana de Minas Gerais.

4.1 Reformas em revista: a formalização da educação mineira

A Constituição Federal da Primeira República prescreveu que a educação ficaria sob responsabilidade de cada estado, inclusive em Minas Gerais, cuja Constituição — sabemos — se distinguiu um pouco. Tal princípio se manifestou nos movimentos da educação republicana mineira já em 1906, com João Pinheiro e sua reforma. Mas — sabemos — foi com Francisco Campos que a potência do princípio se elevou, dada a reforma da instrução escolar que ele concebeu (1929). Nesses quase vinte anos, a educação foi do começo da organização escolar a uma concepção de educação tida como símbolo de modernização.

Assim, foi sob o signo da modernização educacional que o poeta e agente público-político Noraldino Lima assumiu o cargo de secretário da Educação e Saúde Pública (março de 1931) e desencadeou sua trajetória de articulista da *Revista do Ensino*,²⁵ instrumento central da política educacional mineira. A linha do tempo a seguir expõe elementos das reformas da instrução entre 1906 e 1927–8. Por elas, podemos “acompanhar a evolução da educação” vendo as “mudanças centrais em cada reforma, com ênfase no ensino primário e normal” (OLIVEIRA, 2011, p. 21). Todas propuseram um olhar para educação e uma reorganização institucional. A linha do tempo cobre o período da reforma e as propostas.

FIGURA 8. Linha do tempo de reformas educacionais em Minas Gerais de 1906 a 1927–8



FONTE: dados de Oliveira (2011) — elaboração: Monique Adriele da Silva, 2021

Analisando a linha do tempo, atentamos a quem era o governador do estado e o secretário do Interior. Para isso, conseguimos compreender todo esse movimento até chegarmos ao movimento escola nova e a Noraldino Lima como secretário de educação. Da forma como lemos, no ano de 1906 se começava a pensar em uma nova estrutura

²⁵ Cf. Biccás (2008).

educacional para Minas Gerais. Temos a criação dos grupos escolares, sob a batuta de João Pinheiro e do seu secretário do Interior, Manuel Tomaz de Carvalho Brito. No ano de 1910, já no mandato de Wenceslau Braz e do seu secretário do Interior, Estevão Pinto, se reorganizou a escola Normal; a intenção era melhorar a formação de futuros professores primários. Além disso, Júlio Bueno Brandão e Delfim Moreira da Costa criaram escolas rurais, visto que a população residia maciçamente no campo. Entre 1921 e 1924, Artur Bernardes e Afonso Pena Júnior fazem a primeira reforma do Ensino Primário e do Normal. Em 1924, Olegário Maciel e Fernando de Melo Viana aprovaram o regulamento do Ensino Primário. Em 1927–8, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Francisco Campos marcaram a educação do estado com a reforma do Primário e do Normal alinhada no ideário da escola nova. Observando os anos pré-reformas, vemos que, em todo início de mandato no governo de Minas Gerais, eram criadas leis e decretos para o Ensino Primário ou Normal. A tentativa era mudar a situação da educação, ou seja, diminuir o analfabetismo, como ação de destaque na política. As mudanças eram vistas na condição de objetivo do projeto de modernização, instaurado com a Proclamação da República.

Com efeito, nos vinte anos de reformas pré-posses de Noraldino Lima na função de secretário de Educação e Saúde Pública, a reforma João Pinheiro significou um novo olhar para a educação: materializou em parte o projeto escolar concebido pela elite republicana como modelo de escola. A reforma repensou na instituição escolar com o modelo do grupo escolar, símbolo de uma nova organização e concepção de Ensino Primário. Mudaram-se os métodos e os números relativos à sala de aula; noutras palavras, “O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo, a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo” (SOUZA, 1998, p. 29).

Com efeito, a reforma educacional de 1906 foi um marco porque instituiu o grupo escolar. Na condição de materialidade, esse modelo de escola supunha construir prédios adequados aos moldes da República, a uma regulamentação própria para instrução Primária e Normal, ser unitária e ser regida por um professor (depois por uma mulher). Trazia “em seu bojo a perspectiva de transformar as crianças em sujeitos civilizados por intermédios de uma educação” (MORENO, 2019, p. 60). Desse modo, podemos considerar que a essência da reforma foi a criação dos grupos escolares, pois havia classificação igualitária, noções de classe e série; eram mudanças no aspecto

intelectual e moral de uma nova cultura educacional. Não por acaso, os primeiros grupos escolares em Minas Gerais reuniram escolas isoladas.

A reforma Wenceslau Braz, em 1910, focou na reorganização das escolas normais e nos grupos escolares. Uma das mudanças foi no curso normalista, cujo curso teve duração mudada de três anos para quatro. Além disso, foi eleita a Escola Normal de Belo Horizonte como instituição modelar para outras instituições de formação docente no estado. As alunas tinham aulas práticas nas chamadas escolas anexas às escolas normais. Ainda no ano de 1910, o governador de Júlio Bueno Brandão e do secretário do interior, Delfim Moreira da Costa, mantiveram as estruturas feitas no Ensino Primário na reforma de 1906. Mas se acrescentou à instrução a prática de exercícios físicos nos grupos escolares, pois se via na escola um lugar de possibilidades para alcançar os desejos da República — modernização e civilização. Para isso havia a necessidade de se educarem os corpos.

Segundo Moreno (2019, p. 60), as aulas de educação física apareceram nos quatros anos do curso Primário.

Além dos movimentos “methodicos e ordenados”, estão previstas “marchas militares” e “brinquedos em liberdade nos dez minutos restantes dessa disciplina”. O professor de classe é que direcionaria e daria assistência aos exercícios que aconteciam todos os dias de aula, inclusive aos sábados, durante 25 minutos. As aulas seriam sempre das 11h50 às 12h15.

A reforma Artur Bernardes (1921–4) focou na criação de mais escolas rurais, dadas as mudanças ocorridas no período; ainda houve nomeação de mais normalistas para o Ensino Primário. Mas a grande transformação foi facultar o ensino da religião católica, embora não se tenha pretendido “modificar o ensino nos quesitos organização, metodologia e programas” (OLIVEIRA, 2011, p. 27). Dada a necessidade de Artur Bernardes se ausentar do cargo, Olegário Maciel assumiu o governo. Com o secretário do Interior Fernando de Melo Viana, fez outras mudanças, a exemplo da aprovação de regulamento para o Ensino Primário; aos professores, concedeu gratificação; também organizou as escolas normais de modo a alinhá-las na medida da Escola Normal Modelo, da capital.

As cinco reformas citadas foram discutidas e organizadas sempre pelos secretários, mas em interlocução com os governantes. Sobretudo, foram um preparo

para mudanças mais centrais, por exemplo, a reforma Francisco Campos, que aconteceu graças às discussões sobre educação no fim da década de 1920.

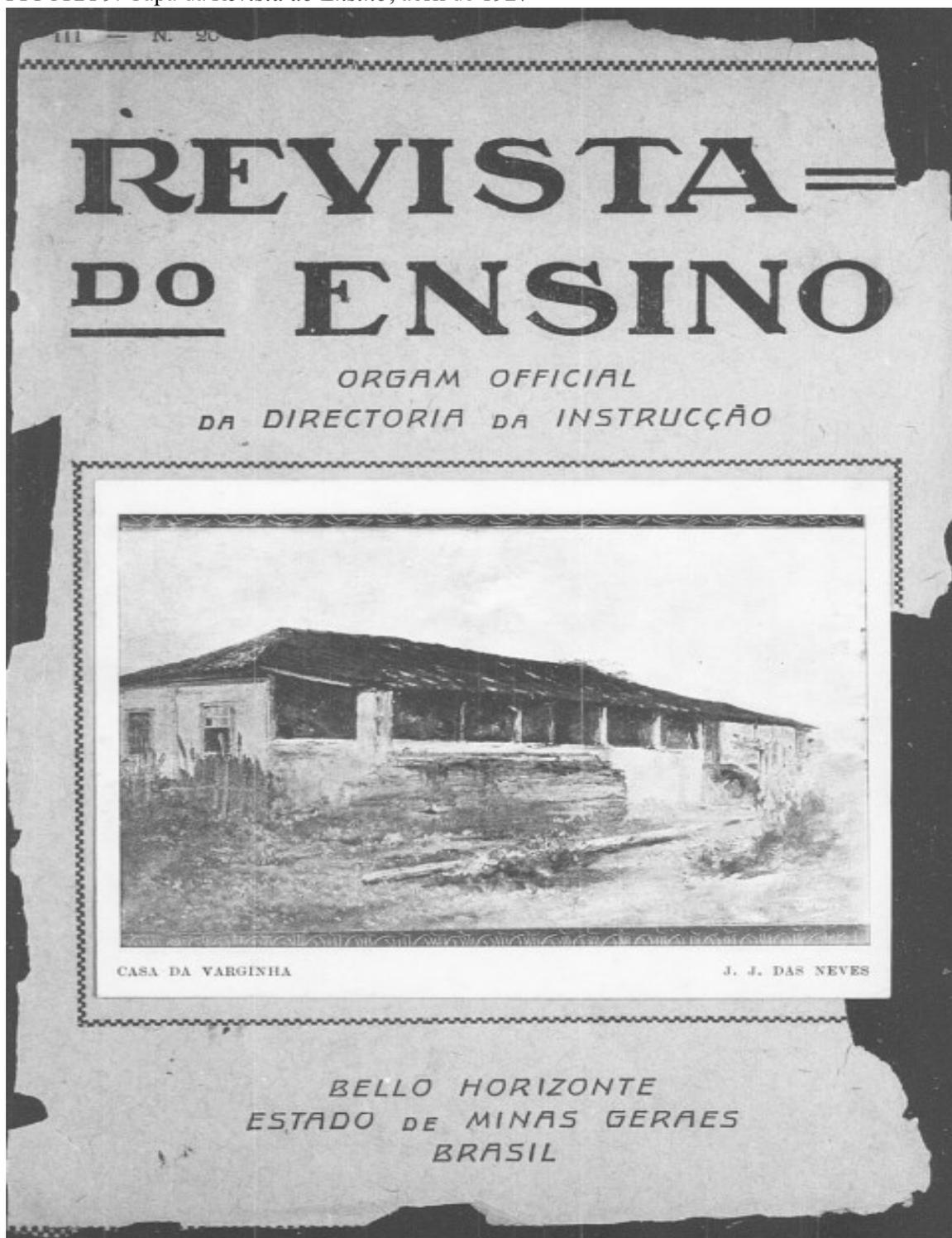
Com efeito, mas convém lermos a ressalva a seguir.

Para a construção dessa sociedade a educação tem um papel de destaque uma vez que da escolaridade depende o direito do voto. Além disso educação adquire o caráter de instrumento nivelador, capaz de garantir aos indivíduos oportunidades sociais (PEIXOTO, 1983, p. 80).

Dito isso, a reforma de 1927–8 pode ser considerada a reorganização educacional no Ensino Primário e do Normal mais importante. Ela apareceu plenamente entre o fim de 1927 e o início de 1928. Foi uma renovação cuja proposta era fazer uma reforma que acompanhasse o governo do estado: modernizador. Era a tentativa de modernizar tendo por base a modernização presumida no movimento escola nova. A base era o ideário liberal: a educação como forma de promoção social. Daí o “otimismo pedagógico” a que se refere Nagle (1974). Francisco Campos realizou uma segunda reforma em 1931, agora focando no Ensino Secundário. Foi estabelecida uma série de medidas: aumento do número de anos no curso secundário, divisão em dois ciclos, seriação, frequência obrigatória, reestruturação de inspeção federal etc.

Não por acaso, a reforma Francisco Campos é considerada marco na história da organização educacional no país. É importante ressaltar que sua ocorrência no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e com sua base em princípios da escola nova presumiu restabelecer o funcionamento da *Revista do Ensino*. Essa publicação foi criada em 1892, como órgão oficial do governo do estado — nas mãos de Afonso Pena Júnior — e com o propósito de divulgar as reformas. No mesmo ano, após três edições, a publicação cessou. Com a republicação, iniciada em 8 de março de 1925, a revista passou a circular como um dos instrumentos principais do governo para divulgar ideias educacionais e reformas nos ensino Primário e Secundário.

Com efeito, em 1925, primeiro ano de nova circulação, a *Revista do Ensino* era, segundo Biccás (2008), produzida como *anexo* do jornal *Minas Gerais*; em 1926, se tornou *suplemento*, sem muitas mudanças. Só no ano de 1927 a *Revista do Ensino* mudou radicalmente: se separou do jornal e passou a ser encadernada à parte e em tamanho menor para facilitar a divulgação (FIG. 8).

FIGURA 9. Capa da *Revista do Ensino*, abril de 1927

Uma das primeiras capas da *Revista do Ensino* após se tornar independente do jornal *Minas Geraes* para ser uma publicação — uma revista — à parte, mas ainda do governo mineiro.
FONTE: acervo do Arquivo Público Mineiro

O intuito da *Revista do Ensino* era discutir reformas educacionais. Assim, exemplares contendo textos afins a tal escopo eram enviados gratuitamente a professores, inspetores do ensino e funcionários da instrução pública; o que fazia da divulgação de mudanças educacionais algo mais homogêneo. A revista passa a ter um “caráter essencialmente pedagógico, disseminando ações governamentais desenvolvidas na instrução escolar e, especificamente, informando e formando os professores nos novos preceitos pedagógicos” (BICCAS, 2008, p. 42). Nesse sentido, foi propagadora do ideário da pedagogia associada ao movimento escola nova e à reforma Francisco Campos.

Foi nesse contexto de mudanças educacionais e de republicação da *Revista do Ensino* que Noraldino Lima atuou como agente público-político voltado, em especial, à educação. Ele foi ativo como articulista, ou seja, publicou textos com recorrência na revista, além de ser lido, ouvido e citado depois por pensadores dedicados à educação de Minas Gerais mineiros; sobretudo, citavam seus discursos como secretário de Educação e Saúde Pública no governo de Olegário Maciel.

De fato, Noraldino Lima se entusiasmou com o ápice do processo de mudanças educacionais, ou seja, a reforma Francisco Campos: pioneira no país quanto a mudar o olhar sobre a concepção de ensino no grupo escolar (por si só outra concepção de escola). O envolvimento de Lima com o pensamento pedagógico e o movimento escola nova se refletiu na aparição de seu nome não só na *Revista do Ensino*; também em um folheto chamado *Pela educação*, onde, como secretário de educação, defendeu o decreto n. 10.362/1932.

4.1.1 *Revista do Ensino e Noraldino Lima: difusão da escola nova e suas influências*

Uma análise do número de publicações da *Revista do Ensino* desde sua reaparição no século XX mostra que foi central entre 1927 e 1937, período de efervescência no campo educacional. Ficou mais densa e mais volumosa, com mais artigos destinados ao professor, ou seja, sobre o que ensinar e a forma de fazê-lo, além de divulgar propostas da escola nova em temáticas sobre metodologia. Nesse momento, Noraldino Lima e Guerino Casasanta, tendo em vista a “nova configuração das forças políticas do estado”, eram representantes da “continuidade das políticas de alianças ligadas à educação”, isto é, chancelara “como prioridade assegurar que as propostas em andamento não fossem interrompidas” (BICCAS, 2008, p. 58). Diretor da Imprensa Oficial de 1926 a 1930 — quando a *Revista do Ensino* foi muito divulgada entre

professores —, Lima conseguia manter alianças políticas agindo tal qual articulador de ideias para a educação. Por um lado, no cargo de diretor da revista, cuidava de *selecionar* artigos sobre a escola nova.

Analisando os meses de publicação da *Revista do Ensino*, compreendemos que de 1927 a 1928 não houve sequência. Só a partir de 1929 o periódico passou a ser sequencial-mensal. Entre outubro de 1930 e setembro de 1932, era trimestral. Em 15 de outubro de 1932, publicou uma nota informando que passaria a ser quinzenal, tal era a demanda gerada pela efervescência da escola. Assim, 1932 pode ser o ano-chave do movimento escola nova. Havia preocupação do estado em divulgar princípios da escola nova e as mudanças de como ensinar os alunos e prepará-los para a sociedade moderna e o trabalho na indústria.

Nesse sentido, nos quadros a seguir vamos apresentar temáticas principais da escola nova abordadas e discutidas na *Revista do Ensino* a cada ano. Começamos em 1927, quando o governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada restabeleceu a circulação da revista, sob os auspícios de Noraldino Lima, então diretor da Imprensa Oficial.

QUADRO 1. A instrução primária em 1927

NR	AUTOR	TITULO	PÁGINA
20	Desconhecido	Congresso da Instrução Primária	418 a 419
20	Maria Stael Bittencourt	O ensino intuitivo	435
21	Desconhecido	Primeiro Congresso da Instrução Primária no Estado de Minas Geraes	445 a 475
21	Noraldino Lima	Posse da mesa – Discurso do Dr. Noraldino Lima	452
22	Desconhecido	As theses discutidas na memorável assembléia dos educadores	477 a 506
24	Fabio Lorival	Pela renovação em Minas – A festa de 15 de outubro	563 a 566

FONTE: Acervo do Arquivo Público Mineiro

Como podemos ler pelos dados afins a revistas divulgadas em 1927, compreendemos que ainda não havia sequência na publicação. Assim, tendo em vista as categorias de análise,²⁶ foram selecionados artigos desse ano sobre investimentos, metodologias e Ensino Primário, ou seja, após ser estabelecida a reforma de Francisco Campos. Três artigos do mês de abril de 1927 foram desenvolvidos para instruir professoras e professores.

Na realização do primeiro congresso da instrução primária, organizado pelo então secretário do Interior Francisco Campos, se discutiriam doze temas para a construção da instrução. Essas temáticas a serem discutidas foram divulgadas pela *Revista do Ensino*, como podemos ler no trecho a seguir.

Haverá no Congresso as seguintes comissões: a) organização do ensino geral; b) questões de pedagogia; c) instituições escolares da escola; d) aparelhamento escolar, livros didáticos e livros para professores; e) desenho e trabalhos manuais; f) educação moral e cívica; g) canto; h) inspeção técnica; i) programas e horários; j) higiene escolar e educação física; K) exames tests; L) escolas infantis (REVISTA DO ENSINO, 1927, p. 418).

Como compreendemos, o primeiro congresso discutiria temas essenciais para o pós-reforma do Ensino Primário; nele, Francisco Campos, além de ser organizador, foi o pensador principal a falar no congresso. É claro, ele não agiu sozinho: montou uma comissão executiva para atuar ao seu lado. Eis a seguir o que podemos ler na *Revista do Ensino* (1927, p. 418).

Por acto do sr. dr. Francisco Campos, secretario do Interior, foi nomeada a seguinte comissão executiva do referido congresso: Dr. Noraldino Lima, dr. Alberto Alvares, dr. Oswaldo de Mello Campos, professora Helena Penna, professor Luiz Pessanha e sr. Paulo de Andrade. À essa comissão incumbirá a direcção dos trabalhos preparatorios do alludido Congresso até a sua installação e dos referentes á publicação dos respectivos annaes.

Desse modo, compreendemos que Noraldino Lima como diretor da Instrução Pública foi personagem importante na organização do primeiro congresso; o que pode se lido como um de seus primeiros passos profissionais na seara da educação (e suas relações com a política). Ao lado de Francisco Campos e outros, Lima assimilava preceitos conceituais da escola nova e do método intuitivo, por exemplo; e foi com

²⁶ A seleção de artigos da *Revista do Ensino* foi guiada por estas categorias de análise: escola nova, escola tradicional, método, professores, instrução pública e citações de Noraldino Lima.

ciência e opinião acerca desse ideário que ele assumiu o cargo de secretário de educação; o que era condição elementar para fazer difundir a escola nova em meio ao corpo docente de grupos escolares e escolas normais. Com efeito, à escola cabia “Instruir e educar, educar instruindo, transformar as antigas *escolas* em *viveiros de homens alegres, fortes de corpo e espírito* [...] [como] grande preocupação” (REVISTA DO ENSINO, 1927, p. 435; grifo nosso). A intenção de uma docência apta a lidar com teoria e prático obrigava o professorado a repensar em seu fazer em sala de aula para reorganizar sua prática docente.

O governo mineiro pretendeu “capitalizar” discursivamente com o Primeiro Congresso da Instrução Primária, a julgar pela repercussão posterior feita pela *Revista do Ensino*. A edição de maio e junho de 1927 reverberou o acontecimento, ou seja, foi dedicada a relatar o que aconteceu no evento e a destacar pensadores presentes, como Noraldino Lima; no caso dele, destacou seu discurso de posse como presidente da mesa na sessão preparatória do congresso. “Ao ensino” — disse Lima, no começo do discurso — “devo não só a tendência mais decisiva de minha vida, mas também os elementos moraes e recursos materiaes sobre que edifiquei a minha modesta carreira profissional e política” (REVISTA DO ENSINO, 1927, p. 452). Ao elogio ao ensino, Lima como presidente de organização do congresso salientou a importância e o objetivo maior de tal *acontecimento*. Leiamos a seguir.

[...] — obra de continuidade necessaria, de esforço commum, de intelligencia patriótica e de projecção profunda da *consciência dos homens* e nos *destinos da terra mineira*. É uma *semana immortal* a que vamos viver nestes dias do Congresso. Nella será posto mais uma vez em equação luminosa o espirito creador de Minas, representados por algumas de suas expoencias no magistério publico e por outros daquelles que têm agitado, no curso do tempo e no execicios das funcções, idéas e planos relacionados com o problema dos problemas, o programma dos programmas — que é a realidade do *ensino*, como *luz para o caminho da vida e como força para a finalidade do homem*. É bem de ver que, nesta hora de objectivos impessoaes e de cooperação generosa, para que sejam trabalhados fecundos, não só em flores para os sentidos, mas em fructos para o espirito, se faz mister haja maior franqueza no debate de idéas, a maior liberdade na defesa das opiniões, o mais alto respeito ao pensamento que não adoptamos, ao principio que não trazemos comnosco, á bandeira que não assignala o nosso reducto (REVISTA DO ENSINO, 1927, p. 452; grifo nosso).

Da forma como lemos essas passagens, o elogio à educação e, sobretudo, à educação do governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no dia da abertura do congresso permite compreender que a escola pública começava a ser posta em

primeiro plano. A fala de Noraldino Lima foi incisiva na função da educação como caminho para sociedade mineira se tornar cada vez mais republicana; a docência pública seria, então, ação de pensar em forma o cidadão preparado para atuar em tal sociedade com ciência presumida de seus destinos: a modernização, a civilização, o progresso.

Ao se dedicar a ecoar os eventos da “semana immortal” vivida no congresso, a direção da *Revista do Ensino* viu que edições focadas em um fato só tinham muito potencial de difundir e inculcar valores. Na edição de novembro de 1927, seis meses após o congresso, entrou no foco editorial o centenário da escola primária com suas festividades (na capital mineira). A edição comentou em detalhes o que aconteceu no dia 15 de outubro na comemoração. Ao mesmo tempo, autores como Fábio Lourival dedicaram artigos à data, como seu texto “Pela renovação de Minas — A festa de 15 de outubro”.

Autoria e título a parte, chama atenção uma fotografia contida no artigo em que Noraldino Lima se encontra, no centro, ladeado de moças em trajes formais. A legenda nos diz que eram “Alumnas da Escola Normal Modelo, tendo ao centro o diretor, dr. Arduiono Bolivar, o director da Instrucção Publica, dr. Noraldino Lima, e professores do estabelecimento — Photographia tirada após os festejos comemorativos de 15 de outubro” (REVISTA DO ENSINO, 1927, p. 563).

Portanto, a figura de Noraldino Lima no meio educacional começava a aparecer, também, como iconografia; é claro, tal destaque tinha razões de ser, como o cargo que ocupava na área da instrução pública. Nesse sentido, conforme mudava sua posição profissional-política no governo, Lima era fotografado em diplomações, como a do Conservatório Mineiro de Música, quando ocupava o cargo de inspetor-geral da instrução.

Por outro lado, é possível que as edições monotemáticas da *Revista do Ensino* resolvessem um problema de insuficiência de matéria para compor o conteúdo. Isso porque a revista não foi publicada mensalmente até 1928. Circulou apenas por três meses do ano, de forma espaçada e com data incerta, isto é, acertada segundo a ocasião. Ainda assim, podemos afirmar certa unidade editorial, pois em 1929 os textos impressos nas edições são mais afins ao ideário da escola nova, como podemos ver a seguir.

QUADRO 2. Movimento de propagação do ideário da escola nova na *Revista do Ensino* de Minas Gerais, 1928

NR	AUTOR	TITULO	PÁGINA
25	Ramos Cesar	Escola Nova	4 a 7
25	Guerino Casassanta	O ensino intuitivo	11 a 13
26	Desconhecido	A nova escola em Minas	1 a 3
27	Firmino Costa	Prepare as Vossas Lições	1 a 3
27	Desconhecido	Segunda Conferencia Nacional de Educação	28 a 33
28	Francisco Campos	Actos Officiaes – pela reforma	78 a 79

FONTE: acervo do Arquivo Público Mineiro

Com efeito, a edição de janeiro de 1928 já veiculava artigos relativos a questões da escola nova. Um texto nesse sentido é o de Ramos Cesar, de intenções explicativas gerais para professoras de grupos escolares. Eis um trecho do que podemos ler na *Revista do Ensino*.

Dos velhos moldes educativos a escola nova seleccionou e ampliou, objectivando realidades inéditas, o conceito de que a instrução é systematisação e connexão do conhecimento. Para que atinja o preparo do individuo destinado á comunidade o seu fim ethico e econômico, devemos procurar não lhe sobrecarregar a intelligencia das noções desordenadas (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 4).

Propagava-se, então, um novo conceito de educação escolar, tendo como responsabilidade o educar para o horizonte social de formar um cidadão completo: apto a pensar e capaz de agir na sociedade. Essa nova concepção de escola havia se instalado nos grupos escolares após a reforma de 1927–8; nela, “Uma das preocupações mais elevadas da actual reforma do ensino é a de chamar para a escola a atenção dos paes” (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 2). Com isso, uma mesma família abastada que outrora contratava preceptores para educar filhas e filhos se viu instada a continuar a zelar da instrução da prole no ambiente da escola. Se houvesse desconfiança de que a ausência de pais e mães supervisionando a educação da prole fosse nociva na educação escolar, o governo procurou anular esse efeito incluindo a família no processo regulamentar da escola mineira: educação

moderna era, então, a que presumia mãe e pai participando de forma ativa na formação. O tom da revista parece apelativo; mas traduz bem tal ideal, como lemos na passagem a seguir.

O professorado de Minas deve considerar, attentamente, nessa face da reforma. Deve lutar, por todos os meios a seu alcance, para *chamar para a sua escola a atenção, o carinho, a solitudine dos pais*. [...] Pois *é necessário que acompanhem*, com atenção, a vida escolar! (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 3; grifo nosso).

Pela leitura analítica da edição de novembro de 1928 da *Revista do Ensino*, compreendemos que havia preocupação em moldar aulas, ou seja, a conduta docente quanto a lecionar. Todos os artigos foram voltados a orientar como o professorado devia preparar suas aulas. Títulos como “Preparae as vossas lições”, com verbo no imperativo, dão uma medida do tom prescritivo das intenções. Chamavam a atenção dos docentes à preparação como contrária à memorização, ou seja, à transmissão pura de conhecimentos. Nessa direção, a passagem a seguir merece leitura.

O preparo das aulas não é o preparo remoto, por mais vastos que sejam os conhecimentos do professor. O preparo que se exige é o *preparo quotidiano, paciente, minucioso, solícito*. Não abranje só estudo dos *elementos a transmittir*. Compreende principalmente, o *modo de expor* a materia, a disposição do material a empregar, a escolha e a procura das gravuras a mostrar, a feita de desenhos elucidativos, a procura de pedras, animaes e flores a explicar, a invenção de todos os meios, afinal, capazes de bem concretizar aos olhos dos alumnos o ponto a dar (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 2; grifo nosso).

Da forma como lemos essa passagem, os professores eram estimulados a prepararem suas à luz do método intuitivo, segundo o qual cabia ao aluno pensar e concretizar conteúdos de forma abstrata. Portanto, a Revista do Ensino cuidava de inculcar tal pedagogia no repertório docente de professoras e professores de forma intensiva, seja em forma de receituário para a docência, seja como sugestão de objetos de ordem teórico-conceitual e religioso-ideológica para a reflexão do professorado leitor.

Enquanto a *Revista do Ensino* agia como difusor impresso de um ideário, a Associação Brasileira de Educação cuidava de reiterar o ideário do movimento escola nova; mas não sem a ajuda publicitária da revista. A edição de novembro de 1928 relatou o evento da segunda Conferência Nacional de Educação, em Belo Horizonte, sob organização da associação e com participação dos mineiros Francisco Campos e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, seguramente articuladores das condições para que a capital abrigasse tal evento.

Entre novembro e dezembro de 1928, além da conferência, Francisco Campos esteve envolvido com mudanças na portaria sobre a reforma, como lemos na seção “Atos oficiais”, da *Revista do Ensino*. A questão girava em torno da avaliação de professores, para os quais se cogitou a atribuição de notas pelo desempenho, e de grupos escolares, os quais seriam avaliados segundo os seguintes “critérios para a imposição das notas”: “matrícula”, “frequência”, “organização das classes”, “qualidade do ensino ministrado”, “metodos e processos usados”, “uncionamento das instituições escolares”, além de componentes como “Regulamento”, “Caixa escolar” e “Bibliotheca” (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 78).

No caso das escolas, Noraldino Lima, então inspetor-geral da instrução, ficou incumbido de analisar a documentação, classificar e publicar resultados. Eis como seria a avaliação: “Mensalmente o director ou professor por elle [Lima] incumbido remetterá á Inspectoria Geral da Instrucção Publica breve relatorio do que houver sido feito no sentido desta portaria, devendo, quando enviado por professor, trazer visto do director” (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 79).

Dispondo de dados mensais das escolas, a secretaria a cargo de Noraldino Lima passava a acumular material passível de ser traduzido em conteúdo editorial. Nesse sentido, parece sintomático que em 1929 a *Revista do Ensino* passou ser mensal; enquanto os artigos passaram a ser mais densos e voltados à prática docente à luz de princípios da escola nova. De fato, o ano pode ser considerado um marco para a revista, como podemos ver a seguir.

QUADRO 3. Divulgação de métodos na *Revista do Ensino* de Minas Gerais, 1929

NR	AUTOR	TITULO	PÁGINA
29	J. Geraud	A instrução moral e cívica – As virtudes dos alunos	25 a 27
29	Desconhecido	Caderno de preparo das lições	61 a 63
29	Maria Luisa de Almeida Cunha	Primeiros fructos – Primeiro ano que vigorou a reforma Francisco Campos	65 a 66
33	Firmino Costa	O methodo intuitivo	37 a 44
34	Valle Ferreira	As funções individuaes na escola Activa e o methodo da autoridade	33 a 38
35	Oscar Arthur Guimarães	Escola Nova – Problemas a resolver	44 a 46
37	Luiz Gonzaga Junior	A voz da pratica – o methodo intuitivo	67 a 68
39	Gustavo Lessa	Orientação da escola Activa nos estados unidos	52 a 72
40	Desconhecido	A profissão professor	1 a 3

FONTE: acervo do Arquivo Público Mineiro

Com efeito, selecionamos artigos da *Revista do Ensino* passíveis de serem situados no campo da importância de instruir professores para a sala de aula. São da edição de janeiro de 1929. Em um o assunto é a instrução moral e cívica, tida como princípio básico do grupo escolar. Referia-se aos deveres dos alunos ante os professores, a frequência escolar e outras “virtudes” cuja prática era responsabilidade também dos pais. No artigo “Caderno de preparo das lições”, entra em cena o regulamento do ensino primário pós-reforma Francisco Campos; pelo regulamento, o professorado devia preparar conteúdos e formas de trabalharem nas aulas, o que abria seu trabalho à fiscalização do setor de instrução pública, cuja chefia era de Noraldino Lima. Assim, o caderno de professor aludido no artigo tinha a função “exclusiva de fiscalização”, importante para o “crescido numero de professoras”. Eram “primordiaes para nossos trabalhos educativos” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 61).

Com a reforma Francisco Campos sendo levada a efeito nas escolas e sendo propagada pela *Revista do Ensino* para se tornar um processo uniforme, sua fama evocava comemorações como o aniversário de um ano. Nesse sentido, a revista fez síntese do que o grupo escolar da capital tinha produzido ao longo de 1928. É o que lemos na passagem seguinte.

Aos que sonhamos, talvez utopicamente, com a “escola viva, haurindo do próprio meio de materiais necessários ao ensino, elaborando as inteligências na observação e na espontaneidade ao envez de petrificá-la num ensino passivo... aos que sonhamos assim, já é animadora, douradamente promissora a mêsse de documento colhidos relativos aos processos decrolyanos. Uma simples analyse das photographias que reproduzimos e que são das Escolas Infantis da nossa Capital (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 65).

A última edição da *Revista do Ensino* em 1929 veiculou uma carta escrita pelo então diretor da publicação Baptista Santiago para anunciar um concurso voltado a docentes e estudantes normalistas. Seriam premiados planos de aula e monografias. Leiamos a seguir um extrato do texto.

Ao assumir a direção da REVISTADO ENSINO, com o proposito de corresponder ao desejo do nosso ilustre chefe, dr. *Noraldino Lima* — que é *tornar a REVISTA cada vez mais eficiente* e mais em condições de preencher os *fins a que se destina* — venho solicitar o concurso de vossa inteligência e de vossa experiência de educadores, certo de que tal colaboração será elemento de brilho e realce para nossa publicação. Que cada um de vós mande *notícias do que tem feito*, do está fazendo, do que pretende fazer no setor entregue à sua guarda; mostre o *resultado das experimentações* no campo de suas atividades; traga até nós seus *pensamentos e ações*, e que uns e outros venham aparecer na REVISTA como exemplo e estímulo aos que lutam a boa luta contra o analfabetismo e *em prol da modernização da escola mineira*. Colaborar na *REVISTA DO ENSINO* é colaborar na *formação e no aperfeiçoamento* do nosso aparelho de educação (SANTIAGO, 1929, p. 1; grifo nosso).

Como lemos, Noraldino Lima quis que a *Revista do Ensino* — voltada à formação e ao aperfeiçoamento docente — fosse de fato lida pelo professorado; e para isso era necessário suscitar o interesse na leitura e até a participação na produção do conteúdo, com a submissão de relatos de educadoras sobre o que faziam. Mas o que interessava *mesmo* era saber se as prescrições da reforma eram concretizadas, ou seja, se estava se processando a “modernização da escola”. O concurso, então, cumpria uma de estimular a leitura e a escrita docente e de incutir o ideário da escola nova e aferir se estava sendo posto em prática de acordo com o que dizia o professorado. Desse modo, acompanhavam-se — vigiavam-se — os professores no que se refere a montar e executar atividades.

A posição de Noraldino Lima mudaria em 1930, graças ao movimento revolucionário em que Getulio Vargas se impôs na condição de presidente do país. Esse período ficou conhecido como Governo Provisório, pois todos os governantes estaduais foram destituídos. A exceção foi feita a Olegário Maciel, que abraçou a causa de Vargas e

foi ativo no movimento para colocá-lo no poder. Mantido no governante, Maciel nomeou Lima como diretor da Imprensa Oficial; ele deixava a direção da revista para assumir a direção de toda a comunicação do estado.

Tal cargo não era pouco para um poeta romântico adormecido e um professor normalista não praticante. Embora tenham sido as capacidades linguísticas de Noraldino Lima o que atraíam interesse sobre sua pessoa, era a política que o elevava na hierarquia social; não o trabalho. Ele fez jus à confiança. Com mais poder, desejou tornar mensal a *Revista do Ensino*; e o fez até setembro. Depois não conseguiu sustentar o ritmo, de modo que em outubro e dezembro não foi publicada. Dito de outro modo, a publicação ainda estava instável, incapaz de manter publicação regular. Em que pese a irregularidade na circulação da *Revista do Ensino*, importam os textos publicados, dos quais derivamos, a seguir, artigos voltados a temas da escola nova, seja formação docente, método de aprendizagem ou disciplina nos grupos escolares; isto é, da educação mineira.

QUADRO 4. Artigos da *Revista do Ensino* com leituras para formação normalista, 1930

NR	AUTOR	TITULO	PÁGINA
41	Desconhecido	Conversa em torno de methodo	9 a 13
41	Desconhecido	Escola Activa	69 a 73
42	Desconhecido	A voz na Pratica - A missão do mestre	59
43	Abel Fagunde	A personalidade do professor	4 a 6
43	Firmino Costa	A escola moderna	7 a 8
44	José Raymundo Netto	Escola Activa - Liberdade e disciplina	4 a 8
44	José de Almeida	A actividade infantil e suas conseqüências pedagogicas	27 a 35
45	Desconhecido	O professor que occupa os alunos	54 a 57
45	Desconhecido	A voz prática - Escola Nova	70
46	John Dewey	As escolas do futuro	16 a 23
46	Waldemar Tavares Paes	Disciplina na escola	57 a 58
46	Firmino Costa	Daqui e Dalí - O bem da reforma	68 a 75
47	Levindo F. Lambert	Escola Activa	48 a 49

FONTE: acervo do Arquivo Público Mineiro

Com efeito, havia preocupação com métodos para o Ensino Primário. A análise de edições mostrou discussões sobre temas recorrentes como leitura e método global. É exemplar nesse sentido o texto “Conversa em torno de methodos”, de janeiro de 1930, cujo autor aconselhou o professorado a fundir métodos: reunir o que cada um tinha de melhor em um *todo metodológico* intuitivo e ativo; ou seja, o artigo defendeu a complementaridade dos métodos. Leiamos a seguir trechos do texto.

Methodo Intuitivo [...] Mas, não nos entusiasmemos muito e reconheçamos que sendo “a base de todo ensino”, esse methodo não é “todo o ensino”. Por elle, a *criança não se apropria* de toda sciencia, mas apenas *de tudo aquillo que, na sciencia, está ao alcance de suas mãos frageis e de seus olhos inexpertos*. Em summa: Elle vale por um “golpe de vista summario, muito deficiente”; é um simples meio de iniciação ao conhecimento, um mero ponto de partida. *Faz penetrarem facilmente as noções no cérebro infantil*, mas não lhes garante a permanência alli nem a sua incorporação á bagagem intellectual do alumno. Como garantir essa incorporação? *Methodo Activo* [...] É a vez do methodo activo. Appellamos para elle afim de que actividade do alumno se revista daquelles característicos de consciência e de independência que nos permittam consideral-a como um authentico trabalho pessoal. A formula “ensino pelos olhos” ou “ensino pelo aspecto” se alargará e desdobrá em perspectivas muito mais amplas se modificada para “ensino pela accção” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 10–1; grifo nosso).

Como lemos, o método intuitivo–ativo traz uma concepção de criança como protagonista no processo de ensinar e aprender em grupos escolares: interessa a ela o que é coerente com suas capacidades presumíveis nas fases da vida, aquilo que lhe é familiar, cotidiano. Essa ênfase no protagonismo discente deixa entrever a abertura às teorias do desenvolvimento humano no campo da psicologia; por exemplo, as relações entre idade e desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, realçar a importância dos métodos com tal perspectiva era uma forma de incutir nos professores a necessidade de pôr a reforma Francisco Campos em prática no Ensino Primário.

Não por acaso, em outros artigos das edições de 1930 foi possível rastrear textos afins ao ideário da escola nova. Visto que a revista divulgava investimentos do governo na educação, era grande a preocupação em moldar o professorado para reverter positivamente os investimentos. Por sinal, o quadro 6 mostra que durante esse ano foram publicados quatro artigos sobre professor: “A missão do mestre”, em fevereiro; “A personalidade do professor”, em março; “Liberdade e disciplina”, em abril; e “O professor que occupa os alunos”, em maio.

Todavia, a reforma era recorrente. Em junho, Firmino Costa publicou um texto, na seção “Daqui e dali”, sobre sua importância. Em “O bem da reforma”, comentou mudanças na sociedade e no trabalho após investimentos na educação, além de anunciar o envio de professoras para formação no exterior. Leiamos a citação seguinte.

A bem da reforma, permittase-medizel-o, seria acertadissimo que o governo do Estado de Minas enviasse nova turma, agora de professoras e professores, afim de cursarem, como as primeiras, a mesma universidade, onde souberam assimilar tão bem o ensino ministrado por educadores notaveis, principalmente as admiráveis concepções educativas desse genial pensador que é John Dewey. Bem escolhida que seja a turma, Ella voltará, dentro de pouco tempo, para reforçar o trabalho de renovação educativa, dentro das linhas actual reforma (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 69).

A partir de março de 1931, Noraldino Lima assumiu o cargo de secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais. Mas isso não bastou para que articulasse condições de sustentar edições mensais da *Revista do Ensino*. Percebemos que a revista ainda passava por um momento instável, como sugerem as publicações trimestrais. Ainda assim — podemos ler a seguir —, as edições foram relevantes para esta discussão, em especial cinco artigos voltados — é claro — aos objetivos da escola nova.

QUADRO 5. Artigos da *Revista do Ensino* com temas afins a características da escola nova, 1931

NR	AUTOR	TITULO	PÁGINA
56 57 58	Dr. Aureliano Tavares Bastos	Reeducação e Coeducação	1 a 7
56 57 58	Geralda Lucas	A escola ativa estudada através dos seus característicos	86 a 89
56 57 58	Philocelina C. Mattos Almeida	Que é a escola moderna?	27 a 35
59 60 61	ErmaniAgricola	Caracteres da nova escola publica	1 a 12
62 63 64	Firmino Costa	As grandes diretrizes da Educação	71 a 87

FONTE: acervo do Arquivo Público Mineiro

Merece destaque de imediato o artigo “As grandes diretrizes da educação” (out.–dez.). Leiamos uma passagem.

As grandes *diretrizes* da educação popular correspondem aos *objetivos da educação*, assim formulados: 1°. A instrução primária adquirida na escola ativa. 2°. A instrução post-escolar mantida pela frequência da biblioteca. 3°. A formação profissional iniciada nos trabalhos manuais e concluída em cursos técnicos. 4°. A saúde e o vigor do organismo alcançados pela prática da higiene e da ginástica. 5°. A formação do caráter moral baseada numa perfeita socialização. 6°. A educação cívica dentro de uma verdadeira democracia (REVISTA DO ENSINO, 1931, p. 87; grifo nosso).

Como vemos, os textos publicados apontam certo alinhamento nas mudanças de prescrições sobre como o professorado deveria ensinar e preparar para a vida na sociedade mineira “moderna” e para o trabalho. De fato, parece não há dúvidas do que eram as diretrizes; mas isso não se aplica à ideia de correspondência entre elas e objetivos educacionais. É claro que seria um tanto anacrônica a expectativa de que houvesse *formas verbais ativas* na enumeração de quesitos das diretrizes; ou seja, que houvesse algo como os verbos que guiam os objetivos de pesquisa afirmados na introdução deste estudo. Mas o tom nominal das frases se abre a dúvidas; por exemplo, qual seria o objetivo educacional correspondente do item primeiro: a instrução primária em si ou a instrução primária segundo preceitos da escola nova? As duas? Ou então: de que natureza seria o objetivo educacional do quarto item: médico-higienista ou pedagógico-disciplinador; ou seja, a escola seria lugar para cuidar da saúde e do vigor físico ou para educar?

São questões um tanto maniqueístas, é verdade; mas deixam entrever brechas que permitem pôr em xeque o discurso sobre a educação; isto é, recursos retóricos para apresentar questões educacionais abstratas para um público afeito ao concreto da escola: à prática de ensino e aprendizagem no cotidiano da sala de aula. No fundo, o que vemos são tentativas de impor as prescrições da reforma da instrução com princípios da escola nova. O título dos artigos listados a seguir sugere temas importantes nesse sentido.

QUADRO 6. Artigos de reflexão educacional-pedagógica da nova fase da *Revista do Ensino*, 1932

NR	AUTOR	TITULO	PÁGINA
65			
66	Anísio Teixeira	As diretrizes da Escola Nova	5 a 33
67			
74	Noraldino Lima	Noticiário - diretrizes do Sr. Secretario de educação Norladino de Lima	28 a 33
75	Desconhecido	Que e como ensinar	1 a 2
75	Guerino Casasanta	O mov. Educacional em Minas Gerais	46 a 49
76	Desconhecido	Quando ensinar, como ensinar	1 a 2
76	Noraldino Lima	O reajustamento do aparelho educacional em Minas Gerais	4 a 9
77	Desconhecido	Para quê ensinar	1 a 4
77	Irene Silveira	Liberdade e Disciplina	1 a 12
78	Firmino Costa	Pela Escola Ativa	3 a 7

FONTE: acervo do Arquivo Público Mineiro

Com efeito, a *Revista do Ensino* endossa o ano de 1932 como marco das propostas educacionais em Minas Gerais. No primeiro artigo, há o tema das “diretrizes da Escola Nova”, com o destaque à 4ª Conferência Nacional da Educação na Escola de Belas Artes, evento de esclarecimento de dúvidas sobre a escola nova. Por exemplo, Anísio Teixeira começou seu discurso falando de mudanças na educação com a chegada do movimento; ele o considerava uma reconstrução da escola brasileira, pois as práticas se voltavam aos interesses do aluno. Em suas palavras, “A criança é a origem e o centro de toda a atividade escolar. A sua atividade impulsiva e espontanea deve governar a escola, que se transforma em um pequenino mundo, feito á sua imagem e semelhança”, conforme transcrição da *Revista do Ensino* (1932, p. 7). Além disso, Teixeira discutiu a reconstrução dos programas escolares e criticou o programa escolar que ficava preso à teoria da educação e a conceitos. Por isso, o novo plano escolar visava à “teoria de educação [que] está nele implícita, governando-o, orientando-o, emprestando-lhe o critério para a avaliação dos resultados que ele visa” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 11).

A realização da conferência nacional de educação em Belo Horizonte pode ser tomada como medida da urgência de se consolidar a reforma da instrução com fundamento. Basta pensarmos na presença de Anísio Teixeira, um dos nomes de

destaque dentre os intelectuais que se dedicaram a rever a educação escolar no país e propor mudanças. Se assim o for, então a *Revista do Ensino* espelhou a urgência; em outubro de 1932, suas edições passaram a ser quinzenais. Nesse momento podemos ver uma nova forma de dispor os artigos e novo desenho de capa.

FIGURA 10. Reprodução de capa da nova fase da *Revista do Ensino* — 15 out. 1932



A capa da *Revista do Ensino* em sua nova fase pode ser lida como um estímulo à leitura do periódico pelas professoras. A “cena” no desenho ilustrativo pode ser vista como representativa do espaço privado, doméstico; poderia ser o interior de uma sala de estar com uma mesa de leitura; e as figuras humanas poderiam ser gente desse espaço: mulher e marido, irmã e irmão. Acertada ou não essa hipótese, importa notar que quem está posição de leitura é a figura feminina, que pode ser a de uma professora tendo a *Revista do Ensino* em mão para leitura. Se houver na imagem um aceno à reforma da instrução — formação docente —, então a ilustração parece apelar à atenção das professoras.

FONTE: acervo Arquivo Público Mineiro

Em que pesem as mudanças gráficas e editoriais, as intenções da *Revista do Ensino* eram as de sempre: ser instrumento de guia da prática docente. Não por acaso, Noraldino Lima voltou a participar mais ativamente como articulista, embora como secretário de educação. De fato, podemos perceber pela capa que a finalidade era instruir o professorado em suas práticas de forma mais incisiva; isto é, a publicação quinzenal impunha ainda mais a revista no cotidiano semanal da prática do professorado, e o fazia de modo a reforçar seu valor. Podemos ler essa compreensão na passagem do artigo “A nossa revista”, a seguir.

Com este numero, a Revista do Ensino inicia uma *nova fase*, passando a circular *duas vezes por mês*. Essa medida, *incalculável alcance no seio do professorado*, foi determinada pela imperiosa necessidade de dar *maior e mais ampla divulgação* aos assuntos pedagogicos que mais de perto relacionam com a *reforma do ensino*. O nosso programa é, essencialmente, o de torná-la um *instrumento eficaz* de cultura e de *difusão dos novos metodos*, modos e processos de ensino, de formar a levar, a todos os recantos de Minas, *os princípios que hão de reger as nossas escolas* (REVISTA DO ENSINO, 1932, p.1; grifo nosso).

Da forma como lemos, a passagem endossa nossos raciocínios: afirma que a circulação quinzenal visou ampliar a presença em meio a professoras e professores e que o objetivo era divulgar a reforma e difundir o ideário da escola nova. Neste último caso, podemos até aventar uma resposta a uma das questões que fizemos há pouco sobre as diretrizes: um dos objetivos correspondentes a elas seria, então e de fato, *instruir de acordo com a escola nova*. Esperava-se que processos, modos e métodos de tal ideário pedagógico regessem as escolas mineiras.

Nesse sentido, à nova da *Revista do Ensino* inaugurada em outubro de 1932, podemos associar artigos sempre voltados à prática docente e, sintomaticamente, assinados por Noraldino Lima. No exemplar 74, a seção “Noticiário” trouxe texto dele onde estabelece uma prática de ensino; disse: “de acôrdo com as diretrizes do sr. Secretario de Educação e que vem sendo executado pelo Sr. Inspetor Geral da Instrução, releva acentuar o programa de ação direta nas escolas” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 28). Com efeito, Lima estabeleceu a realização de conferências e palestras pedagógicas para os professores; se discutiriam a homogeneidade do ensino, métodos na elaboração de projetos, a disciplina na escola, o desenvolvimento de clubes de leitura e bibliotecas escolares nos grupos escolares, além de se falar nas qualidades do professor ideal. As palestras nos grupos escolares partiram da capital e tinham o intuito de moldar a profissão docente.

Ao mesmo tempo em que refletia sobre a prática docente nas escolas, Noraldino Lima tratou do funcionamento da administração educacional em Belo Horizonte. Em maio de 1932, a *Revista do Ensino* veiculou uma carta dele para Olegário Maciel, intitulada “O reajustamento de aparelho educacional em Minas”. No texto, Lima propôs modificações na legislação do Ensino Primário e do Normal. Deixou claro de cara que gostaria de fazer, não uma reforma, mas um reajuste. Basicamente, queria criar um cargo técnico na secretaria para “servir de ligação entre a alta administração do ensino e os que o realizam no Estado” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 5). Igualmente, tratou da administração educacional em nível estadual ao propor que seria “só será diretor de grupo [escolar] quem tiver feito carreira no magisterio primário e, em exercício ativo no momento da nomeação” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 6).

Nas edições n. 75, artigo “Que e como ensinar”, n. 76, com “Quando ensinar e como ensinar”, e n. 77, com “Para que ensinar?”, notamos preocupação com o que os professores entendiam da prática na sala de aula da escola nova. Os artigos apresentavam perguntas a serem pensadas em uma comparação da escola tradicional com a escola nova. Leiamos um trecho: “*Antigamente* o problema determinava o ‘que’ se devia ensinar, e o mestre, o ‘como’ ensinar. *Hoje* inverteram-se os papéis: a vida real determina o que se deve ensinar; e a criança, o como ensinar” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 1; grifo nosso). Conforme lemos, a oposição entre tradição e modernização é clara: está nos advérbios de tempo em grifo; e está, ainda e sobretudo, na orientação da prescrição pedagógica: não mais o professor e objetos tradicionais como referência das demandas de aprendizagem escolar; agora, eram a vida e as capacidades aluno que guiariam tais demandas. Antes se prescrevia, agora se descrevia.

Com efeito, a escola nova propunha educar de modo a reunir capacidades emocionais, cognição e moral, em um movimento que ficou conhecido com escola de laboratório. Ou seja, professores levariam a realidade objetiva da sociedade para a sala de aula, e alunos recriariam situações já vivenciadas em seu cotidiano.

Dêles devem brotar o exercício do raciocínio, o aproveitamento da atenção, a força da imaginação construtora. Por meio dêles a instrução será um instrumento de educação; os efeitos, os resultados, as leis, não serão antecipados, mas deduzidos logicamente e mediante uma nitida atividade do aluno (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 2).

Nesse sentido, não cessaram na *Revista do Ensino* as discussões sobre escola nova e sobre como os professores dos grupos escolares deviam ensinar e questionar os alunos. Seleccionamos temas que circularam em 1933 e o resultado de uma reunião de Noraldino Lima como secretário de educação. É importante ressaltar que, enfim, o periódico teve regularidade quinzenal durante todo o ano de 1933. Vejamos a seguir.

QUADRO 7. Autores e títulos de artigos sobre o movimento escola nova na *Revista do Ensino* de Minas Gerais, 1933

NR	AUTOR	TITULO	PÁGINA
79	José Mari Paradas	Daqui e dali - A escola nova	54 a 59
81	Guerino Casasanta	Notas e comentários - "Quanto" ensinar	3 a 4
82	Levindo Lombert	Escola Nova e Escola Ativa	17 a 18
84	Guerino Casasanta	Reabertura das aulas da escola de aperfeiçoamento	25 a 27
85	Irene Silveira	A Escola Ativa	7 a 10
89	Diretor Geral da Educação	O ensino primário em Minas Gerais	31 a 36
90 91	Guerino Casasanta	Discurso do prof. Guerino Casasanta	34 a 36
93	Desconhecido	Quando interrogar os alunos?	1 a 2

FONTE: acervo do Arquivo Público Mineiro

Artigo da *Revista do Ensino* n. 79 assinado por José Maria Paradas, assistente técnico do ensino, expõe sua palestra em conferência realizada no Grupo Escolar Dr. W. Braz, discutindo o que era a escola tradicional, em que os professores viam as crianças como adultos em miniatura e em que o ensino era baseado na memória; depois discutiu a escola nova, dita como base da psicologia infantil, e descreveu práticas que o professorado devia ter em sala de aula. Convém lermos uma passagem do que foi dito.

O professor moderno obedece á lei dos interesses infantis, sabe o alimento intelectual que deve oferecer aos seus alunos e como dosá-los; respeita a individualidade da criança; dá-lhe liberdade; oferecer-lhe ocasiões para uma atividade aproveitável; apresenta-lhe, naturalmente, a realidade da vida para que a mesma induza as suas regras de conduta; não lhe dá regras nem complicadas definições; não a obriga a enfadonhos exercícios mnemônicos; não obriga a ficar imóvel durante as aulas (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 55).

A edição 81 da *Revista do Ensino* trouxe texto de Guerino Casassanta, sobre programas de ensino e sobre quanto o professor devia ensinar. Ou seja, deveriam ensinar de acordo com interesses das crianças; seria "ensinar segundo o interesse imediato das crianças, o seu estado afetivo, a sua capacidade e o seu desenvolvimento"

(REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 3). O artigo feito por Levindo Lombert trouxe conceitos da escola nova e escola ativa, pois se confundiam muito que as expressões sejam sinônimas. A escola ativa era constituída por uma dinâmica de ensino baseada na psicologia infantil, a escola nova era um movimento no qual se presumiam vários sistemas educacionais através de seus princípios. Além disso, o texto tratou do que ocorria na revista quanto à disciplina e liberdade do aluno em sala de aula

A escola ativa é frequentemente mal interpretada. — Eu pratico minha classe a escola ativa, ouvi uma professora. Entretanto, imperava na classe uma desenfreada desordem, uma completa indisciplina. A professora tinha conceito errado de “atividade” e confundia “liberdade” com desordem. Tomava “atividade” no sentido comum de movimento exterior, quando a atividade funcional, aquela que vem de dentro para fôra, é que é na escola — como diz Ferrière — espontanea, pessoal e produtiva. Si bastassem os movimentos exteriores, os trabalhos manuais e exercícios físicos seriam a concretização maxima da escola ativa (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 18).

Então inspetor-geral da instrução, Guerino Casasanta tinha respaldo do secretário de educação, Noraldino Lima. Por exemplo, com a reabertura da Escola de Aperfeiçoamento, ele foi representar Lima, que não pôde estar presente. Mas teve seu discurso lido pelo representante. A mensagem partia de elogios à reforma do ensino de 1927–8 (trouxe novo olhar para educação e seus diversos problemas) para mostrar que ela, com o movimento escola nova, foi um passo grande para a educação mineira. Eis a seguir um extrato do discurso que merece ser lido aqui.

A escola, até então, e não obstante o esforço notorio e proclamado de nossos professores, estava longe da realidade, vivendo num mundo á parte, distante de sua época e, portanto, incapaz de atingir o ideal da educação, que é transformar a criança num ser com todas as possibilidades de êxito e de sucesso. A reforma do ensino veio deslocar os interesses e desvelos da velha escola, todos estes convergentes á segurança e estabilidade da disciplina férrea e, em conseqüência, tendentes á exaltação e á preponderância do professor na classe. Houve uma troca de papeis e a criança passou a construir o verdadeiro problema da escola, porque é ela o maior problema das sociedades. A transformação efetuada exigiu novos e mais amplos conhecimentos, nova e mais solida cultura (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 23).

A Escola de Aperfeiçoamento foi pensada para preparar professores nos moldes da nova escola — patente no estado; escola “cujos magníficos frutos vão aparecendo já através do trabalho de mais de duzentos professores que formou” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 23). O Ministério da Educação e Saúde Pública, em conjunto com Noraldino Lima, fez estatística de como estava o Ensino Primário após o regulamento aprovado pelo decreto n. 7.970-A, em 15 de outubro de 1927, que teve como princípio a remodelagem através das leis implantadas no Brasil. Leiamos o resultado.

De acôrdo com o regulamento do decreto n. 7.970-A, o ensino primário em Minas “tem por fim, não sómente a instrução, mas antes e, sobretudo, a educação, compreendendo-se com tal toda obra destinada a auxiliar o desenvolvimento físico, mental e moral das crianças, para o que deverá ser considerada a infancia não do ponto de vista adulto, mas do ponto de vista dos motivos e interesses proprios dela (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.32).

A reforma veio dar uniformidade ao nível primário, mas não significou nivelamento individual. Cabia ao professor trabalhar com cada aluno nesse sentido. Dentro da secretaria de educação havia funções e cargos para auxiliar o governo sobre a administração do Ensino Primário. Desse modo, analisando discursos como os de Gurerino Casasanta, percebemos que o trabalho de Noraldino foi voltado à formação de professores que atuariam nas escolas primárias. Exemplo é o que Casasanta disse na inauguração do curso de Aperfeiçoamento para as Religiosas; evidenciou Olegário Maciel como governante e Lima como secretário da educação, pela “alta compreensão das necessidades reais do ensino em Minas e pela orientação segura com que vêm dirigindo a sua marcha e seus destinos” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 35).

O último artigo da *Revista do Ensino* a ser analisado é da edição 93. Chama-se “Quando interrogar o aluno?”. É uma reportagem crítica centrada no uso das provas orais, cuja defesa era de que se tratava de mais uma tortura para o aluno e que o papel da criança seria apenas de repetidor. Convém lermos a seguir uma medida da crítica.

[...] a pratica das argüições póde comprometer a obra da escola, que é, essencialmente, uma obra de cooperação entre professor e aluno. A interrogação deve ser, mais propriamente, uma conversa, em que o aluno pergunte mais do que o professor, por fórmula a permitir que a curiosidade infantil encontre resposta adequada a satisfazer suas necessidades (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 1).

O quadro 8 permite ver que a revista inaugura uma nova fase.

QUADRO 8. Artigos da *Revista do Ensino*, 1934

NR	AUTOR	TITULO	PÁGINA
98 99 100	Noraldino Lima	Nossa Revista	1 a 2
98 99 100	Baptista Santiago	Colaboração – Clubes pedagógicos	2 a 6

FONTE: acervo do Arquivo Público Mineiro

É possível perceber na edição número 98–99–100 a primeira reportagem, “Nossa revista”, onde Noraldino Lima traz a nova reorganização do periódico, até então órgão de propaganda e divulgação do aparelhamento educacional de Minas Gerais. Leiamos.

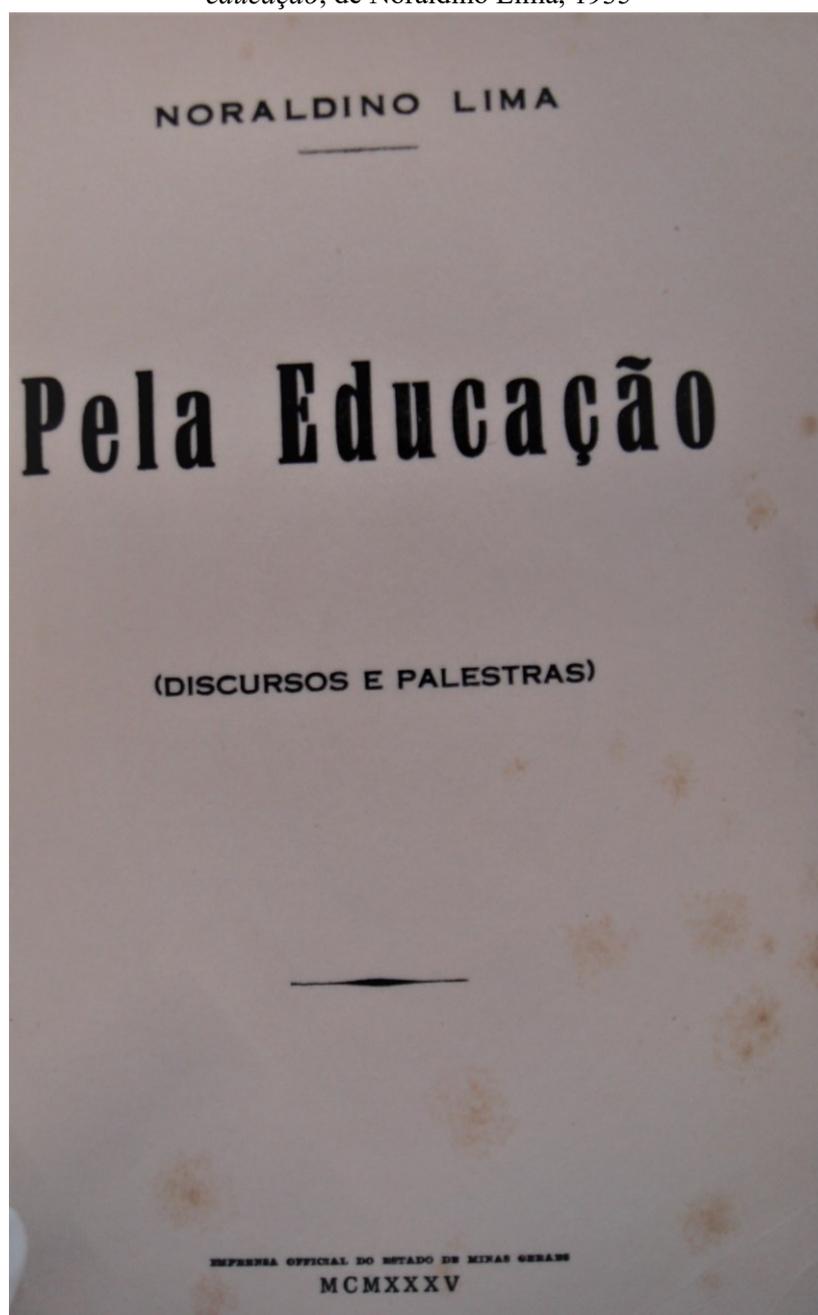
No programa de reorganização da “Revista” o dr. Noraldino Lima inclui várias questões que vão imprimir feição prática e ativa à publicação, ampliando-lhe o dinamismo e o rendimento de sua função orientadora e essencialmente técnica. Nesse programa aparece, entre outras, a organização da parte comercial em que só aparecerão anúncios que tenham relação próxima ou remota com o ensino. Assim, na secção de anúncios da “Revista” poderão os professores e diretores de estabelecimentos de ensino encontrar informações de real interesse para suas funções, sendo ainda digno de registrar-se que toda a renda auferida pela “Revista” com essas publicações será empregada em prêmios aos colaboradores e professores que apresentem experiências ou realizações interessantes em suas classes (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 1).

Ainda na mesma edição, na secção “Colaboração”, Baptista Santiago publicou um artigo explicativo do significado dos “clubes pedagógicos”, que foram criados após o decreto 10.362, que modificou os regulamentos do decreto 7.979-A. Santiago iniciou o artigo com uma fala de Noraldino Lima na condição de secretário de educação afim a investimentos, sobretudo na formação docente, como podemos ler a seguir.

Para dar á escola o seu justo papel no surto renovador que a tudo e a todos atinge, têm os governos de Minas que reformar, antes de tudo, o professor. Sem mudança da mentalidade deste não é possível transformar a estrutura da escola, no sentido de colocar a mocidade, para que ela foi feita, dentro da evolução da vida [...] (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 2).

Antes de adentrarmos a análise do decreto 10.362 — procedido e modificado enquanto Noraldino Lima era secretário de educação e Saúde Pública —, devemos analisar um folheto publicado pela Imprensa Oficial chamado *Pela educação*. Trata-se de uma brochurinha onde se apresentam discursos e palestras que antecederam a publicação do decreto. Neles, o autor — Noraldino Lima — fez apelos a políticos mineiros para atualizarem as mudanças educacionais.

FIGURA 10. Capa do folheto *Movimentos pela educação*, de Noraldino Lima, 1935



FONTE: acervo da Biblioteca Estadual de Minas Gerais

Pela capa, o folheto datado de 1935 permite observar que foram reunidos discursos e palestras de Noraldino Lima ditos de 1932 a 1934. Mas destacamos apenas o que podemos chamar de correspondência para Olegário Maciel, em 31 de maio de 1932 e que ficou intitulada, no folheto, como exposição de motivos para mudanças estabelecidas pelo decreto 10.362. Lima descreveu e expôs motivos da importância de aprovar o decreto, como podemos ler a seguir.

Senhor Presidente: O presente decreto, que tenho a honra de submeter ao exame e aprovação de V. Excia., não tem intuito de reforma. Abrangendo, em suas linhas geraes, o ensino primário e o normal, as novas disposições modificadoras dos respectivos regulamentos, visam tão sómente reajustar umas e consertar outras peças do aparelho educacional, ora em funcionamento para execução da reforma do ensino, realizado em bôa hora no Governo Antonio Carlos (LIMA, 1935, p. 7).

Noraldino Lima mostrou que as mudanças pretendiam que secretários de administração do ensino cumprissem objetivos da reforma feita no governo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Era grande o volume de papel chegado e instituições às mãos de secretários, que tinham avaliar como ocorria o Ensino Primário e o Normal. Assim, “das sugestões que pedi a technicos da instrucção, cujas opiniões solicito sempre com sinceridade e acato com prazer, pois reconheço ser impossível encontrar fora de Minas um corpo de professores mais competentes, [...] consciencia de suas fucções” (LIMA, 1935, p. 7). Lima mostra que os docentes estavam fazendo o possível para manterem o sistema organizado e que havia necessidade de mudanças para melhorar o trabalho. Então faz um apelo a Olegário Maciel: analisar o decreto para melhorar a qualidade dos profissionais da educação como diretores. Leiamos.

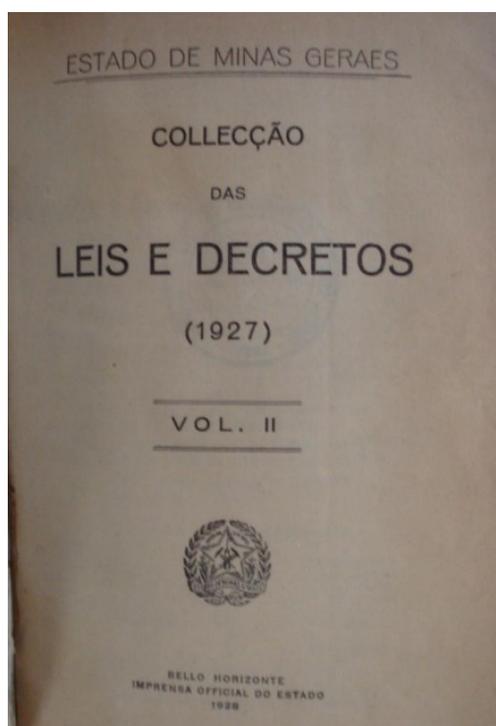
Modificações ha, finalmente, no decreto ora submettido á apreciação de V. Excia., que traduzem pontos de vista da actual direcção do ensino em nosso Estado: são idéas e esperanças que, se as condições do erário mineiro o permittirem, terão realidade, como complemento da reforma em execução — obra de cultura e de patriotismo que V. Excia. Confiou generosamente ás minhas mãos em horas de tão graves dificuldades (LIMA, 1935, p. 8).

Como político mineiro, Noraldino Lima mostrou saber negociar e argumentar sobre problemas da educação; a necessidade de criar órgãos na secretaria para atenderem escolas primárias e normais com mais qualidade É o que podemos ler a seguir.

A criação de um órgão técnico na Secretaria da Educação, nos moldes do que proponho no art. 163, é uma providência indispensável à execução plena da reforma do ensino Minas Geraes. A actual secção técnica da Secretaria, dado o volume de seus serviços, e em que pese à boa vontade e inteligência com que os seus funcionários se devotam, no cumprimento das atribuições que lhes são incumbidas, não dispõe de tempo para se pôr em correspondência com as altas necessidades da educação, neste momento, já pelo exame técnico do trabalho a ser desenvolvido no campo do ensino, já pela orientação que precisa ser dada a esse mesmo ensino, quanto à marcha da reforma (LIMA, 1935, p. 9).

Após Olegário Maciel analisar as mudanças necessárias na educação, assinou o decreto 10.362, de maio de 1932, que modificou o decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930. Este havia sido feito ainda no governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Convém analisarmos as mudanças ocorridas no decreto promulgado por Noraldino Lima. O decreto está no livro *Coleções das leis e decretos* (1927), como podemos ver a seguir.

FIGURA 11. *Coleções das leis e decretos* (1927), livro contendo o decreto 10.362/1932,



FONTE: acervo do Arquivo Público Mineiro

O novo decreto regulamentou toda a estrutura de ensino de Minas Gerais. Dos serviços do secretário de educação aos alunos do Primário e Normal, veremos a preocupação com formação docente de professores atuantes nos grupos escolares,

sobretudo coma regulamentação que chamaram no decreto de “curso de férias”, como podemos ver nos artigos 126, 127 e 128. O art. 126 prescreve a necessidade dessa organização básica para o professorado se preparar e ser organizar para participação, como é possível lermos a seguir.

Art. 126 – O Governo organizará opportunamente cursos de férias para os professores do magistério primario do Estado. §1º – Esses cursos serão organizados nas seguintes bases: a) publicação das instrucções e programmas com seis mezes, no minimo, de antecedencia; b) realização das provas em escolas normaes officiaes, perante banca examinadora designada pelo Secretario da Educação, durante as férias regulamentares; c) apresentação de uma monographia sobre assumpto constante dos pontos dos programmas apresentados. §2º – O diploma obtido nestes cursos pelo professor primario, depois de registrado na Secretaria da Educação, dará preferencia á promoção ao cargo immediatamente superior ao que o professor exercer e, emquanto não se effectua essa promoção, a uma gratificação annual que será fixada pelo Governo. Art. 127 – Os cursos constarão de provas escriptas, oraes e praticas, sobre assumptos de Methodologia e Psychologia, graduados os programmas para as diversas categorias de professores, bem como da defesa da monographia apresentada. Art. 128 – O portador de um diploma dos cursos de férias poderá concorrer ao diploma da categoria immediatamente superior nas férias seguintes (MINAS GERAIS, 1932, p. 26).

Com as propostas da escola nova, uma preocupação era não só formar os professores, mas ainda dar continuidades à formação. Outro ponto que merece destaque no decreto — e que Noraldino Lima destacou m seu discurso — foi a valorização dos professores. Ficou claro nos itens “Do provimento de cadeiras” e “Das férias especiaes, licenças, substituições, etc.”. Esses tópicos trouxeram regulamentação à carreira docente importante para Minas Gerais, pois começa a haver valorização do quadro profissional.

O decreto definiu a função do secretário de Educação e Saúde Pública no artigo 3º: “Ao Secretario da Educação e Saude Publica que, como auxiliar directo do Chefe do Governo do Estado, superintende o ensino publico, anima e inspecciona o particular, além de outras attribuições definidas em leis e regulamentos” (MINAS GERAIS, 1932, p. 2). Entendemos que os discursos de Noraldino Lima associados ao cargo que ocupava eram uma forma de inspecionar o que estava acontecendo nos grupos escolares e nas escolas normais. Desse modo, a *Revista do Ensino* foi aliada do governo na divulgação de ideias da escola nova e efervesceu entre 1927 e 1932. Surgiu a seção “O movimento educacional em Minas Gerais”, com texto e referências a nomes da educação mineira: Guerino Casasanta, Noraldino Lima, Anisio Teixeira. Discutiam-se difusão do

movimento pedagógico, problemas educacionais, além de serem publicados discursos de encerramento de cursos normais. Lima, seguramente, ascendia dentre os demais pelas virtudes como orador, pois menos escrevia do que discursava.

4.2 A formação docente em revista: fundamentos e ações publicizados

Com efeito, Noraldino Lima se destacou como orador. “Pode-se mesmo dizer que à oratória deveu o seu renome, o seu prestígio, a sua posição e os sucessivos triunfos que avultam em sua carreira política e literária” (MATOS, 1952, p. 32). Em 1905, fez seu primeiro discurso. Era inspetor de alunos no Ginásio Grambery, onde trabalhava para custear estudos. Durante excursão realizada pela diretoria, tentaram deixá-lo desconfortável e constrangido em uma situação difícil: pediram discurso de última hora para homenagear professores. A impressão que deixou bastou para que fosse contratado como professor do colégio, como podemos ler a seguir.

[...] obtive o primeiro lugar em todos os anos do curso de ciencias e letras, em que se bacharelou, a 15 de dezembro de 1908, tendo sido orador official de sua turma e conseguido todos os premios e vencido todos os concursos instituídos pelo estabelecimento. Recebeu a medalha de ouro “Cabral” (oratoria) e a de prata “Ao mérito” (desenho), tiradas em concursos, as maiores distincções conferidas pelo “O Grambery” (MINAS GERAIS, 1926, p. 9).

Com essa fama de saber usar as palavras para expressar pensamentos e ideias, Noraldino Lima fez publicar em 1934, pela Imprensa Oficial, o livro *O momento pedagógico*. Trata-se uma coletânea de discursos dele como secretário de Educação e Saúde Pública de 1931 a 1934. São voltados ao período em que a educação mineira vivia, ao máximo, a era escola nova. A obra foi elaborada por Mário Matos, com intuito de reunir falas-chave de Lima nas entregas de diplomas, como paraninfo de turmas de normalistas prestes a começarem a carreira, alunos de grupos escolares, almoço com técnicos de ensino... Podemos dizer que esse livro foi o mais aguardado de sua carreira, pois houve divulgação na imprensa mineira, dado o seu conteúdo.

Com efeito, um dos meios utilizados para divulgar o livro foi a *Revista do Ensino*, a disseminadora de propostas para educação mineira; e essa coletânea de discursos tinha como objetivo disseminar o movimento escola nova. Assim, no mês de maio de 1934, a edição número 102 trouxe um artigo sobre o lançamento do livro de Lima e suas referências em discursos sobre a escola nova. Leiamos um trecho.

Êsse livro, além de estar cheio da alma do artista, que ali deixou encantamento e poesia, na beleza das imagens e na doçura rítmica de seu estilo, — é também um admirável repositório das últimas páginas da História do Ensino em Minas-Gerais, marcado com justeza uma época que se assinala pelas realizações ascendentes da escola educativa entre nós, e, ao mesmo passo, evidenciando — em fatos e números, — o trabalho construtivo, a técnica segura e a vontade firme a serviço da coletividade, características de uma administração que, por si só, pode ser padrão dignificador de um governo (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 1).

Pela citação, percebemos que o livro publicado não era apenas ilustrativo e com falas romantizadas; mas também cheio de pronunciamentos da realidade da educação, dos progressos, sempre com ênfase no papel do professor dentro dos grupos escolares.

Feita essa contextualização do que significou a publicação do livro, convém comentarmos a obra. Começaremos com a dedicatória, enfática sobre o modo de a obra ser planejada e pensada para o professorado mineiro. Leiamos um extrato.

Se há' honra a que um homem publico em Minas Gerais deva aspirar, e' a que me cabe, vai para três anos: a de dirigir a educação da nossa mocidade, confiada hoje, como ontem, como sempre, a essa consciência perfeita de dever, a renuncia edificante de todos os dias, a êsse formidável espírito de cooperação de todas as horas, a êsse sentimento de disciplina ativa, de entusiasmo sem têrmo, de patriotismo sem cálculo, do grande e nobre professorado de minas-gerais (LIMA, 1934, p.1).

Com lemos pelo trecho, Noraldino Lima compreendia através das análises de seus discursos como secretário essa valorização da profissão de professor e defendia os princípios do patriotismo, de uma escola ativa na formação de normalistas para serem professoras de grupo escolar. Devemos notar seu tom romantizado, otimista e entusiástico ao se dirigir a normalistas em vias de adentrarem o mundo da prática pedagógica.

Nas palavras iniciais do livro, Mario Matos traz um resumo do que vamos encontrar nessa coletânea. Começa descrevendo a personalidade de Noraldino Lima como figura pública de destaque na educação. É o que podemos ler em seguida.

Quanto a Noraldino Lima, a síntese de sua vida está neste período: — é o homem que trabalha. Mesmo falando, mesmo escrevendo, sempre se preocupa com seus deveres, com o exato cumprimento do que lhe toca realizar. Por isso todas as suas horas estão cheias de atividades, sendo ele uma criatura que nunca se encontra em lugares de ócio ou de palestras indiferentes. Como a abelha, vive inteiramente para a colméia de seu trabalho diário (LIMA, 1934, p. 3).

Os tipos de discursos que analisamos podem ser projetados numa linha do tempo, tal qual fizemos a seguir. São dezoito pronunciamentos de Noraldino Lima como secretário de Educação e Saúde Pública.

FIGURA 12. Projeção temporal de discursos de Noraldino Lima como secretário de Educação e Saúde Pública em Minas Gerais, 1931–4



FONTE: documentação consultada — elaboração: Monique Adriele da Silva, 2022

De início, é importante observar que, na condição de secretário, Noraldino Lima viajou pelo interior de Minas Gerais, onde exercitou a função de porta-voz do governo, ou seja, onde viu, ouviu e discursou; sobretudo, onde pôde — presumimos — observar o estado de coisas da instrução e o trabalho docente em grupos escolares e escolas normais. Nesse sentido, a linha do tempo especifica cidade, instituição visitada, data e tipo de discurso proferido.

Como lemos na figura, o primeiro discurso, na posição de paraninfo, aconteceu em dezembro de 1931, na Escola Normal Imaculada Conceição. Lima comparou a cerimônia aos banquetes antigos, onde se passava de mão em mão um ramo como símbolo de alegria; nesse sentido, naquele momento as normalistas passavam por um “banquete de capacitação”, pois a formatura representava um bem para o ensino em Minas Gerais; o estado precisava desses novos conhecimentos e de moças

entusiasmadas pela educação. Não por acaso, ele citou reformas que aconteceram no ensino Normal a fim de fazerem essas novas professoras as mobilizarem em propostas educacionais em nome do progresso do estado.

Com efeito, se o período era de efervescência em torno da nova educação em Minas Gerais, a ideia de progresso via educação alimentava o fervor pelo movimento escola nova; ao qual era simpático Noraldino Lima à frente do cargo máximo da administração educacional estadual. Não por acaso, os discursos seriam uma marca notável desse contexto de atuação. Ao mesmo tempo em que suas falas seriam medida do se que presumia de mudanças para a prática intragrupos escolares, seus olhos e ouvidos registravam o estado de coisas da concretização das mudanças. Um exemplo dessa possibilidade está nesta passagem de discurso: “Quereis uma prova desse calor contagiante, que é o segrêdo do triunfo esplendente da escola nova?” (LIMA, 1931, p. 14).

Noraldino Lima, então, se refere a uma visita ao Grupo Escolar *Olegário Maciel*, em Belo Horizonte, para dizer o que era o movimento escola nova; ou seja, para relatar a experiência de uma professora. Com seus alunos, ela fez uma excursão de visita a uma horta de grande porte; por consequência, a visita despertou um senso de cultivo na turma que a levou a plantar uma horta no próprio grupo. Leiamos a seguir parte do que disse Lima.

Essa [professora], senhoras diplomadas, é a *escola ativa*. É a criança *dentro da vida*, conquistando, desde cedo, pela realização de seu *trabalho*, pelo poder de sua realização de seu trabalho, pelo poder de sua *iniciativa* e pelas forças convergentes da *cooperação*, o indeclinável direito de viver. Se a escola moderna tem como finalidade *formar na criança* o homem do futuro, *para a vida em sociedade*, deve, antes de mais, *integrá-la* no espírito dessa mesma sociedade, à qual procurará *afeiçoá-la*, fazendo-a parte dela, seja *na praça pública*, ou, como no nosso caso nos canteiros de uma horta... (LIMA, 1931, p. 22; grifo nosso).

Pelo exemplo, então, Noraldino Lima sugeria a educação escolar como projeto de abrangência: a escola seria uma sociedade em miniatura, uma “maquete” da sociedade; isso porque nela se processariam reflexão e ação, a rigor, não pedagógicas, a exemplo da produção de alimentos como parte da condição humana mesma. Em termos mais estritos, o cultivo de uma horta escolar obrigaria a professora a mobilizar um repertório de saberes profissionais, disciplinares e não disciplinares que excediam os limites do seu campo de atuação, de suas capacidades e de sua condição de ser só uma.

Dito de outro modo, a hortalixa era algo que punha a coletividade da escola em ação de “cooperação” para concretizar um projeto intraescolar, uma finalidade de aprendizagem.

Outro discurso do Noraldino Lima merecedor de comentário aqui ocorreu ainda dezembro de 1931. Foi proferido perante alunas da Escola Normal Modelo, isto é, para uma turma à qual Noraldino Lima havia lecionado no primeiro ano do Normal. Assim, ele recordou suas aulas de Geografia, que, no final, as alunas haviam se reunido para deliberar sobre a escolha do nome para paraninfo, mas que havia ainda muito tempo até a formatura. Tempo este em que Noraldino Lima deixou a docência em detrimento da política. Leiamos sua recordação.

Quase quatro anos rolaram sôbre êsse dia, quando há pouco, o chefe do meu gabinete me anuncia que um grupo de alunas da Escola Normal me quer falar. Não que eu acredite naquela injustiça do Rigoletto, onde se lê que a mulher é tão volúvel como a pluma ao vento; mas, certo é que não pensava mais no convite feito há tanto tempo e que, afinal, vinha ser confirmado, não ao Secretário da Educação, mas ao professor que esteve presente ao vosso amanhecer nesta casa e que agora vem aplaudir o coroamento de vosso esforço e de vossa inteligência, nesta noite cheia de estrelas e que será sempre para vós a noite de saudade (LIMA, 1931, p. 30).

De fato, a docência de Noraldino Lima, por breve que tenha sido, marcou as alunas porque ocorreu bem no começo do curso e haviam se passado mais de três anos entre o tempo das aulas e o do discurso de formatura. Diferentemente, para ele a experiência parece ter sido pouco memorável, pois havia se esquecido (“não pensava mais”) do convite (“feito há tanto tempo”). Com efeito, Lima mostrou modéstia e saiu em defesa das normalistas; mas é provável que ter o secretário de educação como paraninfo desse mais peso profissional e oficial à turma, destacasse muito mais as professoras do que se Lima fosse o professor de outrora — por mais querido que pudesse ser.

De fato, é como secretário e intelectual da educação que Noraldino Lima se dirigiu às novas educadoras; por exemplo, quando as alertou de que terminavam o curso no momento mesmo em que o estado transformava seu aparelhamento escolar com os grupos escolares e procurava concretizar o ideário da escola nova. Em suas palavras, “A escola nova, em toda a sua magnífica plenitude, deixou de ser uma iniciação, com toda a incerteza dos trabalhos experimentais, para se tornar, entre nós, uma notável realidade, digna do apreço e da administração do Brasil” (LIMA, 1934, p. 36). Parece-nos ser um

discurso alinhado muito mais ao nível da política educacional mineira do que ao nível da antiga docência normalista.

Também importante dentre os discursos de Noraldino Lima está um que destacou exemplos do que acontecia na prática intraescolar; ou seja, esse discurso endossa nossa suposição de que as viagens pelo interior eram uma forma de averiguar o funcionamento das escolas na prática cotidiana. Leiamos uma passagem do discurso proferido por Lima na posição de paraninfo.

[...] — o ensino intuitivo [está] em tudo, em tudo o pensamento da utilidade imediata na educação: empalhamento de cadeiras, caixas de papelão, costuras caseiras [...] — ao lado de construir trabalho didático, representam aprendizagem necessária como iniciação profissional para meninas e meninos (LIMA, 1934, p. 38).

Com lemos, o discurso enfocou a produção material escolar, ou seja, a exposição de trabalhos no fim do ano letivo do grupo escolar; sobretudo, revela a atenção ao fazer, à natureza desse fazer e de suas consequências, pois as alunas, além de aprenderem e desenvolverem a didática, aprendiam a serem profissionais da docência. Não por acaso, esse tipo de observação permeia os discursos de Noraldino Lima para normalistas; era recorrente o uso de exemplos do que acontecia na prática, isto é, o intuito de incentivar os professores a se atentarem a uma prática conforme a lógica intuitiva de aprendizagem.

A demanda pela aparição público-educacional de Noraldino Lima não lhe dava trégua. Ainda em dezembro de 1931, foi cumprir outro convite para ser paraninfo, dessa vez no Conservatório Mineiro de Música. Leiamos uma medida do que ele disse em seu discurso.

Convocadas pela *arte*, aqui estais, senhoras diplomadas, para receber as láureas que a *divina caprichosa* concede aos seus eleitos. É uma hora memorável para a *vida do espírito em nosso Estado*: indica que o pensamento dos que conceberam a idéia de um Conservatório de Música em Minas teve perfeita e compensadora realização (LIMA, 1934, p. 43; grifo nosso).

Como podemos depreender, o discurso de Noraldino Lima deixa entrever sua atenção maior à arte: essa forma de manifestar a vida espiritual. Com efeito, cremos que, nesse momento, falou mais alto a voz do poeta contido em Lima: afeito à arte pela arte, à arte como criação para poucos (seria a concessão da “divina caprichosa”). Se assim o for, essa concepção parece se coadunar pouco com a ideia de escola para muitos

— a massa; e essa ausência de alusão à música na condição de objeto da aprendizagem escolar pública se destaca porque a ocasião da formatura coincidiu com a associação do ensino de música ao grupo escolar como algo fundamental: seria um componente curricular obrigatório para oferecer, ao alunado primário, a possibilidade de avançar na educação musical se dirigindo depois ao conservatório, uma instituição estadual.

Além dos discursos de *O momento pedagógico* referidos até aqui, há outro que nos interessa de perto. Datado de junho de 1932, ocorrido na capital mineira, onde Noraldino Lima, homenageado por professores mineiros, agradeceu as homenagens; o que tomou conta do começo de seu discurso. Após isso, sua fala se direcionou aos professores, como podemos no extrato a seguir.

Cumprê-nos *manter e prolongar a boa obra*, e não foi senão para isso que o governo expediu o *decreto* n. 10.362, de 1º do corrente. Por êle se faz *melhor e maior a articulação do ensino*; nele o *professorado* mineiro, primário e normal, por um justo *sistema de freios e contrafreios*, pode regular com segurança o potencial de sua atuação no corpo do ensino. Por outro lado, procurou-se dar aos professores *mais igualdade* no seu direito, *mais nobreza na sua profissão*, ficando, aos de boa vontade, aos que buscam no mérito conquistado pelo trabalho e pelo estudo a razão inicial do triunfo, abertas, par em par, as portas todas do acesso no exemplar e edificante carreira do magistério (LIMA, 1934, p. 61; grifo nosso).

Tal qual lemos, o discurso salientou o papel do professorado (“a boa obra”) como parte de um possível sistema, ainda que regulador (“freios e contrafreios”); ou seja, a ação docente seria parte de um todo articulado em torno do ensino escolar, mas sempre controlado, guiado verticalmente. Visto ser a questão da carreira docente melindrosa, era preciso tocar na questão com diplomacia, isto é, com um vocabulário que elevasse a profissão para abaixar o eventual acirramento de ânimos entre profissionais: “igualdade”, “nobreza”, “mérito”, “triunfo” e outros.²⁷ Noraldino Lima enfocou mudanças do ensino e novas disposições publicadas, a exemplo da definição da

²⁷ Cf. COELHO, Monalisa L S. *Presença do ideário católico na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925–1940)*. 2021. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Trabalho orientado pela professora doutora Betânia Laterza Ribeiro. Monalisa Coelho destaca medidas de como era a carreira docente no contexto de Noraldino Lima. Destaca a *Revisa do Ensino* como publicização de um ideário que parece anular o discurso pró-docência do secretário. Atributos como sacerdócio, maternidade, trabalho não remunerado a ser recompensado na eternidade, trabalho próprio da mulher e outros circularam na revista como ideário a ser assimilado pelas professoras mineiras. Para mais aprofundamento, ler as seções “*Revista de Ensino e a presença do catolicismo na formação docente*”, p. 90–2; e “*O ideário católico na docência: textos para a professora atuante e a normalista*”, p. 110–36.

reforma em que o ensino primário, os institutos normais e as escolas de aperfeiçoamento estariam ligados à educação nacional.

Dezembro era época especial para as viagens de Noraldino Lima, sobretudo pela diplomação escolar, que o havia elevado a certa posição de “celebridade de formatura”. Começamos com a visita à Escola Normal Nossa Senhora das Dores, de São João del-Rei. Na condição de paraninfo, discursou com uma fala que foi do elogio à instituição, equivalida a um templo por ele; o que era condizente com o contexto, pois naquele momento as escolas normais particulares tinham feições arquitetônicas imponentes, de palacete. Em dado momento, seu discurso assumiu o tom da reflexão intelectual, quando entra na doutrina de Froebel, ponto que ele comparou à condição de ser professor; disse às normalistas que ser professor era ter um *amor como o de mãe*, era *algo divino*. “Assim, no lar; assim na escola. No lar, a irradiação do amor se faz através de um coração de mãe; na escola, opera-se através de um coração de mestra”(LIMA, 1934, p. 69). O tom intelectual se estende à recorrência ao assunto *prática das professoras* nas escolas primárias, como podemos ler a seguir.

Tenhamos *boas professoras*, a começar da *escola primária*, e teremos em equação todos os valores da grandeza comum. A *ordem social*, como expressão de *progresso coletivo*, só pode assentar-se na rocha viva da *ideologia educacional*, porque tanto as doutrinas sociais como as pedagógicas devem obedecer ao ritmo do mesmo sistema, como forças conjugadas, que são, no sentido do trabalho e da cultura (LIMA, 1934, p. 70; grifo nosso).

Com efeito, também nós podemos ler nessa passagem uma ideia de “equação” cuja sintaxe seria esta: “boas professoras” mais “escola primária” é igual à “ordem social”, que equivale ao “progresso coletivo”, ou seja, a “valores da grandeza comum”. Subjacente a esse raciocínio, estaria a “ideologia educacional”, isto é, “doutrinas sociais como as pedagógicas”. Parece-nos claro o ideário republicano de apostar muito no potencial da escolarização como solução mágica para problemas estruturais severos: miséria e analfabetismo absoluto, sobretudo em meio a populações libertas e seus descendentes e a populações do campo em sua diversidade: de agreste a ribeirinhas, dentre outras feições.

Uma vez cumprida a agenda na Zona da Mata, o destino seguinte para Noraldino Lima foi o sul: São Sebastião do Paraíso, sua cidade natal — convém lembrar. Lá, ele discursou em lugares já costumeiros: a escola Normal e o grupo escolar; e por motivos idem: cerimônia de diplomação. Na escola, ele reforçou a importância do ser professora

e aplicar novas metodologias em vigor no estado; no grupo escolar, discursou para pais e mães de formando no Ensino Primário, ressaltando que, agora, a *educação era para todos*. Além disso, destacou o progresso da cidade relativamente ao estado em que a deixou quando se mudou para Juiz de Fora a fim de estudar; agora, “é um modelo de cidade nova, centro de cultura e de trabalho, tocada permanentemente do ideal do progresso” (LIMA, 1934, p. 96).

Com efeito, logo após visitar a cidade natal, Noraldino Lima se dirigiu à cidade escolar: Juiz de Fora. Lá, discursaria na Escola Normal, como paraninfo. Sua fala destacou a importância do colégio para a região — a de proporcionar avanço na educação — e destacou o ex-governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada: favorável a estratégias políticas para reformar os ensinos Primário e Normal. Para o secretário paraninfo, “A reforma do ensino primário e normal em Minas foi, de fato, nossa *integração* nas vitoriosas diretrizes da *pedagogia moderna* em todos os grandes centros cultos da terra” (LIMA, 1934, p. 105).

Como podemos inferir, investir no ideário da escola nova teria sido atitude motriz para renovar a educação mineira — logo, a sociedade —, em meio a um movimento amplo de mudanças; repensar na escola para renová-la não era ação isolada, era parte da modernização da em sentido lato. A leitura da passagem seguinte aponta elementos para sustentar essa compreensão.

Se há um sôpro de *renovação* em *todo o ambiente* em que nos movermos — na política, nas ciências economias, nos processos agrários, nos *mil aspectos da vida contemporânea* — por que não renovar a escola, que foi criada para dentro da vida, para a vida? Tudo pela escola nova; tudo por esse vitorioso tônus educativo, tão bem concretizado no esforço e na unidade de pensamento dos que orientam as correntes pedagógicas do mundo atual (LIMA, 1934, p. 110; grifo nosso).

Enfim, o último discurso proferido por Noraldino Lima em dezembro de 1932 foi em Belo Horizonte, no Conservatório Mineiro de Música. Esse último gesto reiterava sua afeição à arte musical e ao valor de seu ensino público. A esse cabedal de envolvimento em ritos da escola de música, da Normal e da primária, Lima acrescia ao repertório sua presença na escola confessional — tal qual fez a partir de 1933.

Com efeito, em junho de 1933, Noraldino Lima discursou no encerramento de um curso de aperfeiçoamento para religiosas. Aqui, vemos o orador reconhecido fazer uso de suas habilidades de expressão. Até então, a Igreja havia ficado fora do escopo

discursivo de Lima; a rigor, lemos apenas alusões. Associações diretas aparecem em suas falas às formandas do curso, quando disse que a *educação é um vínculo com Deus*; e essa associação pode ser lida ainda como alusão aos esforços dele ao lado do “Presidente” para a “criação dêste curso, destinado, precipuamente, ao aperfeiçoamento das professoras congregadas que já regiam as cadeiras de metodologia e psicologia e que nelas tinham sido mantidas pelo aludido decreto” (LIMA, 1934, p. 134). A criação foi objeto do decreto 10.362, que prescreveu ao governo se preocupar com suas escolas e fiscalizar seu funcionamento. Nesse sentido, foi importante o discurso de Lima em almoço com assistentes técnicos do ensino, que tinham a função de fiscalizar o andamento dos grupos escolares e escolas normais. O almoço era anual, com fins de se fazerem “exame e estabelecimento dos pontos de orientação no ensino, pelo ensino, resulte a unidade indispensável à grandeza e eficiência do mesmo ensino” (LIMA, 1934, p. 145).

Igualmente, Noraldino Lima foi idealizador de curso intensivo de educação física, cujo encerramento em dezembro de 1933 contou com seu discurso. O foco da fala era a programação educacional, ou seja, o que ele havia feito. Leiamos.

[...] planeei cursos intensivos de algumas disciplinas das que constituem o curso geral de nossas escolas, o de educação física, desde o primeiro momento, ocupou em meu espírito sinão a primazia, porque esta afirmação não traduziria inteiramente a verdade, ao menos lugar de indisfarçável projeto na *minha idealidade realizadora* (LIMA, 1934, p. 158; grifo nosso).

Nesse excerto de discurso, lemos sua definição um tanto poética para o que a concepção de educação do secretário: alguém que idealizava a escola e procurava materializar sua idealização. Naquele momento, o ideal de escola pública para Lima supunha trabalhar com o ideário da escola nova. Logo, os cursos intensivos objetivavam inculcar ainda mais tal ideário — a escola ativa — na preparação do professorado para a prática. Com efeito, vemos aí o sentido de um secretário de educação preocupado com a continuidade da formação docente mediante o que poderíamos chamar hoje de curso de formação continuada. Daí o investimento na “Escola de Aperfeiçoamento, na Escola Normal, em alguns grupos da Capital e uma em cada zona geográfica do Estado”.

O tom de Noraldino Lima parece ter sido de orgulho: pelo feito e pelo autor: “é o *primeiro parque escolar* de Minas, inaugurado há pouco sob a invocação do glorioso nome e da lembrança imperecível do presidente Olegario Maciel” (LIMA, 1934, p.159;

grifo nosso). É claro, apesar de sua modéstia, falar em feitos de Maciel era falar em feitos de Lima. A Escola de Aperfeiçoamento passou a compor o cronograma da secretária de educação via decreto 10.362, de 31 de maio de 1932; isso porque a educação física teria papel fundamental nos grupos escolares para ideal de doutrinar e disciplinar os corpos do corpo discente em coerência com uma *sociedade conservadora* numa *República autoritária*.

Como vimos, o sul de Minas Gerais replicava muito da tensão afim ao governo de Getúlio Vargas; dito de outro modo, era conservador e autoritário, graças aos coronéis da política. Nesse sentido, era uma região que merecia a atenção do secretário Noraldino Lima, que para lá rumou a fim de visitar várias cidades da então região mais rica de Minas Gerais economicamente. De início, Lima foi a São Gonçalo do Sapucaí, onde parou para visitar as formandas da Escola Normal e discursou. Ali, a dicção do político mediador e representante do governo falou mais alto; ali, ele era um homem da política. Não por acaso, começou seu discurso elogiando os políticos que desempenharam um papel importante no estado. Leiamos a seguir um excerto de sua fala.

Na administração e na política cabe ao Sul um lugar indisputável. Não há zona do Estado que, neste particular, melhor guarde as tradições, nunca assás aplaudidas, da gente mineira: nossos homens públicos primaram sempre pelas qualidades angulares de nossa raça — a modéstia, a desambição, o equilíbrio, tudo servido pelo mais nítido senso de defesa da coisa pública, de identificação com ela, consoante indeclináveis imperativos da consciência [...]. É certo que o decreto 10.362, que tive a honra de submeter à assinatura do grande espírito que foi o presidente Olegário Maciel, criou o magistério de carreira, sendo, sem dúvida, providência entre as maiores tomadas em benefício do ensino. De acordo com os dispositivos desse projeto, os cargos efetivos de assistentes técnicos e diretores de grupos escolares só podem ser exercidos por professoras diplomadas pela Escola de Aperfeiçoamento ou mediante concurso entre professoras efetivas em exercício no ensino primário, com quatro anos, pelo menos, de tirocínio no magistério (LIMA, 1934, p. 167; 173; grifo nosso).

Parece-nos claro o tom político do discurso. Não podia ser diferente. O sul era terra de políticos fortes, políticos de destaque. Recordemos: Silviano Brandão, Bueno Brandão, Bueno de Paiva, Delfim Moreira e Wenceslau Braz (os dois últimos nomeiam cidades mineiras). Era preciso fazer frente a tal força política; para Noraldino Lima, essa frente era a educação. Assim, feitos os elogios, seu discurso tendeu a tal frente. Para Lima, a formação docente com novos métodos era guia para os professores, ou seja, dava ao aparato escolar um aperfeiçoamento importante rumo a solidificação da

carreira. Igualmente, para ele, o governante Olegário Maciel era um homem de providências, atento às demandas da educação no estado, sobretudo a formação de professores. Supostamente, sua melhoria se refletiria na formação primária, base da vida escolar. Medida dessa atenção era o rigor com o corpo funcional que operaria nos mecanismos da formação docente. Só se admitiria gente diplomada, concursada, experiente.

Noraldino Lima fez mais duas visitas em 1933: a Formiga e a Campanha, também cidades sulinas. Discursou nas escolas normais, e seu tom seguiu a linha que leva à pedagogia à la escola nova. Um último discurso que destacamos foi proferido em março de 1934, na celebrada Escola de Aperfeiçoamento, o que nos diz da atenção com que tratou a função dessa escola. Lima parece ter acreditado *mesmo* que a formação docente seria condição elementar do processo educacional e um pilar sine qua non de um sistema educacional tal qual conhecemos hoje.

4.3 À guisa de recapitulação

Com efeito, o deslocar de Noraldino Lima entre a capital e cidades do interior de Minas Gerais metaforiza sua faceta de intelectual da educação; isto é, a ideia de deslocamento é aqui sinônimo metafórico de movimento de ideias político-pedagógicas. Por um lado, Lima entrou na seara da educação estadual justamente quando Minas Gerais entrou no regime que redundaria no Estado Novo, ou seja, quando o ideário da ordem republicana sucumbia ao regime autoritário; por outro lado, assumiu a secretaria de educação em pleno fervor do ideário da escola nova: de uma pedagogia que ajudaria a modernizar a educação brasileira, isto é, mineira. Lima presenciou o furor político-educacional da reforma Francisco Campos (1927–8) e o que veio a seguir, a exemplo de conferências nacionais. Tudo projetava o valor da instrução para os governantes de Minas Gerais e a finalidade de modernizar a educação.

Todavia, era uma modernização atravessada pela tradição mineira de conservadorismo. Basta pensarmos que o estado de Minas Gerais promulgou a *sua* Constituição republicana: simpática ao clero; igualmente, a reforma de Campos presumiu concessões ao ensino religioso no grupo escolar: a escola representativa da República, do Estado laico. O conservadorismo estava, sobretudo, na base econômica, que privilegiava uma minoria pouco interessada em criar uma estrutura escolar sólida para atender ao todo da população. A necessidade de expandir a escolarização não foi, a rigor, um princípio sine qua non até meados da década de 1920, embora a reforma João

Pinheiro, de 1906, suscitasse um futuro promissor para a educação mineira. Desse modo, havia um volume expressivo de reivindicações por melhorias na escola mineira, ainda precária mesmo com investimentos. Nesse contexto, mudanças na instrução e reformas educacionais se tornaram argumento para plataformas de governo e campanhas políticas.

Foi a partir de meados dos anos 1920 que as atenções se voltaram mais à instrução pública. Com a ascensão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada ao governo de Minas Gerais, Francisco Campos assumiu posição central na pasta de educação; e dele partiria uma reforma da instrução cujo escopo, fundamento e alcance, dentre outros pontos, fariam das proposições um modelo para outros governantes estaduais (e levariam Campos ao Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1934). O ideário da escola nova foi um tipo de marca d'água da reforma, de modo que o movimento pedagógico achou terreno fértil para ir do discurso à prática.

Imerso nesse ambiente, Noraldino Lima se tornou voz central para propagar a pedagogia da escola nova nas instituições mineiras. Nesse ponto se projeta sua faceta de intelectual da educação; e um do tipo *privilegiado*: tinha em mão os meios para fazer as mudanças necessárias. Então secretário de educação, tinha confiança plena do governo estadual (leiam-se verbas para pôr em prática seus projetos); tinha uma intuição inquiridora que o levou a viajar pelo estado para conciliar interesses, mediar demandas, expor intenções do governo e falar dos feitos, dos projetos; mas, ao mesmo tempo, para ver de perto a escolarização primária dos grupos escolares e a formação docente nas escolas normais.

De fato, Noraldino Lima tinha projetos para a educação mineira, cujos fundamentos eram da escola nova. Mas a menina de seus olhos parece ter sido *de fato* a formação de professoras e professores, isto é, a escola Normal. Ex-docente da Escola Normal da Capital — e do tipo *memorável* para a turma —, Lima parece ter enxergado, na formação de um quadro sólido de docentes, a primeira condição mais importante para elevar os patamares da educação em Minas Gerais. Em sua defesa da escola nova como fundamento, professores seriam mediadores do ensino. Assim, os investimentos do governo focaram na formação: seja a normalista (básica) ou a de aperfeiçoamento (continuada), mediante a criação de escolas afins.

Nesse sentido da formação e dos investimentos, Noraldino Lima — o secretário de educação — pôde não só articular projetos e instituições educacionais para formarem professores, como ainda refletir sobre a formação e expor o que pensava. Por um lado,

valeu-se de um recurso importante: a *Revista do Ensino*, reativada após a reforma Francisco Campos e potencializada com Lima. A publicação passou a ser meio-chave para divulgar diretrizes e fatos da educação em Minas Gerais; sobretudo, um meio para fortalecer a concretização das reformas e o projeto de formação docente. Pela revista, Lima se destacou ainda mais com a escrita de artigos para leitura do professorado. Agora, era secretário de educação e articulista com intenções de formar docentes; ou seja, era uma figura que abrihantava os ritos de fim de ano nas escolas primárias. Entre 1931 e 1934, ele cruzou o estado para participar de cerimônias e eventos de formatura e diplomação. Orador conhecido, não perdia ocasião para discursar. Esse exercício da oratória — da oralidade — seria ocasião não só para fazer a mediação e harmonização política, mas ainda para expor o que pensava sobre a educação, a educação em Minas Gerais e a formação de professores; em grande medida, à luz do que havia assimilado dos princípios pedagógicos defendidos pelo movimento escola nova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura de Noraldino Lima como sujeito histórico que se delineia neste estudo é um recorte de facetas da vida dele no período 1906–33, pois foi nesse período que se envolveu com a educação na condição de objeto de sua reflexão. Nesse meio-tempo, ocorreu sua ascensão social na hierarquia de poder sociedade mineira. Ascensão esta fundada, em grande medida pelos seus predicados linguísticos e suas capacidades de socialização. Assim, de poeta se equilibrando entre os ganhos do trabalho e o suporte mecenato para publicar seus livros, ele se elevou a cargos em que podia *ordenar* que publicassem seus textos com o número de exemplares que desejasse. Dito de outro modo, o poeta se tornou político atuante. Com efeito, Noraldino Lima entrou para o âmbito da política por causa de suas capacidades discursivas. Hábil com as palavras escritas e faladas, conseguiu se tornar jornalista de destaque. Não por acaso, com os relatos feitos na viagem ao lado de Fernando de Melo Viana, ele se alçaria ao primeiro escalão da política em Minas Gerais, ou seja, se filiaria ao Partido Republicano Mineiro.

Noraldino Lima atravessaria três mandatos de governos eleitos pelo Partido Republicano Mineiro; isto é, no período estudado. Foi no mandato de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada que ele se projetou como figura política notável. Mas não o bastante para que apostassem nele para ser candidato de futuro. Político sim; político elegível, não. Não faltaram promessas de pô-lo na competição por votos; sobretudo as que foram feitas por Andrada, que indicou seu sucessor, Olegário Maciel. Não por acaso, as

promessas políticas levaram Lima a achar em Maciel um interlocutor valioso, do tipo que não só compreendeu a frustração do amigo — feito na campanha —, mas ainda procurou recompensá-lo.

Com efeito, foi graças à chancela de Olegário Maciel que Noraldino Lima se projetou na seara da educação, pois foi nomeado secretário de Educação e Saúde Pública; e do tipo muitas vezes não seria encontrado em seu gabinete. Maciel viu em Lima alguém com perfil para fazer mediações do governo no interior. Feito político em campanha, foi a vários lugares do estado para dialogar com forças políticas em prol de alianças, acordos e arranjos políticos; sobretudo, para garantir alinhamento de discursos em níveis políticos distintos. Foi nesse momento que ele teve um papel ambivalente: era o orador que impressionava em discursos oficiais estado afora e o observador e ouvinte atento ao que era responsabilidade dele: o funcionamento da educação mineira sob o signo da modernização.

Desse modo, na posição de intelectual da educação, Noraldino Lima atou de modo se projetar como defensor do ideário da escola nova. No fim dos anos 1920, ele pôde acompanhar tal ideário se inscrever feito marca d'água na reforma Francisco Campos. Imerso nesse ambiente, Lima se tornou a voz central a propagar tal pedagogia nas instituições mineiras. É aí que se expõe sua face de intelectual da educação; e com poder de fazer as mudanças necessárias à concretização do ideal que difundia. Ele tinha projetos para a educação mineira em sentido lato; mas foi com a formação da escola Normal que ele se envolveu, talvez por conta da experiência breve como docente da Escola Normal da Capital. Ele parece ter visto nessa formação uma condição elementar para a educação em Minas Gerais. Para ele, professores seriam mediadores, tal qual leu nos princípios da escola nova. Nesse sentido, Lima pôde articular projetos e instituições educacionais para formar professores, além de refletir sobre a formação docente em textos que publicou na *Revista do Ensino*: reativada por Francisco Campos, potencializada por Lima. Por ela, Lima se destacou ainda mais com seus artigos voltados ao professorado. Agora, parece que reunia em seu cargo atributos que lhe completavam: falar com muitos em nome da mediação e harmonização política; escrever para muito em nome do que via como ideal de educação para Minas Gerais: formar professores segundo um projeto de modernização da sociedade mineira.

Chegar a esta compreensão não foi ação sem dificuldades, sobretudo de acesso a fontes. Foi preciso criar estratégias e mudar percursos de pesquisa para compor um repertório de materiais em que foi possível perceber a trajetória de Noraldino Lima na

história de Minas Gerais. Tivemos de estar atentos a tudo que aparecia: fotografias, correspondências, artigos, livros... tudo que nos ajudasse a construir o estudo.

Portanto, procuramos compreender Noraldino Lima historicamente na posição de intelectual da educação. E entendemos que chegamos a um perfil com nossa procura. Mas devemos dizer não buscamos constatações finais; antes, o que nos interessou foi ampliar as leituras e interpretações sobre um intelectual com tantas faces e fases.

Dito de outro modo, este estudo não foi feito com a pretensão de apresentar resultados em verdades absolutas. Sua construção não perdeu de vista uma premissa central: nossas análises e considerações são provisórias, estão abertas a revisões e contribuições; ao menos como tentativa de construir uma compreensão sistemática do passado. Subjacente a tal procura esteve — e está — a convicção de que seu legado se faz pertinente no presente, por isso se abre outras vias de exploração. Assim, deixamos abertas a outras pesquisas questões que não pudemos tatear a fundo: uma abordagem com ênfase na obra poética de Lima e o quando ele inscreveu de sua vida nos textos; um olhar mais detido sobre o envolvimento dele com a Academia Mineira de Letras; uma compreensão mais ampla de sua atuação na condição de docente, dentre outros pontos.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.
- ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília: ed. UnB, 1980.
- AZZI, Riolando. *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1980.
- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2016.
- BARROS, Roque S. M. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio, 1959.
- BARROS, Vanda Terezinha Medeiros de. *A renovação educacional sob as bênçãos católicas: um estudo sobre a aliança Estado/Igreja em Minas Gerais (anos 1920–1930)*. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BATTISTIN, Valter. *História do Brasil e literatura brasileira: uma possibilidade interdisciplinar*. História, PDE, 2008.
- BICCAS, Maurilane S. *O impresso como estratégia de formação — Revista do Ensino de Minas Gerais (1925–1940)*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: ed. UNESP, 1997.
- BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: ed. UnB, 1998.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, Vera L. A. *A ideologia do caráter nacional da educação em Minas: Revista do Ensino (1925–1929)*. 110 p. Dissertação (mestrado em Educação) — Instituto de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- BOTH, S. J. *República e escola primária: uma comparação da história da educação entre Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso (1889–1930)*. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2013.
- BUNN, Daniela. *L'occhio del poeta: a máquina abstrata muriliana*. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

- CARULA, Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Leticia (org.). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.
- CARVALHO, Carlos Henrique de; NETO, Wenceslau Gonçalves (org.). *História da educação em Minas Gerais: da colônia a República*. Uberlândia: ed. UFU, Volume 3, 2019. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-492-6>
- CARVALHO, Carlos Henrique de; NETO, Wenceslau Gonçalves (org.). *O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas: Alínea, 2012.
- CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honorio Guimarães — Uberabinha—MG (1905–1922)*. Uberlândia: ed. UFU, 2004.
- CARVALHO, Carlos H.; CARVALHO, Luciana B. O. B. *O lugar da educação na modernização luso-brasileira no final do século XIX e início do XX*. Campinas: Alínea, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas — o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História novos problemas*. 2. ed. RJ: Francisco Alves, 1988.
- CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860–1898). *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 14, p. 141–56, set. 2003.
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das ideias políticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- COELHO, Monalisa L S. *Presença do ideário católico na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925–1940)*. 2021. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.
- COSTA, Emília V. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- CUNHA, M. T. S. Diários pessoais: territórios abertos para a história. In: PINSKY, C; LUCA, T. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- DECCA, Edgar S. *O silêncio dos vencidos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DERMEVAL, Saviani. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

DULCI, Otávio S. (org.). *As constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989. Disponível em <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/374>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: ed. USP, 2009.

FARIA FILHO, Luciano M. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)*. 2. ed. Uberlândia: ed. UFU, 2014. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-376-9>

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. *Organização da instrução pública primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890–1930)*. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

FIGUEREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. Tese (doutorado em História) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos H. (org.). *O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas: Alínea, 2012.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GONÇALVES Vidal, Diana. *80 anos do Manifesto dos pioneiros da educação nova: questões para debate*. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 3, julho–septiembre, p. 577–88, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000007>

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HOLLANDA, Cristina B. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2009.

LIMA, Noraldino. *Verbetes biográficos*. FGV/CPDOCC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/lima-noraldino>. Acesso em: fev. 2022

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, Marco Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; MELO, Cristiane Silva, MORMUL, Najla Mehanna. *Rui Barbosa e educação: a Lição de coisas e o ensino da cultura moral e cívica*. *Educação Unisinos*, on-line, v. 18, n. 3, p. 320–30, set.–dez. 2014. <https://doi.org/10.4013/edu.2014.183.11>

MAGALHÃES, J. P.; BARRETO, R. A. D. N. Os intelectuais e a educação: abordagens histórica e biográfica. *Educação em Questão*, v. 54, n. 41, p. 61–85, maio–ago. 2016. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2016v54n41ID10158>

MACIEL, Laura Antunes. De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara Aun. (org.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’água, 2006, p. 273–98.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura letrada, intelectuais e memórias populares. In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos (org.). *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 53–82, 2012.

MALATIAN, T. Cartas: narrador, registros e arquivos. In: PINSKY, C; LUCA, T. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Vivaldi. Esboço histórico da Academia Mineira de Letras. *Revista da Academia Mineira de Letras*, Belo Horizonte, vol. LXXIX, n. 79, p. 21–30, 2019. <https://doi.org/10.3895/rl.v21n32.5256>

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: ed. USP, 1974.

NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Ione de Fatima. *Governo Olegário Maciel: Minas Gerais (1930–33)*. Dissertação (mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

OLIVEIRA, Pâmela Faria. *Ações modernizadoras em Minas Gerais: a reforma educacional Francisco Campos (1926–30)*. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

PEIXOTO, Anamaria C. *Educação no Brasil anos vinte*. São Paulo: Loyola, 1983.

PESAVENTO, S. J. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIRES, Washington Ferreira. Verbetes da Primeira República. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/washington-ferreira-pires>

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SALLES, Iraci G. *Trabalho, progresso a sociedade civilizadora*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ; ed. FGV, 2003.

SOUZA, Rosa Fatima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890–1910)*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera. *Anísio Texeira e a educação brasileira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública, 1924–69*. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

TEIVE AURAS, Gladys Mary. Manual de lições de coisas de Norman Calkins: operacionalizando a forma intuitiva de ensinar e aprender. *Sarmiento*, on-line, n. 11, 2007, p. 79–92.

TÔRRES, João C. O. *História de Minas Gerais: Minas século XX*. 3. ed. Belo Horizonte; Brasília: Lemi: INL. 1980, v. 3.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *Estudando as lições de coisas*. Campinas: Autores Associados, 2004.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010.

VIANA, Melo. Verbetes da Primeira República. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIANA,%20Melo.pdf>
Acesso em: 1º set. 2020

VIEIRA, Carlos E; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno; OSINSKI, Dulce R. B. (org.). *História intelectual e educação: imprensa e esfera pública*. Jundiaí: Paco, 2019.

VIEIRA, Carlos Eduardo; OSINSKI, Dulce Regina Baggio; Gondra, José (org.). *História Intelectual e Educação: Reformas educacionais, estado e sociedade civil*. Jundiaí: Paco, 2019.

VIEIRA, Carlos E. *Intellegentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 16, p. 63–85, 2008.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889–1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WOLFF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos Intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 45 a 68.

FONTES

Bibliográficas

LIMA, Noraldino. *Albôres — poesias*. Juiz de Fora: Papelaria-Typographia Progresso — Dias Cardoso & Comp, 1906.

LIMA, Noraldino. *Meridianas – versos*. Juiz de Fora: Typographia Brazil, 1908.

LIMA, Noraldino. *Vesperaes*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1919.

LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1925.

LIMA, Noraldino. *Raul Soares*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1925.

LIMA, Noraldino. *O elogio dos mortos*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Gerais, 1926.

LIMA, Noraldino; LINS, Francisco; BARRETO, Abílio; GÓES, Carlos; BOLIVAR, Arduino (org.). *Presidente Antonio Carlos*: Polyanthéa: publicada no dia 7 de setembro de 1927, primeiro aniversário de seu governo. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Gerais, 1927, p. 11–2.

LIMA, Noraldino. *O momento pedagógico*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1934.

MATOS, Mário. *Elogio de Noraldino Lima*. Belo Horizonte: Mantiqueira, 1952.

LIMA, Noraldino. *Pela educação — discursos e palestras*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1935.

Legais

BRASIL. Lei n° 1.269, de 15 de novembro de 1904. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1269-15-novembro-1904-584304-publicacaooriginal-107057-pl.html>

BRASIL. Lei n° 35, de 26 de Janeiro de 1892. Estabelece o processo para as eleições federais. Coleções de Leis do Brasil – 1892, p. 14, v.1 (Publicação Original) Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-35-26-janeiro-1892-541218-publicacaooriginal-44167-pl.html>>. Acesso em 23 mar. 2021.

BRASIL. Lei eleitoral. Lei n° 3.208, de 27 de dezembro 1916 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3208-27-dezembro-1916-572611-republicacao-98433-pl.html>

BRASIL. Legislação Informativa — decreto 19.851, de 11 de abril de 1931. Capítulo I Nomeação e atribuições do reitor, art. 17. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 14 dez. 2021.

MINAS GERAIS. Collecção das Leis e Decretos (1927) – decreto n. 10.362. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1928, v.II, p. 522 a 557. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122344/Decreto%20n%C2%BA%2010362.pdf?sequence=4&isAllowed=y>> Acessado em: 21 mar. 2022.

MINAS GERAIS. Constituições do Estado de Minas Gerais: 1891, 1935, 1945, 1967 e suas alterações. Organizado pela Secretaria – Geral da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988, p. 1 a 76.

Acervos consultados

Arquivo Olegário Maciel (Cartas e telegramas):

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Rio de Janeiro, RJ, 19 de novembro de 1929. Manuscrito, 2 folhas pautadas.

LIMA, Noraldino, Correspondência para Olegário Maciel. Local não identificado, 02 de fevereiro de 1930. Datilografado, 3 páginas pautadas.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Local não identificado, 17 de março de 1930. Manuscrito, 3 páginas pautadas.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Bello Horizonte, 12 de abril de 1930. Radiograma, 1 página.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Local não identificado, 06 de maio de 1930. Manuscrita, 2 páginas.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1930. Manuscrita, 4 páginas.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Local não identificado, 16 de junho de 1930. Manuscrita, 3 páginas.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Belo Horizonte, 02 de julho de 1930. Manuscrita, 3 páginas.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1930. Radiograma, 1 página.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1930. Radiograma, 2 páginas.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Rio de Janeiro, 05 de junho de 1931. Manuscrito, 1 página.

LIMA, Noradino. Correspondência para Olegário Maciel. Belo Horizonte, MG, 21 abril de 1932. Manuscrito, 1 folha pautada. [ou Datiloscritos, duas folhas].

LIMA, Noraldino. Correspondência para Wenceslau Braz. Belo Horizonte, 28 de agosto de 1932. Manuscrito, 1 página.

LIMA, Noraldino. Correspondência para José Braz. Belo Horizonte, 2 de setembro de 1932. Circuito 3, Manuscrito, 1 página.

PIRES, Washington. Correspondência para Olegário Maciel. Local não identificado, 17 de setembro de 1932. Telegrama, 3 páginas.

PIRES, Washington. Correspondência para Noraldino Lima. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1932. Manuscrito, 2 páginas.

BRAZ, Wenceslau. Correspondência para Noraldino Lima. Itajubá, 26 de agosto de 1932. Manuscrito, 1 página.

LIMA, Noraldino. Correspondência para Olegário Maciel. Belo Horizonte, 28 de março de 1933. Manuscrito, 1 página.

Revista do Ensino

AGRICOLA, Ermani. Caracteres da nova escola publica. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.59-60-61, p. 1- 12, jul./ago/set. de 1931.

ALMEIDA, José de. A actividade infantil e suas conseqüência pedagógicas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 44, p. 27 – 35, abr. de 1930.

ALMEIDA, Philocelina C. Mattos. Que é a escola moderna? *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.56-57-58, p. 90 a 97, abr./maio/jun. de 1931.

BASTOS, Aureliano Tavares. Reeducação e Coeducação. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.56-57-58, p.1-7,abr./maio/jun. de 1931.

BITTENCOURT, Maria Stael. O Ensino Intuitivo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 20, p. 435, abri. de 1927.

CAMPOS, Francisco. Actos officiaes – Pela Reforma. *Revista do Ensino*. Belo Horizonte, n. 28, p. 78-79, dez. de 1928.

CASASANTA, Guerino. Disciplina das consequencias. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.25, p.11-13, jan. de 1928.

CASASANTA, Guerino. O mov. Educacional em Minas Gerais. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 75, p. 46-49, 1 de nov. de 1932.

CASASANTA, Guerino. Notas e comentários – “Quanto” ensinar. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 81, p. 3-4, fev. de 1933.

CASASANTA, Guerino. Reabertura das aulas da escola de aperfeiçoamento. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 84, p. 25-27, mar. de 1933.

- CASASANTA, Guerino. Discurso do prof. Guerino Casasanta. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 90-91, p. 34-36, jul. de 1933.
- CESAR, Ramos. Escola Nova. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.25, p.4-7, jan. de 1928.
- COSTA, Firmino. Prepare as Vossas Lições. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 27, p. 1-3, nov. de 1928.
- COSTA, Firmino. O methodo intuitivo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 33, p. 37-44, maio. de 1929.
- COSTA, Firmino. A escola moderna. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 43, p. 7 – 8, mar. de 1930.
- COSTA, Firmino. Daqui e Dali - O bem da reforma. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 46, p. 68 – 75, abri. de 1930.
- COSTA, Firmino. As grandes diretrizes da Educação. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 62-63-64, p. 71-87, out./nov./dez/ de 1931.
- COSTA, Firmino. Pela Escola Ativa. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 78, p. 3-7, 15 de dez. de 1932.
- CUNHA, Maria Luisa de Almeida. Primeiros fructos – Primeiro ano que vigorou a reforma Francisco Campos. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 29, p. 65-66, jan. de 1929.
- DESCONHECIDO. Congresso da Inrucção Primaria. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.20, p. 418-419, abr. de 1927.
- DESCONHECIDO. Primeiro Congresso de Instrucção Primaria do Estado de Minas Gerais. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 21, p. 445 - 451, maio/jun. de 1927.
- DESCONHECIDO. As theses discutidas na memorável assembléia dos educadores. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 22, p. 477-506, ago./set. de 1927.
- DESCONHECIDO. A nova escola em Minas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 26, p. 1-3, out. de 1928.
- DESCONHECIDO. Segunda Conferencia Nacional de Educação. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 27, p. 28-33, nov. de 1928.
- DESCONHECIDO. A profissão professor. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 40, p. 1 – 3, dez. de 1929.
- DESCONHECIDO. Caderno de preparo das lições. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 29, p. 61-63, jan. de 1929.
- DESCONHECIDO. Conversa em torno do methodo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 41, p.9 – 13, jan. de 1930.

DESCONHECIDO. Escola Activa. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 41, p. 69 – 73, jan. de 1930.

DESCONHECIDO. A voz na Pratica – A missão do mestre. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 42, p. 59, fev. de 1930.

DESCONHECIDO. O professor que ocupa os alunos. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 45, p. 54 – 57, maio. de 1930.

DESCONHECIDO. A voz prática – Escola Nova. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 45, p. 70, maio. de 1930.

DESCONHECIDO. Para quê ensinar. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 77, p. 1-4, 1 de dez. de 1932.

DESCONHECIDO. Que e como ensinar. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 75, p. 1-2, 1 de nov. de 1932.

DESCONHECIDO. Quando ensinar, como ensinar. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 76, p. 1-4, 15 de nov. de 1932.

DESCONHECIDO. Quando interrogar os alunos? *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 93, p. 1-5, ago. de 1933.

DEWEY, John. As escolas do futuro. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 46, p. 16 a 23, abr. de 1930.

FAGUNDE, Abel. A personalidade do professor. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 43, p. 4 – 6, mar. de 1930.

FERREIRA, Valle. As funções individuaes na escola activa e o methodo da autoridade. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 34, p. 33-38, jun. de 1929.

GERAUD, J. A instrucção moral e cívica – As virtudes dos alunos. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 29, p. 25 – 27, jan. de 1929.

GUIMARÃES, Oscar Arthur. Escola Nova – Problemas a resolver. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 35, p. 44 – 46, jul. de 1929.

JUNIOR, Luiz Gonzaga. A voz da pratica – o methodo intuitivo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 37, p. 67 – 68, set. de 1929.

LAMBERT, Levindo F. Escola Activa. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 46, p. 48 – 49, abri. de 1930.

LESSA, Gustavo. Orientação da escola activa nos estado unidos. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 39, p. 52 – 72, nov. de 1929.

LIMA, Noraldino. Posse da Mesa – Discurso Dr. Noraldino Lima. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 21, p. 452, maio/jun. de 1927.

LIMA, Noraldino. Noticiário – diretrizes do Sr. Secretário de educação Noraldino de Lima. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.74, p.28-33, out. de 1932.

LIMA, Noraldino. O reajustamento do aparelho educacional em Minas Gerais. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.76, p.4-9, 15 de nov. de 1932.

LIMA, Noraldino. Nossa Revista. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.98-99-100, p.1-2, jan./fev./mar. de 1934.

LIMA, Noraldino. Um livro para os mestres. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 102, p. 1 – 10, maio de 1934.

LOMBERT, Levindo. Escola Nova e Escola Ativa. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 82, p.17-18, fev. de 1933.

LORIVAL, Fabio. Pela renovação em Minas – A festa de 15 de outubro. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 24 , p. 563 a 566, nov. de 1927.

LUCAS, Geralda. A escola ativa estudada através dos seus característicos. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.56-57-58, p. 86 a 89, abr./maio/jun. de 1931.

NETTO, José Raymundo. Escola Activa – Liberdade e disciplina. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 44, p. 4 – 8, abr. de 1930.

PAES, Waldemar Tavares. Disciplina na escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 46, p. 57 – 58, abr. 1930.

PARADAS, José Mari. Daqui e dali – A escola nova. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.79, p.54-59, jan. de 1933.

SANTIAGO, Baptista. Colaboração – Clubes pedagógicos. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.98-99-100, p.2-6, jan./fev./mar. de 1934.

SILVEIRA, Irene. A Escola Ativa. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.85, p.7-10, de abr. de 1933.

SILVEIRA, Irene. Liberdade e Disciplina. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n.77, p.58-60, 1 de dez. de 1932.

TEXEIRA, Anísio. As diretrizes da Escola Nova. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 65-66-67, p, 5-33, de jan./fev./mar. de 1932.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.

AZZI, Riolando. *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1980.

CARVALHO, Carlos H. *República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honorio Guimarães — Uberabinha—MG (1905–1922)*. Uberlândia: ed. UFU, 2004.

CARVALHO, Carlos H.; FARIA FILHO, Luciano M. (org.). *História da educação em Minas Gerais: da colônia à República*. Uberlândia: ed. UFU, 2019, v. 3. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-492-6>

CARVALHAIS JÚNIOR, Adair. *Belo Horizonte e a miragem do moderno: espaço urbano*. 441 p. Tese (doutorado em História) — Faculdade de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DECCA, Edgar S. *O silêncio dos vencidos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DULCI, Otávio S. (org.). *As constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989.

Disponível em <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/374>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

FIGUEREDO, Vitor F. *Voto e competição política na 1ª República: o caso de Minas Gerais*. 273 p. Tese (doutorado em História) — Faculdade de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

HOLLANDA, Cristina B. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2009.

OLIVEIRA, Ione F. *Governo Olegário Maciel: Minas Gerais (1930–33)*. 198 p. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de História, Universidade de Brasília, 1988.

PAIM, Antonio. *Liberalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PASSOS, Daniela O. R. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: Hierarquização e estratificação do espaço na capital mineira. *Temporalidades*, v. 1, n. 2, ago.–dez. 2009.

RESENDE, Maria E. L. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889–1906)*. Belo Horizonte: ed. UFMG/PROED, 1982.

TORRES, João C. O. *História de Minas Gerais: volume 3: Minas no século XX*. Belo Horizonte; Brasília: Lemi; INL, 1980.

VIEIRA, Carlos E; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno; OSINSKI, Dulce R. B. (org.). *História intelectual e educação: imprensa e esfera pública*. Jundiaí: Paco, 2019.

Anexo 1

Decreto n. 10.309 de 11 de novembro de 1930

Criação do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte

DECRETO N. 10.309

Crêa o Internato do Ginasio Mineiro de Belo-Horizonte

O Presidente do Estado de Minas-Gerais, usando das atribuições que lhe confere o decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, do Governo Provisorio da Republica, decreta:

Art. 1.º Fica creado o Internato do Ginasio Mineiro em Belo-Horizonte.

Art. 2.º Tanto o Externato como o Internato funcionarão sob a direção do mesmo reitor.

Art. 3.º O reitor submeterá, dentro de trinta dias, o Regimento Interno da nova secção do Ginasio Mineiro á aprovação do Secretario da Educação e Saude Publica.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario. Palacio da Presidencia do Estado de Minas-Gerais, em Belo-Horizonte, 1.º de abril de 1932.

OLEGARIO MACIEI

Noraldino Lima

Anexo 2

Decreto n. 10.314 de 11 de novembro de 1930

Dispõe sobre a organização dos distritos sanitários

— 486 —

cia, no fim de cada semestre, de saldo que possa ter aquela aplicação, mediante abertura de crédito; b) Desapropriar, nos termos da legislação vigente, um prédio, naquela cidade, sito á rua Lagoinha, o qual vem prejudicando o prolongamento dessa rua.

Palacio da Presidencia, em Belo-Horizonte, 1.º de abril de 1932.

OLEGARIO MACIELL

Gustavo Capanema.

DECRETO N. 10.313

Dá á Escola Normal de Monte-Santo a denominação de "Americo de Paiva"

O Presidente do Estado de Minas-Gerais, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, do Decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, do Governo Provisorio da Republica, considerando que o professor Americo Benicio de Paiva durante quasi meio século de magisterio se notabilizou como educador, dando as mais fecundas energias de sua vida ao preparo intelectual e formação moral da mocidade sul-mineira, sendo o "Colegio Espirito Santo", por ele fundado e dirigido em Monte-Santo, em cêrca de 30 anos, um padrão da escola eficiente, resolve, em homenagem aos serviços e virtudes do saudoso mineiro, dar á Escola Normal de Monte-Santo — campo de sua melhor atividade — a denominação especial de "Americo de Paiva".

Palacio da Presidencia do Estado de Minas-Gerais, em Belo-Horizonte, 2 de abril de 1932.

OLEGARIO MACIELL.

Noraldino Lima.

DECRETO N. 10.314

Dispõe sobre a organização dos distritos sanitarios

O Presidente do Estado de Minas-Gerais, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, do Governo Provisorio da Republica e de acordo com o paragrafo unico do artigo 4.º, da lei n. 961, de 10 de setembro de 1927, resolve:

Art. 1.º Fica o Estado dividido em dez distritos sanitarios, de acordo com a seguinte discriminação:

a) 1.º Distrito Sanitario.

Sede: Belo-Horizonte.

— 487 —

Municípios componentes: Belo-Horizonte, Sabará, Caeté, Santa-Barbara, Itabira, Rio-Piracicaba, Ferros, Mesquita, Antonio Dias, Santa-Luzia, Pedro-Leopoldo, Sete-Lagoas, Paraopeba, Carvelo, Corinto, Pirapóra, S. Romão, Nova-Lima, Itabirito, Ouro-Preto, Bomfim, Contagem, Santa-Quiteria, Pará de Minas, Itaúna, Conceição, Serro, Guanhães, Virgínpolis, Peçanha, S. João Evangelista, Diamantina.

b) 2.º Distrito Sanitario.

Sede: Barbacena.

Municípios componentes: Barbacena, Carandá, Rio Espera, Alto Rio Doce, Palmira, Mercês, Tiradentes, Prados, Rezende Costa, S. João del-Rei, Queluz, Entre Rios, Lagoa Dourada.

c) 3.º Distrito Sanitario.

Sede: Juiz de Fóra.

Municípios componentes: Juiz de Fóra, Lima Duarte, Rio Preto, Matias Barbosa, Rio Novo, Guarani, Pomba, Ubá, Rio Branco, S. João Nepomuceno, Bicas, Mar de Espanha, Guarará, Além Paraíba, Leopoldina, Cataguazes, Mirai, Palma, Muriaé, S. Manoel, Tombos, Carangola, Manhumirim, Manhuassu, Ipanema, S. Manuel do Mutum.

d) 4.º Distrito Sanitario.

Sede: Ponte Nova.

Municípios componentes: Ponte Nova, Mariana, Alvinópolis, S. Domingos do Prata, Rio Casca, Raul Soares, Caratinga, Itanhomi, Abre Campo, Jequeri, Piranga, Viçosa.

e) 5.º Distrito Sanitario.

Sede: Divinópolis.

Municípios componentes: Divinópolis, Pitangui, Abaeté, Bom Despacho, Indaia, Luz, Santo Antonio do Monte, Bambui, Piumhi, Formiga, Campo Belo, Perdões, Bom Sucesso, Oliveira, Passa Tempo, Cláudio, Itapeçerica, Lavras, Itaúna, Guapé, Andrelândia.

f) 6.º Distrito Sanitario.

Sede: Uberaba.

Municípios componentes: Uberaba, Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, Prata, Frutal, Conquista, Sacramento, Ibiá, Patrocínio, Monte Carmelo, Estrela do Sul, Coroná, S. Gotardo, Carmo do Paranaíba, Patos, João Pinheiro, Paracatu, Rio Paranaíba, Araxá, Tiros.

g) 7.º Distrito Sanitario.

Sede: Varginha.

Municípios componentes: Varginha, Três Corações, Três Pontas, Dóres de Bóia Esperança, Campos Gerais, Eloi Mendes, Paraguassu, Alfenas, Campanha, Cambuquira, Conceição do Rio Verde, S. Gonçalo do Sapucaí,

Caxambu', Bacpendí, Aiuruóca, Lambarí, Machado, Gimirim, Campestre, Botelhos, Poços de Caldas, Caldas.

h) 8.º Distrito Sanitário.

Séde: Itajubá.

Municípios componentes: Itajubá, Brasópolis, Paraisópolis, Cambuí, Cachoeiras, Camanducaia, Extrema, S. Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, Ouro Fino, Silvianópolis, Borda da Mata, Jacutinga, Andradas, Pedra Branca, Cristina, Pouso Alto, Virginia, Itanhandu', Passa Quatro, S. Lourenço, Silvestre Ferraz, Maria da Fé, Santa Catarina.

i) 9.º Distrito Sanitário.

Séde: Montes Claros.

Municípios componentes: Montes Claros, Bocaiuva, Coração de Jesus, Brasília, S. Francisco, Januária, Manga, Brejo das Aimas, Grão Mogol, Salinas, Rio Pardo, Tremedal, Espinosa, Fortaleza.

j) 10.º Distrito Sanitário.

Séde: S. Sebastião do Paraíso.

Municípios componentes: S. Sebastião do Paraíso, Passos, Cassia, Ibiraci, S. Tomaz de Aquino, Jacuí, Guaxupé, Guarania, Arceburgo, Arari, Monte Santo, Nova Rezende, Carmo do Rio Claro, Muzambinho, Cabo Verde.

Art. 2.º. Os municípios de Teófilo Otoni, Itambacurí, Malacacheta, S. Maria do Suassuí, Itamarandiba, Capelinha, Minas Novas, Arassuaí, Jequitinhonha, e Aimorés ficam subordinados ao 1.º distrito, para os efeitos do decreto n. 8.116 de 31 de dezembro de 1927.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrario, entrando o presente decreto em vigor na data da sua publicação.

O Secretario de Estado dos Negocios de Educação e Saude Publica assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio da Presidencia do Estado de Minas-Gerais, em Belo-Horizonte, 2 de Abril de 1932.

OLEGARIO MACIEL

Noraldino Lima

Anexo 3

Correspondência para Noraldino Lima enquanto membro da Academia Mineira de Letras

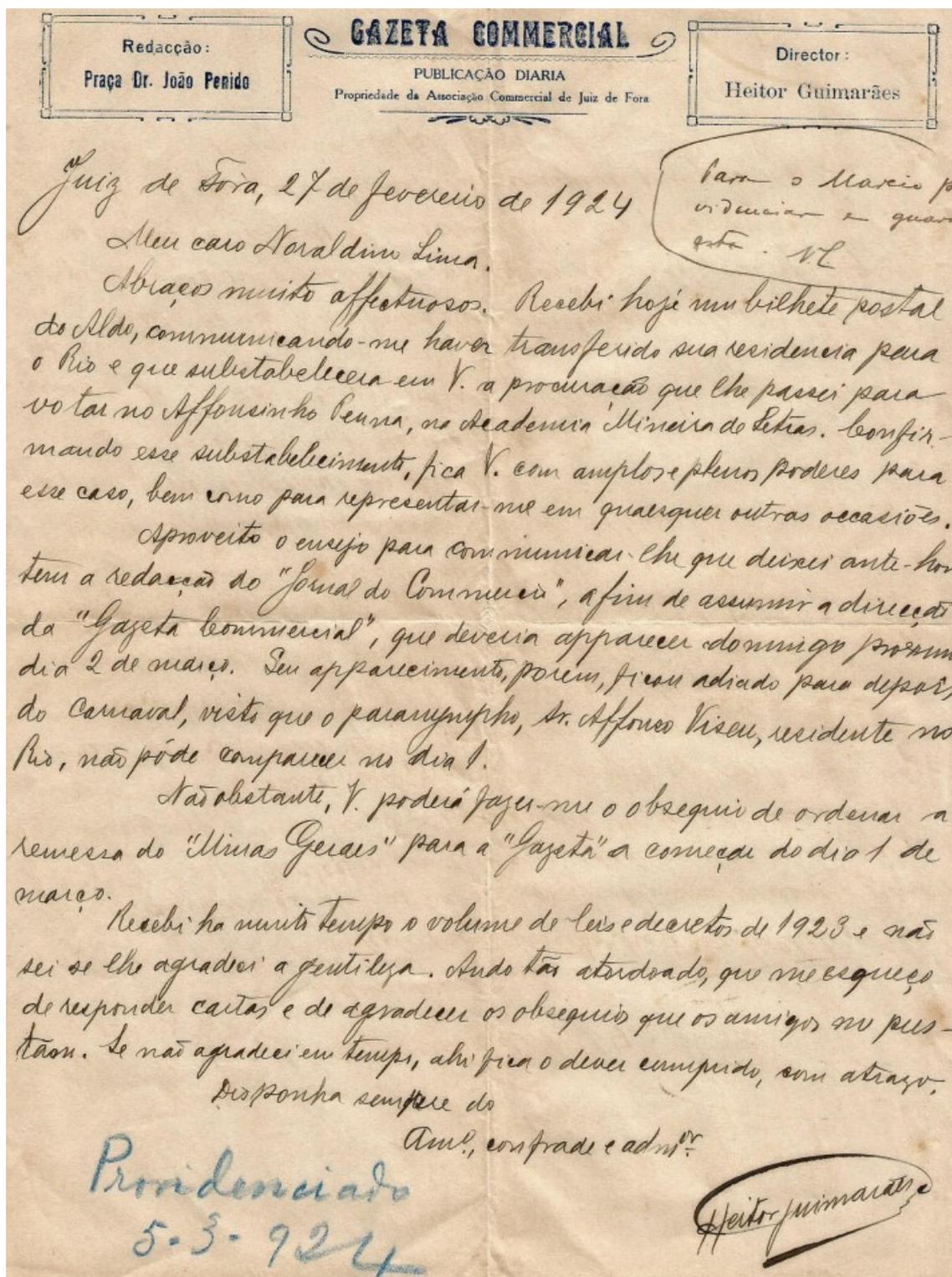
Fonte: Academia Mineira de Letras

Belo Horizonte, 6 de Julho de 1922.
 Meu caro Noraldino.
 Abraço affectuoso.
 Já cunhei, há muito tempo, o projecto de reforma dos estatutos e não sei como não possa tê-lo chegado às suas mãos. Além disso não tenho tempo, nemhumo momento livre additô por achal-o perfeitamente de accordo com as necessidades actuaes da Academia.
 Aproveito a oportunidade para convidal-o ahi meu representante, com poderes amplos e illimitados e em especial para votar e approvar qualquer medida de utilidade para a Academia.
 Sem outros motivos, por encerrado, subscrevo-me como sempre seu
 am.º ex.º cord.º e coll.
 Aureo Brilhante.

Anexo 4

Correspondência escrita por Heitor Guimarães em 27 de fevereiro de 1924.

Fonte: Academia Mineira de Letras



Anexo 5

Correspondência escrita por Capanema à Noraldino Lima em 30 de maio de 1922.

Fonte: Academia Mineira de Letras

Ao illustre confrade, Dr. Noraldino Lima,
 pelo o qual obuzio por representas-me,
 com amplexos e requisias pedius, nos sessões
 da Academia Mineira de Letras em que se dis-
 cutida a reforma estatuaris, apresentando
 as seguintes emendas, que submetto ao alto
 critério de vossos conselhos:

- 1.^a Ao § 3.^o do art. 1.^o - Supprimam-se.
- 2.^a Ao art. 2.^o Accrescentam-se, in fine :- e não se-
jam politicos profissionais.
- 3.^a Ao § 1.^o do art. 2.^o - Em vez de "ha mais de
um anno", diga-se - ha mais de dez annos.
- 4.^a Ao art. 5.^o - Supprimam-se a negativa.
- 5.^a Ao art. 10.^o - Accrescentam-se § 1.^o - Todos os
membros da Academia, que effectivos, que
correspondentes, são obrigados a tomar assi-
gnatura de revista academica e propagal-a
efficazmente, para seu desenvolvimento e esta-
bilidade.

Capanema.

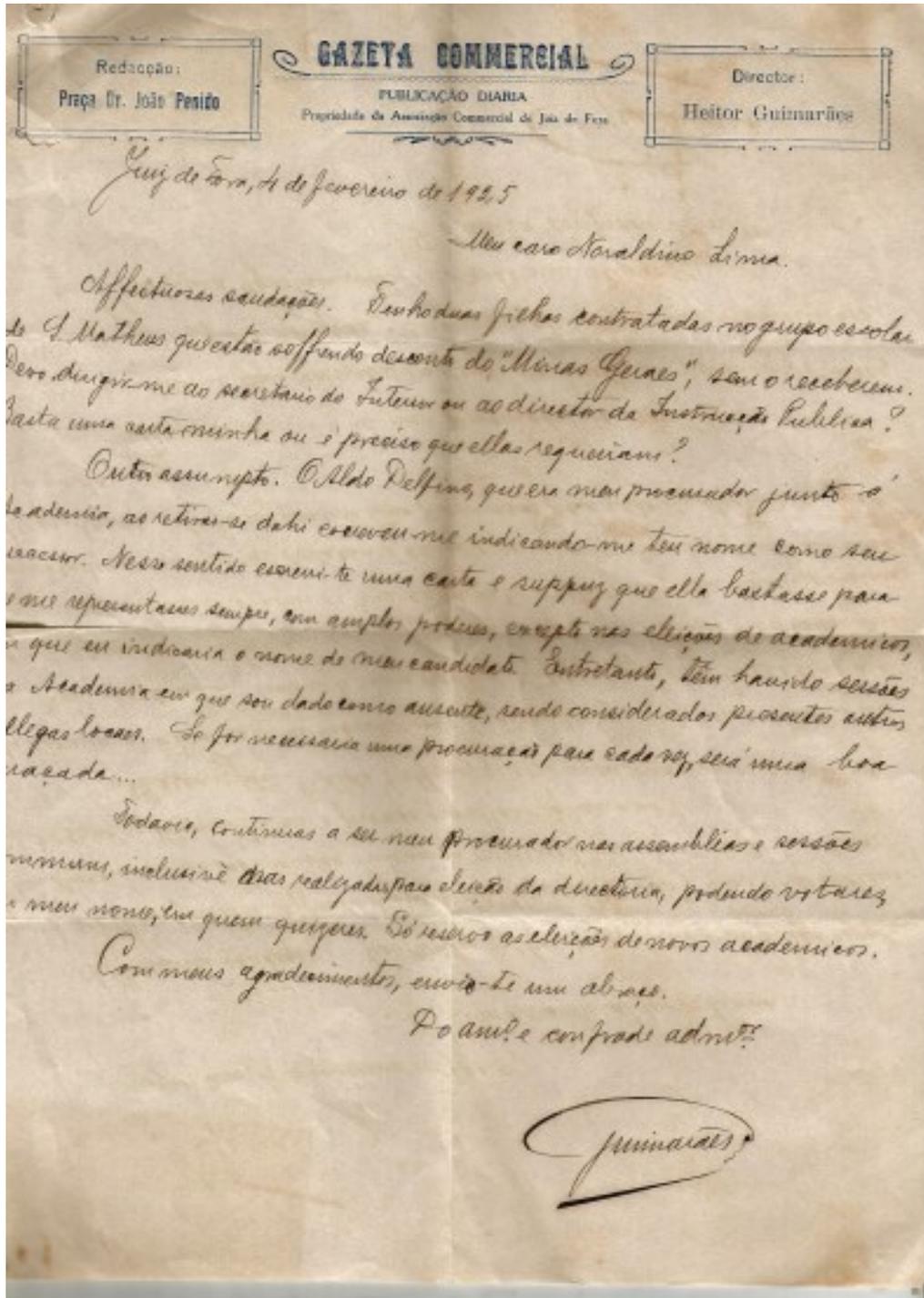
Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1922.

Anexo 6

Correspondencia de Guimarães a Noradino Lima

4 de fevereiro de 1925.

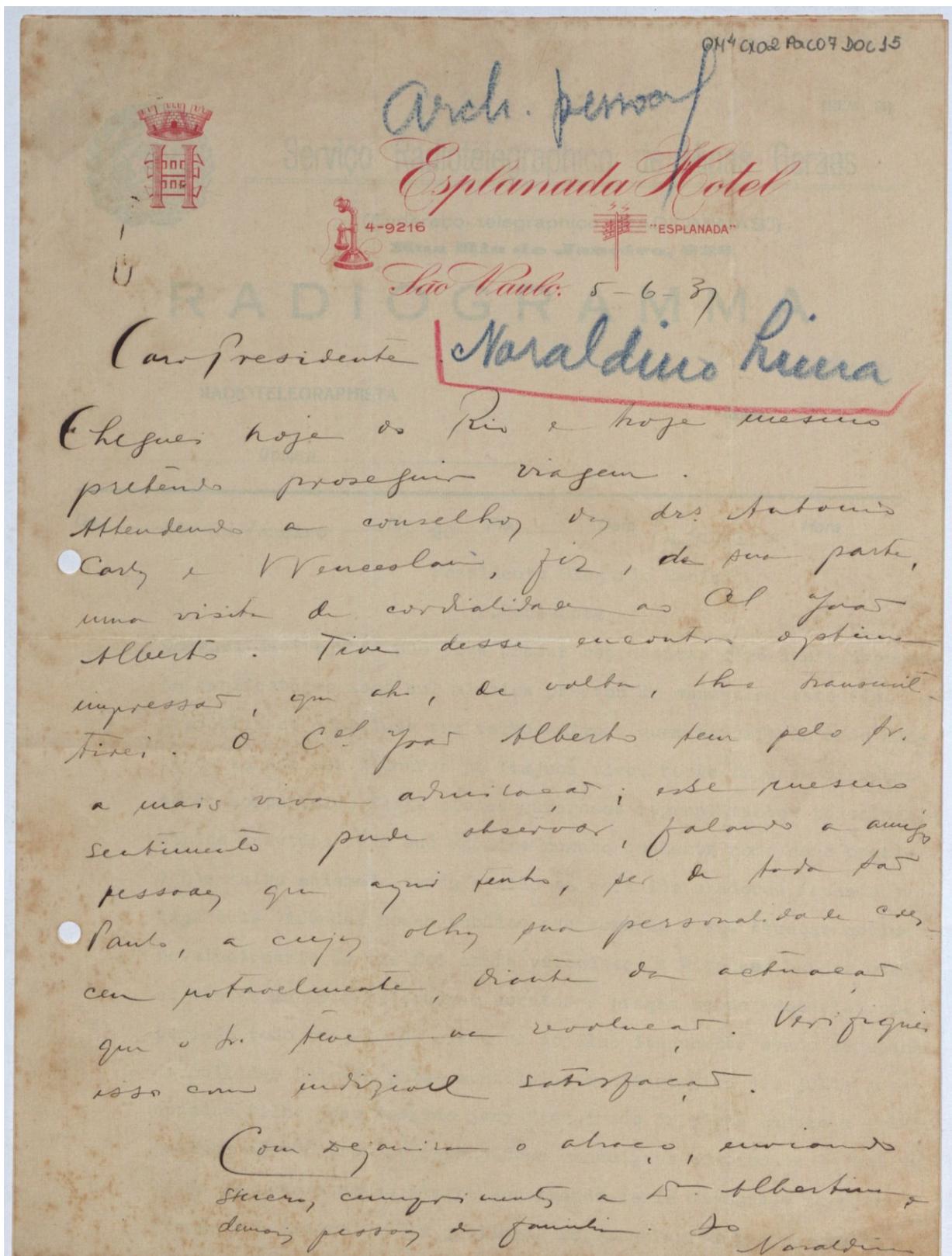
Fonte: Academia Mineira de Letras.



Anexo 7

Carta de Noraldino Lima para Olegário Maciel (05/06/1933).

Fonte: OM4CX02PAC07DOC15 (Arquivo Público Mineiro)



Anexo 8

Radiograma de Noraldino Lima para Olegario Maciel (04/08/1931)

Fonte: OM4CX02PAC07DOC15 (Arquivo Público Mineiro)

OM4CX02 PAC07 DOC15

Noraldino Lima (REM. 15)

Serviço Radiotelegraphico de Minas Geraes

(Endereço telegraphico "RADIOMINAS")
Rua Rio de Janeiro, 620

RADIOGRAMMA

RADIOTELEGRAPHISTA Carimbo

Gomes

De Rio de Janeiro N. 20 Pls. Data 4.8.31 Hora

Presidente Olegario Maciel

E. Horizonte

Cheguei de Itajubá onde tive praser representar caro chefe imponente manifestação zona sul mineira prestou dr wenceslau este ficou sensibilizado gentileza seu velho amigo a quem se referiu modo muito carinhoso seu discurso pt Itajubá viveu horas intensa vibração tendo comparecido festa civica numerosos representantes todos municipios servidos rede sul mineira numero quarenta nome caro presidente muito aclamado tendo a elle se referido oradores fazendo justiça suas virtudes homem publico seu governo e sua atuação movimento revolucionario de que foi chefe vatorioso pt Diversas bandas musica vindas municipios tocaram coretos e praças tendo wenceslau vitoriado todo trajeto de sua casa ao club itajubense sendo acompanhado multidao falavam pelos municipios manifestantes drs julio bueno brandao filho joao beraldo jacy figueiredo dr alves castro e sylvio marinho alem outros representantes municipais como os de cambui vg borda da mata e pouso alegre encerrando serie discursos saudação grande brasileiro fallei qualidade representante presidente cuja afinidade espiritual e politica com wenceslau procurei definir accentuando serviços homenageado causa republica e revolução para justificar felicidade escolha seu nome para presidir legião mineira assinalei tambem influencia sul minas tem exercido vida politica

OM⁴ CX02 POC 17 DEC 15

(REM. 15)



Serviço Radiotelegraphico de Minas Geraes

(Endereço telegraphico "RADIOMINAS")
Rua Rio de Janeiro, 620

RADIOGRAMMA

RADIOTELEGRAPHISTA

Carimbo

De N. Pls. Data Hora

2

estado tendo citado entre mortos silviano delfim bueno paiva e
 bueno brandao sendo wenceslau ultimo elo/vivo dessa gloriosa ca-
 dea que morte vem esmagando para vida objetiva para augmentar na
 memoria dos homens saudade e reconhecimento pelos serviços fei-
 tos commhão pt Propaguei união sagrada sul mineira em torno pre-
 sidente olegario que tao bem encarna no poder como encarnou some-
 brios dias de outubro tradições e aspirações povo mineiro vg que
 tem frente partido legionario vulto raro destaque do ex presidente
 wenceslau pt apos manifestação realisou se club itajubense grande
 baile pt Foi em summa grandiosa demonstração sentimento civico po-
 vo sul mineiro e indiscutivel devotamento todos tribuam pessoa
 dr wenceslau pt Discursos muito aplaudido especialmente do dr wen-
 ceslau braz pelos conceitos politicos que encerra e pela grande
 elevação com que encara actualidade a minas e no brasil pt Abraços

NORALDINO

Anexo 9

Correspondência de Noraldino Lima para Olegário Maciel (07/11/1930)

Fonte: OM4CX02PAC07DOC15

OM⁴ CX02 PAC07 Doc 15

Estação Radiotelegraphica do Gabinete do Presidente do Estado de Minas Geraes

Noraldino Lima
RADIOGRAMMA

Procedencia RIO JANEIRO N. 2

RADIOTELEGRAPHISTA Caetano

Bello Horizonte, 7.11.930 de 193.....

Presidente Olegario Maciel
Bello Horizonte

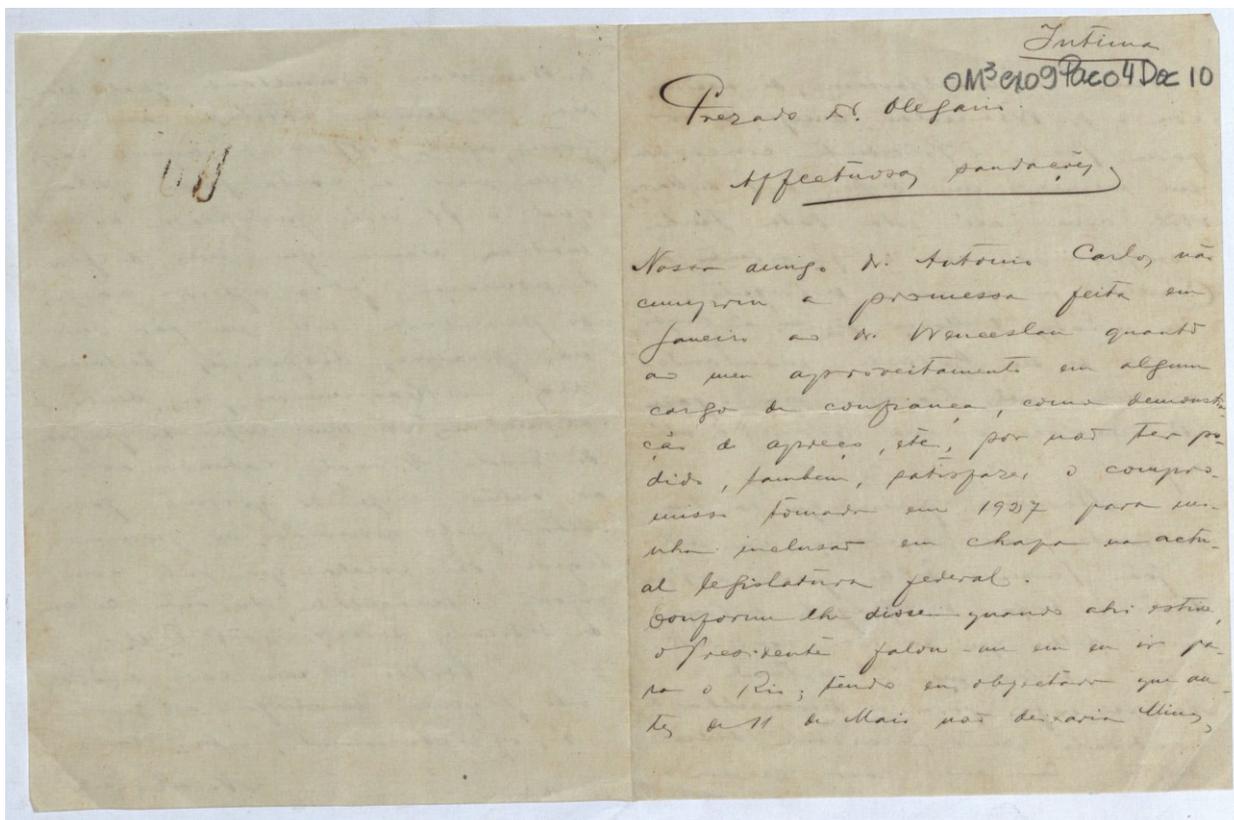
Quanto reabertura estação radio que pertenceu agencia americana peço esperar minha volta ahi afim combinado falei aqui respeito Alaoir levo esclarecimentos completos sobre assumpto. Affectuoso abraço

Noraldino Lima

Anexo 10

Correspondencia de Noraldino Lima para Olegário Maciel (SEM DATA)

FONTE: OM3CX09PAC04DOC10 (Arquivo Público Mineiro)



como eu manifestava, de acordo com o Dr. Wenceslau, desejo de ir para Paris, o Presidente concordou em nomear-me depois de 15 de Março, visto como até esta data tinha compromissos com o Presidente do Conselho em exercício o Prefeito.

Em meados de Março por-me a desposar e seu Gabinete, mandando-me dizer pelo Campos, que o faria até resolver o meu caso. É até hoje...

Acordava, porém, que havia eu pouco, com segurança, que inda o João Ribeiro Filho pelo o Presidente o lugar de Prefeito o local, ouvia delle que era seu candidato e que o lugar me se destinava.

Mas se o for para se desvencilhar do candidato que o Presidente disse isto. Em todo caso, escrevi ao

Dr. Wenceslau consultando qual seria a primeira attitudo caso me fosse agora, offerecendo aquelle cargo.

Dele parti a carta puzta, pela qual o Sr. veria justificado a deplomatica reason que tive de fazer a nomeação pto o referido cargo, e porventura este me for dado nas proximas disposições testamentaria.

Reassumisei, pois, dentro de alguns dias o meu lugar de professor da Escola Normal, cabendo assim ao actual chefe do governo fazer-me voltar, pelo contrario, ao primeiro degrau da escala que subi, com esforço e tenacidade, durante 20 annos de dedicado serviço ao P. R. U.

Perdoe o meu caso amittido este pequeno desabafo a quem se, affectuosamente, pto seu

16.6.20

Nivaldo

Anexo11

Correspondencia de Noraldino Lima para Olegário Maciel (02/07/1930)

Fonte:OM3CX09PAC09DOC05(Arquivo Público Mineiro)

OM³er09 Pac09 Da 05

GRANDE HOTEL
EDIFÍCIO PRÓPRIO
END. TELEG. ARMAFI
Arcangelo Maletta & Filhos
RUA DA BAHIA, 1136 - Tel. Cent. 107
BELLO HORIZONTE

Belo Horizonte, 2 de julho de 1930

Ilmo. Sr. Olegário

abracos.

O diário deve a ter posto ao posto dos acontecimentos do Rio Grande. Não eu conheci mais aqui o Christiano e o Washington seguiu novamente para o Rio. Estive com o Camacho que tal vez se vá com v.ª. Por um portador novamente o Washington avisou ao Pernambuco sobre o seu recado. Estive no tempo com o Presidente, que se mostrou muito interessado em ouvir-me sobre as suas condições. Ele disse a que v.ª me havia dito e ele disse estar de pleno acordo - porém me julgando Villas Boas a quem me disse ter ouvido - perguntou-me a quem a notícia se eu não tivesse palquitos - ao que lhe respondi: - que nem havia pensado nisso visto ter ouvido de v.ª que se depois de renunciado iria pagar os seus papéis.

O Villas Boas, realmente andou, planeja com todos, segundo de quem ouvi da conversa do doutor Carlos.

OM 30109 Pac 09 Dec 205

GRANDE HOTEL

EDIFÍCIO PRÓPRIO

END. TEL. ARMAFI

Arcangelo Maletta & Filhos

RUA DA BAHIA, 1136 - Tel. Cent. 107

BELLO HORIZONTE

26

Bello Horizonte, de de 193.....

Ilmo. Snr.

Na grande ansiedade por saber se
 quedar os seus auxiliares... de diz que
 o Antonio Carlos insistirá pela conti-
 nuação do Oditor, como o diz que
 se interessará na organização do
 governo, o que se criou suas em
 fa me preveni o espírito de que
 nota se se muito decidido e se
 simbeido a elle, mas se como por
 isto, e por ter outras em ^{os} em identi-
 cas, com direção própria se antes se
 tinha ingenuidade de fidelidade e
 por isto, se prevalecendo o seu
 critério para a escolha dos seus
 auxiliares, em que se sabe: - capitão
 que colaboram.

- Elle está satisfeito por sua escolha,
 mas a parir sempre tem de se
 seu interesse:

- a) decidir em si em a responsabi-
 lidade das ultimas atitudes em
 o Rio Grande
- b) investigar a nova administração
 mas reformar a bitida dos finan-
 cimentos atuais, que não se sabe.

OM³ ex 09 Pac 09 Dec 05**GRANDE HOTEL**EDIFÍCIO PRÓPRIO
END. TELEG. ARMAFI**Arcangelo Maletta & Filhos**

RUA DA BAHIA, 1136 - Tel. Cent. 107

BELLO HORIZONTE

de

Bello Horizonte, de de 193

Ilmo. Sr. _____

dado para.

c) desejo que na proposta de reforma já colacionada o novo governo, quando possível, melhor que esta o organizasse a fim de evitar desapontar para a segunda uma morosidade de cursos.

A situação é horrível, e eu fico feliz de ver a justiça do Autônomo Carlos, a quem admira e se mortifica sempre em nosso amor.

- Estou enviando as cartas, só para aproveitar o portador.

Pretendemos seguir amanhã para a Barra, esperando retornar no Rio em princípios da próxima semana.

Sembranças, como a todos

Hoje enviado a mim

Marcos Lima

Anexo12

Correspondencia de Noraldino Lima para Olegário Maciel(17/05/1930)

Fonte:OM3CX08PAC07DOC15 (Arquivo Público Mineiro)

OM³cx08 Paco7 Doc 15

ENDERECO TELEGRAPHICO "PALACIO"
TELEPHONE 2-1963

Avenida Pio Branco
Rio de Janeiro 17 Maio 1930

783

Caro Sr. Olegário.

Confinava meu telegrama quanto aos cumprimentos que lhe envio de Belo Horizonte pela sua eleição. O Sr. deu estas satisfações: houve verdadeiro interesse pela sua eleição, por parte do corpo eleitoral de Belo Horizonte. Foi o resultado não correspondente ao entusiasmo e boa vontade do povo foi isto devido à pessima distribuição da eleição: imagine o Sr. que eu

por exemplo, que moro a Rua Espírito Santo, fui votar no Grupo Escolar Henrique Diniz, p.º. Li do Quartel do 7.º Batalhão: saí de casa às 11 hrs e só voltei às 9 da noite. Foi a coisa horrível, todo sem falar, numa sala às 12 hrs, comprimida e numa multidão, todo desejoso — embora a ausência de competidor — de prestar-lhe homenagem.

Seu reconhecimento para o Senado causou igualmente grande contentamento. Foi um desafio, foi de Legislativo Federal tudo se podia esperar, dada a coragem do movimento. Não vemos o que se passa com a nossa bancada? É monstruosa a humilhação que nos infligem.

OM 32108 Pac 07 Dec 15

ENDEREÇO TELEGRAPHICO "PALACIO"
TELEPHONE 2-1963



Avenida Rio Branco

3 Rio de Janeiro

Hoje, parece, será lido o parecer, que segundo disse hontem o leaser ao nosso Carneiro de Perende, não soffrerá modificação no plenário. Perdemos, assim — o por grande benevolencia de El-Supremo — 14 deputados electissimos, em favor de 14 falsarij, indigno, por esse processo, de nos representar. A fraude foi tão descabellada que é impossivel descrevel-a. Não verfonte, não para a boa thing honesta, mas para esta Republica que tanto se abastarda!

Reffessor amantã para Re
lor Horizonte. tqui fica, para
um tratamento de deutz, a Deju
ira que lhe avia, como
eu, affectuosa abraço.

Pedindo-lhe recomendar-me
a todos os seuz, sou, affectuosamente,
muito seu

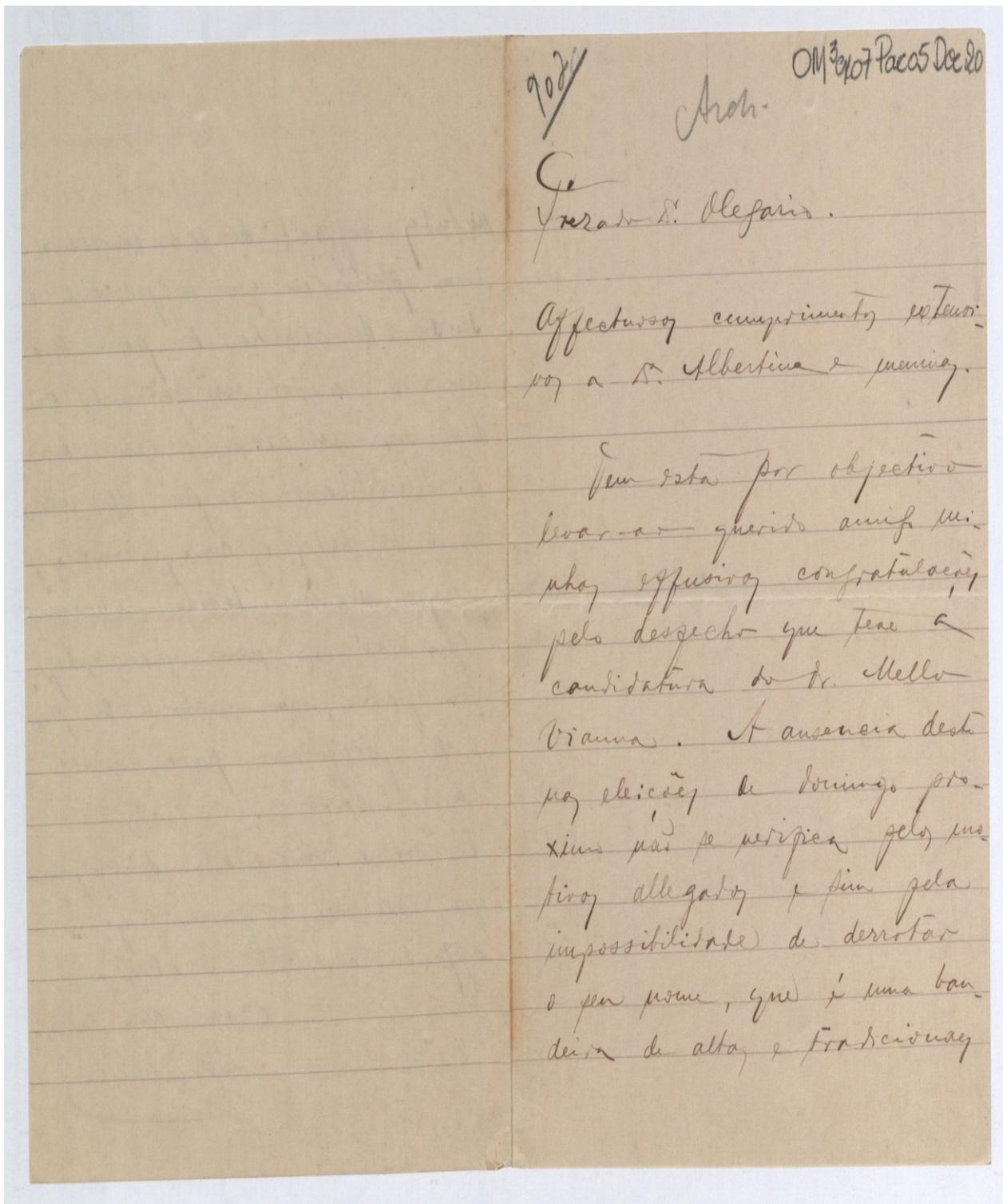
Mto seu

Woraldeim

Anexo13

Correspondencia de Noraldino Lima para Olegário Maciel (06/05/1930)

Fonte: MO3CX07PAC05DOC20 (Arquivo Público Mineiro)



virtudes difficil de ser mudada
 num pleito un que se positiva o
 senso de escolha do povo mi-
 neiro. E' sob este aspecto que
 deu ser encorado o gesto do
 Sr. Mello Branna e por elle me-
 ce o Sr. Patoz o cumprimento,
 porque exprime facita honra-
 gem ao seu nome que e', hoje,
 sem favor, um simbolo de paz
 e de progresso para nosso
 caro Estado.

E' com a sinceridade de sempre
 que isso lhe affirma quem
 affectuosamente o abraça

Com amor dedicado,

6.5.30

Nivaldir

Anexo14

Correspondencia de Noraldino Lima para Olegário Maciel (17/03/1930)

Fonte: OM3CX05PAC13DOC02 (Arquivo Público Mineiro)

622^e OM3CX05 Pac 13 Dec 02

Arquivo.

Exer. Sr. Olegário.

Afectuosamente o cumprimento
 Sr., com as minhas fincas e
 recomendações a Sr. Alberto
 demais pessoas de sua casa.

Abri as 07 folhas que lhe pro-
 metti remetter a proposito de
 polemica entre o Centro Po-
 pular e o Sr. Mario de Lima,
 figurando este como prolocu-
 te, conforme o artigo transcri-
 to pela "Sete Laços", junto
 mande-lhe tambem o "Paris"
 e Folha de Volta, com as versões
 originaes de minha viagem e

Professor da Escola Normal de Alentejo do Christian a (patro) o p. va
raba. Este, outro e outro p. de skullocks...

que vivas, por mais que doam. Aqui vamos continuando a
a quem os recede, tem um ef. vivo: o mesmo ambiente
feito salutar: causarão os de boatos. — O Presidente Co-
primeiro delle profunda im- meção a reagir contra alguns
pressar no meio. inimigos do governo e do P.R.U.

Sempre por
m. am. ad. que
abraça,

Noraldin

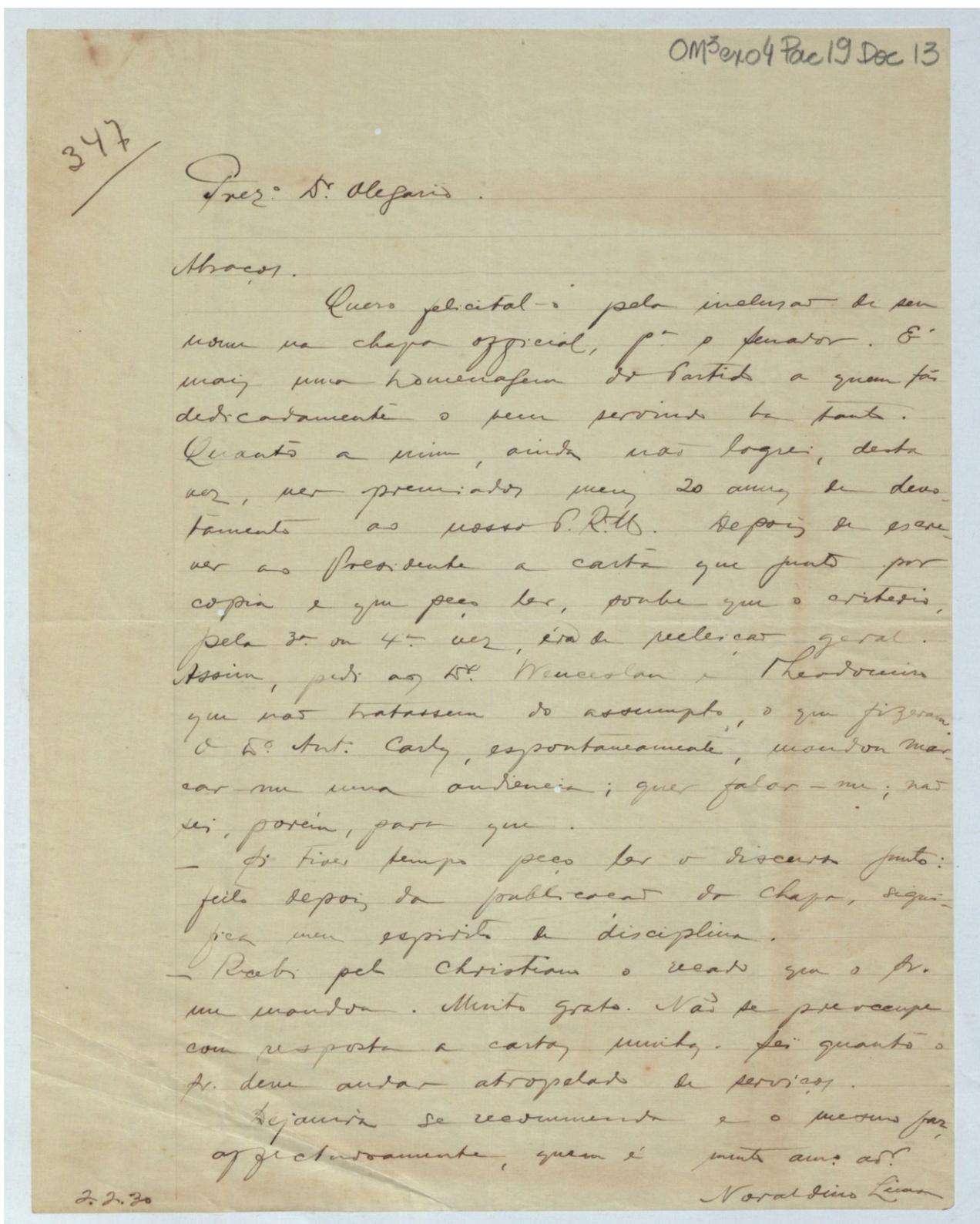
17.3.30

ante-hontem foram denunciadas
os funcionarios da Seguranca
Publica, entre elles um tal Ho-
vianha, que e uma verbas-
ta casca de feijão, hontem
ouviamos o nome do mas-
ra, para usar linguagem
Washingtoniana, a deputado José
Henrique, e Olavo Cunha,
que foram dispensados de pro-

Anexo15

Correspondencia de Noraldino Lima para Olegário Maciel (02/02/1930)

Fonte:OM3CX04PAC19DOC13 (Arquivo Público Mineiro)



OMP 404 Bc 19 Dec 13

Caro Presidente Antonio Carlos

Quando, ha tres annos, fui preterido na organizaçãõ da chapa federal, o Sr.me chamou a Palacio, para, attentiosamente, me falar das razões que o forçaram a não poder tornar victoriosa minha candidatura. Nessa occasião o Sr. poz, ainda uma vez, á minha disposiçãõ o cargo de director da Imprensa, que o meu eminente amigo havia preenchido apenas por dois meses, na incertesa de ser eu contemplado na chapa; não podendo voltar ao exercicio daquelle cargo, mereci o convite, com que me distinguiu, para director da Instrucçãõ. Declarei-lhe que, ao desmontar minha vida- perdendo uma situaçãõ propria em meu escriptorio, e, mais, os cargos de deputado estadual, director do "Diario de Minas" e professor da Escola Normal- para aceitar a Directoria da Imprensa, eu só o fiz ante a affirmaçãõ do Dr.Raul Soares, como Presidente do Estado e, portanto, chefe do Partido, de que eu teria minha carreira aberta no fim do quadriennio; que, fracassada essa expectativa, exactamente quando eu acabava de servir a quatro presidentes- Raul, Olegario, Mello Vianna e Antonio Carlos-, dando á politica o sacrificio de meus interesses particulares e ao cargo todo o devotamento de que eu era capaz- não me era possivel esperar mais por uma justiça duvidosa e tardia e que, ness'altura da vida, só me cabia dar por encerrada minha carreira politica, transferindo-me, como era minha resoluçãõ, para o Rio, onde me offereciam situaçãõ vantajosa na grande imprensa. Ouyvi, então, do meu caro Presidente, entre outras, estas ponderações: que as circumstancias haviam cabalado contra mim, mas, estava certo, as mesmas circumstancias cabalariam a meu favor, durante o seu governo, para o exito final de minha pretençãõ; que esta ficava apenas adiada para se effectivar na primeira oportunidade- quer pelo augmento da

2

OM 30104 Pac 19 Dec 13

representação mineira no Congresso, quer pela eventualidade de qualquer vaga, quer, finalmente, pela renovação da bancada; que me "aconselhava paternalmente" a ficar onde estava, pois que ali me encontrariam duas alternativas- a deputação federal ou uma pasta no governo.

Diante de tão alta demonstração de apreço e de amizade, ao lado desse firme proposito de premiar uma dedicação de 20 annos ao P. R. M.- como official do gabinete, conselheiro municipal, Secretario da Presidencia, deputado, director da imprensa, redactor e director do "Diario de Minas" e, já agora, director da Instrucção Publica, -não me cabia aproveitar o momento que se me abria para tentar a felicidade em outros campos de acção. Fiquei; fui, porém, muito franco, dizendo ao meu eminente amigo que só poderia acceitar o honroso convite, mediante o compromisso de que, no seu governo, seria realidade a minha aspiração, que perdera, para mim, o character de politica, para ser moral.

O Sr. prometeu fazer-me deputado e, durante tres annos, em todas as oppportunidades, repetiu a promessa que me fez. tambem de minha parte, no correr desse tempo, outra cousa não fiz sino manifestar, de publico, o meu apoio á sua administração e á sua politica, já no cargo de director da instrucção, já na imprensa, e na tribuna, como director da succursal d'O Paiz, posto que a sua confiança me entregou, e como director da Agencia Americana, cargo conquistado por mim e de que me despojei espontaneamente, resistindo a propostas seductoras, para estar, na actual campanha, com o nosso Estado e o meu presado e grande amigo. Assim, não vacillei no meu dever, como- estou disto bem certo- o Sr. não vacillará no cumprimento de sua ~~promessa~~ ^{promessa}, que será, permittá-me a immodestia, a sancção de não curta existencia de trabalho e correcção de attitudes.

Por um lado, na vagas na bancada; por outro, sí é certo que os deputados fieis ao P. R. M. merecem deferencias, não podem deixar de

3

OM 30/09/1913

merecer-as aquelle que, despremiados como eu, se mantêm, apesar disto, firmes nas fileiras, acima das tentações, á espera da justiça partidária, que deve ser igual para todos.

Sou filho de um grande municipio; pertenço a uma zona rica e vasta, que só tem um representante no Congresso; tenho serviços no districto, onde conto dedicações sinceras; meus amigos na Comissão Executiva o são também seus, nas boas e nas más horas.

Por tudo isso, tenho a pretensão de considerar-me um candidato legitimo e eleitoralmente leve ao Partido. Confiando no cumprimento de sua promessa, saberei corresponder, com a direitura moral e politica de que hei dado provas, á magnanimidade do gesto que apertará ainda mais os laços de affecto e gratidão que lhe tem testemunhado quem é

Mr. Attº Admr. Cbº

Anexo16

Correspondencia de Noraldino Lima para Olegário Maciel (19/11/1929)

Fonte:OM3CX03PAC08DOC18 (Arquivo Público Mineiro)

OM3 CX03 Pac 08 Doc 18

Caro Sr. Olegário.

Aqui estou, desde ontem, com dezanove, hospedado à rua Santa Clara, 116, Copacabana.

Tudo de parte, estive em Palácio chamado pelo presidente, que aprovou em toda a linha a conduta que mantive no actual momento politico. O presidente confiou-me, espontaneamente, a incumbencia que me havia dado de trabalhar pela Allianca Liberal, o que oculto farei ao limite. Assim, enquanto eu ficar por aqui — um, dois meses no maximo — trabalharei junto ao Comité Liberal na propaganda da Allianca e, creio, não esquecerei o dever que me incumbe de, pelos columnos das jornas, posso, ainda, pugnar pela sua candidatura, que desejo ardentemente victoriosa.

Minha attitude, permanecendo fiel à Allianca Liberal, e não podendo por mi-

OM³ 0103 Pac 08 Dec 18

2

nha pluma as pericias dos inevitáveis ataques
 que o meu bom amigo, o Sr. Wenceslau e
 outros que moram em um coracão sem de
 poyzer e já estão foyzentes, não foi
 comprehendida com justiça por alguns pa-
 tidarios exaltados do Sr. Mello Vianna.
 Deuho sido cruelmente apedrejado em com-
 pensação até pessoas indifferentes, e as
 classificações sociais em elles, acham nobre e
 coerente um procedimento. O que lhe posso
 dizer é que estão absolutamente bem com-
 misos meusos. Só uma forte intenção us-
 ral poderia, momentaneamente, agastar-me
 do caso Sr. Olefais, a quem tanto devo em
 ostium e companhia, e do Sr. Wenceslau, a
 cuja bondade sou umra graxeeas na vida.
 Pesquisando posições e proventos no campo em-
 trano para me orientar para sempre no ca-
 minho da dignidade e da justiça, eu só posso
 calar do apreço dos apaixonados, por que
 o proprio Sr. Mello Vianna me escreveu "res-
 peitando um modo de ver".

Sempre ao seu dispor, cumprimentos a To-
 dos os seus e subscrevo-me com o affecto
 perseverante,

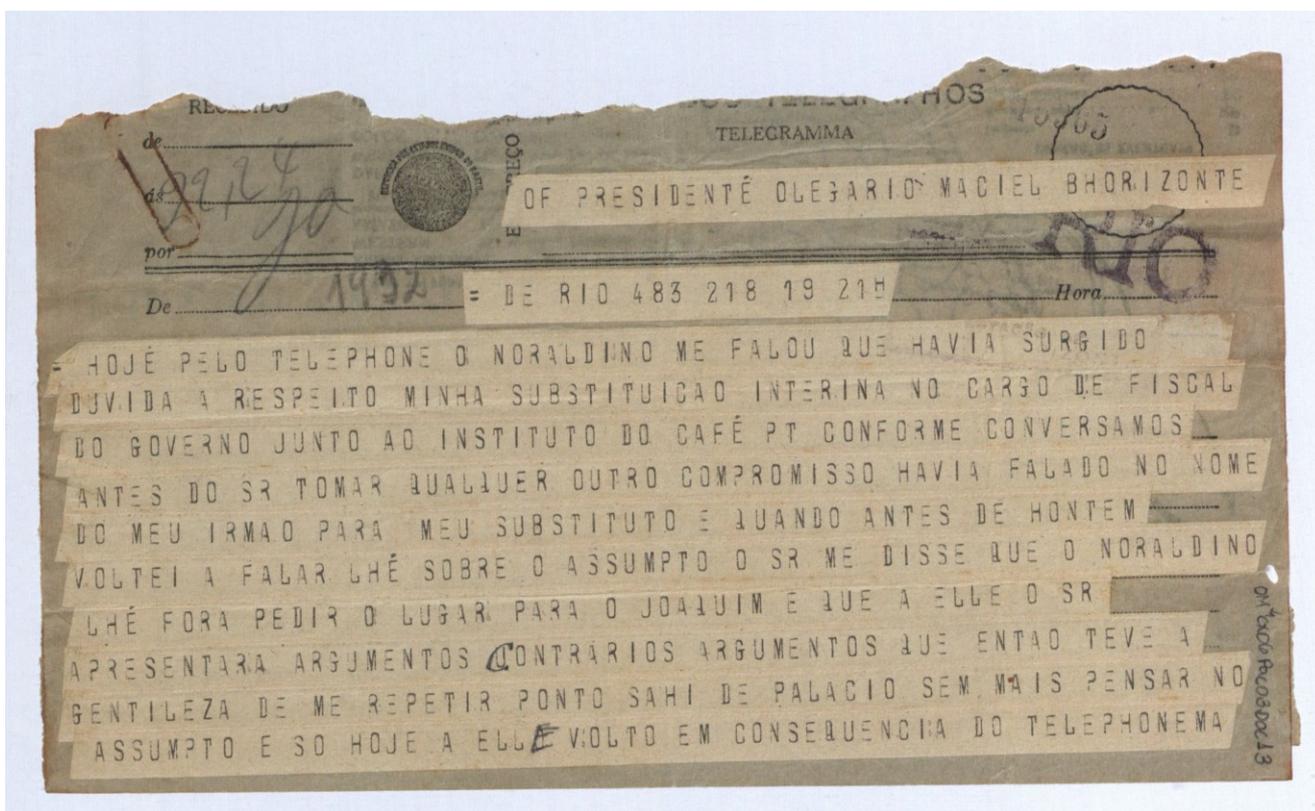
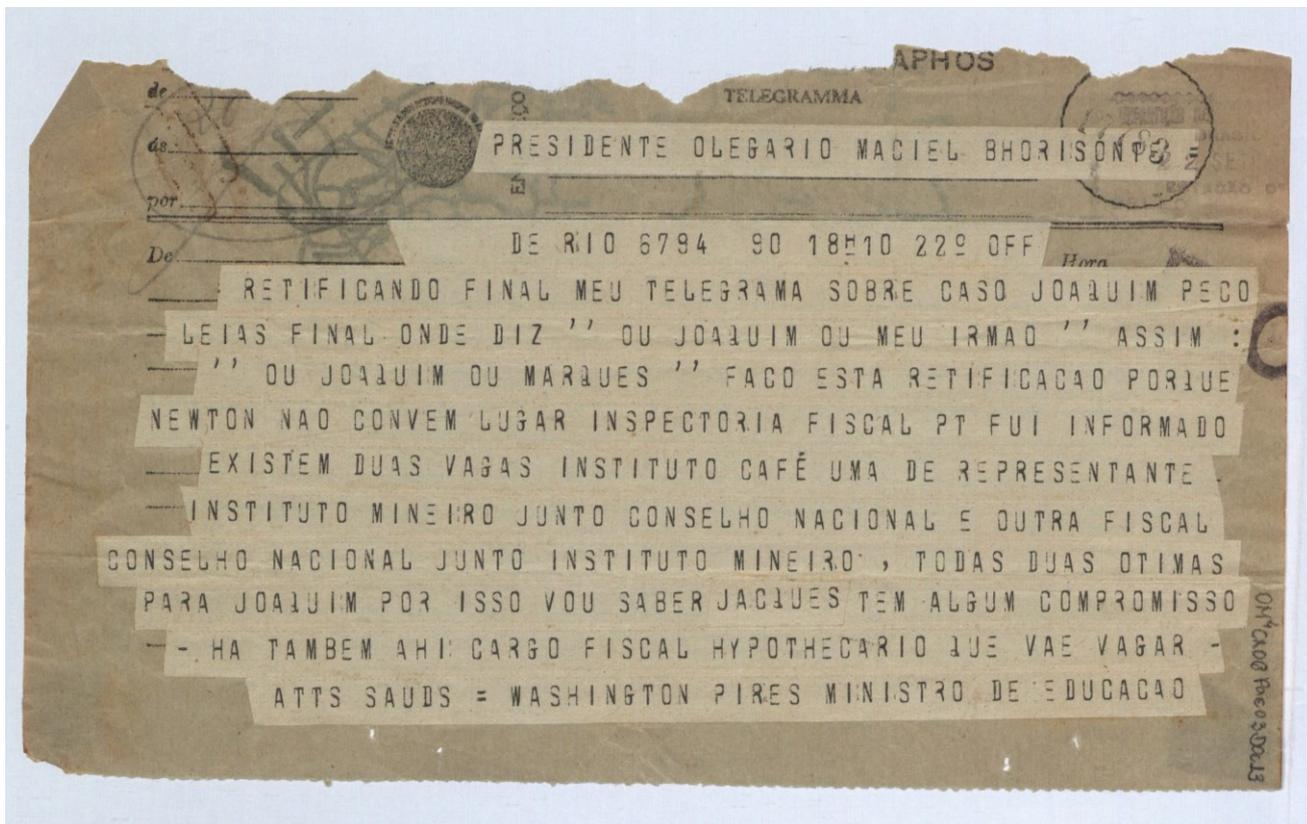
Noraldino

Rio, 19. 11. 29

Anexo17

Correspondencia de Washigton Pires para Olegário Maciel (17/09/1932)

Fonte:OM4CX06PAC03DOC13 (Arquivo Público Mineiro)



por _____

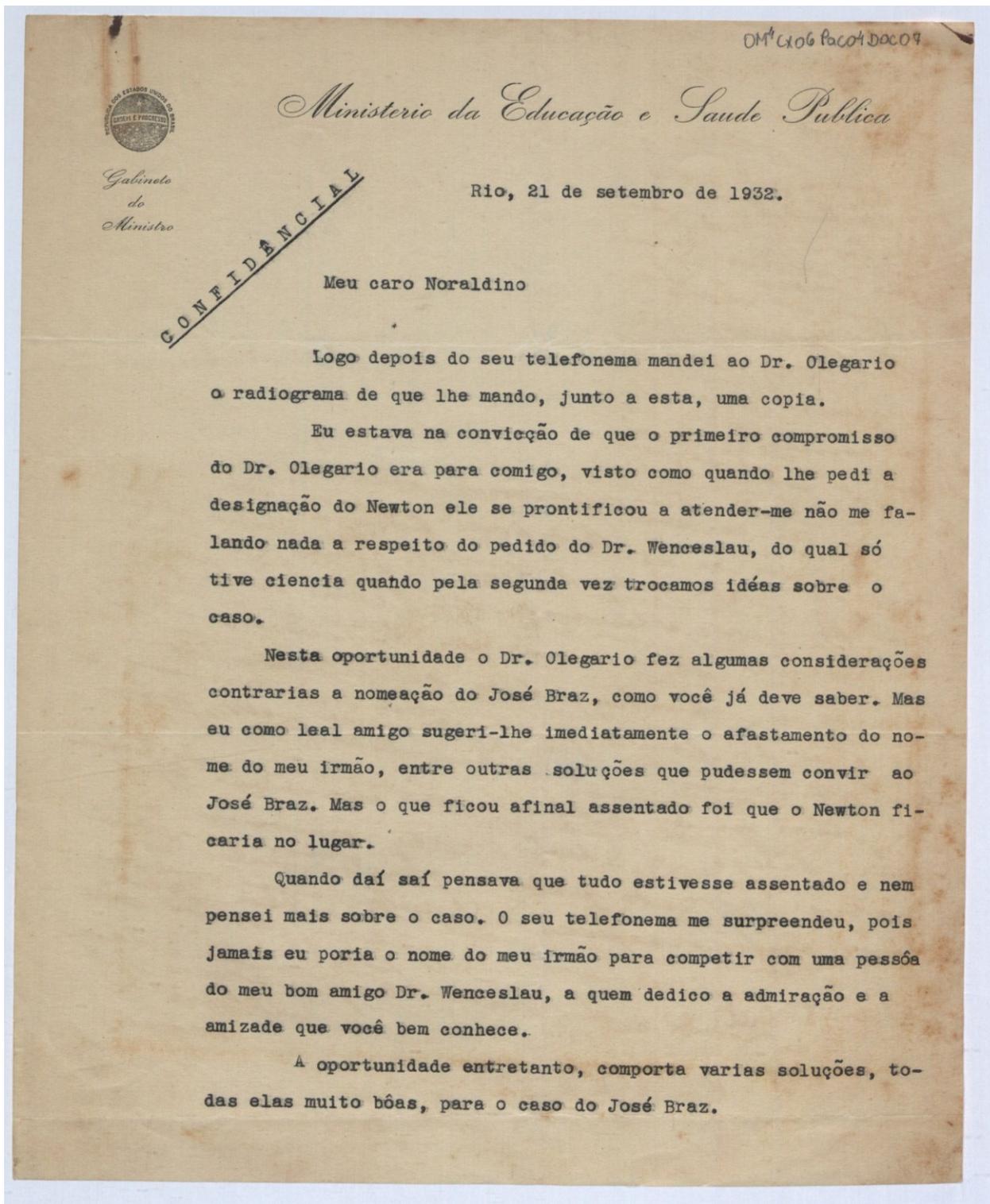
CITADO PT DIZ O NORALDINO QUE E PRECISO UMA SOLUCAO EU JULGO QUE
HA DIVERSAS SENDO A MAIS SIMPLES AQUELA QUE FOI POR MIM PROPOSTA
NO MOMENTO EM QUE CONVERSAMOS ISTO E O AFASTAMENTO DO NOME DO
MEU IRMAO DE VEZ QUE QUAL QUER PRETENSAO A QUE SE LIGUE O NOME DO
MEU CARO E PREZADO AMIGO NORALDINO EU ESTOU SEMPRE PROMPTO A
APOIAR COMO REAFIRMO AGORA PONTO NO ENTANTO HA O LUGAR DA
INSPECTORIA FISCAL QUE ESTA SENDO DETIDO EM CARACTER
PROVISORIO E QUE MESMO ASSIM PODERIA CONTINUAR PREENCHIDO POR
OUTRO OU JOAQUIM OU MEU IRMAO = WASHINGTON PIRES MINISTRO DA
EDUCAO = _____

01/11/06 Rev. 09 Dec. 13

Anexo18

Correspondencia de Olegário Maciel para Noraldino Lima (21/09/1932)

Fonte:OM4CX06PAC04DOC07 (Arquivo Público Mineiro)



DM⁴ CXDG Paco⁴ Doco 7

Gabinete
do
Ministro

Ministerio da Educacão e Saude Publica

- 2

Alem do cargo de fiscal do Hipotecario, que vae-se, vagar ha ainda, o de Fiscal do Instituto Nacional do Café junto ao Instituto Mineiro e o de representante do Instituto Mineiro junto ao Conselho Nacional, que ficou vago com a nomeação do Roquette Pinto para a Presidencia.

São otimos lugares que poderiam servir para o nosso José Braz,

No radio que mandei ao Dr. Olegario houve um engano que corrigi agora com um outro radio de que lhe mando tambem copia.

Sobre os lugares do Café que acabo de enumerar telefonei ao Leopoldo para que falasse ao Dr. Olegario e a você.

Hoje ou amanhã procurarei tambem o Jacques Maciel afim de lhe falar sobre isso.

Depois do meu encontro com o Jacques escreverei a você novamente.

Recomende-me ao Dr. Wenceslau e aceite um grande abraço
do

seus amigos - p. V.
J. Rodrigues de Sá

Anexo19

Correspondencia de Wenceslau para Noraldino Lima (26/08/1932)

Fonte:OM4CX05PAC04DOC17 (Arquivo Público Mineiro)

OM4CX05PAC04DOC17
Cifrado

GABINETE DO PRESIDENTE
DO
ESTADO DE MINAS
Belo-Horizonte.

25-8.32/16 horas

De Hagulá

D. Noraldino Lima

Recebi radio pt Pirá ao Presi-
dente não deixat passar ocasião
para encontrar ~~uma~~ solução
digna ambas partes pt ^{D. Noraldino} Banquero
Whitaker Pontem mostra situa-
ção S. Paulo, que ele jul-
ga magnífica, pt Para
enlaxer situação devo comu-
nicar que forças regimen-
to de S. João caquearam va-
~~rias~~ rias fazendas deste
município inclusive a uni-
vha. Que será por at?

Wenceslau

OM 4105 POC 04 Doc 17

Belo-Horizonte.

MINAS

28.8.32

Dr. Wenceslau Braz
 J. Tapuia

Recbi radio e mostrei
 Presidente. Este manda comunicar
 esta autizada ejetulo pro por
 comissao mineira seguintes
 condicoes: 1) Deposicao armas; 2)
 nao hauea processo nenhum por
 atos praticados revolucos; 3)
 Intenentor paulista e civif.

alians

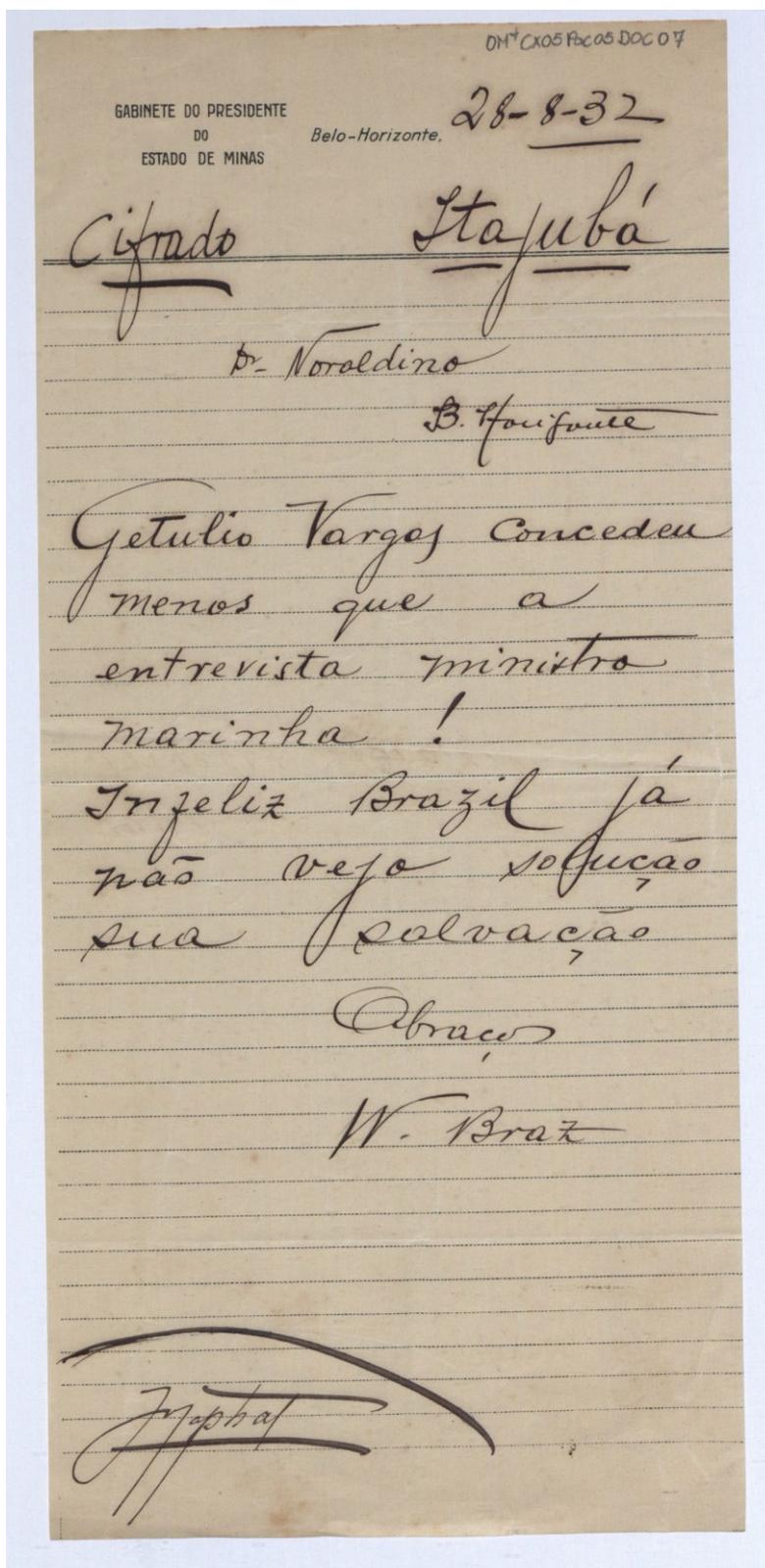
Arnoldus Lima

fr. Haasmehls

Anexo20

Correspondencia de Wenceslau para Noraldino Lima (28/08/1932)

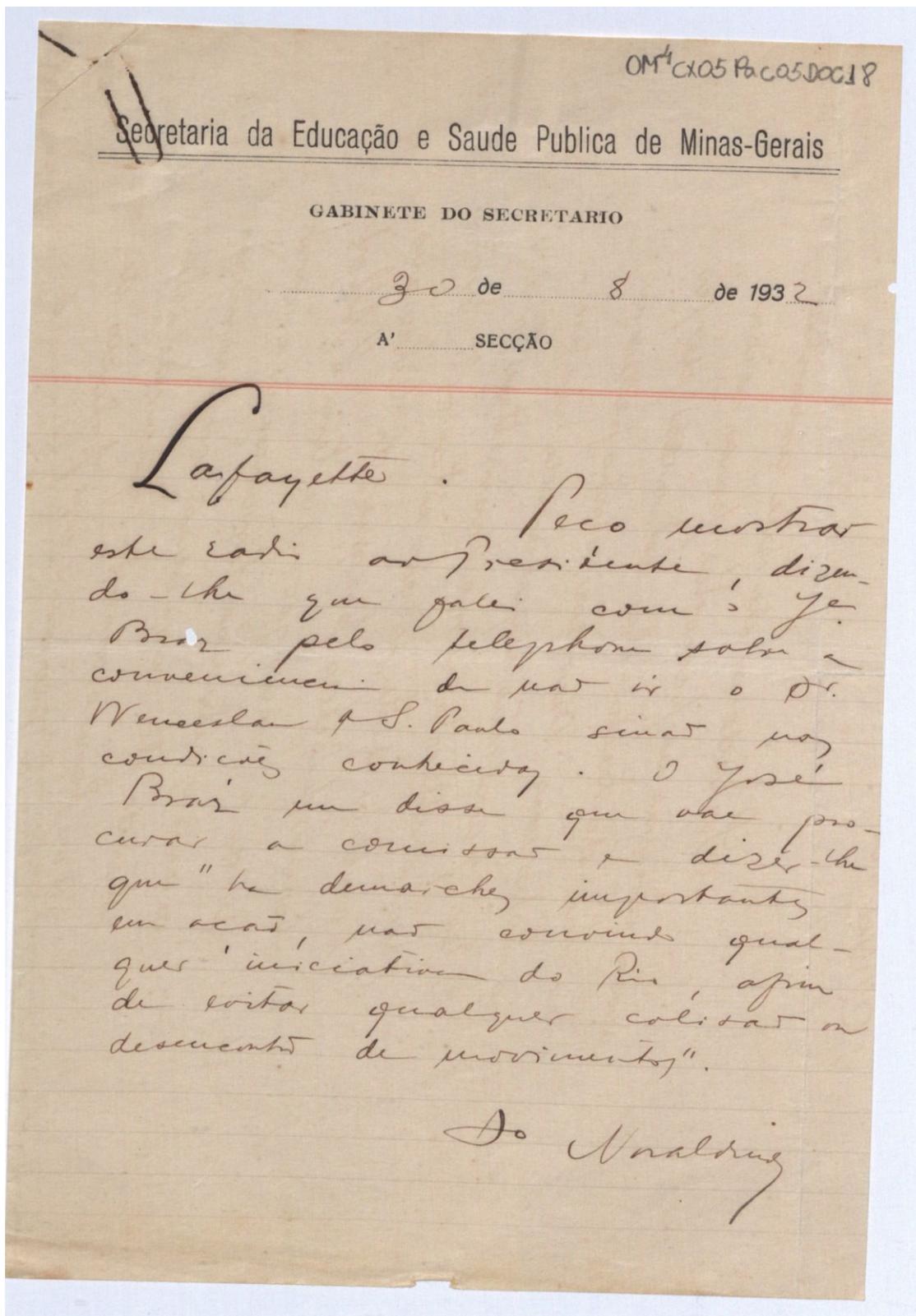
Fonte:OM4CX05PAC05DOC07 (Arquivo Público Mineiro)



Anexo21

Correspondencia de Noraldino Lima para Lafayette (30/08/1932)

Fonte:OM4CX05PAC05DOC18 (Arquivo Público Mineiro)



Anexo22

Correspondencia de Noraldino Lima para Jose Braz

Fonte:OM4CX05PAC07DOC06 (Arquivo Público Mineiro)

OM4CX05PAC07DOC06

Circuito 3 - Rio

BH → 60981 - Noraldino de Lima para Jose Braz.

BH - Só hoje consegui ligações para Itajubá, porque o rádio não funcionou ontem. Diz ele que recebeu um telegrama, 2ª feira, chamado-o ao Rio, assinado Sodré.

Rio - O que houve foi o seguinte: quem passou o telegrama foi o secretário, ignorando o rádio de domingo em resposta ao telegrama dele.

BH - Ah! Está bem. Então foi o secretário quem falou. E quando volta?

Rio - Ficarei ainda alguns dias aqui para ver se há necessidade dele vir e então avisarei.

BH - Está direito. Hoje estive com o novo amigo e falamos à respeito de sua carta. Ele disse que não escreveu ao Policarpo coisa alguma do que afirmo. E que apesar da situação política ter se modificado o momento, estava pronto a manter o compromisso de neutralidade. Isso ele disse também ao Godofredo e a outros.

Rio - Bem. Então não há novidade; havendo você me avisar.

2 - 9 - 1932

Renato Cepêcia
Muniz

N.B. - A censura do Rio pediu detalhes desse bilhete à telefonista, pelo circuito 2

Muniz Renato Cepêcia

Anexo23

Correspondencia de Silvio para Noraldino Lima

Fonte:OM4CX08PAC06DOC12 (Arquivo Público Mineiro)

RECEBIDO REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS

de C

de 20, 10

por mds

TELEGRAMMA

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO

1782

PLATE

De Rio Avenida 3082 P. 87 Data 21 Hora 13, 20

Embora recebendo me gentilmente ministro recusou acordo ponto com conferencia assistida Carneiro Felipe propuz accordo seguinte ponto primeiro approvaçao estatutos universidade com modificacoes no que forem contrario decreto 19.851 ponto segundo revisao regulamentos institutos universitarios pelo conselho universitario acci-tando sugestões feitas Carneiro Felipe ponto terceiro renuncia Silvio Cunha e assistencia Caio Lileano Vigula com nomeaçao outro docente de accordo com

Silvio

OM4CX08PAC06DOC12

De _____ N. _____ P. _____ Hora _____

Ministro ponto Ministro insiste não ser seu pensamento desfazer universidade mas recusa declaração official ponto foi ao extremo q que podia e devia ir ponto Landações Lucio Santos

OM4CX08PAC06DOC12

Anexo24

Correspondencia de Noraldino Lima para Washington (28/03/1933)

Fonte:OM4CX08PAC07DOC03 (Arquivo Público Mineiro)

OM4CX08PAC07DOC03

GABINETE DO SECRETARIO
DA
EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA
DE
MINAS-GERAIS

Belo-Horizonte, 28 de Março de 1933

Caro Presidente.

O Washington telephou-me que o Presidente Getulio deseja ter intervencao na escolha do reitor da Universidade do Paraná e, por isso, si o Sr. não se opuser, pensa em mandar o art. 17 do sect.º final por copia, com modificacoes na parte final. Espera sua resposta, que lhe peço mandar pelo portador, que é meu filho Carly Alberto.

O Washington, em adiantamento ao que lhe transmitti hontem, lembra o nome do Dr. Francisco Borant para a reitoria da Universidade. Diz elle que fez elementos para a reitoria, que o atual reitor, si for nefario a decessar, não insistir.

Do amor m.º aff.
Noraldino Lima

OM⁴ C108 Paco7 D0C03

GABINETE DO SECRETARIO
DA
EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA
DE
MINAS-GERAIS

Belo-Horizonte, de de 193.....

Artigo 17, do Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931:

A escolha do reitor nas Universidades equiparadas será regulada nos seus estatutos, dependendo porem a posse efetiva no cargo de previo assentimento do Ministro da Educação, que poderá vetar a nomeação quando o candidato não oferecer garantias ao desempenho de tão altas funções.